



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GLEICE KELLY GONÇALVES DA COSTA

A AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS).

BELÉM – PARÁ
2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

GLEICE KELLY GONÇALVES DA COSTA

A AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior.

Co-orientadora: Profa. Dra. Sandra Lencioni.

BELÉM – PARÁ
2013

NOME: GLEICE KELLY GONÇALVES DA COSTA

TÍTULO: A AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Orientador – PPGeo/UFPa)

Profa. Dra. Sandra Lencioni (Co-orientadora – PPGH/USP)

Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves (PPGH/UFPa)

Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares (PPGeo/UFPa)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Costa, Gleice Kelly Gonçalves da, 1988-

A amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da região à Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS) / Gleice Kelly Gonçalves da Costa. - 2013.

Orientador: Saint-clair Cordeiro da Trindade Júnior;

Coorientadora: Sandra Lencioni.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2013.

1. Desenvolvimento regional Baixo-Tocantins. 2. Planejamento sustentável Baixo-Tocantins Participação do cidadão. 3. Baixo-Tocantins Política governamental. I. Título.

CDD 22. ed. 338.98115

Para Regina e Manoel, meus pais, por todos os conselhos, orações e por acreditarem em meus sonhos. A vocês todo o meu respeito e amor.

AGRADECIMENTOS

Para que eu chegasse até este trabalho final, muitas pessoas foram importantes, sem as quais eu nada teria conseguido. Devo, em primeiro lugar, agradecer a Deus que tem me proporcionado situações de aprendizagem e amadurecimento, colocando as oportunidades em minha vida.

Minha família foi muito importante nessa jornada. Agradeço especialmente à minha mãe (Regina) e a meu pai (Manoel), que me deram o apoio necessário, incentivando, de todas as formas que puderam, os meus estudos. Eles me deram o carinho, o amor, os conselhos e, mesmo com muito sacrifício, sustentaram meus estudos para que eu não precisasse trabalhar, dedicando-me somente a essa tarefa e objetivo. Meus avós, Lúcia e José (*in memoriam*), sempre com muito carinho, estiveram presentes nessa caminhada, além de meus irmãos Wallace, Gabriel e Graze, os pequenos que tanto amo, meus tios, que sempre me encheram de amor, meus primos Estênio e Sandreli, que apóiam meus estudos desde o ensino básico, e minha madrastra Dener, que sempre cuidou de meu pai na minha ausência.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, o professor Saint-Clair, que acreditou em mim e me apoiou em todas as etapas deste trabalho. Obrigada por acreditar em mim! Agradeço as valiosíssimas orientações da professora Sandra Lencioni, minha co-orientadora, que me acolheu nos últimos quatro meses de 2012 em que estive em São Paulo por ocasião do Programa de Cooperação Acadêmica – PROCAD-CASADINHO, que tem como objetivo promover o intercâmbio entre o Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO da Universidade Federal do Pará – UFPA e o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – PPGGH da Universidade de São Paulo – USP. Acolhimento esse no coletivo, uma vez que todos os membros do seu grupo, vinculado ao Laboratório de Estudos Regionais em Geografia – LERCEO da USP, contribuíram um pouquinho para esse trabalho.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará – FAPESPA, pela concessão da bolsa de estudos a fim de que eu pudesse viabilizar a construção da pesquisa.

Agradeço muitíssimo ao meu companheiro de todos os momentos, o Bruno Angelim. Seu amor e seu companheirismo foram imprescindíveis nesses oito anos de convivência, apoiando-me incondicionalmente em cada passo que dei. A você todo o meu amor, respeito e a minha admiração.

Agradeço a professora Cecília Basile por todas as informações e orientações, por todas as vezes que me incluiu nas reuniões do Conselho da Jusante – CONJUS e por ter me

apresentado boa parte das pessoas que eu deveria entrevistar. Sem a sua ajuda eu não teria conseguido.

Um agradecimento carinhoso aos amigos Michel, Antônio Carlos e Juan, com os quais convivo desde os tempos de graduação. O Michel e o Antônio Carlos se tornaram colegas também no mestrado e, com o primeiro, julgo ter tido uma nova oportunidade de convivência para o fortalecimento de nossa amizade que passou por momentos turbulentos durante a graduação. E o Juan, apesar de nosso afastamento nesse período, esteve comigo em pensamentos.

Aos queridos amigos/companheiros/irmãos Larisse, Ana, Vitor, Andréia, Fabrício e Priscila eu agradeço, especialmente por compreenderem a minha ausência durante esses anos de mestrado. E agradeço também ao Weslly Santana que, mesmo com o pouco tempo de convivência e a distância posterior, contribuiu com seus conselhos e seu carinho para a minha formação.

Sou muito grata também aos colegas do mestrado de Belém, especialmente Enivaldo, Vera, Danusa, Marlon, além dos colegas da USP com os quais desenvolvi um bom diálogo acadêmico. São pessoas com as quais tive o prazer de conviver, com os quais vivi momentos bons e que vou levar sempre comigo.

Agradeço aos colegas Bruno Malheiro, Tatiane Costa, Márcio Amaral, Rovaine Ribeiro e Marcos Alexandre pelo incentivo em diferentes momentos da minha trajetória acadêmica.

Aos amigos “procadianos” eu também agradeço. Márcio, Felipe Giordano, Adalberto e especialmente à Alessandra, com a qual convivi durante quatro meses em São Paulo. Para a minha ida a São Paulo foi fundamental o apoio dos professores Maria Goretti Tavares, Saint-Clair Trindade Jr. e Cristina Senna. Obrigada a vocês por todo o estímulo. Essa experiência de fato foi fundamental para a minha formação.

Um muito obrigada aos professores do mestrado de Belém Maria Goretti Tavares, Saint-Clair Trindade Jr., Janete Oliveira, José Júlio Lima, João Nahum, Maurílio Monteiro, Gilberto Rocha, Carmena França, Carlos Bordalo, Márcia Pimentel, além das professoras do mestrado de São Paulo Sandra Lencioni, Ana Fani Carlos, Amélia Damiani, Rita Cruz e Glória Alves. São professores com os quais muito aprendi e que carregarei como exemplos de seriedade. As reflexões presentes neste trabalho refletem o diálogo com cada um.

A Marlene Oliveira também merece um agradecimento especial por toda a paciência que teve conosco nesses dois anos de mestrado.

Sou grata também aos amigos Estêvão Barbosa (que muito me ajudou na minha estadia em São Paulo), Gesiane Oliveira e Débora Aquino (a Doti), colegas com as quais convivi pouco nos últimos anos devido aos compromissos do mestrado, mas que tanto admiro como pessoas e pelo trabalho que realizam.

Agradeço aos representantes da Centrais Elétricas da Região Norte do Brasil S.A – ELETRONORTE, especialmente o Augusto, o Maurício Pontes, o Yvonaldo Bento e o Crisógno Frazão, que abriram as portas da empresa todas as vezes que precisei, e ao Bosco Favacho, por todas as informações e esclarecimentos.

Agradeço muitíssimo a todos os representantes dos movimentos sociais e sindicais e do poder público dos cinco municípios do Baixo Tocantins por mim entrevistados, que gentilmente abriram as portas de suas casas e de suas instituições para que eu pudesse levantar os dados da pesquisa. Essas pessoas, com sua simplicidade, simpatia e bom humor reafirmam a certeza de que as coisas mais simples da vida acabam por serem as mais importantes.

Na esteira do que escreveu Henri Lefebvre, muito se fala em “direito à cidade”. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias de governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão.

Milton Santos

RESUMO

COSTA, G. K. G. A AMAZÔNIA RIBEIRINHA E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí (PPDJUS). 2013. 200 f. Dissertação (mestrado em geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

A pesquisa consiste em estabelecer relação entre as políticas de desenvolvimento regional e as particularidades da região do Baixo Tocantins, levando em consideração o processo de planejamento participativo desenvolvido na região por meio do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí – PPDJUS. No contexto do referido plano, a pesquisa analisa o planejamento e a gestão regional, levando em consideração os limites e as possibilidades da participação popular, a articulação entre as escalas municipais e o reatamento na gestão à escala regional e, por fim, a concepção de desenvolvimento proposta no plano e sua consonância às particularidades regionais. Como metodologia para a realização do trabalho procedeu-se a levantamento e análise bibliográfica; levantamento e análise documental (PPDJUS, convênios e projetos); e entrevistas semi-estruturadas com representantes dos movimentos sociais e sindicais, com representantes do poder público, com representantes das instituições de pesquisa e com representantes da ELETRONORTE. Evidenciou-se, assim, que o modelo de gestão desenvolvido nos conselhos gestores (municipais e regional), criados para a definição de investimentos, representa um avanço em face do processo de negociação dos diversos sujeitos sociais envolvidos no processo (movimentos sociais e sindicais, empresa e poder público), indo ao encontro da ideia de planejamento participativo. No entanto, os limites à participação ainda são evidentes devido à participação restrita a poucas lideranças, à institucionalização dos movimentos sociais e à presença ainda fortalecida da cultura política conservadora, baseada em relações tradicionais. Apesar dessas fragilidades, essa proposta de desenvolvimento, que considera a variável ambiental e a proposição de projetos a partir das demandas das bases, apresenta maiores condições de ajustar-se às particularidades regionais, ao contrário das políticas mais recentes do governo federal que articulam a região, mais voltadas às demandas do desenvolvimento econômico e do mercado internacional.

Palavras-Chave: Planejamento Participativo. Desenvolvimento. Baixo Tocantins. PPDJUS.

ABSTRACT

COSTA, G. K. G. THE RIVERIAN AMAZON AND THE REGIONAL DEVELOPMENT POLICIES: The region of the lower Tocantins in the context of conception and management of the Popular Plan of Sustainable Development of the downstream region of Hydroelectric Plant Tucuruí (PPDJUS). 2013. 200 p. Dissertation (Masters Degree in Geography) - Institute of Philosophy and Humanities, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

The survey consists to establish a relation between regional development and specific characteristics of the region of the lower Tocantins, seeing the participatory planning process developed in that region by the Popular Plan of Sustainable Development of the downstream region of Hydroelectric Plant Tucuruí - PPDJUS. In the context of the mentioned plan, the survey analyses the regional development and management, considering the limits and possibilities of popular participation, the articulation between municipal scales and their consequences on regional scale, and finally, the conception of development proposed in the plan, according to regional particularities. As a methodology to develop this work was used survey and literature review; research and document analysis(PPDJUS, agreements and projects); and semistructured interviews with members of social and union movements, members of the government, members of research institutions and representatives of ELETRONORTE. Became evident that the management model developed in management councils (municipal and regional), created for the definition of investment, represents an advance in face of negotiation process of different social subjects involved(social and union movements, enterprise and government), according to the idea of participatory planning. However, the limits of participation are still evident owing to the restricted participation of a few leaders, institutionalization of social movements and the continuous strong presence of conservative political culture, based on traditional relations. In spite of these fragilities, this development proposal, which considers the environmental variable and proposing projects by the base demands, presents major conditions to fit the regional particularities, as opposed to most recent federal government policies which articulate the region, more focused to the demands of economic development of the international market.

Keywords: participatory planning, development, lower Tocantins, PPDJUS

Lista de Tabelas

Tabela 01: Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN - 2004	81
Tabela 02: Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN - 2005	86
Tabela 03: Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN - 2006	87
Tabela 04: Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN - 2007	88
Tabela 05: Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN - 2009	88
Tabela 06: Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN - 2010	93
Tabela 07: Meta de resultado X Custo de desenvolvimento	105

Lista de Quadros

Quadro 01: Genealogia e Dinâmica Municipal do Baixo Tocantins	48
Quadro 02: 1º gestão e composição do Conselho Gestor do PPDJUS	71
Quadro 03: 2º gestão e composição do Conselho Gestor do PPDJUS	71
Quadro 04: 3º gestão e composição do Conselho Gestor do PPDJUS	72
Quadro 05: Sinópsese da estrutura do PPDJUS	73
Quadro 06: Eixo da Estrutura Produtiva	79
Quadro 07: Eixo Infraestrutura	80
Quadro 08: Eixo Ambiental	80
Quadro 09: Desenvolvimento da região na visão dos representantes dos movimentos sociais	99
Quadro 10: Desenvolvimento da região na visão dos representantes das instituições ...	103
Quadro 11: Demandas destacadas pelos representantes dos municípios	107
Quadro 12: Trajetória no movimento social e sindical	111
Quadro 13: Inserção da variável ambiental no setor elétrico	126
Quadro 14: Institucionalização do movimento social no Baixo Tocantins	132
Quadro 15: Enfraquecimento das mobilizações do movimento social no Baixo Tocantins	138
Quadro 16: Atuação dos CONJUS municipais	141
Quadro 17: Relação projeto regional e projeto local	154
Quadro 18: Dificuldades de elaborar e implantar projetos	161

Lista de Mapas

Mapa 01: Região do Baixo Tocantins	21
Mapa 02: Região de Integração do Tocantins	157
Mapa 03: Municípios Integrantes do PPDJUS	159
Mapa 04: Municípios Integrantes do PIRJUS	160

Lista de Fotos

FOTO 01: Feira da cidade de Cametá	37
FOTO 02: Embarcações em frente à cidade de Mocajuba	39
FOTO 03: PA – 151	41
FOTO 04: Escola da Comunidade de Praticiaia, Município de Cametá	84
FOTO 05: Escola de Música “Sal da Terra”, Município de Igarapé Miri	85
FOTO 06: Orla da cidade de Cametá	90
FOTO 07: Escola Municipal na Vila Cacaual, Município de Limoeiro do Ajuru	91
FOTO 08: Caminhões basculantes	92
FOTO 09: Escola Pólo Bom Futuro, Município de Mocajuba.....	94
FOTO 10: Escola Pólo na Comunidade de Santa Maria do Icatú, Município de Igarapé Miri.....	95
FOTO 11: Encontro de Agronegócios na cidade de Mocajuba.....	122
FOTO 12: Encontro de Agronegócios na cidade de Mocajuba.....	123
FOTO 13: IV Encontro Regional de Planejamento do PPDJUS.....	147
FOTO 14: IV Encontro Regional de Planejamento do PPDJUS.....	148

Lista de Figuras

FIGURA 01: Trecho da FNS entre os municípios de Barcarena – PA e Açailândia – MA	170
---	-----

Lista de Siglas

- ADA** - Agência de Desenvolvimento da Amazônia
- AHITAR** - Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia
- ALBRÁS** – Alumínio Brasileiro S. A.
- ALUNORTE** – Alumina Norte do Brasil S.A
- AMBAT** - Associação dos Municípios do Baixo Tocantins
- BASA** – Banco da Amazônia
- CEPASP** – Centro de Prevenção, Apoio Social e Pastoral
- BNDES** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CODESEI** - Consórcio de Desenvolvimento Econômico e Social Intermunicipal
- CONJUS** – Conselho da Jusante
- COMPART** – Consórcio dos Municípios Paraenses Atingidos pelo Reservatório de Tucuruí
- CPRM** - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- CV** - Câmara de Vereadores
- DRT** - Delegacia Regional do Trabalho
- ELETROBRÁS** – Centrais Elétricas Brasileiras
- ELETRONORTE** – Centrais Elétricas da Região Norte do Brasil S.A
- EFC** - Estrada de Ferro Carajás
- EIA** – Estudo de Impacto Ambiental
- FAEPA** - Fed. dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
- FASE** – Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional
- FETAGRI** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
- FNO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
- FNS** – Ferrovia Norte Sul
- IEPs** - Instituições de Ensino e Pesquisa
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** - Ministério da Educação
- MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens
- MCT** - Ministério da Ciência e Tecnologia
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MF** - Ministério da Fazenda
- MIN** - Ministério da Integração Nacional

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

MODERT - Movimento pelo Desenvolvimento da Região Tocantina

MOPEPA - Movimento dos Pescadores do Estado do Pará

MT – Movimento Tocantins

ONG's - Organizações Não Governamentais

PDA - Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia

PDJUS – Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí

PDRS – Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável

PDST – Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno de Tucuruí

PIN – Plano de Integração Nacional

PIRJUS – Plano de Inserção Regional à jusante da UHE-Tucuruí

PIRTUC - Plano de Inserção Regional da Usina Hidrelétrica Tucuruí

PLANTUC - Plano de Dinamização da Região Geoeconômica de Tucuruí

PPDJUS – Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí

PPGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia

PPGGH - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana PPGGH

PROCAD – CASADINHO - Programa de Cooperação Acadêmica

PC - Prelazia de Cametá do Tocantins

PT – Partido dos Trabalhadores

RIMA – Relatório de Impacto de Meio Ambiente

SECTAM – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFPA - Universidade Federal do Pará

UHT – Usina Hidrelétrica de Tucuruí

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - A REGIÃO, OS DESENVOLVIMENTOS GEOGRÁFICOS DESIGUAIS E AS POLÍTICAS DE BASE REGIONAL	28
1.1 - A região como dimensão espacial dos desenvolvimentos geográficos desiguais.....	29
1.2 - Particularidades da Região do Baixo Tocantins.....	34
1.3 - O planejamento, a gestão e a escala regional	42
1.4 - A Região do Baixo Tocantins no contexto das políticas de desenvolvimento regional implementadas na Amazônia.....	47
1.4.1 - O Baixo Tocantins e sua importância no cenário regional até o início do século XX	48
1.4.2 - O contexto pós-1960, a estagnação regional e os “grandes objetos”	55
1.4.3 – A dimensão dos impactos socioambientais à jusante pela construção da barragem de Tucuruí.....	61
CAPÍTULO 2 – O PPDJUS COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	65
2.1 - Diretrizes e estrutura do PPDJUS.....	66
2.2 - Projetos executados no âmbito da gestão do PPDJUS no período de 2003 a 2013...81	
2.3 - O desenvolvimento na visão dos sujeitos sociais envolvidos na gestão do PPDJUS	99
CAPÍTULO 3 – LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO PPDJUS	110
3.1 - Formação do movimento social e sindical no Baixo Tocantins.....	111
3.2 - Reconstituição da luta por compensação financeira pelos impactos sofridos pela construção da barragem	118
3.3 - Limites à participação popular	127

3.4 - Possibilidades à participação popular.....	145
--	-----

CAPÍTULO 4 – OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BAIXO TOCANTINS152

4.1 – Articulação entre as escalas municipais e o reatamento na gestão à escala regional no âmbito do PPDJUS.....	153
---	-----

4.2 - Projetos de desenvolvimento articulados à Região do Baixo Tocantins – pensando no desenvolvimento para além do âmbito do PPDJUS	165
---	-----

4.2.1 – Projetos já consolidados	166
--	-----

4.2.2 – Projetos em vias de consolidação	169
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	188
------------------	-----

APÊNDICES	196
-----------------	-----

Introdução

No debate estabelecido entre as políticas de desenvolvimento regional e as particularidades socioespaciais que caracterizam uma determinada região, emerge para investigação neste trabalho a região do Baixo Tocantins¹, no nordeste do Estado do Pará. Essa região possui uma formação socioespacial que remonta ao período colonial de ocupação da Amazônia, uma vez que alguns dos núcleos de povoamento mais antigos da região aí estão presentes, estruturados às margens do rio Tocantins. Desta forma, a região acompanhou as diversas transformações pelas quais passou a Amazônia, sendo, por isso, resultado, meio e condição da dinâmica socioeconômica regional, considerando uma leitura relacional desse espaço.

É importante evidenciar que uma premissa fundamental para compreender as particularidades dessa região é a sua histórica e forte relação com as dinâmicas da natureza. Essa evidência pode ser constatada pela incorporação da região nas principais expressões socioeconômicas desenvolvidas na Amazônia – inicialmente com a exploração das drogas do sertão, depois com a política pombalina do desenvolvimento de uma agricultura comercial, em que a região se inseriu com a atividade cacaeira, e posteriormente com o desenvolvimento da economia da borracha, na qual a região tem sua importância diminuída – e também pela importância do rio e da floresta para a “(sobre)vivência”² (SILVA; MALHEIRO, 2005) cotidiana da população. Essa importância é reafirmada em cada momento histórico, seja como recurso – a exemplo do extrativismo animal (o pescado no rio) e vegetal (açaí na floresta) -, seja como via de circulação (TRINDADE JR., 2009).

Essa particularidade da relação com as dinâmicas da natureza ainda hoje se faz muito presente, não apenas pela (re)sistência cultural da população, mas também porque nas últimas décadas a região não foi diretamente inserida nas políticas territoriais desenvolvimentistas planejadas para a Amazônia. Isso não significa dizer, como crêem visões tradicionalistas sobre a identidade das populações ribeirinhas na Amazônia, que a região haja se isolado, como algo autônomo do movimento da história e da dinâmica socioespacial e cultural regional (CRUZ, 2008). Ao contrário dessas visões, identifica-se claramente que a região incorpora a dimensão do novo e do moderno, seja pela recente inserção de redes técnicas (rodoviária, telecomunicação, energia de origem hidrelétrica), ainda que inicialmente de

¹ A região do Baixo Tocantins aqui considerada é formada por municípios localizados e/ou influenciados direta ou indiretamente pela dinâmica do rio Tocantins, em seu baixo curso. Inclui os municípios de Limoeiro do Ajuru, Cametá, Igarapé Miri, Mocajuba, Baião, Abaetetuba, Moju, Oeiras do Pará e Barcarena.

² Referência aos encontros em sua dupla dimensão, a econômica e a simbólico-cultural.

forma precária (TAVARES, 1999), seja pela presença cada vez mais forte de uma “psicosfera” urbana (SANTOS, 1994), que constitui uma difusão da sociedade urbana, seja ainda pela dimensão dos impactos socioambientais trazidos à região pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí - UHT à montante do rio Tocantins. Isso pode ser constatado, por exemplo, na diminuição da quantidade e variedade do pescado e na alteração do nível de várzea, que, por sua vez, influencia a produtividade agrícola, modificando, assim, a relação homem-natureza ali presente (TRINDADE JR., 2008).

Esse último ponto mencionado, a dimensão dos impactos socioambientais da construção da barragem de Tucuruí, em virtude de uma intensa mobilização dos movimentos sociais dos municípios à jusante, deu origem ao Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí - PPDJUS, que tem como objetivo o desenvolvimento de ações compensatórias nesses municípios. O plano busca a promoção do desenvolvimento regional, pautado no planejamento participativo, na sustentabilidade e na aliança entre os sujeitos sociais (BRASIL, 2003a).

Uma vez que este plano foi discutido mais diretamente com a sociedade, como uma alternativa ao desenvolvimento estratégico há décadas implantado na Amazônia e que pouco leva em consideração as demandas dos sujeitos sociais locais, problematiza-se a sua consonância com as especificidades de uma tradicional região ribeirinha da Amazônia.

As políticas de desenvolvimento regional destinadas à Amazônia pós-década de 1950 foram consolidadas seguindo a lógica econômica de grandes projetos (hidrelétricos, minerais, industriais e agropecuários) e a lógica de intervenção do Estado. Seguindo os preceitos da integração nacional e do desenvolvimento marcadamente econômico, essas políticas possuíam um caráter seletivo, sendo estabelecidas em territórios atrativos para tal fim, configurando áreas mais dinâmicas do ponto de vista econômico e outras que estiveram à margem desse processo.

É necessário levar em consideração que mesmo as áreas mais dinâmicas economicamente não gozaram de transformações no que concerne às mudanças sociais positivas. Ao contrário dessa constatação, verificou-se uma transformação da estrutura e da dinâmica dos sistemas regionais sedes de grandes projetos, uma vez que alteraram a base material-geográfica anterior e afetaram os circuitos de acumulação tradicionais, desestruturando os sujeitos sociais preexistentes e seu poder político (ROCHA, 2008).

Para compor a presente pesquisa, buscamos problematizar os limites e as possibilidades do desenvolvimento regional em uma região ribeirinha tradicional da

Amazônia, a do Baixo Tocantins, que, como tantas outras, não se inseriu diretamente no circuito de grandes investimentos público-privados destinados à região amazônica.

Neste caso, não se almeja problematizar o desenvolvimento marcadamente voltado ao desenvolvimento da economia, já amplamente projetado na Amazônia, por meio dos planos de desenvolvimento regional, e concretizado com grandes projetos de infraestrutura (rodovias, hidrelétricas etc) e de exploração dos recursos naturais, uma vez que diversos teóricos, como Becker (2001) e Porto-Gonçalves (2008) vêm constatando seu caráter exógeno, em grande medida alheio às dinâmicas regionais e gerador de grandes impactos do ponto de vista socioambiental.

Se este modelo de desenvolvimento – que privilegia o econômico, baseado em diagnósticos, com forte intervenção do Estado e da iniciativa privada – não teve como consequência mudanças socioespaciais positivas, faz-se necessário pensar e avaliar modelos alternativos que possuam o caráter do planejamento participativo, e que possam levar em consideração as especificidades regionais das diversas regiões amazônicas.

É com esse intuito que tomamos como objeto a relação entre as políticas de desenvolvimento regional e a sua consonância com as especificidades socioespaciais das tradicionais regiões ribeirinhas amazônicas, e elegemos como área de estudo a região do Baixo Tocantins. Esta região foi selecionada para o desenvolvimento deste trabalho porque é protagonista do plano de desenvolvimento regional anteriormente citado, o PPDJUS.

Este plano é consequência das intensas reivindicações dos movimentos sociais organizados estabelecidos nos municípios que compõem a região à jusante da UHT por compensações financeiras, destinadas ao desenvolvimento regional, por consequência dos impactos socioambientais sofridos pela construção da usina.

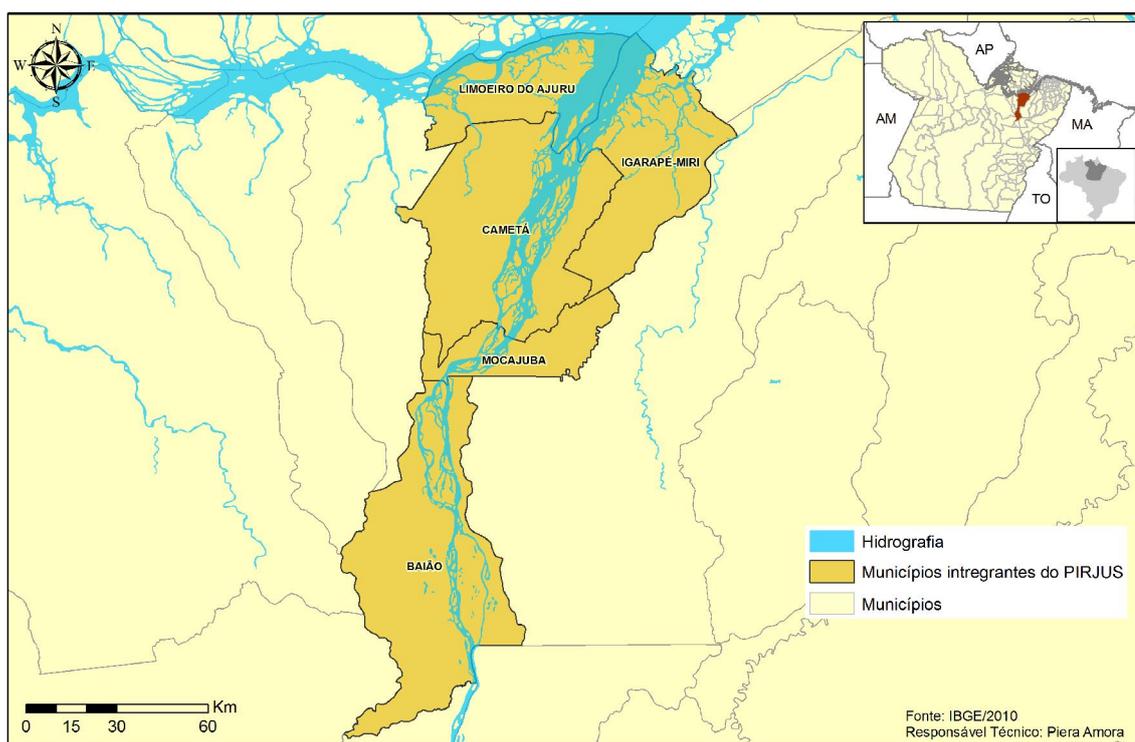
O plano é fruto de um processo originado na década de 1970, nas reivindicações da sociedade - envolvendo poderes públicos locais, instituições de ensino e pesquisa e movimentos sociais - por ações compensatórias por parte da estatal ELETRONORTE (responsável pela usina) e governo federal pelos impactos causados pela barragem de Tucuruí na região à jusante (FERREIRA, 2008, p.10).

A UHT começou a ser construída na década de 1970 e entrou em operação em 1985, antes da promulgação da regulamentação que obrigava a realização de estudos de impacto ambiental. Desta forma, não foram realizados estudos sistemáticos de avaliação de impacto ambiental e desde então a sociedade civil organizada luta pela inserção regional.

O PPDJUS articula nove municípios da região à jusante da UHT, sendo cinco deles já considerados impactados pelo licenciamento ambiental – Cametá, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri – e os outros quatro também pertencentes à região do Baixo Tocantins – Barcarena, Abaetetuba, Mojú e Oeiras do Pará – encontram-se em processo de reconhecimento legal dos impactos socioambientais reclamados, por meio da realização de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto de Meio Ambiente - RIMA.

Neste trabalho, consideraremos a avaliação apenas nos cinco primeiros municípios devido ao planejamento e à gestão concernentes ao plano estarem mais desenvolvidos nos mesmos, como demonstrado no mapa 01 abaixo. Este destaca os municípios que receberam investimentos da ELETRONORTE, por meio do seu Plano de Inserção Regional – PIRJUS no Baixo Tocantins, atrelado à política de desenvolvimento proposta no PPDJUS.

Mapa 01: Região do Baixo Tocantins



Duas etapas devem ser consideradas no processo de elaboração do PPDJUS. Na primeira etapa, as pesquisas qualitativas, as entrevistas e as reuniões técnicas com dirigentes das prefeituras e parte das lideranças locais deram origem a estudos e análises da região, posteriormente dando suporte à elaboração do documento de versão preliminar do plano da jusante (BRASIL, 2003a).

Para que as obras da segunda etapa da UHT pudessem ser realizadas, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, hoje Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, órgão ambiental licenciador, colocou como condicionante o desenvolvimento de ações compensatórias na região à jusante. Com base nessa determinação, a ELETRONORTE deveria patrocinar a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para a região à jusante nos moldes do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Entorno de Tucuruí – PDST existente à montante. Essa etapa foi conduzida pela empresa de consultoria técnica Multivisão Prospectiva e Planejamento, contratada pela ELETRONORTE (BRASIL, 2003a).

Em uma reunião realizada no dia 15 de abril de 2003, no Consórcio de Desenvolvimento Econômico e Social Intermunicipal – CODESEI, em Belém, foi apresentada a versão preliminar do PPDJUS aos sujeitos sociais da região, entre eles, prefeitos, vereadores e movimentos sociais e sindicais do Baixo Tocantins. Os mesmos deliberaram pela reformulação do documento apresentado, em face da necessidade de realização de amplas consultas populares, considerando a melhor definição das prioridades de investimentos, estratégias de desenvolvimento e consolidação de um plano de desenvolvimento regional.

Quando as entidades sociais foram chamadas a Tucuruí para conhecer o PPDJUS, houve uma discordância dos resultados ali constatados e dos objetivos que estavam longe das reais demandas do Baixo Tocantins. As populações ali presentes eram em sua maioria ribeirinhos de todo o Baixo Tocantins, inclusive Cametá. Estavam reivindicando um plano do qual pudessem participar e dizer em que pontos realmente foram atingidos pela UHE de Tucuruí, explicitando suas reais necessidades. Não era de conhecimentos das entidades de Cametá, por exemplo, a metodologia aplicada, número de entrevistados, locais selecionados e os critérios para a seleção das áreas que seriam alvo das políticas públicas e as da ELETRONORTE (ARNAUD, 2010, p.109).

Considerando essas reivindicações, definiu-se pela reformulação do PPDJUS, tendo em vista atividades de planejamento participativo com oficinas, plenárias e reuniões. Tais

atividades foram conduzidas por um grupo composto por representantes das prefeituras, câmaras municipais, movimentos sociais e sindicais, ELETRONORTE, entidades governamentais e não-governamentais e instituições de ensino e pesquisa. Esses encontros aprofundaram o debate sobre o desenvolvimento regional sustentável da região à jusante, articulando todos os sujeitos sociais envolvidos nesse processo.

É nesse contexto que a ELETRONORTE, após reivindicações dos representantes dos movimentos, refaz o caminho da construção do Plano e a sociedade passa a ter o direito de decisão e de apresentar seus próprios problemas, a partir da criação de outro plano: o PPDJUS (Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE-Tucuruí), concluído em 2004 e com a formação de um conselho gestor do PPDJUS de acompanhamento das obras do plano, o CONJUS. Assim, o PPDJUS altera as relações da ELETRONORTE com os atores sociais da região, e representa uma conquista dos movimentos sociais do Baixo Tocantins (ARNAUD, 2010, p.109).

Considerando que este trabalho tem como objeto de estudo estabelecer relação entre as políticas de desenvolvimento regional e as particularidades da região do Baixo Tocantins, levando em consideração as potencialidades sociais dessa região, pela forte presença das horizontalidades (SANTOS, 2008), apreciadas por relações não plenamente inseridas nas dinâmicas de reprodução ampliada capitalistas, considera-se a relevância da análise do PPDJUS, uma vez que este plano, como política de desenvolvimento regional, busca

promover, de forma participativa e com responsabilidade partilhada, um processo amplo de mudança e de reorganização da economia e da sociedade regional, combinando a elevação da qualidade de vida da população com o crescimento econômico e a conservação ambiental, em um período de 20 anos (2002 - 2020) (BRASIL, 2003a, p.19).

Até 2003, tal política de compensação para regiões à jusante era inédita no setor elétrico. Ainda assim, os grupos sociais da região à jusante fortaleceram as reivindicações para que a empresa assumisse uma política de compensação do empreendimento.

Neste ano, o governo Lula inicia a reformulação dos conceitos e critérios adotados pela Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS para a definição de populações e regiões atingidas por barragens e sua política de compensação dos impactos socioambientais. Novos mecanismos de planejamento e gestão das ações compensatórias também foram propostos, estabelecendo políticas propositivas para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridos

os empreendimentos hidrelétricos. É a partir dessas concepções que se identifica a construção do PPDJUS e seus conselhos gestores participativos e a nova relação estabelecida pela ELETRONORTE, a partir de 2003, com o Baixo Tocantins (BRASIL, 2003a).

Partimos da ideia de que a região do Baixo Tocantins possui um enorme potencial social, no sentido de ter condições de se autoinstituir. Emerge, dessa forma, um profícuo debate sobre a autonomia, que, no entender de Souza (2008), constitui a base do desenvolvimento, este encarado como o processo de autoinstituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade. Problematiza-se, assim, a relação entre desenvolvimento, particularidades regionais e autonomia, desdobrada nas seguintes questões:

- a concepção de desenvolvimento proposta no PPDJUS leva em consideração as particularidades socioespaciais da região do Baixo Tocantins?
- quais as potencialidades e os limites da participação da população da região do Baixo Tocantins nas discussões sobre a concepção e a gestão do PPDJUS?
- como se estabelece o diálogo entre as diversas escalas municipais da região e como isso se traduz na gestão à escala regional?

É importante evidenciar que a discussão a partir do PPDJUS, neste trabalho, faz parte de um debate mais amplo, que é a avaliação das contribuições das iniciativas populares em seus planos, programas e projetos para a real possibilidade do desenvolvimento regional. Nesse sentido, avaliam-se as iniciativas da sociedade organizada e as possibilidades e limites da participação popular na deliberação das ações.

A partir dessa problematização, foram estabelecidos os objetivos da pesquisa. O objetivo geral é analisar o planejamento e a gestão na região do Baixo Tocantins no contexto da implantação do PPDJUS e a relação deste plano com as particularidades socioespaciais da região. Como desdobramento desse objetivo, estabeleceram-se três objetivos específicos, quais sejam: identificar e analisar a concepção de desenvolvimento proposta no PPDJUS e sua relação com as particularidades socioespaciais da região do Baixo Tocantins; analisar a inserção da população da região do Baixo Tocantins nas discussões da concepção e da gestão do PPDJUS; analisar a articulação entre as escalas municipais e o rebatimento na gestão à escala regional.

O PPDJUS representou um avanço na mudança da relação dos empreendimentos hidroelétricos com as regiões à jusante, fortalecida com a participação da sociedade em seu

desenvolvimento. Porém, as hipóteses que guiam o desenvolvimento deste trabalho sustentam que o plano e o seu desdobramento na gestão ainda apresentam limites para um maior grau de desenvolvimento da participação popular, assim como a premissa do desenvolvimento sustentável representa limite em face das potencialidades sociais da região. Ao mesmo tempo, delineiam-se limites para a gestão à escala regional, influenciada, entre outros fatores, por conflitos entre a escala municipal e a regional.

Os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do trabalho refletem uma pesquisa de carácter qualitativo. Segundo Günther (2006), a pesquisa qualitativa possui quatro bases teóricas: a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no carácter social e na reflexão; c) as condições objetivas de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o carácter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Com o intuito de se realizar uma maior aproximação da realidade investigada, elegeu-se um conjunto de técnicas que permitiram a instrumentalização da análise. Em um primeiro momento, realizamos levantamento e análise bibliográfica. Nesta etapa da pesquisa, levantamos as principais categorias, conceitos, definições e noções a partir das teorias que orientam a argumentação. Como teoria de base, utiliza-se a teoria da produção social do espaço (LEFEBVRE, 2000), que permite entender a realidade como espaço socialmente produzido, que é dotado de múltiplas dimensões. Como teoria secundária utiliza-se a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais³ (HARVEY, 1996 e 2004), e como apoio a essa teoria, utiliza-se também a teoria do desenvolvimento desigual (SMITH, 1988). Essas teorias permitiram a discussão de categorias relevantes para a composição da argumentação, como região, escala, desenvolvimento e espaço.

Além desse levantamento de carácter mais conceitual, realizamos também levantamento bibliográfico de carácter mais histórico-geográfico para subsidiar a análise da região do Baixo Tocantins no contexto de sua formação socioespacial e de sua inserção nas políticas de desenvolvimento regional.

Em um segundo momento da pesquisa realizamos levantamento e análise documental. Este procedimento ocorreu por meio de documentos públicos, uma vez que analisamos o

³ Mantemos, neste trabalho, a terminologia no plural para desenvolvimentos geográficos desiguais, tal como foi traduzida na edição em português, por não termos acesso ao livro original em inglês. No entanto, é possível que a terminologia pluralizada em inglês não implique que o mesmo se faça em língua portuguesa.

PPDJUS (2003) e os convênios e projetos do PIRJUS da ELETRONORTE (2004; 2005; 2006; 2007; 2009; 2010). Esses documentos foram levantados na ELETRONORTE e nas instituições públicas municipais.

No terceiro momento da pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas, que configuram um tipo de entrevista qualitativa. Na entrevista semiestruturada individual, a cosmovisão, o mundo da vida pessoal do entrevistado, é explorado em detalhe (GASKELL, 2008). Nas entrevistas semiestruturadas as perguntas são normalmente específicas, mas o entrevistador está livre para ir além das respostas (MAY, 2004).

Selecionamos para as entrevistas semiestruturadas os representantes do poder público dos cinco municípios à jusante (Baião, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri); os líderes dos movimentos sociais e sindicais, Movimento em Defesa da Região Tocantina - MODERT, Colônia dos Pescadores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETRAGRI; representantes da ELETRONORTE e representantes das instituições de pesquisa (Universidade Federal do Pará). A entrevista mostra-se de extrema relevância para o conhecimento da realidade estudada porque nos apresenta a realidade a partir do ponto de vista dos entrevistados. Vislumbramos, dessa forma, os conflitos, os anseios, as aspirações, os dilemas dos sujeitos sociais.

Este trabalho se estrutura em torno de uma abordagem dialética e tem como princípios e elementos de análise a contradição e o conflito como centrais. Portanto, buscamos inspiração no materialismo histórico e dialético para a compreensão dos fenômenos sociais. Julgamos ser pertinente, especialmente em estudos de realidades como o Baixo Tocantins, que o espaço seja analisado em todas as suas dimensões (LEFÈBVRE, 2000).

A dissertação é constituída de quatro capítulos. No primeiro empreendemos uma discussão sobre a categoria região e sua relação com a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais. Nessa discussão, a região é discutida a partir de uma dinâmica relacional, que articula múltiplas escalas, inter-relacionando aspectos sociais e ecológicos. Esse debate referencia a análise das particularidades da Região do Baixo Tocantins no tópico subsequente. Analisamos também o planejamento, a gestão e o desenvolvimento regional, sem desvinculá-los de uma discussão acerca da produção do espaço, uma vez que é no espaço que se vislumbram os conflitos para muito além da ideia de luta de classes. Finalizamos esse capítulo com a caracterização e formação socioespacial da região do Baixo Tocantins, contextualizando a sua inserção nas políticas de desenvolvimento implementadas na

Amazônia. Esta caracterização está dividida em três partes. A primeira evidencia a importância do Baixo Tocantins no cenário regional amazônico até o início do século XX. A segunda parte apresenta o contexto pós-1960, chamando atenção para a estagnação regional e a instalação de “grandes objetos” (SANTOS, 1995), que influenciaram a dinâmica da região. A terceira parte apresenta de forma mais detalhada a dimensão dos impactos socioambientais à jusante pela construção da barragem de Tucuruí.

O segundo capítulo empreende uma discussão do PPDJUS no âmbito do planejamento e da gestão. Discute os princípios metodológicos e os objetivos que orientaram a construção do Plano, apresenta as principais obras desenvolvidas e os principais dilemas da gestão na escala regional. Discute ainda as visões sobre o desenvolvimento dos principais grupos envolvidos no processo.

O terceiro capítulo discute as possibilidades e os limites da participação popular na concepção e na gestão do PPDJUS, considerando todos os antecedentes que levaram à construção do plano.

Por fim, o quarto capítulo, analisa a articulação entre as escalas municipais e o seu rebatimento na gestão à escala regional no âmbito do PPDJUS. Posteriormente relaciona as obras de infraestrutura e de desenvolvimento da monocultura do dendê nas quais a região é integrada mais recentemente e os imaginários sociais que são criados com as expectativas em relação às obras. Nesse momento são evidenciadas as políticas contraditórias do governo federal para a região do Baixo Tocantins, considerando o PPDJUS e os projetos anteriormente referidos.

***Capítulo 1 - A região, os desenvolvimentos geográficos desiguais e
as políticas de base regional***

1.1 - A região como dimensão espacial dos desenvolvimentos geográficos desiguais

Tomando a categoria região como central no desenvolvimento deste trabalho, não poderíamos desenvolvê-la sem antes compreender o espaço socialmente produzido, que dará origem ao processo de diferenciação de áreas associado à formação das regiões. O intuito de associar a ideia de região a uma espacialidade relacional tem a ver com o avanço em face de concepções clássicas, como a que considera a região como um sistema fisiográfico *a priori*, tomando os elementos naturais como decisivos na consideração das diferenças regionais; ou como a combinação harmônica de processos naturais e socioeconômicos, definindo a formação de gêneros de vida; ou ainda como área de influência de determinados pólos econômicos em uma leitura dos modelos econômicos desenvolvimentistas (TRINDADE JR., 2009).

Neste caso, a consideração do espaço como multidimensional e socialmente produzido na leitura de Lefèbvre (2000, 2008) guia a compreensão da região como formação territorial e socioeconômica decorrente de processos históricos que explicam a natureza das relações e dos elementos espaciais.

Nessa leitura, o espaço não é apenas um produto, uma mercadoria e muito menos apenas um receptáculo. É um produto que interage na sua própria produção por meio das relações de produção e das forças produtivas. É ao mesmo tempo produto e produtor, suporte das relações econômicas e sociais. Portanto, um espaço social, que, por sua vez, é dialético, dinâmico e processual.

Compreendê-lo assim, passa por analisar a prática social que se faz dele. Na prática espacial, o espaço é percebido em suas dimensões múltiplas. A prática espacial no espaço percebido, apreendido, associa as representações do espaço (espaço concebido) e o espaço das representações (espaço vivido) (LEFÈBVRE, 2000).

O espaço concebido relaciona-se à ordem das relações de produção, tornando-se dominante na sociedade capitalista. Ligado aos conhecimentos, às técnicas, aos signos, é associado às representações do espaço, que se distancia das relações imediatas. Neste caso, a ordem distante projeta-se na realidade prático-sensível, contribuindo para isso as ideologias que refletem imagens da sociedade hegemônica. Seabra (1996) relaciona esse espaço a um cotidiano pensado, em relação dialética com o espaço vivido, já que não há ruptura entre ambos, erigindo-se o cotidiano pensado entre o pensamento e a vida.

O espaço percebido ou prática espacial corresponde à apropriação dos espaços projetados, ao uso que se faz dos mesmos. Portanto, torna-se uma mediação entre a ordem

distante e a ordem próxima, uma vez que as representações mentais atribuem funcionalidades e significados aos conjuntos espaciais próprios de cada formação social.

O espaço vivido ou espaço de representação constitui as fissuras sociais que não se deixaram aprisionar pela ordem dominante. O uso, portanto, prepondera e corresponde ao domínio do que é vivido sob os termos da apropriação. De forma complementar, Seabra (1996) argumenta que no espaço vivido se dá o embate entre trajetórias distintas, entre a apropriação (referenciada a qualidades, a atributos) e a propriedade (referenciada a quantidades, a comparações quantitativas, a igualações formais, ao dinheiro), entre o uso e a troca.

Para Lefèbvre (2008), o espaço não deve ser concebido nem como ponto de partida (espaço absoluto), nem como ponto de chegada (espaço como produto social), mas como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade. Assim, o espaço é concebido como relacional, ou seja, um espaço que contém e está contido em um mundo de relações. Harvey (1980) considera que:

Se tomarmos o espaço como absoluto, ele se torna uma “coisa em si mesma” com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos utilizar para classificar ou para individualizar fenômenos. A caracterização de um espaço relativo propõe que ele deve ser entendido como uma relação entre objetos, a qual existe somente porque os objetos existem e se relacionam. Há outra acepção segundo a qual o espaço pode ser tomado como relativo, e proponho chamá-lo espaço relacional – espaço tomado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto existe somente na medida em que contém e representa dentro de si próprio as relações com outros objetos (HARVEY⁴, 1980 *apud* HAESBAERT, 2010, p.161).

Desta forma, o espaço geográfico é produzido socialmente, não podendo mais ser visto como receptáculo, ou palco onde a sociedade atua. Smith (1988), ao evidenciar a produção do espaço pelo capital, mostra que

as relações espaciais são geradas “logicamente”, mas tornam-se “dialecizadas” através da atividade humana no espaço e sobre ele. É este espaço “dialecizado” e de conflito... que produz a reprodução, introduzindo nele suas múltiplas contradições (SMITH, 1988, p.139).

² HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

Desta forma, o espaço torna-se produto, condição e meio das relações sociais (LEFÈBVRE, 2000). Essas relações devem ser concebidas de forma contraditória, uma vez que o espaço não se torna homogêneo.

O surgimento das regiões é um reflexo dessa dimensão espacial da sociedade. A região é uma categoria de muita relevância na ciência geográfica, e que pode assumir feições diversas de acordo com a espacialidade a qual aparece prioritariamente vinculada.

No estudo do tema região, fica claro que o espaço não pode ser excluído da análise, porque sem ele se torna impossível apreender o fenômeno regional. A dimensão espacial constitui-se numa determinação de existência da região, por isso é considerada uma categoria (BREIBACH, 1988, p.46).

Corrêa (2002) apresenta a inserção do conceito de região dentro de um quadro teórico, apoiado na lei do desenvolvimento desigual e combinado proposta por Trotsky, para compreender a diversidade da superfície da terra sob a ação humana ao longo do tempo. Assim, a dimensão espacial desta lei se verifica através do processo de regionalização, ou seja, de diferenciação de áreas.

Para a compreensão das conexões entre esta lei e o conceito de região, Corrêa (2002) analisa a gênese e a difusão do processo de regionalização e o mecanismo de diferenciação de áreas no modo de produção capitalista.

Em relação ao primeiro aspecto, o autor mostra que as sociedades originárias tiveram, ao longo do tempo e do espaço, um desenvolvimento diferenciado, isto é, os processos internos de diferenciação e a difusão dos processos de mudança deram-se de modo desigual.

Com o mecanismo de diferenciação de áreas no modo de produção capitalista, Corrêa (2002) identifica: a divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali, o desenvolvimento de meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história, que definem o como se realizará a produção; a ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles; a ampla articulação, através dos progressivamente mais rápidos e eficientes meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital.

Smith (1988) caracteriza o desenvolvimento desigual como a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estruturação do capital. Para isso, o capital produz não apenas espaço, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência. Este autor compreende o desenvolvimento

desigual a partir do desenvolvimento das forças produtivas, enfatizando, nesse sentido, o processo de divisão territorial do trabalho.

Acreditamos que essa argumentação da teoria do desenvolvimento desigual a partir do processo de divisão territorial do trabalho seja de extrema relevância, até por mostrar o movimento do capital neste processo. Essa leitura permite evidenciar uma visão da dimensão espacial mais estrutural, o que possibilita analisar as dinâmicas do modo de produção. No entanto, achamos necessário analisar também uma dimensão menos estrutural do espaço, por acreditar que os processos de diferenciação não se dão apenas a partir do movimento do capital, mas também a partir da formação socioeconômica peculiar a cada região geográfica.

Assim, a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais de Harvey (2004) contribui para que se identifiquem as diferenças geográficas também a partir dos processos internos de diferenciação, processos esses que têm que ser compreendidos na sua articulação com processos gerais.

Nessa discussão, Harvey (2004) propõe, em primeiro lugar, compreender a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais a partir da produção de escalas espaciais. Inspirado em Swyngedouw (1997), Harvey (2004) argumenta que “as escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações (...)” (SWYNGEDOUW⁵, 1997 *apud* HARVEY, 2004, p.109). Dessa forma, as escalas espaciais são produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas. É assim que Harvey (2004) propõe a “produção da escala” nos assuntos humanos, atribuindo-lhe o papel de um dos aspectos vitais de toda a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais.

Para compreender esta teoria, Harvey (2004) também propõe a análise da produção da diferença geográfica. Essa produção se dá através da somatória de legados histórico-geográficos do passado e também por meio do modo como as diferenças geográficas estão sendo produzidas no presente. E ainda acrescenta que os processos de diferenciação são tão ecológicos e sociais quanto puramente econômicos. Desse modo, esta teoria permite-nos visualizar o processo de diferenciação pela imbricação de escalas espaciais, pela somatória dos legados histórico e geográficos do passado e pelas mudanças que ocorrem no presente.

⁵ SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: ‘glocalization’ and the politics of scale. In: COX, K. (Org.). **Space of Globalization: Reasserting the Power of the Local**. New York, 1997. p. 137-166.

Ainda na leitura do fenômeno regional e considerando a conjugação de múltiplas dimensões do espaço na sua constituição, Haesbaert (2010) propõe que a região seja compreendida como um *artefato*. Nessa leitura, a região não se torna simplesmente uma evidência concreta e tampouco apenas uma construção teórica, mas uma conjugação entre esses dois fatores.

(...) Encaminhamo-nos, sobretudo, para o entendimento da região não simplesmente como um “fato” (concreto), um artifício (teórico) ou um instrumento de ação, mas da região como um “*artefato*”, tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também enquanto ferramenta política (HAESBAERT, 2010, p.109, grifos do autor).

Dessa maneira, compreendemos a complexidade da região e dos processos de regionalização, levando em consideração que na era globalizada a imbricação entre as escalas geográficas se torna mais evidente. Assim, a região passa a ser resultado de múltiplas determinações, de múltiplos empregos do tempo e de diferentes sujeitos sociais.

A região como artefato, enquanto espaço relacional, torna-se produto-produtora dos processos de diferenciação espacial, tanto diferenças funcionais (ou das desigualdades), quanto diferenças de natureza (ou de vivências do espaço); produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação; espaço de atuação de diferentes sujeitos sociais (Estado, empresas, grupos socioculturais e classes econômico-políticas) (HAESBAERT, 2010).

É dessa forma que não podemos analisar a região sem considerar a sua dimensão espacial, sem considerar a interação dos sujeitos sociais com os objetos espaciais, uma vez que, ao mesmo tempo em que a sociedade produz objetos e imprime ações sobre esses objetos, ela também é influenciada por esses mesmos objetos, que são construções humanas e, portanto, são carregados de intencionalidades. Os objetos carregam consigo história, uma vez que foram produzidos em determinados contextos sociais, com funções específicas para atender aos interesses de uma dada sociedade.

Como o homem é um ser reflexivo, ele re-age tanto sobre/com os objetos (compondo assim práticas espaciais) ou um “espaço percebido” e “espaços de representação” ou um “espaço vivido”, nos termos de Lefebvre [1986] quanto sobre/com as próprias ideias a respeito desses objetos (as “representações do espaço” ou o “espaço concebido”). Desse modo, diz Agnew, o “comportamento humano não pode ser reduzido a um ou a outro, mas constituído pelos dois”. Obviamente, então, “regiões refletem tanto diferenças no mundo quanto ideias sobre diferenças” (1999: 92). Ou, nas palavras de Bourdieu (1989), a região encontra-se no âmago de uma retroalimentação permanente entre representações da realidade (“divisões da

realidade”) e realidade das representações (“realidade das divisões”) (HAESBAERT, 2010, p.116).

Assim, a partir de sua dimensão espacial, tomamos a região em sua multidimensionalidade, como construção teórica, categoria analítica que prima pela representação do espaço; e ao mesmo tempo como dimensão funcional (político-econômica, desdobrada por sua vez sobre uma base material – “natural”), articulada dialeticamente à dimensão simbólica, representada pelo espaço vivido.

No próximo item, retomaremos essa leitura regional, mas desta vez no contexto específico da região do Baixo Tocantins. Essa discussão se faz importante para mostrar a complexidade do espaço regional, produzido por sujeitos sociais concretos com seus interesses diversos e culminado, com isso, na imbricação de múltiplas temporalidades.

1.2- Particularidades da Região do Baixo Tocantins

Caracterizar a região do Baixo Tocantins remete-nos a considerar suas múltiplas temporalidades coexistentes, resultado de mudanças e permanências, dada a complexa dinâmica regional. Nesse sentido, podemos considerá-la como uma expressão espacial geográfica de uma dada formação econômico-social.

A noção de formação econômico-social pressupõe a datação de relações sociais historicamente desencontradas, que se articulam na ideia de desenvolvimento desigual. Martins (1996), dialogando com Lefèbvre, diz que para este teórico a lei do desenvolvimento desigual “significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultâneas, no mesmo ritmo histórico” (MARTINS, 1996, p.18). Desta forma, as múltiplas temporalidades daí decorrentes pressupõem o descompasso e o desencontro, abrindo possibilidades ao futuro.

A noção de formação econômico-social é retomada por Lefèbvre no preciso sentido da coexistência dos tempos históricos. E também no sentido de que nessa coexistência se encerram não o passado e o presente, mas também o futuro, o possível (...) (MARTINS, 1996, p.19-20).

Essas temporalidades coexistentes estão materializadas no espaço. Daí porque o espaço não se torna homogêneo, mas atravessado por tempos que se debatem, ainda que haja uma produção hegemônica que o torna abstrato. Mas as resistências provindas da história, do tempo cíclico, produzem a sua espacialidade como processo de negação. Nos encontros e

desencontros dessas temporalidades, abre-se a possibilidade de construção do projeto possível-impossível em direção à apropriação do espaço como dominante (LEFÈBVRE, 2000).

É dessa forma que a noção de região como formação econômico-social não pode ser desvinculada de sua dimensão espacial, uma vez que é no espaço que se vislumbram as contradições, os conflitos, os desencontros etc. Assim, mais uma vez tomamos o espaço em sua multidimensionalidade, que reúne as dimensões do vivido, do percebido e do concebido, articuladas dialeticamente (LEFÈBVRE, 2000).

Ao mesmo tempo, e aproximando-nos de forma mais enfática da região do Baixo Tocantins, relacionamos a leitura acima da noção de região à categoria da *particularidade*. Corrêa (2005), inspirando-se em Lukács, apresenta esta categoria para a compreensão do fenômeno regional, tomando-a como uma mediação entre o universal (processos gerais advindos da globalização) e o singular (a especificação máxima do singular) e relacionada ao conceito de lugar.

A particularidade traduz-se, no plano espacial, na região. Esta resulta de processos universais que assumiram especificidades espaciais através da combinação dos processos de inércia, isto é, a ação das especificidades herdadas do passado e solidamente ancoradas no espaço, de coesão ou economias regionais de aglomeração que significa a concentração espacial de elementos comuns numa dada porção do espaço e de difusão que implica no espraiamento dos elementos de diferenciação impostos por barreiras naturais ou socialmente criadas (CORRÊA, 2005, p.192).

Apoiado nessa leitura de Corrêa (2005), Trindade Jr. (2009) reconhece algumas particularidades que caracterizam o Baixo Tocantins⁶ como uma sub-região no contexto da Amazônia oriental, problematizando a relação sociedade-natureza, de maneira a compreender o processo de produção do espaço nesse conjunto sub-regional.

Dentre as particularidades que conformam esta sub-região, o referido autor destaca a presença forte da natureza como recurso, via de circulação e representação simbólico-cultural; o padrão de ordenamento territorial de caráter dendrítico; a condição de jusante ou de baixo curso fluvial como definidor de um processo histórico pioneiro na ocupação da região; o modelo de urbanização tradicional, com paisagens urbanas tipicamente ribeirinhas; a população com fortes raízes culturais e históricas relacionadas à vida local; a coesão política e poucas perspectivas de fragmentação territorial (TRINDADE JR., 2009).

⁶ O referido autor considera como Baixo Tocantins o conjunto regional formado pelos municípios: Baião, Mocajuba, Cametá, Igarapé Miri e Limoeiro do Ajuru.

A importância da natureza, representada pelo rio e pela floresta, reafirma um modo de vida onde predomina o “tempo lento” (SANTOS, 2008). Isso porque as frentes de expansão capitalistas tiveram pouca inserção no âmbito regional, corroborando para a permanência de relações residuais⁷. O tempo lento não adquire um sentido negativo, não sendo absoluto e existindo em relação ao “tempo rápido” (SANTOS, 2008), mas sustenta relações orgânicas com o entorno sub-regional, o que define a predominância das horizontalidades.

(...) As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta (SANTOS, 2008, p.286).

Dessa maneira, evidencia-se a presença de atividades econômicas tradicionais como o extrativismo, a pesca artesanal e a agricultura familiar, destacando-se como produtos básicos a pimenta do reino, o açaí, a madeira e o cacau. A natureza adquire um sentido econômico, definindo “o Baixo Tocantins como uma região agrícola e extrativista na divisão territorial interna do trabalho” (TRINDADE JR, 2009, p. 319) no contexto da Amazônia oriental.

Grande parte dessa produção é destinada a abastecer a própria região, com a comercialização realizada em sua maior parte nas feiras livres. Esses produtos são trazidos não apenas pelos ribeirinhos das ilhas, mas também pelos agricultores dos assentamentos das margens das rodovias. Dessa forma, a feira se mostra como o lugar de diferentes tempos, de diferentes dinâmicas e de ponto de convergência, de encontros, uma vez que diariamente encontram-se pessoas provindas das ilhas, das margens da rodovia, e até de outros municípios. É assim que se forjam relações de “(sobre)vivência” (SILVA; MALHEIRO, 2005), em que as necessidades promovem os encontros, a proximidade, tornando a feira o lugar do afetivo e do simbólico.

⁷ Os resíduos consistem em diferenças que não se deixaram capturar ou aprisionar em modelos. São também o novo, que emergem do movimento dialético de inclusão e exclusão de conteúdos portadores ou não da diferença (NASSER; FUMAGALLI, 1996).



FOTO 01 - FEIRA DA CIDADE DE CAMETÁ: a feira revela o espaço das relações próximas, em que as diversas temporalidades se debatem.
(Foto: Bruno Malheiro, julho de 2006).

Além do sentido econômico, o rio também adquire um papel de suma importância no que se refere à circulação em diferentes níveis escalares. Essa importância remonta ao período de colonização, uma vez que os núcleos de povoamento foram fundados às margens dos rios, sendo estes estratégicos do ponto de vista do povoamento, da economia e da circulação.



FOTO 02 – EMBARCAÇÕES EM FRENTE À CIDADE DE MOCAJUBA: diversas embarcações, provindas da região das ilhas, representando a importância do rio para o transporte na escala regional.
(Foto: Jucyara Souza, novembro de 2010).

Nem a recente construção de rodovias no Baixo Tocantins foi capaz de anular a importância do rio para o transporte, seja na escala municipal, na escala regional, e mesmo na ligação com centros polarizadores, como Belém. Assim, não há como desconsiderar a importância de objetos como canoas, botes, rabetas, lanchas, navios e outros para a (re)produção cotidiana da população, articulando múltiplos territórios, e conferindo uma face ribeirinha à região ainda muito presente.

A importância desse elemento natural confere um ordenamento dendrítico ao território, ou seja, um sentido do ordenamento e povoamento definido precipuamente pela circulação fluvial, acompanhando a via principal e seus afluentes (TRINDADE JR., 2009).

Não obstante a forte presença das dinâmicas ribeirinhas, tanto na forma quanto no conteúdo socioespacial, não há como desconsiderar a existência de mudanças, permanências e (co)existências nessas relações, especialmente em seus núcleos urbanos. A instalação de forma mais intensa a partir da década de 1990 de rodovias, energia de origem hidrelétrica e de redes de telecomunicações trouxeram consigo o domínio de uma “psicosfera” urbana (SANTOS, 1994), responsável pela difusão mais intensa de valores da sociedade capitalista moderna. Dessa forma, reiteram-se processos de mudanças na forma e no conteúdo socioespacial, em que o “tecido urbano” corroborou para a difusão da “sociedade urbana” (LEFÈBVRE, 2001).



FOTO 03 – PA 151: trecho pavimentado da principal rodovia que liga o município de Baião ao município de Mocajuba.
(Foto: Michel de Melo Lima, dezembro de 2010).

Nesse sentido, o Baixo Tocantins articula múltiplas temporalidades e torna-se uma construção histórica, um espaço de mediação, não sendo produzido de forma isolada com atributos únicos e exclusivos da cultura regional. Também não é um espaço arraigado de uma cultura dominante provinda de ideologias externas ao lugar. É uma região que guarda particularidades porque a imbricação entre as escalas aí se dá de forma específica.

Essas particularidades consolidam o Baixo Tocantins como uma região geográfica que possui complexidade em sua dinâmica socioespacial. Suas múltiplas temporalidades coexistentes devem ser consideradas na concepção de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento da região, desviando-se de modelos pré-concebidos de desenvolvimento regional, que podem não dar conta de atender às demandas enraizadas de uma região com fortes vivências tradicionais, mas que possui a capacidade de absorver o novo e o moderno.

Após essa discussão regional na Geografia e sua leitura voltada à região do Baixo Tocantins, a preocupação do próximo tópico é a compreensão do planejamento e da gestão via planejamento estatal com base nos paradigmas desenvolvimentistas e na dimensão espacial da regionalização. Esse levantamento se faz importante porque guiará nossa análise posterior sobre as políticas de desenvolvimento implantadas na Amazônia e a inserção diferenciada da região do Baixo Tocantins nas mesmas.

1.3 - O planejamento, a gestão e a escala regional

Se o espaço é socialmente produzido e toma para si as contradições existentes no seio da sociedade, faz-se necessário a ação do Estado como agente legitimador das intervenções. Nesse sentido, o Estado busca legitimar-se, “intervindo política, econômica e ideologicamente sobre a evolução das estruturas sociais regionais e locais, remodelando-as” (ROCHA, 2008, p.31).

O grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza. Tal qualidade ganha potência nos países periféricos, notadamente nos de formação colonial, como o Brasil (MORAES, 2005, p.43).

Lefèbvre (2000) enfatiza a importância crescente do Estado, especialmente a partir da segunda metade do século XX, quando o mesmo se consolida à escala mundial. É um Estado

que planifica, que organiza racionalmente a sociedade com a contribuição dos conhecimentos e das técnicas, impondo medidas análogas, quaisquer que sejam as ideologias políticas, o passado histórico, a origem social das pessoas no poder.

Esse Estado carrega em si a condensação material das relações contraditórias da sociedade, por isso adquire força e tem a capacidade de penetrar quase todos os campos da vida social. No entanto, ainda que hegemônica, a racionalidade do Estado e, mesmo das técnicas, dos planos e dos programas, suscitam contestações e contrarrazões que não podem ser desconsideradas.

Nesse sentido, os sujeitos sociais lutam pelo seu (re)conhecimento nas políticas de planejamento e gestão, em caráter participativo e democrático, considerando que a atuação do Estado no sentido de reestruturar o espaço pode comprometer a (re)produção das identidades territoriais.

Os instrumentos de ordenamento do território (planos, programas, projetos) orientam os encaminhamentos do planejamento e da gestão, em geral comandados pelo Estado, que podem possuir um caráter democrático ou não. Souza (2008) esclarece as diferenças entre os conceitos referidos.

Planejamento e gestão são distintos e complementares. Planejar significa tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar proveito de prováveis benefícios. De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas (SOUZA, 2008, p. 46).

O que é importante considerar, no âmbito do planejamento e da gestão, é que o espaço é uma produção da sociedade e que esta sociedade é permeada por contradições. É assim que o mesmo deve ser considerado por aqueles que se interessam em analisá-lo e mesmo intervir sobre ele. Dessa forma, haverá a possibilidade de uma ampliação da participação social nos processos decisórios, levando a estratégias de desenvolvimento para além das bases econômicas.

Não há como desconsiderar a importância da escala espacial para o planejamento e para a gestão, visto que os mesmos pautam suas intervenções em uma dada escala (SOUZA, 2008). Estas não são nem imutáveis, nem “naturais”, sendo, isso sim, produtos de mudanças tecnológicas, modos de organização humana e da luta política. Da mesma forma, as relações

não devem ser lidas a partir de uma única escala espacial, mas a partir de uma imbricação entre diversas escalas (HARVEY, 2004).

Nesse sentido, Souza (2008) propõe uma abordagem alternativa relacional para compreender as escalas. Ou seja, elas devem pôr em primeiro plano a forma e a natureza das relações sociais e suas interações espaciais, cuja percepção poderá variar bastante de acordo com o contexto. Dentre as várias escalas possíveis de intervenção do planejamento e da gestão, interessa de perto neste trabalho a escala regional, que articula diversas outras.

Rocha (2008) evidencia a incorporação da dimensão espacial nos planos de desenvolvimento elaborados a partir dos anos 1950 pela necessidade de regionalizar os territórios nacionais. O autor identifica os antecedentes dessa concepção na teoria e na prática do “*aménagement du territoire*” francês e na teoria dos “*pólos de desenvolvimento*” de François Perroux (1955) e do “*desenvolvimento desequilibrado*” de Alfred Hirschmann (1959) que, a partir de então, começaram a ter uma ampla difusão.

Nesta escala espacial regional o planejamento e a gestão se dão precipuamente através de planos de desenvolvimento regional realizados, em geral, por agências de desenvolvimento, como ocorreu na Amazônia na segunda metade do século XX. A ideia de planejar o desenvolvimento, segundo Monteiro (2011), é característica desse período, uma vez que os países atingidos pela guerra buscaram reconstruir suas economias através de planos de desenvolvimento, pautados nas ideias de modernização e racionalização. Assim, passou-se a acreditar que qualquer realidade socioespacial poderia atingir o desenvolvimento.

De forma que as décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial, em termos gerais, são marcadas pelo relativo otimismo em relação às possibilidades de generalização global do desenvolvimento. Ganham também impulso as noções de “estágios” e regularidades como elementos explicativos da realidade social, e de que o desenvolvimento devia ser tratado como um processo que pode ser conduzido a partir da razão pura; ganha, por conseguinte, ênfase o suposto da eficácia do planejamento do desenvolvimento, que poderia ser alcançado através de uma racionalização sustentada pela metodologia científica. Para além disto, o desenvolvimento é fundamentalmente visto como um processo de mudanças e reestruturações econômicas, de maneira que o desenvolvimento, a despeito de fenômeno extremamente complexo, ganha uma conotação eminentemente econômica e é nesta dimensão do fenômeno que se concentram os esforços para a sua explicação e para a elaboração de estratégias para atingi-lo (MONTEIRO, 2011, p.7).

Nesse contexto, o debate em torno da ideia do desenvolvimento, ganhou significativa relevância a partir da segunda metade do século XX quando se evidenciavam enormes

diferenças entre os processos de desenvolvimento em curso no globo. Dessa forma, tais disparidades eram consideradas resultado de certos “atrasos” nos processos de modernização vividos pelas diversas nações do mundo.

A modernização, dessa forma, é um processo associado à crescente distribuição das formas de estruturação sociais tradicionais, à ascensão do moderno capitalismo industrial e à crescente integração produtiva dos elementos da natureza e da tecnificação das estruturas produtivas. A modernização, então, é pensada como um conjunto de permanentes transformações políticas, sociais, econômicas e culturais que se interreferenciam reciprocamente, vistas como intrinsecamente positivas e como se representassem, sobretudo, o amadurecimento das sociedades, mesmo tendo tais mudanças vingado integralmente em pouquíssimos países (MONTEIRO, 2011, p.1).

Assim, analisar as políticas voltadas ao desenvolvimento requer que se reflita sobre os paradigmas então vigentes na sociedade, que orientam a concepção e a execução das mesmas. Se toda política possui uma concepção de desenvolvimento, faz-se necessário desvelar o contexto sobre o qual incide tal política, que enseja determinadas estratégias de planejamento.

Nesse debate, o conceito de desenvolvimento, segundo Souza (1997), esteve associado à ideia de desenvolvimento econômico, que é uma conjunção de crescimento - expresso através do incremento do Produto Interno Bruto - PIB, do Produto Nacional Bruto - PNB ou da renda nacional *per capita* - com modernização tecnológica. No entanto, para este autor, esta concepção de desenvolvimento consiste em uma ideologia hegemônica que

recobre interesses vinculados ao *fim* (no sentido de *meta*), que é a perpetuação do modelo social capitalista e, neste contexto, dos benefícios de determinados grupos ou classes, ela privilegia um conceito que coloca em primeiro plano os *meios* pelos quais se pode *aprimorar* esse modelo (SOUZA, 1997, p.15, grifos do autor).

Monteiro (2011) identifica o surgimento de estratégias outras de desenvolvimento na contemporaneidade e as relaciona ao mal estar social que envolve os seguidos fracassos e desdobramentos não intencionados das tentativas estratégicas de modernização. No limite, este autor aponta como sinais do mal-estar:

(...) o estilo de produção e consumo de massa vigentes em alguns países da América do Norte e da Europa ocidental não conseguiram generalizar-se em termos globais, as estruturas sociais que geralmente lhes são associadas também não, restringindo-se, hoje, a pequena parcela da população mundial; baldam-se uma após outra as estratégias preconizadas para estes fins.

Paralelamente, amplia-se mundialmente o desemprego, a miséria e a concentração de riquezas; um número crescente de economias tem seus destinos profundamente atrelados a capitais financeiros, altamente voláteis; evidencia-se um rápido processo de degradação ambiental e suas drásticas conseqüências sobre as populações humanas; cresce a impotência diante de realidades que – em vez de dirigirem-se para uma ampliação do ordenamento econômico, social e político –, parecem marchar no sentido contrário: da degradação e da insegurança social, mesmo naqueles países altamente industrializados (MONTEIRO, 2011, p.49-50).

Souza (1997) aponta outras abordagens surgidas da tentativa de buscar modificações ao modelo de desenvolvimento hegemônico com ênfase no econômico. No entanto, esse autor evidencia o fato de as mesmas não acarretarem mudanças estruturais em relação a este modelo.

Posteriormente, mas sempre sem chegar a fazer objeção ao modelo civilizatório capitalista em si, os enfoques da “satisfação das necessidades básicas”, do “desenvolvimento de baixo para cima”, do “ecodesenvolvimento”, do “desenvolvimento endógeno” e outros foram, aos poucos, desafiando o economicismo mais tacanho, sem chegar a destroná-lo completamente (SOUZA, 1997, p.16).

Dentro dessas alternativas, têm-se o amadurecimento da discussão sobre a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Esse debate é travado em diversos momentos, desde a publicação do documento “Os Limites do Crescimento” (MEADOWS⁸, 1972 *apud* MONTEIRO, 2011, p. 50), passando pelo debate nos organismos mundiais e multilaterais, pela Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972), até o Simpósio sobre Padrões de Utilização de Recursos, Meio Ambiente e Desenvolvimento (1974), a partir do qual há a repercussão do conceito de ecodesenvolvimento (MONTEIRO, 2011).

É nesse contexto que emerge de forma mais decisiva as discussões acerca do desenvolvimento sustentável. Este termo ficou conhecido a partir do relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como Relatório Brundtland. Este desenvolvimento busca a combinação de três aspectos: crescimento econômico, equidade social e prudência ecológica (MONTEIRO, 2011).

O paradigma do desenvolvimento sustentável tem emergido como um conjunto alternativo de crenças, ideias e valores num processo de contestação a até então dominante

⁸ MEADOWS, D. H. *et alii*. **Limites do Crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

percepção do planeta como uma fronteira aberta de recursos naturais ilimitados (CUNHA; COELHO, 2003).

A ideia de desenvolvimento sustentável, ainda que significativamente difundida nas últimas décadas, não é consensual (...) Geralmente é associada ao que se supõe seja uma qualidade positiva atribuída a algum fenômeno, proposta ou prática social (...) Mais do que um conceito homogêneo e bem delimitado, torna-se um campo de disputa sobre diferentes concepções de sociedade (...) Mesmo que todos pareçam concordar na avaliação de que existiria uma crise ambiental e social a ser encarada com urgência e no diagnóstico de que o estilo atual de desenvolvimento é “insustentável”, a identificação sobre as causas do problema, assim como as soluções e estratégias propostas, são bastante diferenciadas e, inclusive, antagônicas (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2010, p.8).

Monteiro (2011) chama atenção para as recentes críticas feitas em torno da crescente utilização do termo “desenvolvimento sustentável”, considerando seus méritos, mas ressaltando que mais importante é saber que este debate evidencia a existência de graves problemas sociais e ambientais e que “a primazia então que deve ser atribuída é a busca da indicação, com o maior rigor possível, das razões deste ‘mal-estar’ e possíveis formas de superá-lo” (MONTEIRO, 2011, p.56).

1.4 - A Região do Baixo Tocantins no contexto das políticas de desenvolvimento regional implementadas na Amazônia

O levantamento teórico aqui desenvolvido tem o intuito, em primeiro lugar, de iluminar a compreensão do Baixo Tocantins como uma região geográfica e, em segundo lugar, de analisarmos a sua inserção nas políticas de desenvolvimento implantadas na Amazônia.

O primeiro tópico revela a importância da região no contexto amazônico até o início do século XX. Objetivamos, com isso, a busca do cimento social que fortaleceu a criação de particularidades regionais, da notabilidade e das relações mais tradicionais.

O segundo tópico apresenta relação mais direta com a abordagem teórica do planejamento do desenvolvimento aqui já desenvolvida, mas no contexto da Amazônia e do Baixo Tocantins em particular. Chama a atenção para a dominância do paradigma do desenvolvimento econômico nesse contexto.

O terceiro tópico, por fim, revela a emergência do paradigma do desenvolvimento sustentável por meio da dimensão dos impactos socioambientais à jusante pela construção da barragem de Tucuruí e da posterior proposição do PPDJUS.

1.4.1 - O Baixo Tocantins e sua importância no cenário regional até o início do século XX

A região do Baixo Tocantins foi de suma importância para o povoamento e para o domínio do espaço amazônico desde o início do processo de colonização. Nesse sentido, temos que ler a formação de suas freguesias, vilas e cidades articulada aos desígnios da “ordem distante” (da Igreja e do Estado) que, com suas ideologias (religiosas e políticas), projetaram-se na realidade prático-sensível, articulando-se estrategicamente à “ordem próxima”, a das relações imediatas e diretas (LEFÈBVRE, 2001). É dentro desse quadro teórico que devemos ler a geografia histórica da região, projetada no quadro abaixo. Ainda que o quadro 01 denote a formalização administrativa dos municípios da região, devemos tomá-lo como ponto de partida para compreender as múltiplas temporalidades componentes da dinâmica regional.

Quadro 01 - Genealogia e Dinâmica Municipal do Baixo Tocantins

ANO DA INSTALAÇÃO MAIS RECENTE	MUNICÍPIO E NOMES ANTIGOS	ORIGEM E DINÂMICA DE CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
1635	Cametá (Vila Viçosa de Santa Cruz do Camutá)	Originária da Aldeia dos Camutás, fundada pelos jesuítas em 1620. Foi o primeiro núcleo colonial do vale do rio Tocantins, e sua elevação à condição de vila ocorreu em 1635, nos domínios da donataria de Feliciano Coelho de Carvalho. Tornou-se cidade e sede de município por força da Lei Provincial nº. 145, de 28 de outubro de 1848.
1833	Baião (Sto. Antônio do Tocantins)	Fundada em 1694 à margem esquerda do Tocantins, na sesmaria de Antônio Baião, concedida por Antônio A. C. de Carvalho – donatário da Capitania de Camutá. Tornou-se vila em 17 de maio de 1833, em Resolução do governo

		provincial, A Lei Estadual nº. 324, de 06 de junho de 1895, deu-lhe o título de cidade e sede de município.
1843	Igarapé-Miri (Santana do Igarapé-Miri)	Situada no Baixo Tocantins, teve origem em uma fábrica de madeira no século XVII, tornando-se depois um engenho. Foi elevada à categoria de vila em 1843, e extinta em 1930. Neste mesmo ano, foi recriada como cidade e sede de município com a Lei Estadual nº 78, de 27 de dezembro.
1872	Mocajuba	Freguesia fundada em 1853; elevada à categoria de vila em 1872, quando foi desmembrada de Cametá; elevada à categoria de cidade em 1895.
1961	Limoeiro do Ajuru	Criado em 1961, desmembrado de Cametá.

Fonte: www.ibge.org.br e www.sepof.pa.gov.br.

Elaboração: Gleice Costa.

Compreendendo que o quadro 01 marca a datação de diferentes temporalidades coexistentes, é preciso entender como as mesmas se formaram ao longo do processo histórico, dando ênfase à importância do rio e da floresta em cada um desses momentos. Para isso, buscaremos analisar a sucessão de tempos na região do Baixo Tocantins, considerando o eixo das sucessões, que se encontram no eixo das coexistências no presente.

Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências (SANTOS, 2008, p.159).

Na região do Baixo Tocantins, este eixo das sucessões é de longa data, estendendo-se por quase quatrocentos anos. Por esse motivo, a geografia histórica desta região está intimamente ligada à geografia histórica da Amazônia como um todo. Daí porque uma

articulação entre essas escalas torna-se fundamental para entender as transformações na região e como se deu a acumulação dos diversos tempos.

É a partir de 1616, com a fundação da cidade de Belém, que tem início a conquista do território amazônico pelos portugueses, com objetivo inicial de defesa e de ocupação para uma posterior perspectiva de controle econômico (CORRÊA, 1987). A região do Baixo Tocantins tornou-se um eixo de singular importância para essa expansão, culminando com a fundação do núcleo de Cametá-Tapera (1620) e posteriormente com a criação da Vila Viçosa de Santa Cruz de Cametá em 1635 (POMPEU, 2002).

Foi decisivo para essa ocupação o surgimento das aldeias missionárias para garantir uma economia baseada no trabalho indígena e no sistema de aviação, que era um sistema de trocas, nesse período baseado na exploração das drogas do sertão (cravo, canela, salsaparilha, madeiras, manteiga de peixe, entre outros) (CORRÊA, 1987). Assim o era no Baixo Tocantins, que tinha uma dinâmica socioeconômica marcada pelas atividades comerciais, extrativismo, pequena agricultura, administração e catequese. Trindade Jr. (2009) reafirma essa importância estratégica do Baixo Tocantins, chamando atenção para a interação com o rio e a floresta.

Assim sendo, desde o início do processo de ocupação pelo colonizador, o rio Tocantins foi definido como elemento estratégico na conquista da região, seja como fator que ajudava a assegurar a defesa do território, seja como perspectiva de controle econômico; razão pela qual ocorreram os primeiros povoamentos ao longo do rio e a partir dele começaram a ser extraídos os produtos da floresta, voltados inicialmente para as drogas-do-sertão, sob o controle das ordens religiosas. O papel do rio como via de circulação, logo lhe possibilitou a condição central de elemento estratégico do ponto de vista econômico (circulação, comércio) no ordenamento territorial e na possibilidade de estruturação da embrionária rede urbana amazônica (TRINDADE JR., 2009, p.318).

A ocupação do espaço amazônico nesse momento se deu predominantemente pelos rios. Foi na margem deles que muitas cidades surgiram, como Cametá, estratégicas para o domínio dessa região. Cametá surgiu à margem do rio Tocantins, referência maior da produção do espaço, fortemente ligada à natureza e revelada na paisagem com suas primeiras ruas voltadas para o rio pela importância que este assume na vida da cidade. Nesse contexto econômico, Cametá estava diretamente inserida na produção das drogas do sertão, evidenciando a importância desse núcleo de povoamento (POMPEU, 2002).

Baião⁹ (1979 *apud* LIMA, 2010, p. 23) situa em 1694 o surgimento à margem direita do Tocantins, acima de Cametá, o aglomerado que daria origem à cidade de Baião, através do fracionamento da Sesmaria de Cametá, cujas terras foram concedidas por Antônio de Albuquerque Carvalho a Antônio Baião.

Para Moura (1989), o donatário da Capitania de Camutá (atualmente Cametá), Antônio de Albuquerque Carvalho, desejoso de povoar e engrandecer a sua capitania, concedeu ao português Antonio Baião parte de suas terras, e este percorreu o rio Tocantins até chegar ao local onde hoje está localizada a cidade, fundando o povoado que seria constituído por 30 índios e posteriormente receberia a denominação de “Lugar de Baião”. Este aglomerado tinha no rio Tocantins a principal fonte de subsistência e circulação, e sua função no conjunto sub-regional era a de entreposto comercial com o Alto Tocantins (PAIXÃO, 1992) (LIMA, 2010, p. 23).

Em um segundo momento mais intenso de desenvolvimento do espaço amazônico, entra em ação a política pombalina, que cria a Companhia Mercantil do Grão-Pará e Maranhão para comandar a colonização dessa região e estimular a expansão das atividades produtivas (CORRÊA, 1987). Esta assumiu o controle econômico e mercantil e objetivou a inserção da economia amazônica no mercado mundial. As consequências imediatas desta política foram: expulsão dos jesuítas, introdução da mão de obra escrava africana e estímulo a uma agricultura comercial, com a produção de café, fumo, anil, baunilha, entre outros, além da pecuária (CORRÊA, 1987). Na região do Baixo Tocantins, as aldeias missionárias são transformadas em vilas e freguesias, que assumem importância pela lavoura de cacau aí concentrada, reafirmando a importância da natureza.

(...) Essa natureza, com sentido econômico muito forte, especialmente do ponto de vista comercial, também favoreceu a expansão das atividades agrícolas à jusante do Tocantins quando a Coroa Portuguesa, por meio da Companhia do Grão Pará e Maranhão, estimulou o comércio de produtos amazônicos com o mercado mundial (...) com especial destaque à produção de cacau, que aí se fazia presente (TRINDADE JR., 2009, p.319).

Cametá torna-se importante nas funções de comércio e serviço no contexto amazônico, apresentando relativo desenvolvimento urbano, com mudanças no espaço, decorrentes de obras de infraestrutura, com certa modernização (POMPEU, 2002).

⁹ BAIÃO. Prefeitura Municipal. **Baião**: bicentenário de fundação. Baião: PMB, 1979.

Os efeitos da companhia podem ser expressos também pela diferenciação que as novas atividades econômicas introduziram no desenvolvimento dos núcleos de povoamento. Por meio das funções comerciais e da implantação de funções urbanas de natureza político-administrativa, verificou-se uma expansão das atividades de comercialização junto ao povoamento de Cametá, no Baixo Tocantins, com a extensão das áreas de lavoura do cacau (...) (VICENTINI, 2004, p. 23).

É nesse contexto que Igarapé Miri, situada no Baixo Tocantins, teve origem em uma fábrica de madeira no século XVII, tornando-se depois um engenho, sendo elevada à categoria de vila em 1843.

Em 1833 o “Lugar de Baião” é elevado à categoria de vila, com a denominação de Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins. No entanto, esta vila voltaria a se chamar Baião em 1841, e no ano de 1895 seria elevada à categoria de sede do município (BAIÃO, 1979 *apud* LIMA, 2010).

Com a extinção da Companhia Mercantil do Grão-Pará e Maranhão, assiste-se a um arrefecimento da economia na Amazônia, em função da queda da demanda de produtos regionais no mercado europeu (CORRÊA, 1987). No Baixo Tocantins, houve a continuação de atividades econômicas voltadas para a lavoura (mandioca, milho, arroz, café, cacau, algodão etc) e para o extrativismo (copaíba, andiroba etc), ainda que essas atividades não tenham se expandido em função da crise. Nesse contexto, Cametá era uma cidade que possuía significativa importância no cenário regional, destacando-se como a segunda cidade mais importante da Província do Grão-Pará até o momento da Cabanagem (1835-40)¹⁰.

Com a configuração do “boom” econômico da borracha, o Baixo Tocantins recebeu pouco destaque nessa produção pela rápida exaustão dos seringais da região em função da utilização do seringal caboclo¹¹, levando as cidades da região a perder importância em face das outras cidades inseridas na produção/comércio da borracha, como Santarém (CORRÊA, 1987). Contribuiu também para esse declínio a perda da importância da cultura do cacau. Trindade Jr. (2009) afirma que a região do Baixo Tocantins, mesmo tendo perdido importância pelo pouco destaque na produção da borracha, manteve-se importante como entreposto comercial.

¹⁰ A cidade de Cametá foi núcleo de resistência ao movimento cabano entre 1835 e 1940 e, inclusive, sede da resistência legalista e capital da província por alguns dias. Esse movimento representou um protesto, culminando em confrontos armados, contra os desmandos da elite portuguesa no Pará (MALHEIRO; TRINDADE JR., 2009).

¹¹ Seringal caboclo é o de produção familiar, consorciado com outras formas de produção, como a extração de produtos silvestres, o cacau, o óleo de copaíba, a madeira, a castanha, o pescado, a banha de tartaruga, o azeite de andiroba, entre outros (SILVA, 2009).

Nos períodos posteriores, a floresta e o rio consolidaram, com maior ou menor inserção, sua importância na economia regional, como aconteceu no período da borracha, em que a sub-região teve pouca importância do ponto de vista da produção, mas que, nem por isso, anulou seu papel no processo comercial e de circulação das riquezas, especialmente como entreposto de outros produtos que se faziam presentes na bacia do Tocantins, como é o caso da castanha-do-pará (TRINDADE JR., 2009, p.319).

Sousa (2002) afirma a importância comercial de Cametá nesse período, mostrando que a cidade se beneficiou significativamente desta atividade produtiva predominante na Amazônia nesse momento.

Não foram tão somente as cidades de Belém e Manaus que se beneficiaram com as altas taxas de arrecadação oriundas da economia gomífera e que ficaram na Amazônia, como já foi demonstrado por autores como Santos (1980), Pandolfo (1994) e Weinstein (1993). Cidades médias do interior do Pará também fizeram investimentos importantes. Em Cametá, por exemplo, foi construído um grande cais e o porto imperial bem em frente à cidade, que apesar de ter sido destruído pelas águas do rio Tocantins, no início do século, ainda hoje continua em fotografias expostas no Centro de Cultura da cidade de Cametá, como marca de um passado de prosperidade (SOUSA, 2002, p. 49).

O mesmo autor ainda relativiza a perda de importância do município de Cametá nesse período afirmada por alguns autores, uma vez que mostra que em certo momento Cametá foi sim uma grande produtora de borracha.

Os motivos que levaram a autora a considerar que o município de Cametá apresentava produção de borracha em pouca quantidade e de qualidade inferior pode estar relacionado justamente ao fato de Cametá ser uma das primeiras áreas do Pará a fornecerem o látex e por isso é de se supor que no final do século XIX os seringais situados no município e região já haviam passado por longos anos de exploração. Considerando ainda que se utilizava em Cametá e na região tocantina um processo de extração do látex altamente predatório, com uso de machadinhas que danificavam o lenho das árvores, provocando rugosidades nas plantas, pode-se concluir que, de fato, no início do século XX os seringais de Cametá poderiam apresentar sintomas de exaustão, afetando a quantidade e a qualidade do produto extraído. Além disso, a borracha ficava por longo período mergulhada na água em grandes tanques de até 10 metros de profundidade. Mesmo assim, na década de 1910, Cametá manteve o terceiro e quarto lugar entre os municípios produtores de borracha do Estado do Pará (SOUSA, 2002, p. 52).

Foi só nesse momento que surgiu no furo do Maxi, à margem direita do rio Tocantins, um povoado de mesmo nome, em uma data não relatada, e que, por volta de 1853, foi elevado

à categoria de freguesia. Em 1854, a freguesia foi transferida para outro sítio próximo chamado Mocajuba. Mais tarde, em 1872, a mesma foi promovida à categoria de vila, e em 1895 foi nomeada cidade (SOUZA, 2011).

No período de 1920 a 1960 se tem um novo arrefecimento da economia, fruto da queda da demanda da borracha, em que se observa um refluxo populacional e um novo destaque econômico, o da produção da juta no Médio Amazonas e da castanha do Pará no Tocantins/Itacaiúnas, além da produção da malva em algumas localidades da região (CORRÊA, 1987). O Baixo Tocantins, nesse contexto, já apresentava estagnação econômica desde a época da borracha, reforçada com o declínio da produção e comércio desse produto em todo o espaço amazônico.

A vila de Igarapé Miri foi extinta em 1930. Neste mesmo ano, foi recriada como cidade e sede de município. Em 1930 Mocajuba é anexada ao município de Baião, tornando-se sede de município novamente em 1961. Em 1961, ocorre a emancipação do município de Limoeiro do Ajuru, desmembrando-se de Cametá.

A partir de 1960, as rodovias se apresentam como novos eixos de circulação na região amazônica e se tem a ação intensiva de empresas capitalistas na exploração dos recursos, inclusive com a presença marcante do Estado por meio dos incentivos, da criação de infraestrutura e de repartições públicas. No entanto, visualiza-se pouca expressão dos processos da integração amazônica na região do Baixo Tocantins, expressando a continuidade do processo de relativo isolamento e de estagnação econômica regional. Destaque apenas para a expansão do cultivo da pimenta do reino, especialmente às margens da Transcametá, rodovia criada em 1972, antiga PA-156, atual BR-422, que liga Tucuruí a Limoeiro do Ajuru, responsável por um surto de crescimento econômico, tornando Mocajuba o segundo produtor do Estado do Pará (em 1980) e definição de uma espécie de oligarquia pimentalista no Baixo Tocantins, inclusive com controle político (POMPEU, 2002).

A produção da pimenta do reino impulsionou a economia no Baixo Tocantins, trazendo como consequências socioespaciais: migração campo-cidade, aumento da população, crescimento das cidades e aumento do volume da atividade comercial. Tal atividade por alguns anos se tornou o principal vetor de consolidação de um poder regional, mas, no decorrer do tempo, essa atividade agrícola perdeu força e chegou à fase de crise. Isso ocorreu pelo desgaste do solo, pela queda do valor do produto no mercado, além da falta de incentivos e créditos e de assistência técnica, entre outros fatores.

1.4.2 - O contexto pós-1960, a estagnação regional e os “grandes objetos”

O debate aqui levantado sobre dos paradigmas desenvolvimentistas possui uma dimensão concreta nas políticas de Estado implantadas na Amazônia no contexto pós-1960 e nas políticas mais recentes. A partir de 1960, a Amazônia, longe que estava do projeto nacional, passa por um processo de planejamento regional, comandado inicialmente pelo Estado e, posteriormente pela iniciativa privada. Com vistas ao processo de modernização, as estratégias de desenvolvimento ganharam materialidade por meio da elaboração e implementação de planos de desenvolvimento regional.

Como discutido anteriormente, a crença no alcance do desenvolvimento com vistas aos processos de crescimento econômico e modernização fazia parte de um paradigma então vigente no mundo, especialmente nos países do norte, dando significativa importância ao papel do Estado como principal agente do planejamento estratégico.

Nos anos do pós-guerra houve a consolidação em termos mundiais da visão da necessidade de o Estado intervir diretamente para promover políticas de desenvolvimento; este também foi o caminho adotado pelo estado brasileiro em relação à Amazônia. Esta matriz guiou tentativas de modernização regional patrocinadas pelo Estado Nacional na Amazônia e dela decorreram processos de reestruturação espacial, de mudanças demográficas e econômicas, como as decorrentes da construção da rodovia Belém-Brasília. Uma postura que, com o golpe militar de 1964, ganhou novas feições. As políticas de intervenção federal na região passaram a ser patrocinadas por um Estado marcadamente desenvolvimentista (COELHO *et alii*, 2003, p.659).

Este modelo de desenvolvimento adotado na região tem como foco a elaboração de um planejamento baseado em diagnósticos com ações políticas implementadas de “cima para baixo”. Reforça-se, assim, um processo de investimentos concentrados em pólos de crescimento, admitindo-se uma seletividade territorial, excluindo-se partes significativas do território.

Coelho *et alii* (2003) admitem os pólos de crescimento econômico e complexos industriais motrizes como um dos grupos de estratégias de modernização regional que marcaram e marcam a história recente da Amazônia. Mais recentemente, segundo os autores, os eixos estruturadores de desenvolvimento regional destacam-se como um segundo grupo de estratégias de modernização regional. Para eles:

ambos baseiam-se em supostos teóricos distintos. No primeiro grupo de estratégias, julga-se ser necessária a participação estatal para contrarrestar

dinâmicas produzidas pelo mercado, considerando que a modernização de certas regiões não ocorreria sem a ação do Estado. Já o segundo grupo integra estratégias de desenvolvimento regional baseadas no suposto da eficácia das dinâmicas de mercado. Mas em todos os casos ambas representam estratégias de modernização que privilegiam as vantagens competitivas e que, conseqüentemente, tendem a ser espacialmente seletivas e, portanto, concentradoras de mudanças sociais; nos primeiros casos, em torno de um pólo, de um complexo industrial motriz e, no último, ao longo de um eixo. Tais estratégias atraem fluxos de capitais e fluxos migratórios intensos e produzem implicações nos processos de impactos sobre o crescimento urbano e reestruturação dos municípios amazônicos. No contexto tanto dos pólos de crescimento quanto dos eixos de integração, as infraestruturas combinadas e as atividades econômicas estimuladas reestruturam áreas geográficas que vão além do espaço a elas restrito (COELHO *et alii*, 2003, p.670).

Tais estratégias de modernização trouxeram consigo mudanças na estrutura espacial da região amazônica. Para que os grandes projetos (mínero-metalúrgicos, agropecuários e complexos industriais) pudessem ser implementados, houve a necessidade da criação de redes de infraestrutura (rede rodoviária, rede de telecomunicações, rede urbana e rede hidroelétrica), algumas das quais trouxeram significativos impactos socioambientais à região.

Essas políticas estratégicas voltadas à modernização da região ainda hoje se fazem presentes, mas coexistem com outras políticas ligadas ao paradigma do desenvolvimento endógeno. Becker (2001) evidencia esses dois modelos.

O ano de 1996 é um novo marco. Neste ano, o projeto ambientalista propõe a formação de imensos corredores ecológicos para proteção ambiental. Mas no mesmo ano, o governo federal, após uma década de omissão, retoma o planejamento com o Programa Brasil em Ação, resgatando e fortalecendo o modelo exógeno e propondo a implantação de igualmente grandes corredores de desenvolvimento. Corredores de transporte e corredores de conservação implementam, respectivamente, os modelos exógeno e endógeno, orientados por políticas públicas paralelas e conflitantes. Políticas que expressam o embate de interesses econômicos e político-ideológicos diversos – em parcerias externas/domésticas – e influem na alteração do conteúdo do interesse nacional e da apropriação e uso do território. A coexistência conflitiva dos modelos endógeno e exógeno marca hoje a região (BECKER, 2001, p.141).

Não há como desconsiderar, no viés do modelo endógeno, a questão ambiental, que hoje reflete um profundo interesse pelo debate sobre o desenvolvimento sustentável. No caso da Amazônia, grupos ambientalistas, apoiando-se nas redes de telecomunicações instaladas, pressionam pela preservação ambiental. Os grupos sociais locais cada vez mais buscam apoio para os seus projetos que visam à geração de renda por meio da manipulação dos produtos do

rio e da floresta. Ao mesmo tempo, as políticas de Estado passam a incorporar o discurso do desenvolvimento sustentável. É nesse contexto que Becker (2001) observa um esforço considerável do País com vistas à conservação ambiental, gerando um vetor técnico-ecológico.

A força técnico-ecológica é fruto das pressões – legítimas e geopolíticas, internacionais, nacionais e regionais – e de respostas governamentais a essas pressões. Combinam-se, nesse vetor, a pressão ambientalista, a disputa externa e governamental pelo controle do capital natural e do território, e as demandas sociais dos amazônidas por melhores condições de vida. A cooperação internacional financeira e/ou técnica está presente em todos os projetos ambientais (BECKER, 2001, p.143-144).

É dessa forma que os modelos exógeno e endógeno de ocupação territorial na Amazônia se combinam sob novas formas. O modelo exógeno é ainda fortalecido, com reafirmação da necessidade da construção de grandes obras de infraestrutura, principalmente os corredores de transporte. Para além destes, há o avanço do planejamento para a instalação de usinas hidrelétricas e a expansão da exploração mineral e da agropecuária, representando a perspectiva do desenvolvimento que privilegia o econômico. No entanto, as iniciativas locais cada vez mais buscam apoio para a materialidade dos seus projetos, com vistas ao desenvolvimento.

A coexistência dos modelos exógeno e endógeno de desenvolvimento, presentes de uma forma geral na Amazônia, também se fazem presentes contemporaneamente na região do Baixo Tocantins. No que se refere ao modelo exógeno, em virtude da seletividade territorial da instalação dos grandes projetos na região amazônica, essa região não foi diretamente inserida nessas estratégias de desenvolvimento. No entanto, o Baixo Tocantins sofreu o impacto socioambiental da instalação de um “grande objeto” espacial (SANTOS, 1995) no Médio Tocantins, qual seja, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Segundo Coelho *et alii* (2003), houve a necessidade de construção da UHT a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974), cujas ações estavam voltadas a dinamizar a produção ou implantar novos setores industriais produtores de bens de capital.

Na construção de alternativas para geração de recursos para consecução desta empreitada, projetaram-se sobre a Amazônia ações estatais direcionadas ao fomento e à criação de projetos que entrassem em funcionamento com relativa rapidez e que produzissem em larga escala, destinando sua produção para o mercado externo, o que ampliava a importância da valorização dos recursos minerais da Amazônia (COELHO *et alii*, 2003, p.663).

Os autores também ressaltam que, em 1974, o governo federal criou o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - Polamazônia, prevendo a implantação de diversos pólos de desenvolvimento na Amazônia brasileira, com destaque para a produção mineral. Com isso, eles destacam que

pretendia o governo federal direcionar os impactos da política de incentivos fiscais para áreas geográficas selecionadas, concentrando nelas também suas ações de construção de infraestrutura, com a finalidade de propiciar investimentos massivos e especialmente concentrados (COELHO *et alii*, 2003, p.663).

É com base nessa política, no caso específico do Baixo Tocantins, que se viabilizou a instalação das indústrias de alumina (Alumina Norte do Brasil S. A. - Alunorte) e de alumínio (Alumínio Brasileiro S. A. - Albras) no município de Barcarena. Mas para que tal empreendimento fosse efetivado, houve a necessidade da dotação de infraestrutura energética, o que só foi possível com o financiamento por parte do governo federal da construção da UHT. Nesse sentido, grande parte da energia gerada por tal usina destinou-se a estes empreendimentos industriais.

Evidencia-se, assim, a não inserção direta do Baixo Tocantins nas políticas desenvolvimentistas para a Amazônia pós-1960 por não ter sido alvo de projetos infraestruturais modernizadores do território, a exemplo das redes técnicas. No entanto, quando da sua inserção indireta por meio da instalação desses “grandes objetos” (SANTOS, 1994) espaciais, quais sejam, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e o complexo Albras/Alunorte, evidencia-se a sua articulação a um modelo exógeno de desenvolvimento, ainda que do ponto de vista dos impactos socioambientais sofridos com esses projetos.

Segundo Silva (2008), os municípios da região seriam inseridos no Complexo Albras/Alunorte, ainda que de forma indireta, quando este projeto se fez acompanhar de uma estratégia de desenvolvimento urbano por meio da Vila dos Cabanos, nome dado à *company town* deste complexo, que

foi concebida como uma cidade aberta, ou seja, a população dos Municípios localizados em seu entorno, inclusive Cametá, deveriam ter acesso aos bens e serviços públicos, independente de estarem inseridos diretamente em alguns projetos de beneficiamento de bauxita ou de produção de lingotes de alumínio (SILVA, 2008, p. 74).

Entretanto, não foi isso o que ocorreu e os municípios não usufruíram nem da infraestrutura e nem dos serviços oferecidos na Vila dos Cabanos. No projeto da Usina Hidrelétrica de Tucuruí também não houve a inserção dos municípios da região, ficando estes apenas com os impactos negativos, como a diminuição do volume da produção do pescado. Silva (2008) ainda acrescenta outros impactos:

há quem relate ainda que houve um empobrecimento do solo à margem do rio, o que gera insuficiência na possibilidade de sobrevivência da população que tem o rio como fonte de subsistência, expulsando-os para a zona urbana na qual o migrante se depara com inúmeros outros problemas, como a não inserção no mercado de trabalho, a precariedade dos serviços sociais e a deserção dos filhos adolescentes (SILVA, 2008, p.76).

Com isso, os municípios do Baixo Tocantins guardam pouca evidência do processo de modernização do território, com paisagens herdadas de períodos históricos anteriores, fato esse evidenciado no trabalho de Tavares (1999).

Ao contrário do sudeste do Pará, onde a precariedade e pobreza da organização sub-regional resultou das inconsistências e objetivos de uma política de desenvolvimento do território, o Baixo Tocantins se caracteriza por ficar à margem da expansão das infraestruturas viárias e de energia, enfim, das políticas de desenvolvimento regional. Tudo isto associado a um poder da elite local/regional tradicional e enfraquecido, que se mostrava incapaz de reverter o quadro regional, explicam o baixo dinamismo das cidades e de seus respectivos municípios cujo estado de decadência pareciam condenados (TAVARES, 1999, p.226).

O modelo endógeno dialoga com o primeiro modelo quando se discutiram compensações financeiras por parte da ELETRONORTE, a subsidiária da UHT, com vistas ao desenvolvimento regional da região do Baixo Tocantins, pautado no paradigma do desenvolvimento sustentável. Este modelo ganhou uma dimensão concreta no PPDJUS, que, como visto anteriormente, e baseado na premissa da sustentabilidade, busca a promoção do desenvolvimento regional.

A grande contradição que se evidencia hoje é que a região começa a ser alvo de políticas de infraestrutura, como a Ferrovia Norte Sul – FNS, a Hidrovia Araguaia Tocantins, além de projetos relacionados à agricultura com incentivo à monocultura do dendê para a produção do óleo de palma. Ao mesmo tempo, e fortemente influenciado pelas pressões dos movimentos sociais e sindicais dos municípios atingidos pela barragem, propõe políticas de compensação financeira com vistas ao desenvolvimento sustentável. Como articular, nesse

sentido, desenvolvimento estratégico ou econômico e desenvolvimento sustentável? Leia-se aqui o desenvolvimento sustentável, que sabemos ser uma vertente do desenvolvimento econômico que considera a variável ambiental, da forma como está sendo proposta no PPDJUS, ou seja, uma estratégia que começa a discutir as necessidades dos sujeitos sociais que têm menos poder de participação. Nesse sentido, essa proposta vai ao encontro do que Becker (2001) determina como desenvolvimento endógeno. Historicamente, as políticas voltadas ao setor estratégico, especialmente quando se considera a dotação de infraestrutura ao território (usinas hidrelétricas, portos, rodovias, hidrovias etc), não consideram a relevância da questão ambiental, ainda que o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto do Meio Ambiente – RIMA, surgidos em 1986, sejam considerados um avanço constitucional por representarem “respostas à crescente visibilidade das populações locais, nativas ou não, ameaçadas pelos projetos infraestruturais que proliferam em todo o país” (CUNHA; COELHO, 2003, p.52). Nesse sentido, essas políticas paralelas que consideram o desenvolvimento sustentável representam muito mais uma contribuição ambiental às políticas infraestruturais. Daí porque corroboramos com a tese de Becker (2001) quando considera a coexistência contraditória de dois modelos de ocupação regional: o exógeno e o endógeno. Para ela:

é crescente a falta de integração entre as duas linhas de atuação do Estado: uma baseada no planejamento e favorecimento de novos investimentos para infra-estrutura e abertura de mercados; e, a outra, direcionada para o desenvolvimento sustentável, as populações locais e a proteção ambiental (BECKER, 2001, p.153).

Nesse sentido, percebe-se que para a Amazônia e, para o Baixo Tocantins de forma específica, os ideais do desenvolvimento sustentável ainda não são postos em prática na sua totalidade, não havendo um esclarecimento objetivo sobre o que se concebe com este desenvolvimento. Há que se considerar os avanços em relação a esta proposta, especialmente no caso do PPDJUS, quando considera a inserção da sociedade e dos sujeitos sociais locais na proposição de políticas. No entanto, essas compensações ainda são prenes de contradições, especialmente pela diversidade de interesses no jogo político. É preciso que se tome lições dessa e de outras propostas que objetivem a aplicação do desenvolvimento sustentável para que, de fato, haja o amadurecimento do vetor tecno-ecológico (BECKER, 2001), aproveitando o grande potencial da Amazônia para tal fim.

1.4.3 - A dimensão dos impactos socioambientais à jusante pela construção da barragem de Tucuruí

A crise ambiental não pode ser compreendida fora das dinâmicas dos espaços da globalização. Segundo Santos (2008), esse processo supõe uma adaptação permanente das formas e das normas. Quando da necessidade da instalação de objetos técnicos, ou seja, de formas geográficas, tem-se a necessidade da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado e que muitas vezes são alheias às realidades locais. É dessa forma que a instalação de objetos modernos tem um papel de aceleração das relações predatórias entre o homem e o meio, impondo mudanças radicais à natureza.

A busca de mais valia ao nível global faz com que a sede primeira do impulso produtivo (que é também destrutivo, para usar uma antiga expressão de J. Brunhes) seja apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais. Certamente por isso a chamada crise ambiental se produz neste período histórico, onde o poder das forças desencadeadas num lugar ultrapassa a capacidade local de controlá-las, nas condições atuais de mundialidade e de suas repercussões nacionais (SANTOS, 2008, p.253).

Essa discussão sobre a instalação de objetos modernos obedentes a comandos exógenos e que têm como consequência a disseminação de crises ambientais pode ser observada quando da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos. Estes, em geral, passam a ser a expressão tanto das razões do capital como das razões do Estado, promovendo transformações do ponto de vista socioambiental na bacia dos grandes rios onde se localizam.

No caso brasileiro, esse debate sobre a questão ambiental no que se refere a empreendimentos hidrelétricos ganhou fôlego nos anos 1980, com os processos de redemocratização e de pressão do movimento ambientalista.

Ao longo dos anos 1980, no Brasil como em vários países latino-americanos, acompanhando o processo de democratização, a ascensão de movimentos ambientalistas, a consequente difusão das preocupações com a preservação do meio ambiente, a pressão da sociedade civil e, sobretudo, a resistência das populações atingidas conduziram progressivamente o setor elétrico a incorporar questões sociais e ambientais à sua agenda (VAINER, 2007, p. 119).

Tal evolução era favorecida pelo processo de democratização política que estava se encaminhando. Vainer (2007) evidencia a organização de diferentes segmentos da população

e o crescente controle social sobre as empresas estatais e sobre as agências governamentais como centrais nesse movimento de redemocratização.

Não significa que o setor e suas empresas “incorporaram plenamente e, menos ainda, traduziram em suas práticas de planejamento e execução, (...) uma avaliação mais adequada dos custos ambientais e sociais desses projetos”, mas sim que os “progressos assinalados ocorriam quase sempre por pressões externas ao Setor Elétrico (...) salvo honrosas exceções (...)” (VAINER¹², 2007 *apud* FERREIRA, 2008, p.6).

As políticas de compensação do setor elétrico nacional, em particular as decorrentes de impactos socioambientais causados pela instalação de usinas hidrelétricas, só eram direcionadas às propriedades diretamente atingidas pela inundação do reservatório. Assim, as compensações concentravam-se nas regiões ao redor dos grandes lagos formados artificialmente, excluindo-se as regiões à jusante das políticas de compensação, apesar dos inúmeros impactos negativos causados.

A experiência da região à jusante da UHT é o primeiro reconhecimento de impactos socioambientais no setor elétrico brasileiro, seguido de alocação de recursos financeiros compensatórios. Esta experiência desenvolve investimentos em um plano de desenvolvimento sob gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil, como arranjo político institucional, por meio de instâncias participativas.

Nesse sentido, estabeleceu-se um longo debate por compensações financeiras, voltadas ao desenvolvimento, uma vez que, com a construção da UHT, sem eclusas de transposição e o barramento do rio Tocantins, a região do Baixo Tocantins sofreu uma série de impactos socioambientais negativos: queda da qualidade da água, ameaça a ecossistemas da várzea do Tocantins (como açaçais e peixes, tendo se alterado a sua quantidade, a sua diversidade e a sua qualidade) e a “perda da centralidade econômica regional do Baixo Tocantins e suas cidades históricas para o novo pólo econômico surgido com a usina, Tucuruí e seis cidades criadas ou recriadas pela obra no entorno do reservatório” (FERREIRA, 2008).

Esse movimento reivindicatório foi fortalecido pela criação, no início dos anos 1990, do Movimento de Defesa e Desenvolvimento da Região Tocantina – MODERT, uma rede de entidades de pequenos produtores e movimentos sociais e que hoje é uma das mais

¹² VAINER. C. B. Recursos Hidráulicos: Questões Sociais e Ambientais. **Revista Estudos Avançados da USP**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119 – 139, jan./abr. 2007.

representativas organizações sociais de caráter regional da sociedade civil do Baixo Tocantins.

No caso da região do Baixo Tocantins, pode-se perceber pelo menos duas questões originais: i) pela primeira vez, uma empresa do setor elétrico reconhece impactos sociais em uma região a jusante de uma UHE; e ii) o protagonismo dos movimentos sociais na iniciativa de construção de um plano de desenvolvimento regional, fato raro dado que iniciativas desse tipo em geral são protagonizadas por líderes e/ou entidades empresariais ou governantes locais (CARDOSO *et alii*, 2005, p.7).

Nesse sentido, a ideia de inserção regional adotada pelos empreendimentos hidrelétricos, avança para além da questão da internalização das externalidades. Acselrad (2003), parte da teorização de que externalidades são os danos causados por alguma atividade a terceiros, sem que esses danos sejam incorporados no sistema de preços. As externalidades são vistas como sendo positivas quando beneficiam de forma involuntária os outros sujeitos e negativas quando exercem o efeito contrário, isto é, prejudicam de alguma forma as pessoas que são afetadas pelas nossas ações.

Nessa discussão, a possibilidade da internalização das externalidades sintetiza o cerne do debate. A proposta que tem sido amplamente aventada é, exatamente, a destinação de um valor monetário (internalização) aos danos considerados negativos de certa atividade produtiva (externalidades).

Scotto, Carvalho e Guimarães (2010), inferem sobre a limitação dessa proposta, que visa a converter diferentes aspectos sociais, históricos e culturais de uma problemática ambiental em valores econômicos. Segundo eles, uma leitura mercantil dos fenômenos socioambientais estreita as possibilidades de intervenção em torno dos conflitos que se estabelecem em diferentes territórios, pois elas residiriam, apenas, em níveis eficientes de alocação de recursos.

Por tudo que vimos argumentando, dificilmente poderíamos defender a expressão quantitativa da sustentabilidade sem incorporar em primeiro plano as dimensões qualitativas e culturais. Estas sim, que determinam os modos, as quantidades, as formas de usos e apropriações de energias e matérias em um dado território, pois elas são, sempre, socialmente constituídas (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2010, p.81).

É dessa forma que a experiência do PPDJUS e seus conselhos gestores, ampliando a ideia de inserção regional, representam um avanço institucional na relação de

empreendimentos hidrelétricos com regiões à jusante, ainda que mais avanços precisem ser considerados.

A construção e implementação do PPDJUS ocorrem em um contexto em que se tenta estabelecer uma nova institucionalidade política na relação da Eletronorte com a região (CONCEIÇÃO, 2002). Até então, o paradigma da relação da empresa com a região impactada pela construção da UHE Turucuí (especialmente no caso da região a montante da UHE) se processavam mediante “negociações de balcão” com as chamadas elites dominantes locais. Tais elites se faziam representar principalmente por meio dos prefeitos da região e políticos tradicionais. Os chamados programas de “inserção regional” (denominação utilizada pelas empresas do setor elétrico para as ações compensatórias de cunho social e ambiental nas regiões impactadas por usinas hidrelétricas) em geral privilegiavam relações com segmentos das elites dominantes locais (CARDOSO *et alii*, 2005, p.7).

Assim, concordamos com Cardoso *et alii* (2005) que consideram a constituição do PPDJUS como uma tentativa de estabelecer um novo pacto territorial na região do Baixo Tocantins, ainda que, segundo os autores, limitado, pois nem todos os investimentos da ELETRONORTE voltados a mitigação de efeitos negativos são discutidos no âmbito de deliberação do PPDJUS.

Capítulo 2 – O PPDJUS como política de desenvolvimento regional

2.1- Diretrizes e estrutura do PPDJUS

O PPDJUS emerge para análise em um contexto em que as questões ambientais ganharam evidência. Como discutido no capítulo anterior, a discussão sobre o desenvolvimento pertence ao século XX e decididamente atrelada aos fatores de ordem econômica. Com a emergência das preocupações em relação ao meio ambiente, novos discursos sobre o desenvolvimento foram construídos, considerando que este deveria articular a variável ambiental. Emerge, assim, um profícuo debate sobre a ideia do desenvolvimento sustentável.

É evidente que esse conceito carrega consigo conteúdos contraditórios, em muitos casos sendo apropriado como *marketing* que oculta interesses de ordem econômica, afinal, ao menos no plano discursivo, a natureza ganha centralidade por estabelecer uma ideia quase consensual.

Fonte e recurso, a natureza obceca, como a infância e a espontaneidade, através do filtro da memória. Quem não quer protegê-la, salvá-la? Reencontrar o autêntico? Quem quer destruí-la? Ninguém. Porém, tudo conspira para prejudicá-la (LEFÈBVRE, 2000, p. 30).

Harvey (2004) ilumina a nossa compreensão sobre o debate relacionado às questões ambientais. Para ele, temos responsabilidades perante à natureza e perante à natureza humana. Não há, assim, uma separação homem-natureza, uma vez que a longa história das mudanças evolutivas por meio das quais os seres humanos têm transformado simbioticamente o mundo e a si mesmos não pode ser desconsiderada.

Contra a ideia de que nos encontramos à beira de algum abismo (colapso) ou de que estamos prestes a nos chocar contra uma barreira sólida e intransponível (limites), considero coerente tanto com os tipos mais aceitáveis de pensamento ambiental como com materialismo dialético de Marx pensar a nós mesmos como inseridos num fluxo contínuo de processos vivos que podemos afetar individual e coletivamente por meio de nossas ações. Somos profundamente afetados por todo gênero de eventos (em particular por mudanças físicas nos fluxos de energia da terra, do ar e do mar, por adaptações da parte de outras espécies, bem como por alterações que nós mesmos induzimos). Somos agentes ativos presos à “teia da vida” (...) (HARVEY, 2004, p. 258).

A centralidade desse debate hoje repercute também na concepção de planos de desenvolvimento no contexto da realidade nacional, estimulado por fatores como a envergadura da legislação ambiental brasileira nos últimos anos, a pressão dos movimentos ambientalistas, a mobilização dos movimentos sociais mais localizados etc, como é o caso do PPDJUS, que logo de início propõe o seu entendimento sobre o desenvolvimento sustentável.

O **desenvolvimento sustentável** representa um processo de mudança na qual a exploração dos recursos e a orientação das inovações tecnológicas e institucionais são feitas de forma consistente face às necessidades tanto atuais quanto futuras (BRASIL, 2003a, p. 9, grifos nossos).

O **desenvolvimento sustentável** aponta para uma reformulação do estilo de desenvolvimento, levando a um processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações (BRASIL, 2003a, p. 10, grifos nossos).

Dessa forma, a ideia do desenvolvimento sustentável não desconsidera a variável do crescimento econômico, mas, apoiada no uso de tecnologias inovadoras, tenta estabelecer uma relação menos predatório com a natureza fonte de recursos para diversos sujeitos sociais.

Tal entendimento sobre o desenvolvimento sustentável articulou-se às diretrizes da política instituída em nível nacional, precipuamente ao Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia – PDA. De tal sorte, que o Termo de Cooperação assinado entre a União e os Governos dos Estados da Amazônia foi utilizado para a fundamentação da ideia no plano. Este termo destaca como eixos temáticos prioritários do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, aos qual o PPDJUS está alinhado, os seguintes:

- a) Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial;
- b) Produção Sustentável com Tecnologia Avançada;
- c) Inclusão Social e Cidadania;
- d) Infra-Estrutura para o Desenvolvimento;
- e) Novo Padrão de Financiamento (BRASIL, 2003a, p.11-12).

Neste caso, podemos afirmar que o PPDJUS articula-se a uma das políticas desenvolvidas pelo governo federal, que Becker (2007) determina como a política ambiental. Dessa forma, quando apresenta o debate sobre desenvolvimento e sustentabilidade, articula-se

com o que a autora determina como “desenvolvimento endógeno” (BECKER, 2001). Este é um aspecto que deve ser evidenciado no plano.

Outro aspecto diz respeito à sua área de abrangência. Como discutido na introdução do trabalho, a elaboração do PPDJUS deu-se em duas etapas. Na primeira etapa, as entrevistas e as reuniões técnicas com dirigentes das prefeituras e parte das lideranças locais deram origem a estudos e análises da região, posteriormente dando suporte à elaboração do documento de versão preliminar do plano da jusante que considerava apenas cinco municípios: Baião, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri, já demonstrado no mapa 01 na introdução desse trabalho.

De forma resumida, é possível dividir a elaboração do PPDJUS em dois momentos, segundo a forma como foi conduzido. O primeiro momento diz respeito à etapa de levantamento de dados sócio-econômicos sobre a região em estudo, que teve início em 2002, época em que foi encomendado pela ELETRONORTE os primeiros estudos à elaboração do Plano, cujos principais produtos são a análise do ambiente interno e externo e a caracterização sócio-econômica. As fontes principais desses dados são o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Cabe ressaltar que esse levantamento foi realizado para os cinco primeiros municípios impactados, diagnosticados por estudos da ELETRONORTE como área de influência a jusante da UHE Tucuruí (BRASIL, 2003a, p.7, grifos nossos).**

A segunda etapa, caracterizada pelas oficinas participativas, desenvolvidas devido à contestação do documento preliminar pelos movimentos sociais, incorporou os cinco municípios anteriores e, devido à reivindicação dos movimentos sociais e do CODESEI, os municípios de Oeiras do Pará, Abaetetuba, Moju e Barcarena, que deveriam ser incluídos no Plano após esse levantamento. No entanto, tais demandas não deram origem a um novo plano, permanecendo o anterior com a caracterização apenas dos cinco primeiros municípios.

Uma segunda observação que merece destaque é que os investimentos só têm sido realizados nos cinco primeiros municípios via PIRJUS. Este plano é específico da ELETRONORTE e representa a sua inserção no PPDJUS. Isso significa dizer que o fato de a ELETRONORTE reconhecer apenas os cinco impactados, impede-a de destinar recursos aos outros quatro. Esse fato, aliado à evidência de que a ELETRONORTE ainda é a única que destina investimentos mais maciços ao plano, cria uma tendência de afastamento dos outros quatro municípios do debate regional.

Não, nós tivemos a ADA e o plano diretor. Foram os convênios que nós fizemos com a ADA que atenderam os nove municípios e o plano diretor também. Até porque eles foram logo no início, aí depois veio o estudo de impacto e aí se definiu que iria se trabalhar só com os cinco. Mas é essa a configuração mesmo, o PPDJUS ele é para os nove municípios com pouca atuação em quatro. E o PIRJUS que é um plano específico da ELETRONORTE atende os cinco, e o conselho é dos nove (Entrevistado 19, Representante da ELETRONORTE no CONJUS regional, 57 anos, 27 de junho de 2013).

Se nove municípios são articulados ao plano e, se desses, apenas cinco recebem investimentos, a fragilidade da discussão no âmbito regional torna-se evidente, uma vez que compromete a unidade em vias de construção. Não que essa unidade regional represente um espaço homogêneo com a evidência do pensamento único. Como discutido teoricamente, as regiões geográficas constituem espaços determinados por múltiplas trajetórias e que refletem tanto diferenças no mundo quanto ideias sobre diferenças. Assim, as divergências fazem parte dos debates entre os diversos sujeitos sociais, mas a unidade é interpretada aqui no sentido de construção de um projeto para a região que a fortaleça politicamente.

O plano da jusante diz respeito a uma longa trajetória de mobilizações dos movimentos sociais e sindicais da região, mas a sua efetivação só ocorreu após a obrigatoriedade estabelecida SECTAM para a liberação do licenciamento ambiental com vistas à construção da segunda etapa da UHT. De acordo com Basile (2007), tal procedimento efetivou-se com a notificação nº 031/2003 – DMA/SECTAM, de 15 de janeiro de 2003, referente às licenças de instalação 003/2003 e de operação 049/2003.

Por meio de tais licenças, a SECTAM colocou como condicionante o desenvolvimento de ações compensatórias na região à jusante. Com base nessa determinação, a ELETRONORTE deveria patrocinar a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para a região à jusante nos moldes do PDST existente à montante.

Como não há legislação, a ELETRONORTE precisava se respaldar em alguma coisa. E ela se respaldou no licenciamento da usina. E no licenciamento da usina, a SEMA, que era o órgão licenciador, ela pediu que a ELETRONORTE fizesse também um plano de desenvolvimento pra jusante. Aí a ELETRONORTE foi com as instituições de jusante, movimentos sociais e se criou o que se chama hoje CONJUS, né, que é o conselho de jusante, que fez um plano popular de desenvolvimento pra região da jusante. E a ELETRONORTE garantiu parte de recurso pra esse plano de desenvolvimento. Que a ELETRONORTE na realidade não tem condições de bancar um plano de desenvolvimento sozinha. Ela garante parte de recurso pra isso e ela tem feito por enquanto, ela e o governo do estado e as prefeituras. São os três que têm feito alguma coisa na região

dentro do plano de desenvolvimento (Entrevistado 19, Representante da ELETRONORTE no CONJUS regional, 57 anos, 27 de junho de 2013).

Os projetos são desenvolvidos por meio da celebração de convênios entre a ELETRONORTE e prefeituras municipais, associações, governo do estado, cooperativas e secretarias de estado. Esses convênios seguem as diretrizes estabelecidas no PPDJUS (BRASIL, 2013a).

Para execução de ações previstas pelo PPDJUS a ELETRONORTE comprometeu-se através da Resolução de Diretoria – RD nº 75/2004, a disponibilizar recursos da ordem de R\$ 160 milhões para aplicação ao longo de 20 (vinte) anos, para financiamento de ações implementadas na microrregião a jusante da UHE Tucuruí, a qual compreende os municípios de Baião, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri (BRASIL, 2013a, p. 6).

É importante evidenciar que a ELETRONORTE não libera recursos diretamente às prefeituras municipais, mas obras e equipamentos por meio de convênios com as mesmas e com outras instituições, após a apreciação dos projetos discutidos e elaborados no âmbito dos conselhos municipais e regional.

O conselho gestor municipal – CONJUS, presente em cada um dos nove municípios, apesar de mais atuante nos cinco que recebem os investimentos da empresa, é a instância deliberativa de aprovação de projetos e propostas a serem executadas nos referidos municípios. Posteriormente, tais propostas vão para aprovação no conselho gestor regional, o qual possui representantes de todos os municípios.

De 2003 a 2013 o CONJUS regional passou por três gestões, como demonstrado nos quadros 02, 03 e 04, sendo que a composição de cada conselho funciona de forma paritária, com metade das instituições representando o poder público e metade representando os movimentos sociais e sindicais. A mesma estrutura vale para os CONJUS municipais, considerando as instituições municipais. A composição do CONJUS funciona com um titular e dois suplentes para cada instituição, necessitando levar em consideração que os representantes de cada instituição não podem pertencer a um único gênero, ou seja, a composição da representação das mesmas deve obedecer ao critério de dois homens e uma mulher ou duas mulheres e um homem, ou seja, 30%, ao menos, devem pertencer a um gênero oposto.

Evidencia-se, assim, o CONJUS, tanto os municipais como o regional, como arranjo político institucional de caráter regional, não havendo a possibilidade da participação dos sujeitos individualmente, apenas como representantes de instituições.

Quadro 02: 1º gestão e composição do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí – CONJUS (JUL 2003 a JUN 2006)

	NOME DA INSTITUIÇÃO	SIGLA
	PODER PÚBLICO	
01	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	ELETRONORTE
02	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	SUDAM
03	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	
04	CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO INTERMUNICIPAL	CODESEI
05	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS	AMBAT
06	CÂMARA DE VEREADORES	CV
	MOVIMENTO SOCIAL	
01	INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA	IEPs
02	MOVIMENTO EM DEFESA DA REGIÃO TOCANTINA	MODERT
03	MOVIMENTO DOS PESCADORES DO ESTADO DO PARÁ	MOPEPA
04	MOVIMENTO TOCANTINS	MT
05	FED. DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ	FETAGRI
06	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	CUT

Fonte: BRASIL (2013a)

Quadro 03: 2º gestão e composição do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí – CONJUS (JUL 2006 a DEZ 2009)

	NOME DA INSTITUIÇÃO	SIGLA
	PODER PÚBLICO	
01	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	ELETRONORTE
02	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA	ADA
03	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	
04	CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO INTERMUNICIPAL	CODESEI
05	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO BAIXO TOCANTINS	AMBAT
06	CÂMARA DE VEREADORES	CV
07	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA
	MOVIMENTO SOCIAL	
01	PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS	PC
02	MOVIMENTO EM DEFESA DA REGIÃO TOCANTINA	MODERT
03	MOVIMENTO DOS PESCADORES DO ESTADO DO PARÁ	MOPEPA
04	MOVIMENTO TOCANTINS	MT
05	FED. DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ	FETAGRI
06	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	CUT
07	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	MAB

Fonte: BRASIL (2013a).

Quadro 04: 3º gestão e composição do Conselho Gestor do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável a Jusante da UHE Tucuruí – CONJUS (JAN 2010 a MAI 2013)

	NOME DA INSTITUIÇÃO	SIGLA
	PODER PÚBLICO	
01	CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A	ELETRONORTE
02	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	MDA
03	GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ	
04	CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO INTERMUNICIPAL	CODESEI
05	CÂMARA DOS VEREADORES	CV
06	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA
	MOVIMENTO SOCIAL	
01	PRELAZIA DE CAMETÁ DO TOCANTINS	PC
02	MOVIMENTO EM DEFESA DA REGIÃO TOCANTINA	MODERT
03	MOVIMENTO DOS PESCADORES DO ESTADO DO PARÁ/FED. DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ	MOPEPA FAEPA
04	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	MAB
05	FED. DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARÁ	FETAGRI
06	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	CUT

Fonte: BRASIL (2013a).

De acordo com os debates estabelecidos no IV Encontro Regional de Planejamento do PPDJUS, realizado no dia 08 de maio de 2013, por nós presenciados, nem todas estas instituições participaram ativamente dos encontros, reuniões e assembléias. Algumas instituições são apontadas como as mais ausentes: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Movimento dos Pescadores do Estado do Pará – MOPEPA; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Governo do Estado do Pará. Essas ausências comprometem o desenvolvimento das propostas, principalmente em momentos de votação. É possível que a argumentação para essas ausências dividam-se entre não ter confiança no processo e, por outro lado, a falta de vontade política. Outro fator que contribui para as ausências são os longos deslocamentos para participar das reuniões. Essas, até com o intuito de estimular a participação dos membros de todos os municípios, se dão em cada momento em um dos cinco municípios e também em Belém, seja na sede do CODESEI ou da ELETRONORTE. Esse é mais um fator que contribui para o enfraquecimento da construção do projeto regional.

Souza (2006) determina que a malha territorial definida para fins de planejamento é um dos indicadores de consistência participativa. É evidente que a malha territorial definida, que engloba os nove municípios, foi definida pelo critério de ter sido impactada, mas é incontestável também que há uma identidade regional construída historicamente, como veremos no próximo capítulo. E o critério das reuniões serem realizadas sucessivamente em

cada um dos municípios diferentes é uma tentativa de democratização no sentido de proporcionar a participação de todos. Mas não resta dúvida que a grande extensão territorial dessa malha é um fator que dificulta a participação de todos.

Unidades territoriais excessivamente grandes dificultam o acesso de boa parte dos moradores aos locais das assembléias e outras reuniões, pois o transporte tem um custo financeiro (e de tempo) que, para pessoas pobres pode fazer ou ajudar a fazer a diferença entre a possibilidade ou a impossibilidade de participar (SOUZA, 2006, p. 360).

Neste caso, estratégias precisam ser criadas a fim de possibilitar a participação de todos; estratégias essas que devem ir além do fator deslocamento, uma vez que há uma queixa generalizada sobre muitos critérios técnicos definidos pela empresa para a liberação do investimento nos projetos, mas essa é uma questão que será analisada posteriormente.

Voltando-nos a partir desse momento mais diretamente ao Plano construído em 2003, apresentamos a seguir o quadro sinóptico da estrutura do mesmo (quadro 05), considerando suas divisões.

Quadro 05: Sinópsse da estrutura do Plano de Desenvolvimento da Região à Jusante da UHE Tucuruí

Divisões	Capítulos	Subcapítulos	Subsubcapítulos
Apresentação			
Introdução			
Capítulos	1-Metodologia e Princípios do Plano	1.1-Metodologia de Execução do PPDJUS	
		1.2-Princípios Metodológicos	1.2.1-Planejamento Participativo
			1.2.2-Aceitação e Adoção das Premissas do Desenvolvimento Sustentável
			1.2.3-Aproveitamento das Potencialidades Locais
			1.2.4-Alinhamento com as Diretrizes do Governo Federal
			1.2.5-Responsabilidade Partilhada
	2-Characterização de Contextos	2.1-Análise do ambiente interno	2.1.1-Dinâmica demográfica
			2.1.2-Dinâmica econômica
			2.1.3-Os índios Assurinis
			2.1.4-Carências e Potencialidades

			2.1.5-Potencialidades e vantagens regionais
			2.1.6-Impactos ambientais
		2.2-Análise do ambiente externo	2.2.1-Tendências mundiais, nacionais e regionais
			2.2.2-Oportunidades e Ameaças no Contexto Externo
	3-O Planejamento Participativo	3.1-A Execução do Planejamento	
		3.2-Resultado dos Trabalhos de Planejamento Participativo	
	4-Estratégia de Desenvolvimento	4.1-Contornos do Futuro Desejado	
		4.2-Objetivos Gerais e Específicos	
		4.3-Opções Estratégicas	
		4.4-Descrição dos Eixos	
		4.5-Focos Prioritários de Investimentos	
		4.6-Metas e necessidade de recursos para o desenvolvimento regional	
	5-Modelo de Gestão	5.1-CONGEP – Conselho Gestor do PPDJUS	
		5.2-Comitês Municipais do PPDJUS - COMUP	
		5.3-Câmaras Temáticas	
	6-Considerações para concretização do plano	6.1-Como vai, Amazônia?	
		6.2-Construção de uma unidade nacional ao desenvolvimento da Amazônia	
		6.3-A situação nacional	
		6.4-Estudos e Documentos Complementares ao PPDJUS	
Referências Bibliográficas			
Anexos			

Fonte: BRASIL (2003a).
Organização: Gleice Costa.

Não discutiremos aqui todos os elementos contidos no Plano, mas destacaremos os pontos que entendemos como os mais relevantes. Outros pontos do mesmo serão discutidos ao longo dos outros capítulos, alguns já antecipados anteriormente, como os princípios

metodológicos da “Aceitação e Adoção das Premissas do Desenvolvimento Sustentável” e do “Alinhamento com as Diretrizes do Governo Federal”. Além desses princípios metodológicos contidos no Plano, o primeiro capítulo “Metodologia e Princípios do Plano” ainda destaca a metodologia de execução do PPDJUS, por nós já destacada na introdução deste trabalho e na primeira parte deste capítulo.

O segundo capítulo, intitulado “Caracterização de Contextos”, realiza um diagnóstico do ambiente interno (a região) e do ambiente externo (a articulação da região a outras escalas espaciais). Os dados analisados do ambiente interno, reiteramos, referem-se apenas aos cinco municípios identificados pelos estudos realizados pela empresa como os impactados, como justificado no próprio plano, em que “(...) a específica análise dos ambientes internos referem-se ao bloco de municípios com impactos identificados na primeira fase de estudos de construção deste documento, que sofrerá complementação posterior” (BRASIL, 2003a, p. 13), complementação essa ainda não realizada. Neste caso, esses dados compreendem informações sobre o Produto Interno Bruto – PIB, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, os números do extrativismo, da agricultura, da pecuária, da indústria e do comércio, da infraestrutura econômica (energia e sistema de transporte), das condições sociais e sanitárias, além dos números da saúde e da educação. Esses elementos são retomados na análise das carências da região, com enfoque para as debilidades no setor produtivo, tanto na produção quanto na circulação e no consumo.

No que se refere às potencialidades, a análise incide sobre a “vocação” da região para a agricultura, fruticultura e beneficiamento do pescado, além do potencial para produ o de fármacos e cosméticos e para o ecoturismo. Essas potencialidades relacionam-se ao princípio metodológico do “Aproveitamento das Potencialidades Locais”, que define a relevância do patrim nio natural (base para o desenvolvimento da biotecnologia) e cultural (saber local e conhecimento sobre a natureza tropical) da região. Essas potencialidades são vinculadas a oportunidades para a região no contexto global, considerando a análise do ambiente externo. Essa análise é subdividida em duas partes, as oportunidades e as ameaças para a região no contexto global.

Oportunidades para a região no contexto global:

- Demanda por serviços ambientais;
- Demandas crescentes por frutas tropicais;
- Valoriza o de produtos naturais;
- Demanda de turismo de natureza;

- Interesse mundial pela região amazônica pela sua concentração de diversidade biológica;
- Desenvolvimento de tecnologias de desenvolvimento sustentável;
- Produção de fitoterápicos e cosméticos;
- Crescimento do Terceiro Setor (trata-se de um movimento que é portador de um novo modelo de administração pública, baseado no estabelecimento de alianças estratégicas entre Estado e sociedade);
- Parcerias institucionais pelo desenvolvimento regional (parceria com outras empresas que atuam na região na busca do desenvolvimento sustentável);
- Recursos externos para sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2003a, p. 37-38).

As ameaças, segundo o plano, “são tendências ou eventos externos à região, em andamento ou potenciais, que podem prejudicar substancialmente e por longo tempo o desenvolvimento regional” (BRASIL, 2003a, p. 38). São considerados como ameaças:

- Crescimento da biopirataria;
- Pressão das formas predatórias de exploração dos recursos naturais;
- Concorrência externa no ecoturismo;
- Concorrência de outras regiões por investimentos;
- Fluxo de contaminação animal e vegetal;
- Concorrência acirrada pelos mercados;
- Conflitos pela posse da terra;
- Manutenção das barreiras protecionistas mundiais (inclusive as não tarifárias) (BRASIL, 2003a, p. 39-40).

A ideia de desenvolvimento estabelecida no plano propõe, portanto, o aproveitamento das potencialidades locais e a valorização das mesmas na relação com as tendências do mercado global. Propõe, assim, mudanças na ordem socioespacial, como será demonstrado nos objetivos e eixos subsequentemente e, uma vez mais, evidencia a continuidade do discurso do desenvolvimento econômico politicamente correto, considerando a variável ambiental, mais próximo da realidade regional.

O plano de desenvolvimento da região possui os seguintes objetivos, pautados nos princípios do desenvolvimento sustentável e descritos no capítulo quatro “Estratégia de desenvolvimento”.

Objetivos Geral:

O plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí tem como objetivo central promover, de forma participativa e com responsabilidade partilhada, um processo amplo de mudança e de reorganização da economia e da sociedade regional, combinando a elevação da qualidade de vida da população com o crescimento econômico e a conservação ambiental. No horizonte do plano – 2002 a 2020 (BRASIL, 2003a, p. 53).

Objetivos Específicos:

- Amplas condições de infra-estrutura elétrica rural;
- Moderna estrutura de acesso rodoviário micro-regional;
- Eficiente rede de transporte fluvial intermunicipal;
- Avançada tecnologia de exploração econômica racional dos recursos naturais;
- Mecanismos de recuperação e controle ambiental;
- Sistema adequado de educação e saúde em todos os níveis (BRASIL, 2003a, p. 53).

Ainda no capítulo quatro, e para atender a esses objetivos, os eixos que embasam o plano são desenvolvidos. Este se ordena em torno de quatro eixos, quatorze programas, 2 sub-programas e 146 projetos.

EIXO I – Reestruturação da Base Produtiva: é constituído de dez programas e 100 projetos.

Os programas do eixo I são:

a) cadeia produtiva da pimenta do reino; b) cadeia produtiva do pescado; c) fruticultura e agroindústria regional; d) cadeia do artesanato; e) agricultura familiar; f) indústria madeireira; g) bioprodutos; h) infraestrutura econômica; i) inovação tecnológica; j) turismo e ecoturismo.

Cadeia produtiva refere-se a uma rede de inter-relações entre os vários estágios de um sistema de produção de valor, com clara explicitação do fluxo de bens e serviços pelos diversos estágios que a compõem, desde as fontes de suprimento de matéria-prima até o consumidor final do bem ou serviço (BRASIL, 2003a, p. 51).

O Plano ressalta a necessidade de investimento nas cadeias produtivas, em primeiro lugar, porque a economia da região está lastreada no extrativismo, assim como na agricultura familiar. Em segundo lugar porque há necessidade de agregação de valor aos produtos, uma vez que os mesmos saem da região praticamente *in natura*. Mas, para que esse investimento seja realizado, se faz necessário o emprego de capitais em infraestrutura de transporte (rodovias, estradas vicinais, caminhões, barcos etc) e de armazenagem dos produtos agrícolas (BRASIL, 2003a).

EIXO II – Desenvolvimento Humano e Qualificação: é constituído de um programa (Desenvolvimento Social e Recursos Humanos); de dois sub-programas (1. Educação e Capacitação Profissional e 2. Saúde e Saneamento) e vinte projetos.

O eixo II diz respeito mais diretamente à dimensão social do planejamento participativo desenvolvido na região, uma vez que objetiva a promoção de melhores condições de vida com investimentos em saúde e educação. Nesse eixo, “as atividades institucionais e regulares de saúde pública e educação formal devem desenvolver-se em sintonia às habilidades e tradições locais, expressas em múltiplos hábitos e costumes regionais” (BRASIL, 2003a, p. 53).

Objetivamente, as ações prioritárias para a educação envolvem o processo de qualificação profissional e para a saúde o investimento na melhoria do saneamento básico, como tratamento adequado da água e do lixo e resíduos sólidos.

EIXO III – Conservação e Recuperação do Meio Ambiente: é composto de dois programas (1. Recuperação de áreas degradadas e 2. Gestão ambiental e vigilância sanitária) e 15 projetos.

No que se refere ao eixo III, o plano determina os principais fatores que contribuem para a degradação do meio ambiente. Dentre eles, destacam-se a exploração da madeira, as queimadas para o plantio das culturas de subsistência e para a formação de pastagens, a retirada da madeira para ser utilizada como lenha e a retirada de argila das áreas de várzea. Propõe, a partir dessa constatação, “a implementação de um sistema eficaz de regulação e controle ambiental, que estabeleça limites e formas de organização da produção e sua relação com os ecossistemas da região” (BRASIL, 2003a, p. 52). Como medidas complementares propõe o reflorestamento e a recuperação de áreas degradadas pela ação humana e ações em educação e controle ambiental, compondo, assim, dois níveis de ações, as corretivas e as preventivas.

EIXO IV – Organização da Sociedade e dos Governos Locais: é composto de um programa (Desenvolvimento Institucional) e 11 projetos.

De acordo com o estabelecido no plano, o eixo IV “Organização da sociedade e dos governos locais”, constitui a base para a efetivação dos demais eixos, uma vez que pressupõe o engajamento e a participação organizada da sociedade no processo de planejamento. Essa

organização possibilita maior coesão social e maior capacidade de mobilização da sociedade local.

Estes eixos, definidos de antemão no PPDJUS, a partir das primeiras oficinas realizadas pela equipe que elaborou o Plano, nos cinco municípios, orientaram as definições de prioridades nas segundas oficinas, já compreendendo os nove municípios. Essas prioridades estão destacadas nos quadros 06, 07 e 08. No Plano, esses dados foram articulados no capítulo três “Planejamento Participativo” para os cinco municípios.

Quadro 06: Eixo da Estrutura Produtiva

Cadeia Produtiva	Especificidades	Município
Cadeia do Pescado	Projeto a definir	Igarapé Miri
	Projeto a definir	Abaetetuba
	Projeto a definir	Mocajuba
	Beneficiamento, Alevinos e Capacitação	Cameté
	Camarão – Terminal Pesqueiro	Oeiras do Pará
	200 gaiolas flutuantes – Entrepasto de Pesca	Limoeiro do Ajurú
	Projeto a definir	Barcarena
Agroindústrias	Açaí	Igarapé Miri
	Pimenta do Reino	Mocajuba
	Unidades Artesanais de Farinha	Mojú
	Açaí e demais frutos	Cameté
	Açaí e Cupuaçu	Oeiras do Pará
	Açaí e demais frutos	Limoeiro do Ajurú
	Projeto a definir	Barcarena
Agricultura Familiar	Projeto a definir	Igarapé Miri
	Açaí e Cana de Açúcar	Abaetetuba
	Assistência Técnica	Mocajuba
	Capacitação, Insumos e Comercialização (Pimenta do Reino e Lavoura Branca)	Cameté
	Assistência Técnica e Capacitação	Oeiras do Pará
	Criação Aves e Pequenos Animais	Limoeiro do ajurú
	Projeto a definir	Barcarena
	Qualificação de Pequenos Proprietários	Mojú
Artesanato	Projeto a definir	Abaetetuba
Turismo	Valorização Cultural e Ecológica	Mojú

Fonte: BRASIL (2003b).

Quadro 07: Eixo Infraestrutura

Obra/Ação	Especificidades	Município
Eletrificação	Projeto a definir	Igarapé Miri
	Zona Ribeirinha (ilhas) e Rural (centro)	Abaetetuba
	Ribeirinha	Mocajuba
	Rural e Urbana	Oeiras do Pará
Pavimentação	PA 407	Igarapé Miri
	Estradas do 2º Distrito e Vicinais	Mocajuba
	Vicinais – Incluindo as Pontes	Cametá
	PA 279 e suas Vicinais	Oeiras do Pará
Estrutura de Saúde	Posto de Saúde	Abaetetuba
	Posto de Saúde equipado – Comunidades Ribeirinhas	Limoeiro do Ajurú
	Hospital Municipal Aparelhado	Barcarena
Saneamento Básico	Projeto a definir	Abaetetuba
	Tratamento e Distribuição de Água (Zona Ribeirinha)	Cametá
	Projeto a definir	Oeiras do Pará
	Urbanização	Limoeiro do Ajurú
Estrutura Educacional	Erradicação do Analfabetismo	Cametá
	Escolas Ens. Fund. Nas Comunidades Ribeirinhas	Limoeiro do Ajuru
	Escola Profissionalizante	Igarapé Miri
	Escola Profissionalizante	Mojú
	Escola Profissionalizante aparelhada	Barcarena
Equipamentos	Patrulha Mecanizada	Mojú
	Máquinas Agrícolas	Mocajuba
	Patrulha Mecanizada	Barcarena

Fonte: BRASIL (2003b).

Quadro 08: Eixo Ambiental

Ação	Especificidades	Município
Programa de Educação Ambiental	Projeto a definir	Igarapé Miri
		Abaetetuba
		Cametá
		Limoeiro do Ajurú
		Mocajuba
Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Aproveitamento Casca do Palmito e Carçoço do Açaí	Igarapé Miri
	Usina de Compostagem – Fabricação de Adubo Orgânico	Mocajuba
	Usina de Reciclagem de Lixo	Limoeiro do Ajurú
Manejo Florestal	Projeto a definir	Abaetetuba
		Oeiras do Pará
Recuperação de Áreas Degradadas/Reflorestamento	Revitalização do Rio Tocantins	Mocajuba
	Criação de Horto Botânico	Igarapé Miri
	Projeto a definir	Abaetetuba
		Mocajuba
	Recuperação da Orla Fluvial	Barcarena
Fiscalização e Controle Ambiental	Vigilância Sanitária	Cametá
	Monitoramento dos Recursos Naturais da Micro-Região	Cametá
	Fiscalização Ambiental	Oeiras do Pará

Criação de Unidades de Conservação	Reserva Ambiental	Oeiras do Pará
	Reserva Extrativista Ilha Trambioca (Criação de Parque)	Barcarena
Laboratório de Análises Clínicas	Projetos a definir	Barcarena

Fonte: BRASIL (2003b).

As demandas das oficinas participativas definidas nos quadros anteriores, como já mencionado, não foram adaptadas ao plano de desenvolvimento da região. É possível que essa desarticulação ainda se estabeleça devido aos quatro municípios (Abaetetuba, Moju, Oeiras do Pará e Barcarena) não serem articulados aos investimentos da ELETRONORTE. Nesse sentido, o processo de mobilizações e negociações mais intensas se arrefece em face dos impedimentos institucionais nos quais a empresa embasa-se para estabelecer suas ações.

Esses dilemas do planejamento evidenciados nos dados e discussões até aqui desenvolvidos se refletem no processo de gestão, que constitui as etapas de construção e execução dos projetos. Nos itens subsequentes, divididos em aspectos quantitativos e qualitativos, será discutido o que foi desenvolvido no período de 2003 a 2013 e a reflexão sobre o desenvolvimento na visão dos sujeitos sociais para além do Plano.

2.2- Projetos executados no âmbito da gestão do PPDJUS no período de 2003 a 2013

De acordo com o Brasil (2013a), no período de 2003 a 2013 desenvolveram-se os projetos listados nos quadros subsequentes correspondentes aos eixos do PPDJUS. A tabela 01 apresenta os projetos desenvolvidos a partir dos convênios firmados no ano de 2004.

Tabela 01 - Compromissos assumidos PIRJUS/ELN - 2004

<i>Convênio</i>	<i>Objeto</i>	<i>Valor ELN</i>	<i>Situação Atual</i>
PIRJUS-001/2004	Desenvolvimento do Projeto de Ordenamento Territorial da Região à Jusante da UHE Tucuruí, desenvolvendo metodologia para a elaboração dos Planos Diretores Municipais, capacitação dos Gestores Municipais, capacitação dos gestores locais, assessoria em gestão e elaboração de Projetos de equipamentos sociais.	1.342.977,12	Concluído
PIRJUS-002/2004	Cooperação técnica e Financeira, visando à realização de estudos sobre a cadeia produtiva da região circunscrita no Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí-ADA.	10.582,88	Concluído

PIRJUS-004/2004	Melhoria da Agricultura Familiar através da mecanização e do escoamento da produção no município de Baião (aquisição de veículos de cargas para transporte de insumos, implementos e outros equipamentos agrícolas para preparo de área, visando a melhoria do escoamento da produção advinda da agricultura familiar).	198.500,00	Concluído
PIRJUS-006/2004	Fortalecimento da Agricultura Familiar através da modernização do setor agrícola com o preparo de área mecanizada e escoamento, no município de Igarapé-Miri (aquisição de veículos de cargas para transporte de insumos, implementos e outros equipamentos agrícolas para preparo de área, visando a melhoria do escoamento da produção advinda da agricultura familiar).	519.654,83	Concluído
PIRJUS-007/2004	Fortalecimento Institucional e de Assistência Técnica de Cametá (Equipamentos e Instrumentos agrícolas).	153.670,00	Concluído
PIRJUS-016/2004	Ampliação do atendimento da Escola de Música do Centro de Apoio ao adolescente "Sal da Terra", Igarapé-Miri .	855.864,50	Concluído
PIRJUS-018/2004	Modernização e capacitação da comercialização da produção familiar do açaí dos produtores rurais de Igarapé-Miri .	80.378,60	Concluído
PIRJUS-019/2004	Incremento no processo das cooperativas dos trabalhadores da construção naval e artesanal de Igarapé-Miri .	59.934,44	Concluído
PIRJUS-021/2004	Construção de 3 (três) Escolas municipais de Ensino Fundamental, de alvenaria com duas salas de aula cada uma, no município de Cametá .	356.168,66	Concluído
PIRJUS-022/2004	Construção de 3 (três) Escolas Municipais de Ensino Fundamental, de madeira com uma sala de aula cada uma no município de Cametá .	307.229,70	Concluído
PIRJUS-023/2004	Construção de 5 (cinco) Escolas Municipais de Ensino Fundamental, de madeira, com duas salas cada uma no município de Cametá .	546.641,43	Concluído
PIRJUS-	Modernização da Agricultura Familiar por	782.456,33	Concluído

024/2004	meio da mecanização e do escoamento da produção no município de Limoeiro do Ajurú (equipamentos agrícolas).		
PIRJUS-RD-00078/2004	Pavimentação em bloquetes das ruas 23 de novembro, Dom Romualdo Coelho e Travessas Brasil, das Flores, da Olaria e São Benedito, no município de Cametá .	82.381,85	Concluído
FUNPEA/UFRA	Capacitação de professores e instrutores, jovens e produtores rurais na área da agricultura familiar, com ênfase nas comunidades quilombolas, com introdução de novas tecnologias, possibilitando a diversificação da produção, a geração de alimento, emprego e renda.	476.561,27	Concluído

Fonte: Brasil (2013a).
Organização: Gleice Costa.

Os projetos desenvolvidos a partir dos convênios do ano de 2004 contemplam demandas articuladas aos eixos I, II e IV. Os projetos vinculados ao eixo I (Reestruturação da Base Produtiva) são os convênios correspondentes aos projetos de mecanização da produção familiar nos municípios de Baião, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri; assistência técnica aos produtores familiares em Cametá; capacitação da produção familiar em Igarapé Miri; projeto da construção naval e artesanal em Igarapé Miri; capacitação da produção familiar destinada às comunidades quilombolas; e estudo das cadeias produtivas em parceria com a ADA. Os do eixo II (Desenvolvimento Humano e Qualificação) são as escolas construídas em Cametá e os instrumentos musicais fornecidos à escola de música de Igarapé Miri. Por fim, o do eixo IV (Organização da Sociedade e dos Governos Locais) foi o projeto de Ordenamento Territorial da região à jusante promovido em parceria com a UFPA. O valor global dos convênios do ano de 2004 somam o montante de R\$5.773.071,61. As fotos 01 e 02 revelam alguns dos primeiros convênios celebrados no ano de 2004, respectivamente, uma das escolas construídas no município de Cametá e os instrumentos musicais destinados à escola de música do município de Igarapé Miri.



FOTO 04 – ESCOLA DA COMUNIDADE DE PRATICAIA, MUNICÍPIO DE CAMETÁ: uma das três escolas construídas com a celebração do convênio 022/2004 entre ELETRONORTE e prefeitura de Cametá, em madeira e com uma sala de aula. (Foto: ELETRONORTE, dezembro de 2006).



FOTO 05 – ESCOLA DE MÚSICA “SAL DA TERRA”, MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI: aquisição de instrumentos musicais e materiais necessários com a celebração do convênio 016/2004 para o melhor funcionamento da escola de música. (Foto: ELETRONORTE, junho de 2006).

Como demonstrado na tabela 02, o único convênio de 2005 foi firmado com a Associação Regional das Casas Familiares Rurais - ARCAFAR para instalar Casas Familiares Rurais nos municípios de Baião, Mocajuba e Igarapé Miri, no valor de R\$150.259,28. Este projeto corresponde ao eixo I (Reestruturação da Base Produtiva), no programa de desenvolvimento da agricultura familiar. Este convênio foi elaborado diretamente com a ARCAFAR, revelando uma parceria direta com uma associação.

Tabela 02 - Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN - 2005

<i>ARCAFAR</i>			
Convênio	Objeto	Valor ELN	Situação Atual
PIRJUS-001/2005	Cooperação técnica dos partícipes visando apoio a economia familiar, por meio do programa de Formação para Jovens das Comunidades Rurais e Quilombolas nos municípios de Igarapé-Miri, Mocajuba e Baião.	150.259,28	Processo licitatório

Fonte: Brasil (2013a).
Organização: Gleice Costa.

A Casa Familiar Rural é uma instituição de ensino informal, de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, que visa formar os filhos de agricultores dentro da realidade do campo. O público alvo são os jovens, filhos de agricultores, que já tenham concluído a 4ª série do ensino fundamental e que estejam dispostos a permanecer na zona rural.

A metodologia de ensino é fundamentada na pedagogia da alternância. Durante a realização do curso, o aluno permanece uma semana em atividade na casa e duas semanas na propriedade rural, em atividades práticas. O curso tem duração de três anos.

A pedagogia da alternância e a experiência das Casas Familiares Rurais estão em sintonia com as normas básicas da educação do País, conforme o que cita os artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9394/96, e especialmente no que descreve o seu art.28:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesse dos alunos na vida rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;

III – Adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 04).

No ano de 2006, seis convênios foram celebrados, como destacados na tabela 03. Segundo os entrevistados, esses convênios, que correspondem à área de saneamento, são de suma importância à melhoria das condições de vida da população, principalmente daquelas que vivem na região das ilhas.

Tabela 03 - Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN - 2006

<i>Convênio</i>	<i>Objeto</i>	<i>Valor ELN</i>	<i>Situação Atual</i>
PIRJUS-001/2006	Implantação de estações de tratamento de água no município de Cametá	832.429,78	Não executado
PIRJUS-002/2006	Implantação de estações de tratamento de água no município de Baião	337.403,38	Em andamento
PIRJUS-003/2006	Implantação de estações de tratamento de água no município de Igarapé-Miri	709.289,28	Não executado
PIRJUS-004/2006	Implantação de estações de tratamento de água no município de Limoeiro do Ajurú	337.403,38	Em andamento
PIRJUS-005/2006	Implantação de micro-estações de tratamento de esgoto doméstico no município de Cametá	1.004.710,50	Não executado
PIRJUS-006/2006	Implantação de micro-estações de tratamento de esgoto doméstico no município de Baião	337.416,20	Em andamento
PIRJUS-007/2006	Implantação de micro-estações de tratamento de esgoto doméstico no município de Igarapé-Miri	55.376,00	Não executado
PIRJUS-008/2006	Implantação de micro-estações de tratamento de esgoto doméstico no município de Limoeiro do Ajurú	337.416,20	Em andamento
PIRJUS-009/2006	Modernização da agricultura familiar através da mecanização e do escoamento da produção no município de Limoeiro do Ajuru.	764.000,00	Processo licitatório

Fonte: Brasil (2013a).
Organização: Gleice Costa.

Até o presente momento, apenas os municípios de Baião e Limoeiro do Ajuru conseguiram avançar na instalação desses projetos, mas, ainda assim, por diversos problemas de ordem técnica – não adequação dos projetos à realidade destinada, materiais incompletos,

dentre outros – esses projetos ainda não foram concluídos. Houve ainda a liberação de máquinas agrícolas para o município de Limoeiro do Ajuru. Estes projetos somados correspondem ao montante de R\$ 2.113,639,16 e relacionam-se, respectivamente aos Eixo II (Desenvolvimento Humano e Qualificação) e I (Reestruturação da Base Produtiva) do plano.

No ano de 2007, foi celebrado apenas um convênio, como demonstrado na tabela 04, que corresponde à construção de rampas em concreto no município de Igarapé Miri.

Tabela 04 - Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN – 2007

Convênio	Objeto	Valor ELN	Situação Atual
PIRJUS-001/2007	Construção de duas rampas em concreto armado, sendo uma na vila Maiuatá e outra na sede do município de Igarapé Miri .	488.535,74.	Concluído

Fonte: Brasil (2013a).
Organização: Gleice Costa.

As rampas construídas no município de Igarapé Miri tiveram como objetivo facilitar o escoamento da produção do açaí, atividade essa de muita importância no município, configurando-o como o maior produtor da região devido aos grandes investimentos realizados via Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO. Este investimento corresponde ao eixo I (Reestruturação da Base Produtiva) do plano e, como demonstrado acima, corresponde a um montante de R\$488.535,74.

A tabela 05 apresenta os convênios firmados no ano de 2009, com parcerias entre a ELETRONORTE e os municípios e entre a empresa e o governo do Estado do Pará.

Tabela 05 - Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN - 2009

Convênio	Objeto	Valor ELN	Situação Atual
PIRJUS-002/2009	Convênio firmado com o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Integração Regional – SEIR: aquisição de máquinas, pavimentação asfáltica na rodovia PA-151, do trecho entre o perímetro urbano de Mocajuba e o perímetro urbano de Baião e recuperação e conservação de 850 km de estradas vicinais nos municípios de Baião, Mocajuba, Cametá , Igarapé Miri e Limoeiro do Ajuru , aquisição de óleo diesel.	9.525.000,00	Concluído
PIRJUS-003/2009	Construção de escola de ensino fundamental na Vila Calados, município de Baião : escola com seis salas de aula, demais salas, área de apoio e quadra poliesportiva.	1.651.907,08	Concluído

PIRJUS-004/2009	Construção de escola de ensino fundamental na Vila Angelinópolis, município de Baião : escolas com seis salas de aula, demais salas, área de apoio e quadra poliesportiva.	2.014.940,35	Concluído
PIRJUS-005/2009	Construção de escola de ensino fundamental na Vila Umarizal, município de Baião : escola com seis salas de aula, demais salas, área de apoio e quadra poliesportiva.	2.067.223,08	Concluído
PIRJUS-006/2009	Construção de escola municipal com seis salas de aula, na Vila Cacaual, zona rural do município de Limoeiro do Ajurú (região das ilhas).	1.004.710,50	Concluído
PIRJUS-007/2009	Recuperação da orla de Cametá : recuperação da faixa de terra à beira rio para conter os processos erosivos devido ao avanço das águas e à falta de estrutura para trafegabilidade de veículos.	2.756.741,02	Em andamento

Fonte: Brasil (2013a).

Organização: Gleice Costa.

No ano de 2009, pela primeira vez o governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Integração Regional – SEIR, se insere nas discussões no âmbito do CONJUS. Essa negociação teve como resultado os convênios PIRJUS 002/2009 e 007/2009. No primeiro caso, obras de infraestrutura foram realizadas, como asfaltamento, recuperação de vicinais, entrega de máquinas, dentre outros. No segundo caso, houve a construção do cais e muro de arrimo na faixa de orla da cidade de Cametá. De acordo com as discussões no último seminário regional, a obra referente à orla não pôde ser concluída porque o governo do estado estava dependendo dos recursos de emendas parlamentares para a consecução de sua parte na obra e, com a mudança de governo, as discussões ficaram mais limitadas. Em todo caso, é importante evidenciar que o governo do estado assumiu um papel importante nesse momento, uma vez que a inadimplência de alguns municípios não possibilitava aos mesmos firmarem convênio com a ELETRONORTE.

Esses convênios firmados com o governo do estado correspondem ao eixo I (Reestruturação da Base Produtiva, que engloba o programa da infraestrutura econômica) do plano e os demais convênios, que são as escolas construídas nos municípios de Limoeiro do Ajuru e Baião correspondem ao eixo II (Desenvolvimento Humano e Qualificação). O montante de todos esses investimentos corresponde a R\$19.020.522,03. As fotos 03, 04 e 05 apresentam três projetos desenvolvidos a partir dos convênios celebrados no ano de 2009. Respectivamente, ilustram a orla da cidade de Cametá, a escola do município de Limoeiro do Ajuru e algumas máquinas entregues aos cinco municípios.



FOTO 06 - ORLA DA CIDADE DE CAMETÁ: recuperação da faixa de terra à beira rio para a diminuição dos processos erosivos, com a celebração do convênio 007/2009 entre ELETRONORTE e governo do Estado do Pará. (Foto: Gleice Costa, agosto de 2012).



FOTO 07 - ESCOLA MUNICIPAL NA VILA CACAUAL, MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO AJURÚ: localizada na região das ilhas, possui seis salas de aula e foi construída a partir da celebração do convênio 006/2009 entre ELETRONORTE e prefeitura de Limoeiro do Ajuru.
(Foto: ELETRONORTE, janeiro de 2013).



FOTO 08 - CAMINHÕES BASCULANTES: convênio 002/2009 firmado entre a ELETRONORTE e a Secretaria de Estado de Integração Regional – SEIR, visando à aquisição de máquinas para a composição das patrulhas mecanizadas. (Foto: ELETRONORTE, novembro de 2010).

Em 2010, os investimentos ganharam uma dimensão mais regional, considerando que o eixo II (Desenvolvimento Humano e Qualificação), no que se refere ao sub-programa da Educação e Capacitação Profissional, priorizou o investimento em escolas que obedecessem a um certo padrão em toda a região, as chamadas escolas-polo, como demonstrado na tabela 06.

Tabela 06 - Compromissos Assumidos PIRJUS/ELN 2010

<i>Convênio</i>	<i>Objeto</i>	<i>Valor ELN</i>	<i>Situação Atual</i>
PIRJUS-001/2010	Construção da escola-polo “Bom Futuro”, com seis salas de aula, medindo 2.453,22 m ² , na localidade de Tauarezinho, na zona rural, no município de Mocajuba .	2.230.713,82	Em andamento
PIRJUS-002/2010	Construção da escola-polo “Nova Aliança”, com seis salas de aula, medindo 2.453,22 m ² , na localidade de Tambaí-Miri, na zona rural, no município de Mocajuba .	2.230.713,82	Em andamento
PIRJUS-003/2010	Construção de uma escola- polo na comunidade de Santa Maria do Icatú, com oito salas de aula e quadra poliesportiva, no município de Igarapé Miri .	2.014.940,35	Em andamento
PIRJUS-004/2010	Construção de uma escola-polo na comunidade de Vila Maiauatá, com oito salas de aula e quadra poliesportiva, no município de Igarapé Miri .	2.849.975,82.	Em andamento

Fonte: Brasil (2013a).
Organização: Gleice Costa.

Essas escolas-polo funcionarão como núcleo que articulará as demais escolas das comunidades, especialmente na zona rural dos municípios. O montante de investimentos corresponde a R\$ 9.326.343,81. As fotos 06 e 07 evidenciam as escolas construídas a partir de dois convênios celebrados no ano de 2010. A primeira, a escola-polo Bom Futuro, no município de Mocajuba, e a segunda, a de Santa Maria do Icatú, no município de Igarapé Miri, ambas ainda em fase de construção.



FOTO 09 - ESCOLA-POLO BOM FUTURO, MUNICÍPIO DE MOCAJUBA: localizada na comunidade de Tauarezinho, possui seis salas de aula e foi construída a partir da celebração do convênio 001/2010 entre ELETRONORTE e prefeitura de Mocajuba. Na ocasião da foto, a construção ainda estava em andamento. (Foto: ELETRONORTE, fevereiro de 2013).



FOTO 10 - ESCOLA-POLO NA COMUNIDADE DE SANTA MARIA DO ICATÚ, MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI: possui oito salas de aula e quadra poliesportiva e foi construída a partir da celebração do convênio 003/2010 entre ELETRONORTE e prefeitura de Igarapé Miri. Na ocasião da foto, a construção ainda estava em andamento.
(Foto: ELETRONORTE, fevereiro de 2013).

O investimento em escolas, segundo os entrevistados, é de suma importância ao desenvolvimento da região. Mas o desafio que se coloca gira em torno do projeto político pedagógico que será dado a essas escolas, o que ainda não é uma discussão na escala regional. Apenas o município de Mocajuba apresentou uma proposta de criar um projeto político pedagógico de educação no campo voltado às escolas-polo que estão sendo construídas no município. Este projeto tem como objetivo:

promover a apropriação dos conhecimentos através da educação e do trabalho por meio do diálogo com a realidade dos sujeitos envolvidos nos processos educativos, incorporando ao currículo as possibilidades de desenvolvimento de práticas que, pautadas na realidade do campo e nos princípios e valores da Economia Solidária, efetivem processos de emancipação, inclusão e sustentabilidade dos sujeitos da Escola do campo e suas comunidades (MOCAJUBA, 2013, p. 11).

De forma que o projeto, baseado no referencial teórico da educação no campo, fará um diagnóstico das potencialidades das comunidades e escolas, baseados em metodologia participativa, a fim de construir um projeto de intervenção mais ajustado à realidade do campo, que inclua também os trabalhos desenvolvidos no mesmo, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura sustentável.

Como demonstrado nas tabelas dos investimentos, nem todos os municípios foram alvos de convênios nos anos em que estes aconteceram. Isso ocorre devido à inadimplência dos municípios que são de duas ordens. Uma corresponde a obras que não foram concluídas e a outra corresponde às próprias contas dos municípios, como os débitos com a previdência social, por exemplo.

Os projetos elaborados até aqui vão ao encontro dos eixos definidos no PPDJUS, mas nem sempre estão articulados às demandas das oficinas realizadas posteriormente. Isso é um reflexo da não articulação direta das demandas das oficinas ao plano, o que não quer dizer que os projetos estejam descolados da realidade regional. Outra reflexão sobre esse aspecto se refere ao fato de o planejamento ser um processo permanente. As prioridades definidas em um primeiro momento podem e devem ser revistas dependendo de uma plêiade de condicionantes no momento da construção dos projetos.

O planejamento nada mais é do que um modelo teórico para a ação. Propõe-se a organizar racionalmente o sistema econômico a partir de certas hipóteses sobre a realidade. Naturalmente, cada experiência de planejamento se afasta de sua formulação teórica e o que é interessante na análise dos

planos é justamente separar a história do modelo e verificar porque os fatos ocorreram de maneira diferente da prevista (MINDLIN, 2010, p. 7).

Os investimentos realizados com os convênios, ao menos de uma forma geral, estão articulados aos eixos definidos no plano de desenvolvimento. Ocorre que os movimentos, até como processo de amadurecimento, estão começando a debater os limites da contribuição dos projetos até aqui desenvolvidos.

Investimentos como patrulha mecanizada, caminhões, combustível, entre outros, para eles, representam uma contribuição. Esse reconhecimento sempre é realizado. Mas o debate está caminhando no sentido de que os investimentos precisam ser definidos prioritariamente nas cadeias produtivas. Até como justiça em levar investimentos àqueles que foram mais diretamente atingidos com os impactos da construção da barragem, como descrito nos relatos abaixo.

Olha, uma parte eu diria, dentro da nossa reflexão como prelazia, que sim. Tem alguns projetos, todos trazem desenvolvimento, mas na nossa visão a gente teríamos que ter alguns eixos pra trabalhar alguns eixos mais voltados para o desenvolvimento, mas principalmente para aqueles que estão mais às margens dos impactos, que são os ribeirinhos. Tem um trabalho de desenvolvimento, mas ainda tá chegando muito pouco nessas pessoas, nessas famílias, que hoje ainda recebem o impacto. Então a maioria dos projetos eles tão sendo muito direcionados, voltados pra dimensão urbana. Claro que tem a dimensão também ribeirinha, de centro, rural, mas eu ainda observo isso. Todos os projetos estão dentro dos parâmetros de desenvolvimento da região, mas eles estão muito voltados, eu diria que 70% dos projetos estão voltados pra zona urbana, nas cidades que estão sendo mais implementados os projetos. Claro que tem muitos que tão sendo implementados no interior, mas todos estão nessa linha do desenvolvimento mesmo (Entrevistado 08, Representante da Prelazia de Cametá no CONJUS regional, 35 anos, 12 de agosto de 2012).

Muita coisa não porque o que nós combinamos era que ia ser aplicado principalmente em quem foi atingido diretamente. E quem foi atingido diretamente foi os pescadores. Então qual seria a principal reivindicação? Sistema de tratamento de água, piscicultura, né, o projeto pra criar peixe, projeto de criação de pequenos animais, manejo de açaí. Infelizmente eles não estão atendendo a essa demanda (Entrevistado 10, vereador do município de Cametá, 45 anos, 14 de agosto de 2012).

Além do fato de os projetos não atenderem às demandas dos mais impactados, existe também um processo de descontinuidade entre o que foi definido nos eixos e a execução dos projetos. No plano, as definições dos eixos fazem uma reflexão sobre as questões de base dos problemas socioespaciais, revelando uma relação entre forma e conteúdo ao propor estratégias

de desenvolvimento. No entanto, a execução dos projetos denota uma preocupação com os aspectos formais, talvez até com o propósito de apresentar à sociedade as ações desenvolvidas. Para isso, os projetos precisam estar evidentes na paisagem.

Essas estratégias são apropriadas pelas principais instituições do poder público, como ELETRONORTE e prefeituras. Cada uma à sua maneira beneficia-se com a imagem das ações desenvolvidas, como as escolas, as máquinas etc. Esse fator, atrelado ao fato de que planejar ações com vistas ao desenvolvimento das cadeias produtivas ou o investimento em qualificação profissional, para além da estrutura física das escolas, por exemplo, seja uma atividade muito mais complexa, definem a não priorização a projetos que provoquem maiores impactos no desenvolvimento da região.

Tal complexidade, para ser encarada, necessita da articulação a outros agentes institucionais que nem sempre estão ligados às atividades no âmbito do CONJUS. Como desenvolver a cadeia produtiva da fruticultura, por exemplo, sem a colaboração do governo do estado? Esse fator torna-se importante porque os investimentos precisam ser feitos não apenas na produção, mas também na circulação e na comercialização, já que se trata de uma cadeia produtiva. Que parcerias serão articuladas para a elaboração e a implementação dos projetos? Os representantes dos movimentos sociais e sindicais possuem o limite da técnica, os representantes da ELETRONORTE possuem a limitação com as questões sociais. O governo do estado, que define importantes questões institucionais, mostra-se ausente no processo. A parceria com a universidade, que poderia proporcionar o apoio técnico e científico, tem sido prenhe de contradições.

(...) Vou te dar um exemplo, foi feito convênio com a universidade federal e pra universidade apoiar os planos de resíduos sólidos e saneamento básico, a universidade apresentou lá uma lista de professores doutores que vão dar supervisão, outra lista de professores, que vão fazer uma supervisão mais focada, uma lista de mestrands que vão fazer um outro negócio e no final cada município teria a responsabilidade de se comunicar com seis estudantes, eles apresentaram seis estudantes de cada município, que iam então orientar como fazer. Coitados dos estudantes, não sabem pra que lado fica esse negócio. Eu fiquei triste com isso! Ou seja, é um abuso, isso é abuso! Aí eu fui ver a proposta metodológica, já errava já na partida: não tem trabalho de campo, não tem o processo, o que a gente chama de territorialização, que é a definição do campo territorial de atuação (...) (Entrevistado 18, Representante do CODESEI no CONJUS regional, 10 de junho de 2013).

Assim, entende-se que pensar em estratégias de desenvolvimento exige a articulação de parceiros que se complementem na elaboração e execução dos projetos. Uma vez mais, não

é o pensamento único que se almeja porque as regiões geográficas articulam múltiplas escalas espaciais e, portanto, os interesses de diferentes sujeitos sociais. A negociação entre parceiros diferentes, assim, torna-se necessária para o fortalecimento do projeto regional. No próximo item, essa discussão ganha relevo.

2.3- O desenvolvimento na visão dos sujeitos sociais envolvidos na gestão do PPDJUS

Pensar no desenvolvimento para os movimentos do Baixo Tocantins implica no investimento naquilo que vai contribuir com as suas condições objetivas de existência. Para além das demandas destacadas na primeira parte desse capítulo, nos quadros das oficinas participativas, achamos importante entender o que as pessoas por nós entrevistadas pensam sobre esse processo. Para tanto, os excertos das entrevistas contidos no quadro 09 nos ajudam a entender essa discussão.

Quadro 09: Desenvolvimento da região na visão dos representantes dos movimentos sociais

MUNICÍPIO	EXCERTOS DAS ENTREVISTAS
Cametá	<ul style="list-style-type: none"> • Olha, o Baixo Tocantins, quando nós falamos em desenvolvimento, pelo menos nós entendemos assim, se configura uma mentalidade que nós precisamos fazer algo por uma região que ela foi impactada, tá sendo impactada e é uma região que nós podemos dizer que é uma região pobre. Ela não tem um potencial econômico tão extenso. Tem um potencial econômico pra se manter basicamente. Nós vivemos basicamente dos recursos públicos. Recursos públicos! Nós não temos uma economia através de indústrias. A nossa agricultura ela é uma agricultura ainda familiar! Então quando nós falamos em desenvolvimento, nós precisamos aplicar algo na região. A ELETRONORTE, ela entra nesse sentido como parceira pra viabilizar algumas coisas que pelo menos o básico pro desenvolvimento, como escolas, projetos como água potável que na região é muito difícil, a própria agricultura familiar, incentivo à agricultura familiar. Então o desenvolvimento tem que ter essa aplicação! (Entrevistado 08, Representante da Prelazia de Cametá no CONJUS regional, 35 anos, 12 de agosto de 2012, grifos nossos).
Baião	<ul style="list-style-type: none"> • Vamos dizer a agricultura, uma das coisas que se a agricultura não alavancar, aí ficamos com dificuldade porque, vou falar na economia, né. A economia de Baião praticamente hoje, ela caiu muito porque a agricultura de Baião tá muito fraca porque nós passamos a trabalhar só na questão da monocultura, que é o plantio de pimenta do reino (...) aí também a agricultura caiu muito, né. E aí, se a gente não fizer um trabalho de alavancar a agricultura, é muito difícil pra gente chegar num teto mais desenvolvimento porque é uma área praticamente agrícola o município de Baião. (...). O município de Baião hoje, o forte dele tá sendo só a questão da aposentadoria, a questão do seguro defeso, o bolsa família e os funcionários públicos, não tem uma outra renda mais. Tem família aí que vive só disso! A gente não vê uma agricultura que o cara produza lá milho, arroz, mandioca, tenha algumas cabeças de gado lá no pasto, crie pequenos animais como porcos e cabritos, nada, nem frango. Aí fica difícil, o município tá sobrevivendo disso! (Entrevistado 03, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Baião, 62 anos, 07 de agosto de 2012).

Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • Pra mim desenvolvimento ele acontece a partir de que quando as pessoas tem acesso de ir e de vir, de escoar a sua produção, então estradas bem preparadas, bem organizada, onde o pobre tenha condições de ir e vir sem obstáculos, ela é uma das prioridades pra nós da agricultura familiar, que mora principalmente na terra firme, né?! Depois a questão da educação, ela é uma prioridade porque se não tem educação no campo, nós vamos correr o risco de mais tarde não ter gente no campo também, né, porque a maioria do povo vem pra cidade pra estudar, às vezes não volta mais pro campo e aí a gente vai perdendo o percentual de povo no campo. Essa seria também uma das nossas prioridades! E pro desenvolvimento, garantir a produtividade, a tecnologia pra poder avançar e o beneficiamento do produto, a qualificação pra poder então inclusive entrar no mercado, garantir o mercado. Eu penso que o desenvolvimento ele vai através daí! Se nós não tem uma boa estrada, uma boa educação, energia porque mesmo que o luz para todos já chegou, já é um resultado da nossa luta, mas ainda não chegou pra todos. E aonde não chegou, exatamente onde não chegou que a gente tem necessidade que chegue pra não ser só a energia pra chegar e pra esfriar a água, pra ligar uma televisão, mas que dê condições pra poder melhorar a qualidade do produto, o beneficiamento do produto, da agricultura familiar. Isso eu acho que é desenvolvimento! (Entrevistado 15, Representante da FETAGRI no CONJUS regional, 43 anos, 17 de agosto de 2012).
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • (...) Eu, o que eu entendo de desenvolvimento, o que eu entendo é que as políticas discutidas com a comunidade independentemente de interesses, sabe, políticos. Então é que vem aquela questão de discutir a escola-polo, a questão do abastecimento de água, a questão do desenvolvimento, a questão do setor produtivo, as nossas estradas, as nossas vicinais. Muitas pessoas às vezes colocam: “Ah, mas aí a ELETRONORTE vai mandar recuperar as estradas, as vicinais e o atingido é o ribeirão!” Não, o atingido foi a região toda! Com isso muitos ribeirinhos nossos que tavam lá, hoje ele não tá mais aí, ele já tá lá pra colônia. A colônia nossa cresceu muito de um período pra cá em função dessa questão também de muitas pessoas da região ribeirinha onde foram atingidos diretamente pra morar pra colônia. Então houve muito disso! (Entrevistado 07, Vereador do município de Mocajuba, 42 anos, 11 de agosto de 2012).
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • Aquele desenvolvimento onde leve condição pras pessoas lá onde ela está. Tudo o que seja necessário pra ela ter televisão, pra ela ter uma energia, pra ela ter uma água, pra ela ter um negócio e não ter que vir de lá e morar na cidade. Desenvolvimento de fato que a gente sempre pensou é de levar condições pras pessoas lá onde elas vivem, lá no lugar delas. Então se elas vivem na ilha ou na colônia, então o desenvolvimento pra ele ser correto, tem que chegar até ele, sabe, não ele ter que chegar até o desenvolvimento! Então hoje a gente percebe muitos assim de prefeitos às vezes pegar e fazer bonita a cidade e tal e arrumar tudo direitinho e pá, e aí começar a doar terreno, as pessoas, acabam por atrair as pessoas dali, aí vem, isso aqui vai criando um bolsão aqui de miséria e tal. O cara tá acostumado lá e é lá que ele tem a renda dele. Aqui ele não tem emprego, não tem nada. Então o desenvolvimento que a gente pensa é assim. Então pra levar pras pessoas lá onde elas tão. (...) (Entrevistado 07, Vereador do município de Mocajuba, 42 anos, 11 de agosto de 2012).
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • Eu acho que em termos de desenvolvimento e falando como movimento social rural, a gente como sindicato, eu tive que, inclusive para um município ter um melhor desenvolvimento é preciso que o governo municipal e até o governo estadual invista os recursos na questão da agricultura. Isso não tem sido prioridade pra nós, essa questão do desenvolvimento rural. Hoje tá sendo implantado aqui na região o Pará Biodiesel, mas eu, tudo bem que plantar dendê daqui há um tempo vai dar dinheiro e tal essas coisas, mas precisa ser investido recurso na plantação de grãos porque senão nós vamos ter sérios problemas daqui pra frente se a gente não plantar mandioca, milho, arroz, feijão, o próprio reflorestamento das áreas degradadas porque aqui a grande produção era de pimenta do reino. Hoje ela foi praticamente devastada a pimenta do reino por conta de doenças, da filariose e outras. Então a agricultura ela teve uma queda muito grande no município e também na região. Então precisa que os nossos governos também possam olhar com mais carinho e investir recursos, até ter subsídios mesmo pra essa questão da agricultura pra que os municípios possam desenvolver (Entrevistado 06, Ex-participante do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012).

Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • Uma das coisa seria, né, hoje, por exemplo, as estradas, a estrada. Nossa região aqui tá, né, a ponte daqui, né, Igarapé Miri. Por que? Porque hoje a produção do açaí ela tem todos os municípios. Então se a gente conseguir botar açaí, Cametá, por exemplo, colocar o açaí lá em Carapajó, o caminhão vai buscar lá e não demora muito, as horas de tempo já tá passando aqui em Igarapé Miri, três horas deve tá chegando em Belém. Então isso desenvolve porque é uma grande produção que tem, né?! E assim as fábricas, né, beneficiamento, se a gente conseguisse com mais rapidez, né, isso ia trazer também desenvolvimento. Beneficiamento do açaí! Já tive uma aqui, mas que não foi aquilo que eu disse. E fortalecimento das cooperativas, na verdade aí com incentivo à produção, ao aumento da produção, né, comercialização. Isso a gente acredita que isso é incentivo, isso é desenvolvimento pra gente, poder tá produzindo outros tipos de frutos com capacidade, com mais tecnologia mais avançada, né, pra gente poder melhorar a vida também dos nossos produtores (Entrevistado 13, Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 59 anos, 16 de agosto de 2012).
Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • Pra nós o desenvolvimento regional é assim, por exemplo, nós somos conhecidos uma região extrativista. Só que como aumentou a nossa população de uma forma tão rápida e muito grande, a gente não deu conta mais de garantir a sustentabilidade da forma como a gente vivia. Por exemplo, aí não tem mais o peixe, não tem mais a caça, não tem mais a madeira, as terras tão todas fracas porque já foram desmatadas, as melhores áreas já foram desmatadas. Então como é que ela vai fazer o desenvolvimento? Da forma como o governo permitiu que as empresas venham fazer não é! Porque esse desenvolvimento não é pra nós! É pra algumas pessoas da sociedade! Nós queremos um desenvolvimento que seja pra todos! Por exemplo, se é possível, então nós queremos que, se eu tenho o direito de ter água de qualidade, então eu quero ter! Se eu tenho direito a energia, que quero ter! Se eu tenho direito a ter uma televisão, uma máquina de lavar, uma geladeira, enfim, qualquer coisa como os companheiros ribeirinhos em seus motozinhos. Se nós temos estrada, nós queremos ter o direito de ter uma moto, um carro! Nós queremos participar desse desenvolvimento! Por que? Porque nós mesmos damos conta de fazer, nós só queremos que alguém nos ajude a nos mostrar os caminhos (Entrevistado 13, Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 59 anos, 16 de agosto de 2012).

Fonte: levantamento de campo realizado em agosto de 2012.

Elaboração: Gleice Costa.

Objetivamente, as respostas não foram tão diferentes do que o já estabelecido nas oficinas. O que essas pessoas desejam é aquilo pelo qual elas sempre lutaram nessas últimas décadas, aquilo que vai ao encontro das demandas de uma região com tradição agrícola e extrativista.

Nesse sentido, para elas, o desenvolvimento está atrelado, dentre outros, a seis fatores principais: agricultura familiar (produção), estradas e vicinais (deslocamento), escolas (com a qualificação profissional, que inclua a questão da educação no campo), energia (uma luta permanente), água tratada (saneamento básico) e a tecnologia para que os mesmos tenham condições de beneficiar a produção.

É evidente que essas demandas estão atreladas tanto ao plano quanto às oficinas participativas, ainda que pouco tenha sido realizado no que concerne às mesmas. Mas, se essas ainda não estão sendo plenamente desenvolvidas, nos debates, os quais alguns pudemos observar, já há um amadurecimento no sentido de priorizar essas demandas nos próximos convênios.

Chama atenção o fato de suas identidades serem mobilizadas no que se refere à argumentação para suas prioridades. O desenvolvimento, segundo os relatos, tem que alcançar um homem que é do campo, das áreas agrícolas e extrativistas, e para que isso ocorra é necessário que as atividades acima sejam desenvolvidas.

Para isso, esses movimentos estão em busca de parcerias. Nesse sentido, o Estado, empresas estatais como a ELETRONORTE, dentre outros, podem contribuir com as demandas da região. Afinal, no PPDJUS, um dos princípios metodológicos adotados é o planejamento participativo. Pensar na democracia por si mesma pressupõe a formação de alianças, em que os interesses de todas as parcelas sejam levados em consideração, desconstruindo a ideia difundida de que o social relaciona-se exclusivamente às camadas sociais que têm menos poder de participação.

O planejamento participativo é entendido como o processo de tomada de decisões com o envolvimento dos atores sociais diretamente interessados e comprometidos com o futuro da localidade, vale dizer, com o ativo comprometimento da sociedade organizada com seus múltiplos interesses e visões de mundo. Trata-se de implementar e assegurar um processo de decisão compartilhada sobre as ações necessárias e adequadas ao desenvolvimento local, envolvendo, portanto, todos os segmentos da sociedade, desde a compreensão e conhecimento da realidade até a definição e implementação das ações prioritárias para o desenvolvimento (BRASIL, 2003a, p. 8, grifos nossos).

O Planejamento Participativo auxilia a comunidade a tomar consciência dos reais problemas vividos em sociedade. A comunidade formula, através da fusão do seu saber com o saber técnico, um posicionamento crítico a respeito de sua realidade (BRASIL, 2003a, p. 8, grifos nossos).

Além disso, dentro de um contexto planejado e em comum, a comunidade identifica e prioriza seus problemas, passando então a formular estratégias concretas de enfrentamento e buscar caminhos para negociação (BRASIL, 2003a, p. 9).

É com base nesse entendimento do planejamento participativo que interessa também entender a visão das principais instituições ligadas ao poder público, envolvidas nos debates do CONJUS, sobre o desenvolvimento da região. Para isso, o quadro¹⁰ apresenta essa discussão.

Quadro 10: Desenvolvimento da região na visão dos representantes das instituições

PREMISSA	EXCERTOS DAS ENTREVISTAS
<p>Necessidade de uma agência de desenvolvimento regional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Então o CODESEI com toda essa história tem um ponto de inflexão que eu acho muito importante a gente citar. O ponto de inflexão é o seguinte: chegou um determinado momento em que o CODESEI decidiu fazer um projeto pra ele mesmo com a finalidade de ele se transformar com o tempo numa agência de desenvolvimento sub-regional. (...) Então nós decidimos fazer o seguinte: esquece o consórcio multifinalitário e vamos criar uma série de consórcios monofinalísticos, tá, que são mais fáceis de serem administrados, são mais fáceis de serem consensuados, mais pé no chão. E o CODESEI pode fazer o seguinte: ser então o administrador desses consórcios e o CODESEI não pega em dinheiro que é uma coisa que a gente faz questão de levar a sério. (...) Seria muito simples: sem dinheiro nós só fazemos, recebemos a contribuição dos municípios pra fazer o gerenciamento dos consórcios monofinalísticos e acabou. O dinheiro vem do governo federal direto para aquele consórcio. Os projetos saem da gente para o consórcio, o consórcio opera, então a gente pega só e controla isso aqui, mas não pega em dinheiro. (...) Agora, vou ficar de olho como CODESEI pra que eles não metam a mão nesse dinheiro aqui. E eu não meto a mão porque eu não tenho acesso à conta, né. Isso é a função de uma agência de desenvolvimento, fazer os projetos, encaminhá-los, depois fiscalizar a execução. (...). Nesse ponto então é que o CODESEI está hoje (Entrevistado 18, Representante do CODESEI no CONJUS regional, 10 de junho de 2013). • Talvez o ponto de partida vá ser dado no final de agosto, começo de setembro com a realização do 1º Seminário de Desenvolvimento do Baixo Tocantins, promovido pelo CODESEI. Esse seminário vai questionar exatamente a ação dos grandes projetos que estão em curso, impactando a região, desde os projetos já realizados, como a Hidrelétrica de Tucuruí, até projetos que estão sendo realizados, como o Programa Biodiesel, até projetos que o início vai se dar no ano que vem, como o projeto da hidrovía e da ferrovia. E a pergunta que nós vamos fazer é a seguinte: Bom, como nós devemos nos relacionar com esses projetos pra que eles não sejam mais uma forma de expliar a região? Nós queremos as vantagens desse capital! Nós queremos participar dos projetos! Então uma coisa que já ficou evidente nas discussões aqui é que nós não queremos, por exemplo, que o dendê vá na forma de óleo bruto pra fora. Nós queremos a refinaria! (Entrevistado 18, Representante do CODESEI no CONJUS regional, 10 de junho de 2013). • O que que falta hoje? Eu acho que falta isso, ter essa agência de desenvolvimento pra essa microregião. E o que que eu acho hoje? É que precisa fazer uma análise crítica, será que foi mesmo implementado os recursos nas coisas estruturantes? Será que os indicadores de mortalidade infantil, de materno, de escolaridade, será que isso melhorou? E será que isso melhorou baseado nessa contribuição do PIRJUS? (Entrevistado 17, Coordenador do PDST e do PIRTUC em 2003, 15 de maio de 2013). • A minha percepção é a seguinte, eu vou pegar uns exemplos paralelos pra poder sair com isso que eu penso, não quer dizer que seja a verdade. O nordeste, é.. os políticos, eles têm suas oposições, certo, têm seus partidos de oposição e tudo mais, mas eles têm uma grande vantagem em relação à região norte: quando eles têm que aprovar grandes projetos estruturantes pra eles, eles se unem todinhos como se fosse uma força só. Aqui o que eu vejo, o comitê, ele tem representantes tanto dos órgãos governamentais como dos não-governamentais, mas eu vejo assim, que precisava ser fomentado, precisava ter coragem o comitê pra querer propor a criação desta agência de desenvolvimento. Estão lá os representantes, mas eu sinto que é uma representação amena e às vezes até de oposição, mas de interesse em construir obra do que efetivamente querer acontecer as coisas que sejam estruturantes para aqueles municípios (Entrevistado 17, Coordenador do PDST e do PIRTUC em 2003, 15 de maio de 2013). • Um dos outros sonhos, já que tá se falando de sonho, é conseguir transformar o conselho numa agência de desenvolvimento. Esse é o maior sonho! Porque qual a diferença do conselho pra uma agência de desenvolvimento? Na agência de desenvolvimento você poderia ter outros parceiros, você poderia ter uma Albrás, uma Vale do rio doce, uma Petrobrás, uma Portobrás, o DNIT, você poderia ter outros ministérios porque quando você cria uma agência de desenvolvimento, existem recursos até no orçamento da união para essas agências de desenvolvimento. Com isso a gente conseguiria o quê? Trazer mais recursos pra região! Nós já iniciamos essa discussão no conselho, já tivemos debates com o próprio ministério de desenvolvimento, mas nós ainda não conseguimos chegar lá. Eu

	<p>acho que é um caminho que a gente tem que trabalhar pra chegar. Se a gente chegar consegue mais recursos! (Entrevistado 19, Representante da ELETRONORTE no CONJUS regional, 57 anos, 27 de junho de 2013).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Então essa agência reguladora, ela teria, o comitê continuava com seu poder de atuação pra definir as prioridades, mas a partir do momento que tivesse todas essas outras empresas envolvidas, elas trabalhariam no sentido de convencer o comitê de que as coisas tinham que ser em cima do estruturante. Então essa é minha preocupação assim (Entrevistado 17, Coordenador do PDST e do PIRTUC em 2003, 15 de maio de 2013).
<p>Diálogo da ELETRONORTE com outras empresas que atuam na região</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nós temos isso! Quando nós conversamos com a ALBRÁS, eu fui conversar com a ALBRÁS sobre isso, uma das coisas que a ALBRÁS disse é o seguinte, ela achava, já que os grandes empreendimentos, se o nível de conscientização já atingiu que você tem que destinar uma parcela do seu lucro de volta pra aquela população do entorno onde você atua, a ALBRÁS, ela já pensava assim: “Olha, eu tô aqui com Mojú, eu tô aqui com Abaetetuba, tô aqui com Barcarena, que você não tá!” Então eu seria o fomentador desta área (Entrevistado 17, Coordenador do PDST e do PIRTUC em 2003, 15 de maio de 2013). • É difícil! O único caminho que eu visualizo assim pra que essas empresas chegassem, era se a SEMA, por exemplo, a SEMA é o órgão licenciador do estado. Se a SEMA, em todas as licenças que ela emitisse pra essas empresas, ela colocasse uma condicionante de que eles teriam que alocar recursos dentro dessa agência de desenvolvimento pra desenvolver a região, aí você fechava a coisa. Porque não tem nada que obrigue as empresas hoje a colocar esse recurso (Entrevistado 19, Representante da ELETRONORTE no CONJUS regional, 57 anos, 27 de junho de 2013).
<p>Projetos paroquiais x Projetos estruturantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Esses projetos paroquiais, projetos de hortas caseiras, eu digo que isso não conduz a nada, isso não gera desenvolvimento, nunca ouvir dizer de país que tenha se desenvolvido com criança vendendo limão na esquina. Aí apareceu um gaiato que propôs um projeto pra comprar carrinho de sorvete pra colocar as crianças em Abaetetuba pra vender sorvete na beira da praia, lá no cais. Eu fiquei possesso com isso, falei barbaridades: “Meu amigo, me fala em financiar uma indústria de sorvete, aí eu fecho com você!”. E aí nos projetos estruturantes, eu defendi, o CODESEI sempre defendeu os projetos estruturantes. Por exemplo, os projetos de educação, escolas, a gente defendeu sempre isso, as escolas. Piscicultura, nós sempre defendemos os projetos de piscicultura de grande volume! (Entrevistado 18, Representante do CODESEI no CONJUS regional, 10 de junho de 2013). • A dificuldade foi que a participação popular, ela é interessante. As pessoas que vão participar, os representantes de comunidades e às vezes até individualmente mesmo, as pessoas vão com um tipo de necessidade. Então, por exemplo, se eu moro aqui numa beiradinha de rio e tô precisando de uma ponte pra eu atravessar pro outro lado, onde tem igreja, tem não sei o quê, então pra mim a minha necessidade ali seria eu construir aquela ponte. Ou talvez não, talvez fosse a calçada ali em frente ao centro comunitário pra poder o pessoal se divertir. Então quando você faz um levantamento com a participação popular, você vai ter um elenco muito grande de ações que são as necessidades colocadas por cada um. Ela diferiu um pouco do foco como foi pensado pelos sociólogos, que seria a parte estruturante porque os sociólogos diziam o seguinte: “se eu não trabalhar melhorando os indicadores, por exemplo, da área da saúde, o que adianta eu fazer a pontezinha ou a calçada porque as pessoas não vão atravessar, elas já morreram!”. Então, vamos dizer assim, o estruturante não foi feito, ele morreu de malária! Então eu teria que trabalhar no estruturante de tal forma que depois eu pudesse pensar na calçadinha (Entrevistado 17, Coordenador do PDST e do PIRTUC em 2003, 15 de maio de 2013).

Fonte: levantamento de campo realizado maio/junho de 2013.

Elaboração: Gleice Costa.

Os relatos acima evidenciam a preocupação dos representantes das instituições com a alocação de recursos para o plano de desenvolvimento da região. Isso porque a grande debilidade desse plano consiste em que apenas a ELETRONORTE é a investidora direta.

Nesse sentido, de acordo com o planejamento estabelecido para 20 anos, o plano estabelece como meta a melhoria dos indicadores destacados na tabela 07, mas considerando os investimentos que precisam ser implementados.

Tabela 07: Meta de resultado X Custo de desenvolvimento

Indicadores Regionais	Situação em 2000	2010	2020
Produto Interno Bruto (milhares de US\$ de 1999)	320,08	557,83	1308,64
População	211.453	260.298	320.427
PIB per Capita (US\$/hab/ano)	1.371,46	2.143,05	4.084,04
TOTAL – INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS (em milhões de reais)		R\$762,64	R\$1.661,33

Fonte: Brasil (2003a).

Para que os indicadores acima sejam alcançados, o plano estabelece investimento total da ordem de R\$ 1.661.330.000,00 (um bilhão, seiscentos e sessenta e um milhões, trezentos e trinta mil reais). A ELETRONORTE comprometeu-se a garantir R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões), ou seja, 10% do total previsto.

A solução então, para essas instituições, consiste no investimento em uma agência de desenvolvimento, uma vez que esta articularia investimentos diretos do governo federal e do governo estadual, garantidos institucionalmente. Dessa forma, o CONJUS, por eles denominado de comitê gestor, atuaria no sentido da proposição de projetos, ao passo que a agência de desenvolvimento articularia os recursos. Essa opinião é de certa forma compartilhada por alguns representantes dos movimentos sociais:

não temos plano, temos uma idéia de plano porque o mesmo não está amarrado com investimentos diretos do governo do estado e do governo federal (Representante do MODERT no CONJUS, relato verbal obtido no IV Encontro de Planejamento do PPDJUS, 08 de maio de 2013).

Há um diálogo interno também de que as empresas já atuantes na região, como a Albras-Alunorte, possam alocar recursos para o plano, mas enfrenta-se o debate sobre a área

de influência correspondente a cada empresa, além da não obrigatoriedade na legislação de as mesmas destinarem recursos para os projetos.

No plano estava prevista a articulação a outros agentes institucionais, que não apenas a ELETRONORTE via Ministério de Minas e Energia.

O sucesso do PPDS-Jus depende primordialmente do comprometimento de ações de diversos ministérios, destacando: o MME [**Ministério de Minas e Energia**] com a Eletronorte e a CPRM [**Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais**] no trato das questões energéticas; o MMA [**Ministério do Meio Ambiente**] com a Agência de Bacias, as ações do Zoneamento Ecológico-Econômico e áreas de conservação ambiental; MCT [**Ministério da Ciência e Tecnologia**] e MEC [**Ministério da Educação**] no envolvimento de profissionais especialistas em Ciência e Tecnologia e formação de recursos humanos; MF [**Ministério da Fazenda**], BASA [**Banco da Amazônia**] e BNDES [**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**], com ações de financiamentos, e, principalmente, o MIN [**Ministério da Integração Nacional**], ADA [**Agência de Desenvolvimento da Amazônia**] SUDAM [**Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia**], na liderança do desenvolvimento regional (BRASIL, 2003a, p.4, grifos nossos).

No entanto,

Até hoje não teve nenhum outro órgão federal que apresentasse, colocasse recursos no PIRJUS. Somente a ELETRONORTE, o governo do estado e as prefeituras, só esses que colocaram, aí com aquelas instituições que não são governo que eu lhe falei. A UFPA colocou, a ADA colocou, a ARCAFAR colocou, os outros colocaram, entendeu?! (Entrevistado 19, Representante da ELETRONORTE no CONJUS regional, 57 anos, 27 de junho de 2013).

Por fim, os representantes das instituições enfatizam a necessidade de investimentos que tenham impactos mais decisivos na região, por eles denominados de projetos estruturantes, em contraposição aos projetos paroquiais ou pontuais.

Sobre a relação entre projetos paroquiais e projetos estruturantes, é importante evidenciar que essas diferenças denotam que muitos sujeitos sociais não conhecem o que foi determinado no plano e nas oficinas populares, denotando também que os encaminhamentos da gestão definem novas prioridades que não apenas as estabelecidas no plano.

Eles esqueceram o PDJUS. Que tal se a ELETRONORTE falasse: “Não abro mão, o plano é o PDJUS!”. Aí os caras iam sair linchados de lá. O movimento social não queria saber do PDJUS. O movimento social nunca entendeu que o plano tecnicamente bem feito é o PDJUS. O movimento social nunca entendeu isso. Aí nessa altura a coisa ficou bem estabelecida, bem formalizada. Não, mas ficou como o movimento social queria também. Tinha um conselho paritário, tinha um outro conselho no município

paritário, existiam as linhas, existia o recurso, o projeto vai pra cá, vem pra cá, a gente vota e tal (Entrevistado 18, Representante do CODESEI no CONJUS regional, 10 de junho de 2013).

Todos esses apontamentos revelam que não há grandes descompassos sobre o que pensam os movimentos sociais e os representantes das instituições. O processo de planejamento participativo compreende a negociação constante entre todos os partícipes do processo. Em se tratando de projetos regionais, o consenso não é a regra. A região não é um espaço homogêneo, nem na sua forma e no seu conteúdo, mas a negociação entre os diversos sujeitos sociais é que promove a construção de um projeto que pode articular os múltiplos interesses.

Para finalizar, arrolamos no quadro 11 as principais demandas apontadas pelos representantes dos movimentos sociais que devem ser desenvolvidas no âmbito da gestão do PPDJUS.

Quadro 11: Demandas destacadas pelos representantes dos municípios do Baixo Tocantins

MUNICÍPIO	EXCERTOS DAS ENTREVISTAS
Cametá	<ul style="list-style-type: none"> • Olha, pro município, pra nós aqui é a água! O tratamento da água! A nossa água tá poluída demais. Olha, eu moro saindo aqui frente, mas vou levar água daqui. Aí muitos vêm buscar água aqui. Nós colocamos duas torneiras ali até com mangueira lá pro pessoal tirarem água e levarem. A nossa água tá muito poluída! O primeiro projeto nosso, que esse projeto já tem, só falta executar. Aí ficou parado com essa conta aí, a inadimplência do município. É a água, em primeiro lugar é a água. A água é vida, é saúde, né? E depois outras coisas que é criação de peixe em gaiola, mas já tem outra coisa que impacta o meio ambiente, que não vai poder colocar gaiola no rio, umas coisas que mexe muito, né?! Os tanques cavados, tem também toda uma burocracia pra cavar um tanque, se quiser coisa legal, né. Tem que passar meio ambiente, passar no IBAMA, que é uma licença, né. Eles dizem que não pode ficar se furando a terra assim por conta própria, mas se tu saísse pra essas ilhas, cada casa quase tem um tanque. Aí eles colocam pouco, eles colocam quinhentos, duzentos peixes. Aí dá, qualquer coisa tira pra comer mesmo, né?! Vende lá uns e vai se mantendo (Entrevistado 09, Ex-participante da Colônia de Pescadores e Membro do Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Cametá, 65 anos, 13 de agosto de 2012, grifos nossos).
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • Existe ainda demanda justamente pras ilhas. Essa questão dos quites de abastecimento de água, as fossas sépticas a gente sempre reivindicou, até por conta da qualidade da água que o povo da região ribeirinha usa. A escola-polo, que nós fizemos reivindicação de três escolas-polos e uma seria pra beneficiar justamente o povo ribeirinho, que seria construída na localidade de Mangabeira, essa até agora a gente não conseguiu acessar porque o projeto, quando foi priorizado, como foi feito pela secretaria de educação, o projeto, né, na prefeitura, eles mudaram justamente o local onde a gente queria que fosse construído (Entrevistado 06, Ex-participante do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012, grifos nossos).
Limoeiro do Ajurú	<ul style="list-style-type: none"> • Quando nós discutimos esse projeto do ETA, o ETE e o ETA, que é Estação de Tratamento de Água, a nossa avaliação é que, que era não, que é um grande projeto. Ele é um grande projeto que traz o grande desenvolvimento pro município. Porém, eu não consegui detectar onde é que tá o erro pra gente não ter conseguido avançar, né, mas é um grande projeto! Hoje aqui, parte do pessoal que mora aqui próximo da cidade ainda vem aqui na cidade buscar água tratada com o sistema da COSANPA pra poder usar lá com a família dele, na casa dele, pra ele tomar, pra fazer o alimento dele. E já que a gente tem uma quantidade muito grande de água aí que você teria

	<p>condições, conforme o projeto, como ele foi pensado, você teria condições de captar essa água e preparar ela pra ela ficar uma água boa pro seu uso. E aí é um grande passo pro desenvolvimento, porém ele não conseguiu de fato trazer o desenvolvimento porque não conseguiu avançar. Então se você fizer uma pesquisa com esse pessoal onde já tem o sistema, você vai escutar ele dizer “É fantástico o projeto!” (Entrevistado 11, Coordenador do CONJUS municipal de Limoeiro do Ajuru e Segundo Suplente do MODERT no CONJUS regional, 47 anos, 14 de agosto de 2012, grifos nossos).</p>
Baião	<ul style="list-style-type: none"> • Olha, na região ribeirinha é o seguinte, vamos dizer, uma água potável, uma água boa no caso, né, tinha que ter. Olha, tem, aqui tem um lugar que chamam de Marariá, teve o cadastramento pra que vinham umas caixas d’água pra... pra usar uma água tratada, veio um técnico pra ver isso pra implantar em cada casa uma caixa d’água dessa, só que as caixas estão todas aí, não foi elaborado, eu não sei porque a ELETRONORTE, tinha que ter os esteios que colocam (...) Pois então, olha, a gente gostaria que tivesse assim, que a nossa água de toda maneira ela é poluída, muito poluída. Tem muito ribeirinho nosso, muito ribeirinho. O problema maior que nós queríamos aqui era pelo menos ter essa água. Que a água é vida, né?! (Entrevistado 02, Vereador do município de Baião, 68 anos, 07 de agosto de 2012).
Limoeiro do Ajuru	<ul style="list-style-type: none"> • E eles têm repassado equipamentos, tem repassado combustível pra gente ter ramal. A ELETRONORTE têm feito investimentos na região, mas ainda bem longe de toda aquela expectativa que a gente queria. Na verdade, eu acho que a gente deveria trabalhar a ELETRONORTE num projeto assim mais social, mais direcionado, mais permanente pra região ribeirinha, pra onde o povo foi atingido realmente! Porque nós pegamos equipamentos, nós da prefeitura aqui, por exemplo, a exemplo de todas as outras aqui na região, equipamentos pra fazer estrada, pra abrir ramais, trator agrícolas pra gente trabalhar a questão da agricultura, entendeu, mas não chega onde o pessoal foi atingido! Porque quem foi atingido? Foi o ribeirinho! Foi o cidadão que ficou sem o peixe, foi o cidadão que ficou sem ter onde pescar, foi o cidadão que o rio assoreou, foi o cidadão que ficou assim, que a perspectiva de vida dele naquele momento ficou, sabe, muito difícil (Entrevistado 12, Secretário de Administração do município de Limoeiro do Ajuru e Membro do CONJUS municipal, 46 anos, 14 de agosto de 2012, grifos nossos).
Limoeiro do Ajuru	<ul style="list-style-type: none"> • Onde você ir tem, perfeito, mas, por exemplo, quantos milhões eu vou falar de região, a ELETRONORTE tá investindo num cais em Cameté? É importante? É! Cameté é patrimônio histórico, o cais é importante, proteção, mas cadê o ministério das cidades pra fazer isso? Não é papel da ELETRONORTE! E esses milhões não daria pra investir em projetos sociais pro povo ribeirinho? Projetos simples, que você pensa que não leva a nada, mas é de grande contribuição social. Por exemplo, o sistema de abastecimento de água. Povo pega água e toma de qualquer jeito, depois ele adocece e tem todas as consequências: “Ah, não sei de que deu tal doença no cidadão!” (...) Então a gente deveria ter esse foco, infelizmente, aquilo que eu te falei, quando a gente chega lá, parece que a gente esquece isso (Entrevistado 12, Secretário de Administração do município de Limoeiro do Ajuru e Membro do CONJUS municipal, 46 anos, 14 de agosto de 2012, grifos nossos).
Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • Um dos maiores projetos nossos, que era a questão da qualidade da água pra alimentação, pra beber, se alimentar mesmo, fazer alimento, essa nós não conseguimos até agora! (...) E era o prioritário porque era na água que tava preocupado, e era na água que mais nós precisava. Nós precisamos do peixe, precisamos de energia, precisamos de tudo, mas da água todo mundo precisa, ribeirinho não tem outra fonte de água a não ser essa do rio. E é com essa água que eles estão se servindo. E aí o que como proposta de projeto nós colocamos pra ELETRONORTE? Algum tipo de sistema que pudesse qualificar essa água pra que nós pudéssemos usar ela com segurança, entendeu?! (Entrevistado 13, Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 59 anos, 16 de agosto de 2012, grifos nossos).

Fonte: levantamento de campo realizado em agosto de 2012.

Elaboração: Gleice Costa.

Chamou-nos atenção nos relatos a quantidade de vezes em que, entre as demandas, o abastecimento ou tratamento de água foi mencionado. A expressão “a água é vida, né?!” foi utilizada com frequência para definir a urgência de projetos que atendam a essa demanda.

Esses projetos se inscrevem no âmbito dos que devem ser destinados àqueles que, segundo os entrevistados, foram os mais atingidos pelos impactos socioambientais da barragem, ou seja, os moradores das ilhas.

É evidente que esta questão diz respeito aos graves problemas de saneamento básico vividos não apenas na região amazônica, mas no território nacional de uma forma geral. Mas ficou evidente que, para eles, o desenvolvimento é para o homem, é aquilo que deve ir ao encontro de suas necessidades mais imediatas. Essa população carece até do mínimo, que é água tratada para ser utilizada em suas tarefas. Evidencia-se, assim, que não há uma prioridade no âmbito das políticas públicas em construir um espaço que seja do cidadão, de acordo com a leitura de Santos (1993).

Na esteira do que escreveu Henri Lefebvre, muito se fala em “direito à cidade”. Trata-se, de fato, do inalienável direito a uma vida decente para todos, não importa o lugar em que se encontre, na cidade ou no campo. Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias de governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão (SANTOS, 1993, p. 129).

É dessa forma que Santos (1993) propõe o modelo cívico de ordenamento territorial configurando uma gestão democrática do uso do espaço, ampliando as possibilidades de cidadania. Para o autor, numa democracia verdadeira, é o modelo econômico de ordenamento territorial, que transforma o cidadão em consumidor, que deve se subordinar ao cívico.

Não podemos deixar de considerar que, a despeito de algumas fragilidades, técnicas e políticas, para a consecução dos projetos, que evidenciaremos melhor nos capítulos subsequentes, o PPDJUS e seu desdobramento na gestão representam um avanço em face das considerações das particularidades regionais. Sua proposição de desenvolvimento sustentável aproxima-se dos propósitos do desenvolvimento endógeno, mesmo com todas as dificuldades de colocar em prática os projetos mais estruturantes. Dessa forma, com o aprofundamento dos debates e o amadurecimento do processo, o Plano poderá contribuir com a materialização dessas demandas.

Capítulo 3 - Limites e possibilidades da participação popular no âmbito do PPDJUS

3.1- Formação do movimento social e sindical no Baixo Tocantins

As particularidades evidenciadas no Baixo Tocantins são produzidas por sujeitos sociais concretos que, imersos em contradições projetadas na realidade prático-sensível, suscitam resistências, contrarrazionalidades e o direito à diferença, com todas as contradições do movimento histórico daí decorrentes. Um é militante do MAB, o outro é sindicalista, uma terceira mistura todas as tendências. Entre particularidades e direitos universais, muitas trajetórias de lutas e vivências se cruzam.

Para introduzir a discussão sobre a formação dos movimentos sociais e sindicais no Baixo Tocantins, apresentamos no quadro 12 a trajetória no movimento de algumas pessoas entrevistadas para o desenvolvimento deste trabalho.

Quadro 12: Trajetória no movimento social e sindical

MUNICÍPIO	EXCERTOS DAS ENTREVISTAS
Baião	<ul style="list-style-type: none">• Eu sou nascido e criado aqui em Baião. Eu sou da comunidade de Maracanã, onde eu nasci e ali eu me criei, fiquei por muito tempo lá é presidente de clube de futebol, depois de comunidade, depois de associação, fui presidente de associação de moradores, aí vim pro sindicato dos trabalhadores rurais. Fui presidente das associações e cooperativas do município. Fui secretário de políticas agrícolas do município, do sindicato, né, dos trabalhadores rurais e fui presidente do sindicato até no decorrer da eleição passada, e eu me candidatei a vereador e tô exercendo o cargo hoje de vereador, e também candidato agora à reeleição, né (...) eu fui também militante do MAB, do Movimento dos Atingidos por Barragens. E esse movimento, nós já brigava há muito tempo aí com, existência dentro de barragem não é o caso da geração de energia, essas coisas tudinho, é dos impactos ambientais que ele é causado dentro do município e não é discutido (Entrevistado 04, Vereador do município de Baião, 41 anos, 08 de agosto de 2012).
Limoeiro do Ajuru	<ul style="list-style-type: none">• Eu sempre fui sócio do sindicato desde 85, desde 1985. Eu fui delegado sindical, fui diretor sindical na época que não tinha liberação. Já em 97 eu era vice secretário do sindicato, aí já comecei (...) pra liberação. Eu fiquei até em 2009. Até final de maio de 2009. Fui diretor do sindicato, fui secretário, fui vice-presidente, fui presidente. Trabalhei em todas as funções do sindicato (Entrevistado 11, Coordenador do CONJUS municipal de Limoeiro do Ajuru e Segundo Suplente do MODERT no CONJUS regional, 47 anos, 14 de agosto de 2012).
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none">• (...) E dentro desse movimento todo, eu tô o quê? 16, 17 anos de movimento nós temos. A gente começou na Pastoral da Juventude, depois a gente entrou pro movimento sindical. O Nelson foi coordenador da pastoral da juventude, eu participei do grupo de jovens, a Elci, que hoje tá como vice presidente da FETAGRI, que foi presidente também do sindicato, ela foi uma das coordenadoras regional da pastoral da juventude. Então assim, a gente foi criado pela igreja, foi através dos grupos de jovens, através da igreja católica, o grande bispo que a gente teve nessa região que foi o D. José Elias, foi a prelazia de Cametá que nos ajudou, inclusive na tomada dos sindicatos e depois a organização de todo esse movimento aqui veio é da igreja, através da prelazia de Cametá e D. José Elias foi um dos grandes coordenadores, a prelazia deu os cursos de liderança. (...) A igreja tava na frente apoiando. Eu me lembro que D. José Elias dizia assim: “A prelazia a princípio esteve na frente, depois ela passou a tá no lado, acompanhando os movimentos e depois ela já ficou pra trás e o movimento tomou conta, tomou pé e passou a tomar conta da organização!” (Entrevistado 06, Ex-participante do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012).

Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • Minha trajetória no sindicato de Igarapé Miri começou em 90. Desde 1990 eu já comecei a militar no sindicato e a partir de 2000 eu passei a ser o diretor do sindicato, mas assim por mandato, né?! Eu trabalhei aqui de 2000 o primeiro mandato, eu trabalhei de 2003 a 2006 o segundo mandato que era de 3 anos cada mandato. Sai em 2006 quando terminou meu segundo mandato, aí tive 3 anos fora, voltei em 2009, trabalhei mais um mandato na direção da presidência. Agora em 2012, no congresso que teve agora ainda foi de três anos esse mandato e agora nesse congresso já foi aprovado 4 anos de mandato. Então eu tô no segundo mandato dessa segunda vez que eu venho pra cá. [G: Antes de 90 o senhor já participava do movimento social?] Participava do sindicato de Cametá, do movimento social também, né, movimento social que deu origem porque a gente nesse período quando eu era sócio lá do sindicato de Cametá, apesar de ser filho daqui de Igarapé Miri eu já morava pra lá pra essas bandas no município de Cametá, nas terras de Cametá. Aí eu me filiei no sindicato de Cametá entre os anos 78 até 90, quando eu sai pra vir pra cá. Eu trabalhava também na direção das comunidades eclesiais de base, fui diretor por quase 29 anos. [G: Essas comunidades são vinculadas à Prelazia?] São, todas as comunidades que a gente trabalhava (...) são da Prelazia de Cametá. É, tá vinculado a esse processo (Entrevistado 13, Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 59 anos, 16 de agosto de 2012).
Cametá	<ul style="list-style-type: none"> • Eu participei primeiro das comunidades, depois nós passamos pro movimento da colônia até nós conseguirmos ter a colônia nas nossas mãos, nas mãos dos pescadores, foi a partir de 91 pra cá. Aí eu fiz parte da diretoria da colônia, fiz parte do conselho, vice presidente, segundo secretário, primeiro conselheiro, as duas vezes como conselheiro. Aí eu tinha outra atividade na associação, que era chamado associação dos pequenos e mini pescadores. Lá eu presidi mais de oito anos, oito anos a associação. Eu consegui um bocado de crédito com os pescadores, se somar tudo dá uns três mil créditos, né. Tem uns créditos maiores que chegava a 15 mil teto, que era FNO pesca, né. E depois tem outros créditos pequenos, né. E depois agora eu deixei a associação porque as coisas não deram muito certo aqui comigo, né. Aí eu vim pra cá. Aqui é uma cooperativa. Essa cooperativa ela foi fundada aqui pra fornecer esses trabalhos aqui. Nós temos essa fábrica de gelo, temos uma fábrica de palmito e temos um laboratório de alevinos lá no Oscarina (Entrevistado 09, Ex-participante da Colônia de Pescadores e Membro do Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Cametá, 65 anos, 13 de agosto de 2012).
Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • (...) Então essa sim é minha trajetória. Aqui luto pela liberdade, pela inclusão das mulheres, pela participação pra fazer valer que nós temos direitos iguais, né, nós temos também deveres, precisamos fazer a nossa parte, não somos só pra obedecer, mas sim pra contribuir. Defendo essa tese, né, aqui nesse sindicato! A gente luta com as outras mulheres, tem dificuldade, elas acho que não dá conta de trabalhar, fazer esse processo são os homens, elas tão mais pra cuidar dos filhos, da casa, do trabalho. E essa questão de gerenciar a organização, já dirigi, já foi presidente da associação de mulheres por dois mandatos, nós conseguimos avançar, mas depois tem que mudar pras outras, né, porque elas têm... não pode ser eterno na direção. (...) (Entrevistado 14, Participante da Associação de Mulheres e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 49 anos, 16 de agosto de 2012).

Fonte: levantamento de campo realizado em agosto de 2012.

Elaboração: Gleice Costa

O quadro 12 resume a trajetória no movimento social e sindical de algumas pessoas entrevistadas. Representa um fragmento de um processo de mobilização mais complexo, não apenas na própria região, mas na Amazônia de uma forma geral. Certamente que essa organização foi impulsionada pelas desigualdades promovidas em diversos momentos da história, num quadro relacional dominador-dominados que ainda hoje se reproduz. Becker (2007) chama atenção para esse processo de organização da sociedade na Amazônia, relacionando-a às mazelas da região.

O mais importante em todo esse processo é a mudança na organização da sociedade, é a mudança na sociedade da Amazônia. Essa é a base de todo processo e está ligada às grandes mazelas da região: as telecomunicações, a mobilidade do trabalho, a urbanização. O fato é que houve uma tomada de consciência enorme por parte da população, um aprendizado social e político, e a sociedade se organizou como nunca antes tinha se verificado, nem na região nem, talvez, no Brasil. Mesmo não conhecendo em profundidade as outras regiões do Brasil em comparação mais rigorosa, facilmente se constata a importância das mudanças na organização da sociedade civil na Amazônia: grupos sociais, projetos alternativos, movimentos socioambientais que, efetivamente, dominaram o cenário regional, especialmente no período entre 1985 e 1996, anterior aos programas governamentais Avança Brasil e Brasil em Ação (BECKER, 2007, p. 24-25).

O trabalho desenvolvido por Sousa (2002) nos ajuda a compreender a organização da sociedade no Baixo Tocantins. O autor delimita a sua análise no município de Cametá, mas as conversas que desenvolvemos com algumas lideranças dos movimentos, levaram-nos a concluir que os outros municípios da região acompanharam a mesma trajetória. O próprio autor evidencia esse processo quando pontua as mobilizações em nível regional.

Sousa (2002) vai enfatizar em sua análise a relação entre a dependência do crédito pelos camponeses e pelos trabalhadores das áreas extrativistas e todo o processo de dominação daí decorrente em diferentes momentos históricos, e a posterior resistência a esse processo, que dará origem à organização da sociedade.

O autor identifica o sistema de aviação como o sistema de crédito dominante até a década de 1960 na Amazônia, e em Cametá em particular, principalmente com a intensificação da exploração da borracha. Baseava-se em um sistema de trocas entre os camponeses, os trabalhadores da região das ilhas e os comerciantes locais. Os dois primeiros dispunham do látex extraído das seringueiras e dos produtos das atividades agrícolas, que eram repassados aos comerciantes, e em troca estes repassavam aos trabalhadores os produtos básicos da subsistência. Essa relação foi responsável pela crescente pauperização dos trabalhadores rurais em contraposição à acumulação de capital pelos comerciantes.

Foi contra essas relações que tornavam os trabalhadores rurais dependentes do crédito do sistema de aviação e que beneficiavam sobremaneira as oligarquias locais que se voltou o trabalho da igreja católica em Cametá e na região de uma forma geral. Contribuiu para esse processo a nomeação, em 1980, do bispo Dom José Elias Chaves, que ajudou a Prelazia de Cametá a organizar as mobilizações de luta pela terra com as mobilizações nos encontros denominados Anilzinho e com a formação das Comunidades Cristãs.

A Prelazia passou a organizar ao longo de toda a década de 1980 os encontros denominados Anilzinho. Nesse mesmo ano foi nomeado um novo bispo para a Prelazia de Cametá, Dom José Elias Chaves, brasileiro, mineiro, que nunca escondeu sua postura intransigente de defesa dos oprimidos. Dom José conta que quando foi ordenado bispo, em Minas Gerais, recebeu das mãos de padre Henrique, então administrador apostólico da Prelazia de Cametá, uma pequena porção de terra da região de Anilzinho. Esse gesto representava um convite ao novo bispo para um compromisso com a luta pela terra. Dom José chegando a Cametá deu total apoio à organização das Comunidades Cristãs. Essa postura da Prelazia de Cametá resultou no afastamento das elites locais do ambiente eclesial (...) (SOUSA, 2002, p. 108-109).

Anilzinho é o nome da região que foi palco de um conflito de terra que marcou o início do envolvimento da Igreja Católica na luta pela terra na região e o início da oposição sindical em 1980 (SOUSA, 2002, p. 108).

Além das mobilizações de luta pela terra, a igreja também contribuiu com o fornecimento de crédito e de apoio técnico aos pequenos produtores agrícolas da região. Esse fator estimulou o desenvolvimento do plantio da pimenta do reino, principalmente após o processo de estagnação da economia gomífera.

Ao mesmo tempo, nesse período ocorre a organização do movimento de oposição sindical que objetivava retomar a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR do poder das pessoas que o estavam dirigindo sob influência política das oligarquias (SOUSA, 2002).

Nesse momento a Igreja Católica Apostólica Romana vai apoiar o movimento de oposição sindical e entra em conflito com os grupos políticos que detinham o poder no município. Foram os participantes dos grupos de trabalhadores rurais e lideranças que organizaram as Comunidades Cristãs, tornaram-se lideranças dos trabalhadores rurais e que organizaram a oposição sindical na primeira metade da década de 1980. Foi a partir desses grupos que surgiu o Partido dos Trabalhadores em Cametá (...) (SOUSA, 2002, p. 110).

Esse movimento de oposição evidenciado em Cametá e no Baixo Tocantins de uma maneira geral relaciona-se às mobilizações em escala nacional na década de 1980. Essa oposição ocorreu nacionalmente e, além de unificar as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais, com a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT, criou o Partido dos Trabalhadores – PT a fim de possibilitar participação na disputa política institucional. Tal movimento também pode ser observado em Cametá e região, contribuindo para o fortalecimento político das organizações sociais.

Os movimentos sociais foram assessorados pela igreja católica. Esta articulou os camponeses da região para um curso na cidade de Baião. A igreja e outras entidades assessoraram e deram acompanhamento ao processo de constituição do STR de Cametá, em 1974. Essas outras entidades foram a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional – FASE, além da Delegacia Regional do Trabalho – DRT e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAGRI (SOUSA, 2002).

Em resumo, poder-se-ia dizer que no final da década de sessenta e início da década de setenta - quando a Igreja Católica decide implementar o plano de pastoral das comunidades, incentivar o plantio de pimenta-do-reino e as cantinas comunitárias – até então a economia municipal arrastava-se há décadas numa crise que forçava a população camponesa a transferir-se para o município de Tomé-Açu para o trabalho como assalariado na cultura da pimenta-do-reino. Foi, portanto, esse financiamento e o apoio da Prelazia que possibilitou o desenvolvimento da cultura da pimenta-do-reino pelos camponeses em Cametá, garantindo a participação dos camponeses nas atividades da Igreja. Esse trabalho facilitou a criação do STR de Cametá com participação direta da Igreja Católica no processo de assessoria e organização (SOUSA, 2002, p. 133).

Além dessa mudança no cenário político, Sousa (2002) também evidencia a mudança no fornecimento do crédito. Segundo o autor, a igreja, em seu discurso da luta pela terra, também defendia o afastamento do camponês do crédito bancário. O crédito aos camponeses era fornecido pela própria igreja para a atividade produtiva da pimenta do reino. Mas, na década de 1990, com o arrefecimento da produção da pimenta e em busca de outras atividades produtivas, os camponeses começaram a discutir a possibilidade de aderir ao crédito bancário e a igreja, posteriormente, apoiou a luta pela conquista do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.

Resumindo, a Igreja – que na década de 1980 elaborou um discurso justificando a luta pela terra e o afastamento do camponês do crédito bancário – em 1990, aprova em um dos seus fóruns mais importantes, o Encontro Anilzinho, a decisão de apoiar a luta pela conquista do FNO. Essa postura da Igreja reflete um novo imaginário do movimento pastoral em Cametá. Posicionamento semelhante vinha sendo assumido pelo movimento sindical em Cametá e em todo o estado do Pará, onde os trabalhadores já haviam realizado os primeiros acordos com o BASA que garantiam a liberação de créditos do FNO para associações e cooperativas de pequenos produtores. No primeiro acordo realizado meses antes do último encontro Anilzinho, 25 trabalhadores sócios da cooperativa de Baião, município situado na Prelazia de Cametá, haviam sido incluídos entre os financiados. Restava à Prelazia decidir se entrava ou ficava fora da luta pelo crédito. As lideranças camponesas já haviam decidido que adeririam à luta (SOUSA, 2002, p. 144).

Esse novo imaginário do movimento pastoral e também do movimento social e sindical articulou à sua pauta a luta contra os impactos da barragem de Tucuruí, que juntamente com a crise da pimenta, era uma das responsáveis pela pauperização da população pelos impactos de ordem socioambiental provocados. A luta pelo crédito se fortaleceu com a organização dos “Gritos do Campo” no Estado do Pará, que começou em protesto contra a violência no campo e, posteriormente, agregou à sua pauta a luta pelo crédito bancário.

Em busca de resolver a crise do movimento sindical e em protesto contra a violência no campo, as lideranças de camponeses no estado do Pará iniciaram um movimento no ano de 1991, por ocasião do assassinato de um líder sindical, Expedito Ribeiro, do município de Rio Maria. Foi organizada uma caravana de camponeses para a capital do estado, no mês de abril daquele ano, com o lema *O Grito do Campo* e tendo como enfoque principal a questão da violência no campo. No mesmo ano foi organizado o *Segundo Grito do Campo*. Nesse segundo movimento já foi incluída na pauta a questão do FNO. Era o início de um processo de lutas que Monteiro (1996) denominou de um novo ciclo de mobilizações dos camponeses no Pará (SOUSA, 2002, p. 160, grifos do autor).

Em uma das entrevistas realizadas para este trabalho, uma sindicalista de Mocajuba evidencia a grande participação dos movimentos do Baixo Tocantins nessas mobilizações.

Porque houve o grito da Amazônia em 93, em 92 foi o primeiro grito em que nós fomos chamados. Em 92 foi só aqui no Estado do Pará. E o Grito da Amazônia também. O Grito da Terra Brasil foi de 1994 e foi estendido ao Brasil inteiro, mas o Grito da Terra começou no Estado do Pará. Os sindicatos de trabalhadores rurais, a Fetragri foi quem organizaram o Grito dos Povos da Amazônia, que houve invasão dos bancos, as pessoas que foram lá fazer o grito, que ninguém tinha crédito aqui nessa área. Nós éramos totalmente abandonados. Esse Baixo Tocantins era totalmente abandonado pelos governos, tanto o governo estadual quanto o governo federal. Historicamente foi uma região que foi muito abandonada. Hoje já tem um pouco, a estrada, a estrada foi construída há pouco tempo pra cá, era estrada de chão. Então todas essas dificuldades a gente tinha de acesso, inclusive pra Belém. Passava o dia todo viajando na estrada pra poder chegar. Mocajuba que é tão pertinho aqui! (Entrevistado 06, ex-participante do MAB e do sindicato dos trabalhadores rurais de município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012).

A luta pelo crédito via FNO desencadeou um processo de fortalecimento político das organizações dos camponeses e dos dirigentes dessas organizações, definindo um processo de institucionalização dirigido pelo Estado.

Como vimos, o BASA exigia que se criasse associação para que o camponês pudesse receber o FNO. O “coletivo dirigente” exigia do camponês a ser indicado para receber o FNO que ele se associasse ao STR e o mesmo *coletivo dirigente* encaminhou a discussão no sentido de garantir que os financiados pelo FNO fossem associados da Cooperativa. Construiu-se um discurso que legitimava as filiações em todas essas organizações, pois, segundo dizem, “as associações cuidam da produção, a cooperativa se encarrega da comercialização e o STR discute as questões de cunho político e organizativo”. Assim foi possível criar em torno do FNO um novo processo associativo que culminou com o fortalecimento político das organizações dos camponeses e dos dirigentes dessas organizações em Cametá (SOUSA, 2002, p. 180, grifos do autor).

Esse processo de institucionalização se fortaleceu definitivamente com a criação do MODERT, que articulou outros sujeitos sociais da região, além daqueles do movimento, para pensar nos rumos do seu desenvolvimento. Articulou, por exemplo, a luta pela eletrificação dos municípios da região do Baixo Tocantins, que, a despeito de terem sido decisivamente impactados pela barragem, ainda não haviam sido beneficiados com a energia de origem hidrelétrica.

Juntamente com a estratégia de fortalecer o STR e a cooperativa no âmbito do município de Cametá, as organizações de agricultores familiares da região Tocantina constituíram o MODERT, que se propunha a articular outros atores sociais na luta em defesa do desenvolvimento na região, por exemplo, as prefeituras municipais, pequenos comerciantes e moradores urbanos. Esse tipo de ação ficou evidente no III Grito da Terra Brasil, ocorrido no mês de maio de 1996, quando os moradores daquela região organizaram um ato público no município de Tucuruí, elegendo como bandeira de luta a questão da energia elétrica e a ELETRONORTE como alvo principal das negociações. Foi durante esse ato que o Ministro das Minas e Energia assumiu o compromisso público de viabilizar as condições de levar energia elétrica a Cametá. Após o compromisso do ministro, de volta a Cametá, foi organizada uma grande festa na cidade com trio elétrico e muitos fogos. O movimento havia sido vitorioso (SOUSA, 2002, p. 180-181).

O autor enfatiza o novo imaginário dos camponeses em Cametá e na região com a articulação de novos sujeitos sociais do Baixo Tocantins, exemplificando o fato de autoridades públicas terem sido convidadas para participar dos encontros do Anilzinho. Posteriormente esses encontros cessaram em detrimento da luta pelo crédito público para o fortalecimento da agricultura, abandonando-se a luta anterior pela reforma agrária. Construiu-se, assim, um discurso distinguindo o agrário do agrícola (SOUSA, 2002).

3.2- Reconstituição da luta por compensação financeira pelos impactos sofridos pela construção da barragem

Verifica-se, assim, o processo de constituição e amadurecimento do PPDJUS como resultado da organização da sociedade que historicamente resiste aos desmandos hegemônicos da expansão das relações de produção na Amazônia. Particularmente no caso da região do Baixo Tocantins, alguns antecedentes à efetivação do plano, salientados por Basile (2007), merecem ser destacados com vistas a uma compreensão mais ampla do processo.

Basile (2007) define que a constituição do PPDJUS envolveu dois eixos. O primeiro eixo é representado pelo poder público (prefeituras municipais e câmaras municipais) e as entidades do movimento popular. E o segundo eixo é representado pelas mudanças ocorridas no setor elétrico, decorrentes da incorporação da variável socioambiental nos processos de instalação e operação dos empreendimentos hidrelétricos, e da mobilização e organização interna da ELETRONORTE, em face das novas exigências do aparato jurídico-institucional do setor elétrico. De acordo com a autora:

No princípio, esses dois eixos agiram paralelamente, mas num determinado momento, por volta do ano de 2002, se juntaram e se articularam para atingir um só alvo, ou seja, o reconhecimento da área de jusante como área impactada pela instalação da UHE Tucuruí e, portanto, legitimada para receber investimentos da ELETRONORTE, da mesma forma que a área da montante, cujos impactos são reconhecidos pela legislação ambiental vigente (BASILE, 2007, p. 107).

O antecedente do eixo das mobilizações organizou-se principalmente a partir da luta por energia elétrica nas sedes dos municípios, uma vez que, de acordo com Basile (2007), os mesmos, após mais de dez anos de funcionamento da UHE Tucuruí, ainda não usufruíam do benefício do empreendimento, qual seja, a energia produzida pela usina e distribuída pela concessionária.

Basile (2007) situa o processo de mobilização mais intenso no ano de 1993 a partir de uma reunião realizada na cidade de Baião, promovida pelos prefeitos municipais, vereadores, presidentes dos sindicatos e líderes comunitários dos municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Oeiras do Pará, com a participação de parlamentares, a fim de pensar em soluções para os problemas da região do Baixo Tocantins, principalmente a falta de energia de origem hidrelétrica e a falta de pavimentação das rodovias.

Como resultado dessa reunião foi lançado o “Documento de Baião”, encaminhado ao Governo do Estado, ELETRONORTE e Celpa, associações e órgãos de classe, que originou a Jornada Parlamentar do Médio e Baixo Tocantins, que culminou com uma sessão especial na Assembléia Legislativa do Estado, em 16 de Junho de 1993, na ocasião foi entregue ao Governador do Estado um documento que analisava os problemas da região (BASILE, 2007, p. 107).

Em um segundo momento, decidiu-se pela proposição do Plano de Eletrificação do Baixo Tocantins, envolvendo vários sujeitos sociais da região, como parlamentares, ministros, prefeitos, lideranças populares, jornalistas etc, aprovado, mas não executado pelo governo federal em virtude do mesmo recusar a concessão de avais para seu financiamento.

Em 1996 foi realizado na cidade de Tucuruí o “Grito da Amazônia”, tendo como objetivo discutir como a ELETRONORTE poderia contribuir com o desenvolvimento regional e a possibilidade da construção do linhão do Baixo Tocantins. Esse evento foi promovido pela FETAGRI e pelo Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, com o apoio da UFPA e do Museu Paraense Emílio Goeldi. Na versão de uma representante do movimento sindical e social da região, esse evento se deu da seguinte forma:

olha, nós só passamos, inclusive a ter energia, a barragem foi construída em, nos anos 70, né?! Nós só fomos beneficiados com energia, o tramoeste desceu pra cá a partir de 1998. Então muito pouco tempo que a gente tem energia. A energia era a diesel, todos os municípios aqui à jusante da barragem. Existe a barragem há mais de vinte anos construída aqui praticamente no nosso quintal e nós não tínhamos energia. A energia era levada pro Nordeste, pro Sudeste, mas aqui na região, nós que estamos tão próximos, nós que fomos tão atingidos e nós não tínhamos. E foi a partir de um grito que a gente fez, o grito da terra, houve uma paralisação lá em Tucuruí, foi feito um grito, a gente se reuniu, muitas famílias foram pra lá (...) Não sei se você lembra, em 1996. Então foi a partir desse grito que foi acertado tanto com o governo do estado quanto com o governo federal, pra isso muitas lideranças tiveram que fazer 36 horas de greve de fome pra poder ser atendido pelo Ministério de Minas e Energia porque ELETROBRÁS e a ELETRONORTE, antes, não tinha diálogo nenhum com os movimentos sociais (Entrevistado 06, Ex-participante do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012).

Ainda segundo Basile (2007), em agosto de 1997 foi elaborado um plano de desenvolvimento regional, dando continuidade às propostas apresentadas durante o Encontro Intermunicipal da Área de Influência da UHE Tucuruí, o qual delinea as principais reivindicações da sociedade local.

Um momento decisivo nesse processo de negociação entre os diversos sujeitos sociais atuantes na região foi o Encontro de Agronegócios, realizado na cidade de Mocajuba, em 13 de abril de 2002, promovido pela prefeitura municipal de Mocajuba e pelo CODESEI, com a participação dos representantes dos municípios de Barcarena, Mojú, Igarapé Miri e Baião. Momento esse em que, segundo Basile (2007), a ELETRONORTE comprometeu-se em financiar a elaboração de um plano de desenvolvimento voltado para a microrregião à jusante da UHE Tucuruí. O representante da ELETRONORTE relata a sua versão desse evento no trecho abaixo.

Nesse meio de caminho, lá do lado de jusante, que é agora o que interessa pra você, teve lá o primeiro encontro da agricultura familiar promovido pela EMBRAPA e outros órgãos em Mocajuba. E lá a ELETRONORTE foi convidada pra participar pra apresentar este programa que tava sendo feito do lado de montante. Aí eu queria dizer pra você que quem foi designado na empresa pra ser o coordenador desse programa, tanto no PDST, quanto no PIRTUC fui eu. (...) Voltando pro encontro lá do PDJUS, nós fomos lá apresentar o quê? O que a gente tava fazendo do lado de lá. E qual era a dificuldade da ELETRONORTE? A dificuldade da ELETRONORTE, sobre o aspecto da legislação, ela não tinha como ter um programa similar pra jusante. (...) Então eu fui pra essa reunião fazer essa apresentação do lado de montante e eu perguntei pro presidente e ele disse: “Olha, nós não temos como fazer um PIRJUS por causa da legislação, mas nós temos como ajudá-los a fazer um programa de desenvolvimento sustentável pra aqueles municípios!” (Entrevistado 17, Coordenador do PDST e do PIRTUC em 2003, 15 de maio de 2013).

No que se refere ao PDST, relatado acima, o referido representante da ELETRONORTE nos informou que o seu desenvolvimento esteve atrelado ao contexto da construção da segunda etapa da usina hidrelétrica de Tucuruí, por volta de 1998/1999, já com a existência da legislação ambiental e do fortalecimento sindical. O sindicato dos trabalhadores rurais, assim como a união das prefeituras da montante, ou seja, o Consórcio dos Municípios Paraenses Atingidos pelo Reservatório de Tucuruí – COMPART, passaram a exigir um plano de desenvolvimento para aqueles municípios. Segundo o mesmo representante, a legislação dizia que a empresa tinha que destinar uma parcela dos investimentos que ela estava desenvolvendo para a implementação de ações junto a esses municípios. Este fato, atrelado à obrigatoriedade da legislação para a liberação do licenciamento da construção da segunda etapa da usina, deu origem ao PDST, apresentado no Encontro de Mocajuba acima descrito.

Assim, neste encontro, a ELETRONORTE assumiu o compromisso de elaboração do plano de desenvolvimento da jusante, contratando, posteriormente, a empresa de consultoria Multivisão Prospectiva e Planejamento com o objetivo de elaborar a versão técnica do PPDJUS, contando, para isso, com a participação na coordenação da equipe técnica de assessores da ELETRONORTE e das prefeituras locais (BASILE, 2007). As fotos 11 e 12 representam os debates desenvolvidos neste encontro.



FOTO 11 - ENCONTRO DE AGRONEGÓCIOS NA CIDADE DE MOCAJUBA: ocasião da divulgação do PDST aos municípios do Baixo Tocantins.
(Foto: ELETRONORTE, abril de 2002).



FOTO 12 - ENCONTRO DE AGRONEGÓCIOS NA CIDADE DE MOCAJUBA: ocasião da divulgação do PDST aos municípios do Baixo Tocantins.
(Foto: ELETRONORTE, abril de 2002).

Basile (2007) ainda relata as oficinas e debates que antecederam a construção do plano, contando com a participação de assessores de prefeitos, secretários municipais de agricultura, saúde, educação e algumas lideranças dos movimentos populares. Por fim, o último ponto ressaltado pela autora situa-se em fevereiro de 2003 na ocasião da inclusão da ELETRONORTE de forma mais direta no PPDJUS.

Em fevereiro de 2003, reuniram-se, em Brasília-DF, com a Diretoria da Eletronorte, Prefeitos Municipais e parlamentares da região, tendo como pauta principal definir a inclusão da microrregião a jusante no Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios do Entorno da UHE Tucuruí, e também a garantia da participação da ELETRONORTE no Plano de Investimentos do PDJUS, porquanto a Empresa, anteriormente havia se comprometido apenas com a elaboração do PDJUS. Houve, então, um comprometimento quanto à participação da Eletronorte, no PDJUS, no aporte inicial de 200 Milhões de Reais (BASILE, 2007, p. 108-109).

É importante, uma vez mais, ressaltar a decisiva importância do movimento social e sindical nesse processo de mobilizações, cujos pontos principais, descritos acima, destacando a luta pela eletrificação a partir da energia produzida pela usina, culminaram no reconhecimento da empresa no que se refere aos impactos socioambientais provocados à jusante, ainda que apoiado na condicionante do licenciamento ambiental da SECTAM. A materialidade desse reconhecimento vislumbra-se, assim, na construção do plano de desenvolvimento da jusante e no momento posterior de inclusão da ELETRONORTE com recursos financeiros, considerando o PIRJUS. No entanto, é importante não perder de vista a luta histórica anterior a esse processo de negociação, como relatado abaixo por um dos representantes do movimento social e sindical, ressaltando o momento da descoberta dos impactos socioambientais que seriam causados à região com a construção da barragem.

Pois é, olha, quando começou essa ideia, né, da construção da barragem, o primeiro a nos puxar a orelha, pra mostrar o que poderia acontecer no futuro, justamente foi a prelazia. Então como a gente tinha essa grande frequência no processo, a prelazia todo ano ela fazia e faz ainda o chamado encontro de lideranças comunitárias. Todo ano ela faz! Até hoje faz! (...) Os projetos começaram a chegar, o Projeto da Alunorte aqui em Barcarena, o projeto lá da Hidrelétrica de Tucuruí e outros projetos (...) Aí então a gente ficou nesse processo, a prelazia logo deu o toque pra gente “Olha, esse projeto vai acontecer isso, isso, isso!” E o que é isso, isso, isso que eu digo? (...) Do lado de baixo, o que que ia acontecer? Ia secar o rio, nós, que somos ribeirinhos, por exemplo, íamos perder o nosso principal alimento que é o peixe, já diminuir a quantidade de peixe, começou a informar que nós íamos ter problema com a qualidade da água, que nós íamos enfrentar problema de navegação, ia ficar difícil pra navegarem. Normalmente, a navegação era

toda de barco, não tinha estrada, né, era de barco (Entrevistado 13, Membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 59 anos, 16 de agosto de 2012).

Os excertos de entrevistas abaixo revelam a anterioridade dessa luta, mobilizando para a argumentação a criação e o desenvolvimento do Movimento Tocantins.

Já vem antes. Desde os anos 80 os povos atingidos por barragem se organizam. Tanto acima da barragem quanto aqui à jusante. Só que foram reconhecidos como atingidos por barragem somente os da montante. Os da jusante, nós passamos muitos anos, 20 anos depois pra poder ser reconhecido, que nós também fomos impactados. Tanto é que se você pegar o histórico do PIRJUS, né, e do CONJUS, quando a ELETRONORTE passou, a gente provocou muito a ELETRONORTE, a ELETRONORTE conseguiu descer, fizemos vários seminários nos anos 97. Em 97 foram realizados em Cametá, em vários municípios aqui da região. Aí foi criado o Movimento Tocantins, um monte de mobilizações que foram feitas pra que a gente pudesse ser reconhecido que nós também fomos impactados. Foi aí que surgiu o PIRJUS, a partir dessas grandes mobilizações, dos grandes eventos que a gente realizou na região, unindo os municípios de Baião, Mocajuba, Cametá, Igarapé Miri, Oeiras do Pará, Abaetetuba, conseguiu juntar inclusive, mais Abaetetuba e Barcarena nessa discussão (Entrevistado 06, Ex-participante do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012).

E também a criação do MODERT.

E o movimento sindical, o movimento social vem lutando todo esse tempo e já em 2002, acho que 2002, a gente começou a avançar no processo. Foi criado o plano, o movimento aqui na região, já tinha o movimento aqui, o MODERT, que era o movimento de desenvolvimento da região do Baixo Tocantins. E aí então o MODERT abraçou essa causa, pressionou o governo, né, e até que a gente conseguiu criar o plano. E então a partir do plano se criou os conselhos, o conselho regional e os conselhos municipais, né! (Entrevistado 11, Coordenador do CONJUS municipal de Limoeiro do Ajuru e Segundo Suplente do MODERT no CONJUS regional, 47 anos, 14 de agosto de 2012).

Segundo Basile (2007), o segundo eixo de mobilizações que favorecem a área de jusante situa-se nas mudanças ocorridas no setor elétrico em geral, e em particular no âmbito interno da ELETRONORTE, caracterizando-se como o momento em que as questões ambientais assumem importância para o setor elétrico. De forma mais sucinta, destacaremos no quadro 13 os principais eventos deste eixo.

Quadro 13: Inserção da variável ambiental no setor elétrico

ANO	EVENTO
1983	Criação da assessoria do meio ambiente, ligada diretamente à Presidência da República.
1986	Instituição do Comitê de Meio Ambiente da ELETROBRÁS, para delinear estratégias no campo socioambiental.
1986	Elaboração do I PDMA com objetivo de traçar a política de meio ambiente do setor, incluindo a ação de inserção regional do setor elétrico.
1987	Criação da Divisão de Meio Ambiente da ELETRONORTE, posteriormente transformada em Departamento de Meio Ambiente.
1988	Criação do Comitê Coordenador de Atividades do Meio Ambiente do Setor Elétrico – COMASE, entidade deliberativa formada por 25 concessionárias, o DNAEE e a ELETROBRÁS.
1988	Início do desenvolvimento do Plano de Utilização do Reservatório, pela ELETRONORTE, que utilizava o conceito de área de influência, definindo como uma das áreas a de jusante, compreendendo parcela do Município de Tucuruí e os municípios de Baião, Mocajuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru.
1991	O Departamento de Meio Ambiente da ELETRONORTE elaborou o Plano de Dinamização da Região Geoeconômica de Tucuruí - PLANTUC, pelo qual foi definido o território considerado impactado pela Hidrelétrica, incluindo a região à montante e à jusante, ou seja: parcela do Município de Tucuruí, a totalidade dos Municípios de Baião, Mocajuba, Cametá e Limoeiro do Ajuru.
1998	Publicação da Lei nº 95.733 de 12 de fevereiro de 1988. Em seu parágrafo único determina que: identificados efeitos negativos de natureza ambiental, cultural e social, os órgãos e entidades federais incluirão, no orçamento de cada projeto ou obra, dotações correspondentes, no mínimo, 1% (um por cento) do mesmo orçamento destinadas à prevenção ou à correção desses efeitos.
2000	Publicação da Lei nº 9.985/2000 e o Decreto nº 4.340/2000 referentes à exigência de aplicação de 0,5% do orçamento das obras de geração que fundamentam o aporte de recursos para 14 Programas Ambientais de ações compensatórias da ELETRONORTE e constituem parcelas do investimento das obras de geração para compensar os impactos causados.
2003	A SECTAM, com a Notificação nº 031/2003 – DMA/SECTAM, de 15 de janeiro de 2003, referente às Licenças de Instalação 003/2003 e de Operação 049/2003, estabelece como exigência “desenvolver estudos, visando à implementação de medidas conjuntas, envolvendo o poder público e o empreendedor, aos moldes do que foi idealizado para a região de montante, cujo projeto foi denominado Plano de Inserção Regional, para as áreas de jusante que, com o advento da ampliação do empreendimento, vem sofrendo novos impactos aliados àqueles já estabelecidos anteriormente”.
2003	A ELETRONORTE, atendendo à solicitação dos municípios envolvidos e as exigências da SECTAM, promoveu a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE Tucuruí - PDJUS 2020, em março de 2003, com estimativas de recursos para financiamento dos investimentos previstos, da ordem de R\$ 1,66 Bilhões, para implementação de 145 projetos na região de cinco (05) municípios.
2004	Para execução de ações previstas pelo PPDJUS a ELETRONORTE comprometeu-se através da Resolução de Diretoria – RD nº 75/2004, a disponibilizar recursos da ordem de R\$ 160 milhões para aplicação ao longo de 20 (vinte) anos, para financiamento de ações implementadas na microrregião à jusante da UHE Tucuruí, a qual compreende os Municípios de Baião, Cametá, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Miri.

Fonte: Basile (2007).

Organização: Gleice Costa.

Concluimos assim o momento da luta por compensação financeira da região à jusante da UHE Tucuruí. Essa luta se estabelece nos âmbitos sociais e institucionais, e ainda é presente e atual, uma vez que até o momento apenas cinco municípios foram legitimamente reconhecidos pela empresa como impactados e que são, portanto, alvo de investimentos diretos via PIRJUS. Os outros quatro municípios (Abaetetuba, Mojú, Oeiras do Pará e Barcarena), a despeito de estarem incluídos no plano do desenvolvimento, não estão inseridos no PIRJUS, e, como o plano só se executa com investimentos majoritários do PIRJUS, ao menos por ora sem outras parcerias, estes municípios estão enfraquecidos no processo de negociação.

3.3 - Limites à participação popular

Analisar políticas de desenvolvimento remete-nos a considerar o peso do Estado sobre a vida cotidiana e a espacialidade daí decorrente. Poulantzas (1977) leva-nos a considerar o Estado como uma relação, mais exatamente a condensação material de uma relação. Nesse sentido, evidencia-se a sua autonomia apenas relativa e o seu papel no estabelecimento do interesse geral da burguesia sob a hegemonia de uma fração, que, segundo o autor, atualmente, é a fração do capital monopolista. Dessa forma, a política do Estado não pode ser reduzida ao seu poder próprio ou à sua vontade racionalizante.

O estabelecimento desta política deve ser considerado na verdade, como *a resultante das contradições de classe inscritas na estrutura mesma do Estado* (o Estado é uma relação). Com efeito, tomar o Estado como a condensação de uma relação de força entre classes e frações de classe tal como se exprimem, de modo específico, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-atravesado em toda parte pelas contradições de classe. Isto significa que uma instituição, o Estado, destinada a reproduzir as divisões de classe não é, não pode jamais ser, como o consideram as concepções do Estado-Coisa e do Estado-Sujeito, um bloco monolítico sem fissuras, mas é ele mesmo, com sua própria estrutura, dividido (POULANTZAS, 1977, p. 23, grifos do autor).

De acordo com o autor, “a política do Estado se estabelece assim por este processo de contradições interestatais, na medida em que estas constituem contradições de classe, e notadamente das frações do bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, p. 24).

É dessa forma que essas políticas de estado, materializadas algumas vezes em planos de desenvolvimento, frequentemente espacializam suas ações em moldes também contraditórios, produzindo espaços desigualmente desenvolvidos, tornando a totalidade um

espaço abstrato¹³. Nesse espaço abstrato, a obra, racionalidade não prisioneira da lógica da reprodução das relações de produção, aparece apenas como resíduo, uma vez que o que predomina é o império da lógica, das relações pré-determinadas, fixadas, concebidas, sobre o mesmo. Sobressaem-se, assim, os projetos do “bloco no poder” (POULANTZAS, 1977), hegemônico sobre as demais frações de classe, obrigadas a sustentar o peso da vida cotidiana instalada na modernidade.

Para Lefèbvre (1969), a vida cotidiana deve ser compreendida como aquilo que escapa ao mundo da mercadoria, como aquilo que escapa ao mundo do trabalho, produzindo a coisificação de todas as relações sociais e a transformação do cidadão em um consumidor. A alienação, neste caso, não se realiza apenas no âmbito do trabalho, mas no âmbito da sociedade de consumo de uma maneira geral.

Martins (2012), refletindo sobre o tema da modernidade na América Latina, trazendo notórios exemplos da realidade brasileira, aproxima-o da discussão sobre a vida cotidiana. Em primeiro lugar, o autor discorre sobre a modernidade em si mesma, situando-a como uma problemática referente sobretudo aos países europeus.

A modernidade só o é quando pode ser ao mesmo tempo o moderno e a consciência crítica do moderno; o moderno situado, objeto de consciência e ponderação. A modernidade, nesse sentido, não se confunde com objetos e signos do moderno, porque a eles não se restringe, nem se separa da racionalidade que criou a ética da multiplicação do capital; que introduziu na vida social e na moralidade, até mesmo do homem comum, o cálculo, a ação social calculada na relação de meios e fins, a reconstituição cotidiana do sentido da ação e sua compreensão como mediação da sociabilidade. Refiro-me à ética que fez do sujeito um objeto, e mesmo um objeto de si mesmo, o sujeito posto como estranho em relação a si próprio (MARTINS, 2012, p. 18).

No caso da realidade brasileira, o autor evidencia uma modernidade inconclusa, uma vez que essa modernidade aqui, e na América Latina de uma forma geral, mescla-se aos tempos precedentes, às outras temporalidades provindas da história.

No caso latino-americano e, sobretudo, brasileiro, a crítica constitutiva da modernidade vem do “hibridismo” cultural, da conjunção de passado e presente, do inacabado e inconcluso, do recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna e as concepções que dela fazem parte e a mediatizam; a opressão e os absurdos do moderno, da racionalidade, da quantidade, do modismo, do transitório e

¹³ Espaço instrumental constituído por um conjunto de coisas-signo que negam as diferenças provindas da história, reafirmando a tendência à homogeneidade.

passageiro como maneira permanente de viver e ser. O inacabado e inconcluso, a modernidade que não se completa, produziu no Brasil uma consciência social dupla, o diverso segmentado e distribuído nos compartimentos da cultura e da vida (MARTINS, 2012, p. 22).

Essa consciência social dupla associa-se fortemente a uma mentalidade que opõe o velho ao novo. O novo aqui aparece como os signos da modernidade incorporados pelas sociedades latino-americanas. A modernidade, dessa forma, não se completa, não apenas pelos aspectos culturais do hibridismo, mas também pelos aspectos materiais da objetividade da vida. O autor chama a atenção, nesse sentido, para a dificuldade estrutural da expansão do modo capitalista de reprodução do capital nessas sociedades; reprodução essa considerada o âmago do moderno. Essa expansão tenderá, assim, a associar-se à reprodução de desigualdades com a consequente perpetuação de relações de trabalho baseadas na escravidão, na peonagem etc, uma vez mais contribuindo para a inconclusibilidade do moderno.

É dessa forma que Martins (2012) não identifica o cotidiano instalado e consolidado como no caso da realidade européia. Aqui, o cotidiano está presente, mas mescla-se a outras formas de consciência precedentes ao mundo da racionalidade.

O cotidiano não se desgarra como mundo em si; como referência e mediação dos outros mundos, como seria próprio da modernidade. Não é ele que prevalece. A (in)modernidade latino-americana se apresenta na precedência dos outros mundos em relação ao mundo racional, secularizado e repetitivo do cotidiano, do estilo cognitivo que lhe é próprio, para usar essas fundamentais concepções de Schutz. A relação dos mundos sociais está, aqui, não raro invertida em relação ao modelo clássico. Aqui os tempos históricos estão mesclados e confundidos no dia a dia, como estão confundidos e invertidos os estilos cognitivos dos diferentes mundos que demarcam a nossa vida social. É como se já fôssemos pós-modernos antes mesmo de chegarmos à modernidade, há muito misturando numa colagem desarticulada de tempos históricos e realidades sociais. Ou como diz Canclini, é como se fôssemos pós-modernos há séculos (MARTINS, 2012, p. 41).

Percebemos assim, como denota o próprio autor, o tradicional incorporando fragmentos do moderno, e não o contrário, sem agregar um modo moderno de ser consciência do todo e consciência, por isso, moderna (MARTINS, 2012).

Na falta de autenticidade, a modernidade latino-americana empresta da consciência conservadora implícita no nosso tradicionalismo os referências de sua consciência de si mesma, de sua própria crítica. Vive em simbiose com aquilo que a nega. Nisso está o fato de que a consciência moderna é

incompleta; as relações sociais, os gestos, a prática tem essa alienação adicional, bem diversa da alienação representada pela entrega completa à racionalidade moderna nos países desenvolvidos. Daí que as formas (sociais) tenham a função exacerbada que tem nesta sociedade. A anomalia está no fato de que se trata de uma modernidade sem crítica – sem consciência da sua *transitoriedade*, de que tudo é moda e passageiro. É modernidade, mas sua constituição e difusão se enreda em referenciais do tradicionalismo sem se tornar conservadorismo. Porque também desse lado estamos em face do inconcluso, do insuficiente, do postiço (MARTINS, 2012, p. 44, grifos do autor).

Consideramos essa relativização de Martins (2012) sobre a modernidade brasileira, e consequentemente sobre o cotidiano, de extrema relevância para a compreensão das desigualdades instaladas na Amazônia. É evidente que o autor parte da escala da vida imediata para a compreensão de sua problemática, como remete o próprio título de sua obra, “A sociabilidade do homem simples”, mas o mesmo sempre faz alusão ao papel decisivo que a reprodução das relações de produção desenvolvem nesse processo.

De tal sorte, que formas de consciência diferenciadas se debatem e refletem as escolhas feitas pelos sujeitos sociais em relação àquilo que pode interferir em suas condições de vida. A ideologia do moderno, do progresso, se instala quando da implementação de grandes projetos ou “grandes objetos” espaciais (SANTOS, 1995) na realidade amazônica. Mas a sua natureza excludente e desestruturadora das realidades sociais impõem questionamentos ao homem amazônico que internaliza as contradições do possível-impossível.

Porque na verdade assim, o que acontece, esse movimento nosso aqui da região nós sempre, não começou de mim, começou mais atrás. A geração de nossos pais começaram, é justamente pela questão da gente ser uma região daquela bem paraense mesmo do papa chibé, que se fala no popular, né. Mas sempre a gente foi excluído. Historicamente nós fomos abandonados, sempre foi. Aí isso aí levou a gente a se organizar melhor. Por exemplo, o que aconteceu, os grandes desenvolvimentos que vieram pro Estado do Pará, eles ficaram nas regiões ali de Paragominas, da Transamazônica, das outras regiões por aí e tal, ali nos arredores, nos municípios próximos de Belém. E acabou que a nossa região aqui começou, sabe, aonde está o foco maior dos paraenses mesmo, foi aonde a energia demorou mais pra chegar, demorou muito pra gente ver asfalto aqui na nossa região. A gente foi ver asfalto agora já há pouco tempo. Nós fomos começar a ver asfalto pra cá, não se tinha. Então isso levou na verdade na época ao movimento social fazer grandes mobilizações, sabe. Então foi assim, grandes mobilizações e veio, veio e graças a Deus nós conseguimos conquistar muitos benefícios pra região, sabe, muitos (Entrevistado 07, Vereador do município de Mocajuba, 42 anos, 11 de agosto de 2012).

O relato acima, de um sujeito social que historicamente atua no movimento social e no movimento sindical da região, e que hoje compõe o quadro das forças instituintes, evidencia o conflito entre o que permanece e o que muda. A ideologia do desenvolvimento parece aí estar presente, de forma não muito definida, mas reivindicando melhorias infraestruturais para uma região que historicamente contribuiu para o desenvolvimento das atividades produtivas na Amazônia. Para isso, necessário se fez que essas grandes mobilizações encarassem o Estado de frente, ou o “bloco no poder” (POULANTZAS, 1977), num primeiro momento entendido como um agente destinado a reproduzir uma ordem dominante e excludente.

Então o Saci e outros e outros companheiros que eram, que lideravam, né, hoje assumem outros cargos e acabam, que também era um dos objetivos, né, poder assumir a direção dos municípios, melhorar a situação dos sindicatos porque só assim as políticas, os investimentos, os recursos da educação, da saúde poderiam ser, chegar (Entrevistado 14, Participante da Associação de Mulheres e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 49 anos, 16 de agosto de 2012).

É importante ressaltar esse momento em que o movimento social e o movimento sindical articulam à sua luta a luta no nível institucional. Sousa (2002) nos ajuda a entender esse processo no Baixo Tocantins, ainda que o mesmo focalize a sua análise no município de Cametá. Em um primeiro momento, ele contextualiza na década de 1980 a formação da oposição sindical dos trabalhadores brasileiros com a unificação da luta dos trabalhadores da cidade e do campo e, posteriormente, com a formação política de grupos de trabalhadores que possibilitou a participação na disputa política institucional, articulados com a criação da CUT e do PT. No Baixo Tocantins, esse processo foi favorecido porque o movimento sindical já havia conquistado os STR's e começaram, assim, a apoiar a luta para assumir o poder nos municípios via PT. A luta no nível institucional completou-se com a luta pelo crédito público, compondo, dessa forma, o novo imaginário dos camponeses e seus aliados naquela região.

A luta no nível institucional pode ser compreendida, em um primeiro momento, como o fortalecimento das forças instituintes, forças essas que estão sempre em relação dialética com os processos que a negam. A relação obra-instituição, nesse nível de análise, deve ser compreendida de forma ampla, correlacionando-os sem processos de exclusão entre os dois momentos.

Existe uma estreita conexão entre a obra e a instituição (conceitos e “realidades”). Uma instituição só pode ser concebida como uma obra, a obra de um grupo social ou de uma atividade social animada por um indivíduo. No entanto, uma instituição é uma obra muito particular. É uma obra derivada, secundária, enxertada sobre a obra (ou sobre as obras) da ação original e primeira. Na sua aparente clareza, toda instituição leva uma existência ambígua, marcada e por assim dizer esburacada por conflitos. Forma de um conteúdo, este não pode dispensar aquela: não há conteúdo sem forma. Mas a forma tende a assumir uma existência autônoma. Ela sufoca o conteúdo. Ora segue na direção da coisa, ora na direção da pureza formal que, desaparecendo aos poucos, se desvanece (LEFÈBVRE, 1969, p. 137-138).

Segundo o autor, sob o nome de instituição encontramos as formas, e sob o nome de obras encontramos os conteúdos dessas formas. Daí porque a análise de ambos não pode ser dissociada a fim de não se correr o risco de análises limitadas dos processos sociais.

A obra é a apropriação. Ela modela o tempo e o espaço, o sensível, a matéria, um fragmento da “natureza”. Não se poderia reduzi-la a uma “reapropriação” da essência perdida, tal como imagina Feuerbach (...) Quanto à instituição, ela é coisa humana, abstração social isolada da natureza e por conseguinte do corpo, da necessidade e do desejo. É práxis e não poiesis, em nosso vocabulário (LEFÈBVRE, 1969, p. 139).

Essa leitura permite-nos tomar como ponto de partida a ideia de que os movimentos sociais do Baixo Tocantins carregam contradições internas. Nesse sentido, as instituições não mais representam a negatividade absoluta, inimigas a serem combatidas, mas possíveis aliadas que podem contribuir para os projetos definidos socialmente na escala regional. Os excertos das entrevistas do quadro 14 ajudam a alcançar essa discussão.

Quadro 14: Institucionalização do movimento social no Baixo Tocantins

MUNICÍPIO	EXCERTOS DAS ENTREVISTAS
Cametá	<ul style="list-style-type: none"> • (...) [G: Já tem dez anos mais ou menos de PPDJUS aqui na região e nesses dez anos o município de Cametá nunca conseguiu formar mesmo um conselho municipal?] Não, CONJUS não. Nós temo pensando agora nesse outro mandato, que nós temo tudo pra ganhar essa eleição. [G: A eleição da prefeitura?] É, nós temo trabalhando com o Irácio, que é o nosso candidato do PT e nós temo bem, né. As pesquisas mostram que a gente tá bem mesmo. Aí a gente vai poder fazer as coisas mais diferentes, né. Fundar, sempre falo com ele, que o pessoal tá exigindo que funde o conselho, o CONJUS municipal. Mas aqui nós não temos como, que a prefeitura é do outro lado e quem participa dos movimentos somos nós (Entrevistado 09, Ex-participante da Colônia de Pescadores e Membro do Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Cametá, 65 anos, 13 de agosto de 2012).

Baião	<ul style="list-style-type: none"> • Não tá sendo reunido regularmente, ele tá tendo problema. O CONJUS municipal ele é composto de secretários de governo, né, sindicato dos trabalhadores rurais, movimento social, né, câmara de vereadores. Então no município aqui hoje a gente tá tendo problema porque vários de nós, entendeu, tá concorrendo às eleições, somos candidatos, que não é o meu caso porque eu poderia tá hoje sendo candidato, fazendo meu exercício do mandato e também fazer parte do conselho, mas tem outros colegas que a lei eleitoral impede, né. (...) (Entrevistado 04, Vereador do município de Baião, 41 anos, 08 de agosto de 2012).
Limoeiro do Ajuru	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento aqui em Limoeiro, o movimento sindical, o movimento social ele esteve forte mesmo nas décadas de, entre 80 e 90, bem antes da criação do plano, né?! O plano foi criado de 2000 pra cá. Aí nesse período o movimento era muito forte. Eu penso que a gente deixou relaxar [G: A que o senhor atribui esse relaxamento?] Eu acho que, o que eu imagino, né, a partir do governo Lula, como ele terminou é atendendo velhas reivindicações que o movimento social já tinha, que o movimento sindical já tinha. Muitos dos nossos líderes terminaram indo pra dentro do governo seja na esfera estadual, regional e terminou fazendo com que o movimento fracassasse (...) as lideranças que tavam ali quando tão no governo já vê a coisa de uma outra forma. E eu acho que a gente deixou, pode ser que a gente tenha pecado no sentido de não ter preparado outros quando você sai pra ficar (Entrevistado 11, Coordenador do CONJUS municipal de Limoeiro do Ajuru e Segundo Suplente do MODERT no CONJUS regional, 47 anos, 14 de agosto de 2012).
Baião	<ul style="list-style-type: none"> • (...) Vem ao longo dos anos, o que eu conheço, eu conheço isso desde 82, que eu entrei nesse movimento e até hoje a gente ainda está aqui batalhando, entendeu?! O movimento a partir de 2005, ele enfraqueceu, parece que conseguiram ter tudo o que queriam, mas a gente vê que a gente precisa de muito mais. [G: A que o senhor atribui esse enfraquecimento do movimento?] A política entrou no meio, a política partidária. Muito do movimento se deixaram levar, as lideranças, as principais lideranças começaram a tratar política partidária e conseguiram se eleger. (...) (Entrevistado 01, Presidente da Colônia de Pescadores do município de Baião, 47 anos, 06 de agosto de 2012).
Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • (...) [G: Então o MODERT sempre buscou discutir o desenvolvimento na região através de várias frentes, né, trazer os investimentos, trazer os financiamentos?] É, discutir os problemas da região, de cada município, então ir em busca de solução pra eles. [G: E o MODERT sempre foi liderado pelos movimentos sociais?] É. [G: Ou tinha representante público também?] Não, naquela época não tinha não. O pessoal que era do movimento hoje já viraram ser público, né, hoje que tá, né, tem o Saci lá em Baião, hoje em Igarapé Miri seu dirigente que hoje é o prefeito. Até Mocajuba os dirigentes do MODERT, me lembro da Luciana, hoje dirige a FETAGRI, a Federação dos Trabalhadores, já tá no segundo mandato. A Carmem Helena que era uma das coordenadoras, hoje está em Brasília na CONTAG, na CUT, as pessoas inteligentes, as pessoas que ajudaram a criar, fundar. A gente hoje tá no sindicato, né, outros companheiros do sindicato e assim sucessivamente os outros municípios, né. O Seu Elias que foi o primeiro presidente, depois já veio o Roberto Pina. O Seu Elias vive hoje em Belém, trabalha em Belém, auxilia lá um deputado. Então a pessoa ganha conhecimento, desenvolve, então tem que ir, e são pessoas de confiança então eles têm que seguir pra outras instâncias (Entrevistado 14, Participante da Associação de Mulheres e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 49 anos, 16 de agosto de 2012).

Fonte: levantamento de campo realizado em agosto de 2012.

Elaboração: Gleice Costa

Os breves relatos acima revelam os processos de organização dos movimentos social e sindical no âmbito de suas políticas internas e, ao mesmo tempo, suas articulações ao nível da política partidária, seja diretamente como candidatos a cargos políticos, seja como incorporados aos governos de esquerda que tiveram êxitos em eleições, principalmente com suas principais lideranças.

A leitura que Lourau (1980) faz do processo de institucionalização ajuda-nos a entender o movimento entre o instituído e os que buscam instituir-se. Em primeiro lugar, o

autor situa o Estado como a definição de um centro único contra as representações não estatais, ainda que estas resistam mediante diversos recursos. Dessa forma, o Estado busca impor uma forma de equivalência a todas as relações sociais mediante a submissão das mesmas às normas institucionais.

Al service de todos los recursos de la ideología a fin de imponer una forma equivalente a todas las relaciones sociales sometidas a su poder, el Estado dispone de un instrumento de coacción que hace inútil la distinción entre aparato de Estado y aparatos ideológicos del Estado. La forma comunitaria, con sus resurgencias y sus metamorfosis, esse es el enemigo. Aquí, una vez más, no fue azar que Stalin, igual que Franco, hubiera querido liquidar las colectivizaciones de la revolución española. Lo que quiere imponer el Estado no son solamente las formas que se identifican dentro de su obediencia común a su legitimidad única, sino también una fuerza que duplique todas las formas, de las más públicas a las más privadas en el sentido deseado por él: es decir, la institucionalización (LOURAU, 1980, p. 29).

Para o autor, a história, tanto a moderna quanto a antiga, é a história da institucionalização dos movimentos sociais mediante a ação do princípio estatal da equivalência, ou seja, a submissão desses movimentos à racionalidade estatal. Há, nesse sentido, a imposição de uma forma que agregaria os conteúdos despojados até então de regras e normas, ainda que esses conteúdos não possam ser normatizados em sua totalidade, haja vista o movimento dialético e contraditório da realidade social, presente também nos mesmos.

Ocorre que as atividades (políticas, econômicas, culturais) dos grupos sociais, vistas pelo prisma institucional, parecem despojadas de organização e de um certo nível de racionalidade. Daí porque uma certa ideologia do equilíbrio entre as forças atuantes no mundo moderno, comandada pelas forças instituintes, tenta se impor em face das forças diferenciadoras dos diversos grupos sociais.

Matriz no solamente de las instituciones surgidas directamente de ella misma (escuela, hospital, tribunal, etc.), también lo es de formas que, para oponerse a su dominio, se calcaron de ella (asociaciones, organizaciones sindicales, políticas) o tomaron prestada su ideología apenas modificada (burocracia, empresa industrial, etc.) (LOURAU, 1980, p. 32).

Lourau (1980) considera a ideia de curvatura do espaço-tempo social em sua relação com a centralidade. É como se a consolidação dos centros afetasse a política revolucionária e, indiretamente, o campo social afetado pela política.

No caso do Baixo Tocantins, a contradição entre o que foi idealizado como conquista pelo movimento social e aquilo que tem sido realizado concretamente em face das negociações com o âmbito da política instituída revela interesses diferenciados que contribuem para a contradição interna do movimento. A força institucional ligada ao Partido dos Trabalhadores tende a criar alianças que parecem fortalecer muito mais o âmbito institucional, e isso pode ser percebido na imbricação entre as diversas escalas espaciais de análise. A instalação do governo Lula a partir de 2003 foi um marco decisivo nesse processo. Têm-se, assim, a necessidade de criação de políticas que fortaleçam muito mais o partido político. Não que estas políticas estejam descoladas da realidade social em que elas se inserem, mas o institucional aparece como maior.

Você sabe como as coisas se organizam. São grupos organizados que se repõem a cada vez na direção da empresa e cada um tem um grupo de confiança. Aí com certeza esse grupo que tava sensibilizado com isso era um grupo que começou a desenvolver-se a partir do governo Lula pra cá. Tanto que a ideia que nós tínhamos, que a própria ministra, daí ela disse o seguinte: a ELETRONORTE, a ELETROBRÁS, a PETROBRÁS, essas empresas que são do governo, elas são empresas do povo. Então elas têm que servir tipo o povo, que têm os seus tentáculos pra atingir as outras pessoas. Então esses grupos não podem se fechar numa elite e dizer: “Ah, só vou fazer isso, aquilo!”. Esses grupos, quando puderem desenvolver, tanto que foi na nossa época que foi aumentado o número de estagiários, o número de menores carentes que têm uma tarefa, digamos, desenvolvida aqui (Entrevistado 16, Representante da ELETRONORTE no CONJUS regional em 2003, 55 anos, 14 de maio de 2013).

O relato acima, de um representante da ELETRONORTE que participou do CONJUS regional em 2003, mostra a mudança na direção da empresa, em que assume o grupo político ligado ao Partido dos Trabalhadores e que tenta seguir, assim, as diretrizes da política instituída em nível federal. Havíamos perguntado a ele se houve divergências dentro da empresa com a proposição do PPDJUS e entendi, a partir de sua resposta, que havia grupos diferentes, ligados a partidos políticos diferentes e que, portanto, estão ligados a projetos diferenciados para a sociedade, ou não. É possível que essas diferenças reforçadoras das instituições e, portanto, das centralidades, descolem-se cada vez mais da realidade social vivida.

Por lo que respecta a Faye, se situa deliberadamente en el terreno de la política instituída. La herradura de los partidos políticos sugiere la curvatura de lo social por parte de la política, la destrucción de las relaciones sociales por parte del reino de los partidos, la destrucción de las representaciones

colectivas por parte de la política instituída, la domesticación de los hombres por parte de la institución hegemônica de los tiempos modernos: el Estado (LOURAU, 1980, p. 45).

Se a legislação ambiental brasileira avança em seu conceito de área de influência e, aos poucos, permite que as empresas dialoguem com a sociedade civil organizada, certamente, um fator decisivo para a aproximação entre a ELETRONORTE e os movimentos organizados da região à jusante foi a mesma filiação político-partidária dos dirigentes da empresa no contexto de 2003, dos movimentos sociais, e de prefeituras municipais ligadas à esquerda.

Olha, essa experiência, ela foi muito boa, digamos assim, pra sensibilizar a empresa. A empresa tinha uma visão de funcionamento técnico porque funcionamento técnico é o seguinte, se faz o planejamento, vai pro campo, tudo matemático. Quando você sai desse parâmetro pra tomar conta de um plano desse que você trabalha com área social, né, geográfica e social, né, aí a forma de você enfrentar é totalmente diferente. Mas, o que foi importante foi o seguinte, que o pessoal que tava na direção da empresa no momento eram pessoas que eram mais ligadas, vamos dizer, a áreas sociais, que tinham mais sensibilidade pra isso. Então nós tivemos facilitação, vamos dizer, por parte da própria direção da empresa e nas pontas nós colocamos pessoas que tinham sensibilidade, ou tinham trabalhado, no meu caso, eu tinha sido diretor sindical durante dez anos, aí trabalhei dentro da CUT. Então, quer dizer, a gente tinha uma sensibilidade pra trabalhar com povão, com trabalhador, essa coisa toda, né?! (Entrevistado 16, Representante da ELETRONORTE no CONJUS regional em 2003, 55 anos, 14 de maio de 2013).

É dessa forma que entendemos o processo de institucionalização dos movimentos sociais no Baixo Tocantins como uma fragilidade à participação. É evidente que essa institucionalização ocorre em um momento anterior ao PPDJUS, mas, no âmbito desse plano, o limite consiste em o institucional prevalecer sobre os projetos que teriam impacto sobre a região. Nesse sentido, as alianças e articulações tendem a levar mais em consideração as afinidades político-partidárias do que a construção de um projeto para a região.

La institución es el proceso mediante el cual nacen las fuerzas sociales instituyentes que, a menudo, terminan por constituir formas sociales codificadas, fijadas e instituidas jurídicamente. El conjunto del proceso es la historia, sucesión, interferências y mezcla de fuerzas contradictorias que funcionan tanto em el sentido de la institucionalización como en el de la desinstitucionalización. Tanto em el sentido de la imposición, del reforzamiento, del mantenimiento de las formas como em el sentido de la disolución, de la desaparición, de la muerte de las formas (LOURAU, 1980, p. 73).

Nesse sentido, não podemos compreender as realidades sociais de forma estanque ou unilateral. Principalmente no caso da realidade amazônica, em que o cotidiano está presente, mas convive com outros tempos sociais. Dessa forma, os movimentos sociais invariavelmente carregam a contradição consigo. O desejo da mudança, da transformação e mesmo da revolução é evidente. A consciência das desigualdades a todo o momento é arregimentada nos discursos, mas o projeto do possível-impossível não é alcançado porque o peso do institucional obscurece a visão de um devir.

Si el momento de lo instituyente siempre ha estado provisto de una fuerte potencialidad dinámica y si lo instituido corresponde al resultado de una estabilización en pro de la institución como objeto que puede describirse sin demasiadas dificultades, el momento de la institucionalización indica una fase activa de estabilización que niega al mismo tiempo la actividad del instituyente como negación de lo instituido y el inmovilismo de lo instituido. Políticamente la institucionalización es el contenido del reformismo, opuesto tanto al revolucionarismo de lo instituyente como al conservadurismo de lo instituido. Contra las fuerzas instituyentes, el reformismo piensa que hay que encontrar a cualquier precio formas estables. Contra lo instituido piensa que la estabilidad se nutre de prestamos, de recuperaciones del movimiento instituyente, de retoques, de modernización de las formas utilizadas (LOURAU, 1980, p. 79).

Esse enfoque sobre o institucional mostra-se de extrema relevância porque permite a análise a partir daquilo que Lourau (1980) chama de “princípio da equivalência ampliada”, em que o peso do Estado, da centralidade, é evidenciado e torna-se determinante sobre os processos sociais.

El enfoque que aqui se propone consiste em proponer lo estatal y lo institucional tanto como objeto de investigación que como instrumento de investigación. El principio de equivalência, ampliado a todas las formas sociales significa que lo estatal, potencia de legitimación de la institución al mismo tiempo que resultado de todas las legitimidades institucionales, es lo que dirige toda la vida social, toda innovación, todo movimiento y, frecuentemente, incluso la acción revolucionaria, para que las nuevas fuerzas sociales den nacimiento a formas equivalentes a las actuales en el marco de equilibrios mutantes, evolutivos o regresivos, pero siempre definidos por la existencia sagrada de um Estado a modo de garantía metafísica de lo social (LOURAU, 1980, p. 93).

Assim, as contradições da sociedade, que muitas vezes aparecem como resultado das desigualdades promovidas pela economia, podem ser compreendidas de forma mais ampla. O peso do Estado, do institucional, promove resistências, mas o embate com as forças políticas

da instituição podem também dar origem a processos de institucionalização das mesmas resistências, o que levaria ao enfraquecimento de sua atuação revolucionária.

Las relaciones sociales que los períodos de movimiento social intenso hacen fluir o revelan como fluidificables son endurecidas diariamente, institucionalizadas, bloqueadas, coaguladas dentro de la burocracia, tetanizadas por el estatismo omnipresente: en esto consiste la práctica social de la mayoría de los individuos tanto de izquierda como de derecha (LOURAU, 1980, p. 99).

O quadro 15 evidencia esse processo no Baixo Tocantins ao apresentar o enfraquecimento das mobilizações sociais.

Quadro 15: Enfraquecimento das mobilizações do movimento social no Baixo Tocantins

MUNICÍPIO	EXCERDOS DAS ENTREVISTAS
Baião	<ul style="list-style-type: none"> • Olha, eu faço uma avaliação que o movimento social, porque assim, o movimento social queira nós ou não queira, entendeu, quem queira discordar do que eu vou dizer, mas eu acho que o movimento social ele é muito próximo do Partido dos Trabalhadores. Eu sempre fui, sempre isso aí a gente vê em todas as formas, em todos os ângulos a gente vê isso. Então o Partido dos Trabalhadores ele é um partido que sofreu muito pra chegar no poder. Aí quando chegou o Lula no poder muitos deles falaram “Minha missão foi cumprida, o Lula é presidente da república, tá dando certo pro Brasil, pro mundo, pra todos nós aqui, então minha bandeira não vou erguer mais, vou ficar esperando, o Lula vai resolver tudo!” E isso aí a gente errou! (...) (Entrevistado 04, Vereador do município de Baião, 41 anos, 08 de agosto de 2012).
Limoeiro do Ajuru	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe se não tiver participação popular, não existe desenvolvimento pra nada. A gente só tá nesse estágio hoje, eu te falei no início, porque muita gente apanhou, muita gente passou fome, muita gente <u>sofreu</u>, sabe, muita gente acreditou, essa que é a palavra final! Muita gente acreditou! Eu sempre falo assim, não dá pra falar hoje em PIRJUS, em PDJUS, em plano de desenvolvimento regional, em seção regional, em trabalho da ELETRONORTE sem lembrar de D. José Elias, bispo na época de Cametá. Foi a pessoa que foi assim pra frente e enfrentou e levou mesmo. Naquele momento, as pessoas assim, parece que as pessoas acreditavam mais, sabe, as pessoas parece que acreditavam mais. Hoje a gente não consegue mais fazer essas grandes articulações. A gente não consegue mais fazer esses grandes movimentos por duas situações simples no meu ponto de vista, aí já é pessoal. Naquele momento assim: “Não, eu vou porque é pra todos nós!”. Nesse momento: “Não, eu não vou porque eu posso perder meu seguro defeso!” “Ah, não, mas eu tenho bolsa família, o governo tá me pagando, eu vou brigar contra o governo?!” Então eu acho que tem muito isso hoje na região que a gente não consegue assim grandes articulações dos movimentos sociais. (...) (Entrevistado 12, Secretário de Administração do município de Limoeiro do Ajuru e Membro do CONJUS municipal, 46 anos, 14 de agosto de 2012).
Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • É verdade, a região tocantina inclusive é a região que idealizou, junto com a federação, idealizou a questão dos gritos, né, da organização social, dos gritos que houveram no estado, houve aqui na região. Aí o movimento social era uns anos atrás muito mais articulado do que agora. Você tá vivendo isso aqui! O movimento social era muito mais articulado. Hoje ainda tem histórias de lutas, mas tá meio fragilizado. Mas o movimento social da região tocantina sempre foi um movimento atuante, desde a década de 80, de 70 eu acho que já tinha luta pra conquista dos sindicatos, que era após a ditadura e as conquistas dos sindicatos na década de 80. Enfim, na década de 90, o desenvolvimento econômico de sustentação da agricultura familiar deslançou assim, se não tivesse essa força, a gente não seria hoje, por exemplo, Igarapé Miri, os outros municípios, mas Igarapé Miri, por exemplo, não seria a região, a capital mundial do açaí, que hoje em todo o município você vai, tem produção, pode ter sim carência, aposto que tem lugar que ainda tem carência, mas tem

	<p>muita riqueza no município, tem muita riqueza! Nós temos muito ainda carência, claro, na área de terra firme que ainda não conseguiu se desenvolver uma tecnologia que a gente pudesse produzir com garantia de garantir a quantidade, a qualidade do produto, mas tem muita riqueza. O nosso município é... avançou muito nesses últimos vinte anos, trinta anos de luta (Entrevistado 15, Representante da FETAGRI no CONJUS regional, 43 anos, 17 de agosto de 2012).</p>
Cametá	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento deu uma enfraquecida porque se faz movimento quando se tem condições de andar, de levar o pessoal pros lugares. E atualmente o movimento tá um pouco enfraquecido por conta disso. Os governos municipais não têm dado apoio pra que ele possa se organizar, pra ir reivindicar, que é o mínimo, né, transporte e isso. E também o próprio movimento ele têm tido dificuldade de fazer isso, né, por isso a gente tem tido alguns prejuízos (Entrevistado 10, vereador do município de Cametá, 45 anos, 14 de agosto de 2012).
Limoeiro do Ajurú	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento aqui em Limoeiro, o movimento sindical, o movimento social ele esteve forte mesmo na décadas de, entre 80 e 90, bem antes da criação do plano, né? O plano foi criado de 2000 pra cá. Aí nesse período o movimento era muito forte. Eu penso que a gente deixou relaxar [G: A que o senhor atribuiu esse relaxamento?] Eu acho que, o que eu imagino, né, a partir do governo Lula, como ele terminou é atendendo velhas reivindicações que o movimento social já tinha, que o movimento sindical já tinha. Muitos dos nossos líderes terminaram indo pra dentro do governo seja na esfera estadual, regional e terminou fazendo com que o movimento fracassasse (...) as lideranças que tavam ali quando tão no governo já vê a coisa de uma outra forma. E eu acho que a gente deixou, pode ser que a gente tenha pecado no sentido de não ter preparado outros quando você sai pra ficar (Entrevistado 11, Coordenador do CONJUS municipal de Limoeiro do Ajuru e Segundo Suplente do MODERT no CONJUS regional, 47 anos, 14 de agosto de 2012).

Fonte: levantamento de campo realizado em agosto de 2012.

Elaboração: Gleice Costa

O quadro 15 apresenta novos elementos para pensar no processo de institucionalização dos movimentos sociais no Baixo Tocantins. Os relatos evidenciam que a ascensão do PT ao governo teria desarticulado as mobilizações por diversos fatores. Um deles estaria ligado ao fato das principais lideranças dos movimentos terem ido participar do governo, sem novas lideranças que os substituíssem. Os benefícios sociais concedidos pelo governo também teriam contribuído para esse processo.

Criou-se, assim, um imaginário de que a ascensão do PT ao governo resolveria os problemas da sociedade brasileira. Nesse sentido, o Estado mais uma vez foi fortalecido com a crença de que a transformação da sociedade estaria no mesmo com o PT no governo. A forma político-partidária, portanto, representa o enrijecimento do conteúdo social diferenciador porque é absorvida pelas forças centralizadoras, negando assim, os projetos dos movimentos sociais.

La morfogénesis de las organizaciones políticas, sin embargo, no puede sacralizarse o respetarse más que los otros fenómenos de institucionalización. El partido, em tanto que institucionalización de um movimiento social, es la negación organizada de esse movimiento (LOURAU, 1980, p. 114).

Dizer simplesmente que o movimento social no Baixo Tocantins institucionalizou-se não é suficiente. É necessário entender o processo de contradição interna do mesmo, que carrega consigo o processo de alienação-desalienação, a dialética obra-instituição. Nesse sentido, é preciso compreender a leitura que o mesmo faz do Estado a partir das seguintes indagações: como os movimentos sociais do Baixo Tocantins entendem o Estado? Deixaram de fazer a crítica ao mesmo? Que interesses contribuíram para isso? Sousa situa historicamente esse processo de mudança na relação com o Estado na década de 1990.

Na verdade, vai ocorrer, no início da década de 1990, a constituição de um novo imaginário dos camponeses, que não é exclusividade de Cametá, mas dos camponeses brasileiros aos quais os trabalhadores de Cametá estão politicamente alinhados, que muda o perfil de relação como Estado, passando da fase de reivindicação e do enfrentamento para um período de estabelecimento de parcerias e de apresentação de proposições. Nesse novo momento, emergem as questões de cunho marcadamente econômico e as propostas passam a ser apresentadas de forma pontual e desconexas entre si, não convergindo para uma proposta global de políticas que enfrentem os grandes problemas estruturais da sociedade brasileira, como a reforma agrária, a concentração de renda, a dominação do capital financeiro, a desestatização dos setores estratégicos da economia, a dívida externa, a abertura de mercado e o tratamento da agricultura na ótica do mercado. Esse novo imaginário dos trabalhadores brasileiros é aqui mencionado tão somente para ilustrar em que base é construído o “novo ciclo de mobilizações” dos camponeses a partir do início da década de noventa (SOUSA, 2002, p. 181-182).

Uma vez mais, entendemos aqui a ambivalência presente nos próprios sujeitos sociais, caracterizando formas de consciência que são diferenciadas e que convivem de forma dialética. Nesse sentido, a desalienação pode transformar-se em alienação. O contrário também é verdadeiro. Daí porque a crítica da vivência pressupõe um esforço de compreendê-la imersa em suas contradições.

(...) É certo que o conhecimento científico não pode conservar como tais as referências do sentido comum. Ele comporta uma crítica da “vivência”, o que não significa a eliminação da vivência, mas um esforço para compreendê-la e situá-la (...) (LEFÈBVRE, 1969, p.114).

Assim, os resíduos ou resistências podem ser incorporados aos processos sociais de institucionalização, de mercadificação etc. Essa incorporação também pode provocar processos de desalienação. Essa contradição interna dos movimentos sociais pode, assim, dar origem a projetos de transformação da sociedade.

O que parece relevante nesse contexto é a ascensão de um movimento camponês, que surgiu em 1980, a partir das CC's, da oposição sindical e do Partido dos Trabalhadores, fundado em Cametá, em maio de 1980. A estratégia básica desse movimento, foi *articular a luta popular com a luta na esfera institucional*, desenvolvendo um trabalho de mobilização popular, em torno de reivindicações e propostas que atendiam aos interesses imediatos da base social do movimento e ao mesmo tempo, fortalecendo um instrumento de disputa do poder político na esfera institucional, o PT (...) (SOUSA, 2002, p. 195, grifos do autor).

Além da priorização ao institucional aqui discutida, outra fragilidade à participação popular está na desarticulação dos CONJUS municipais, como demonstrado nos excertos do quadro 16.

Quadro 16: Atuação dos CONJUS municipais

MUNICÍPIO	EXCERTOS DAS ENTREVISTAS
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • A gente tem conseguido reunir esses últimos anos, nos últimos 3 anos pra cá. Era mais o sindicato que puxava essa discussão mesmo. A gente chamava as outras entidades pra discussão, organizava junto com os sindicatos da região. Sempre coordenou essa discussão dos atingidos por barragem no município. Foi uma bandeira de luta do sindicato, que não deveria ser, né, deveria ser a colônia de pescadores, já que a maioria das pessoas que moram na ilha são pescadores. Mas a gente sempre puxou essa discussão. (...) Também sob a liderança dele, o seu Juvêncio, a gente do sindicato, o Vicente da federação das associações, a gente conseguiu se juntar mais nos últimos 3 anos (Entrevistado 06, Ex-participante do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012).
Cametá	<ul style="list-style-type: none"> • Agora a questão do PDJUS, eu fiz parte do conselho municipal de meio ambiente e dos conselhos de desenvolvimento rural. Eu tive quatro mandatos no conselho de desenvolvimento rural, onde eu presidi o conselho, onde foi o melhor ano de administração do conselho foi esse que eu administrei. Foi em 2007, 2008. Depois teve outro mandato aí, o homem que assumiu lá não fez nada porque esse negócio da política, né. Aí ele não fez nada. Agora fizeram outra conferência, elegeram novos conselheiros, não conseguiram eleger a mesa diretora. A Cecília participou de muitas reuniões do conselho com nós. [G: Esse conselho que o senhor tá falando é o CONJUS do município?] É, do município. É o CONJUS municipal, que é o conselho de desenvolvimento rural. Nós não temos, não conseguimos fundar um CONJUS municipal aqui ainda. Não porque deivamente o lado político, né. Aí se nós fundasse um CONJUS municipal, já era o conselho que ia fazer os projetos, né, ter direito a fazer os projetos. Aí a prefeitura ia ficar de lado. Aí por causa disso que eles ficaram cortando todo o tempo, que nós não fundasse esse conselho no município (Entrevistado 09, Ex-participante da Colônia de Pescadores e Membro do Conselho de Desenvolvimento Rural do município de Cametá, 65 anos, 13 de agosto de 2012).
Limoeiro do Ajuru	<ul style="list-style-type: none"> • Eu sou o coordenador. A gente tem uma série de dificuldades, principalmente quando chega esse período eleitoral. Não só a gente como o conselho regional, praticamente as atividades estão suspensas. Há uns três meses que a gente não reúne. E eu acho que agora só depois das eleições. Aí é assim, até porque o conselho ele é paritário e a mesa do conselho eu sou o coordenador e o secretário de... é o rapaz que era da EMATER aqui, ele pediu pra sair (...) E aí a gente tem dificuldade. Atualmente nós somos a maioria no conselho, a maioria a gente tem o controle. Mas dois membros do nosso conselho tão lá do lado do prefeito, então tá muito mais difícil pra gente articular, né. É assim, a gente vai deixar passar esse momento, fazer uma plenária e rediscutir o conselho. É porque na verdade nós prorrogamos o mandato do conselho que já terminou, né. Nós só

	<p>prorrogamos até o final desse processo eleitoral (Entrevistado 11, Coordenador do CONJUS municipal de Limoeiro do Ajuru e Segundo Suplente do MODERT no CONJUS regional, 47 anos, 14 de agosto de 2012).</p>
Baião	<ul style="list-style-type: none"> • Não tá sendo reunido regularmente, ele tá tendo problema. O CONJUS municipal ele é composto de secretários de governo, né, sindicato dos trabalhadores rurais, movimento social, né, câmara de vereadores. Então no município aqui hoje a gente tá tendo problema porque vários de nós, entendeu, tá concorrendo às eleições, somos candidatos, que não é o meu caso porque eu poderia tá hoje sendo candidato, fazendo meu exercício do mandato e também fazer parte do conselho, mas tem outros colegas que a lei eleitoral impede, né. Isso aí é uma parte. A outra é a questão da mobilização, entendeu, que eu acho que a gente tá com o que, eu acho que a gente tá com uns dois meses mais ou menos que nós não temos as reuniões ordinárias, né. Mas eu, eu acho que mesmo não tendo a gente tem sempre um, uma, uma afinidade muito próxima porque também a gente tem um conhecimento muito bom, né, muito legal. Com isso a gente acaba avançando quando a gente se reúne, mas precisa melhorar muito mais do que está (Entrevistado 04, Vereador do município de Baião, 41 anos, 08 de agosto de 2012).
Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • Eu não me lembro bem, não sei se é doze parece-me, ou se é dez, não tenho bem lembrado. Só sei dizer que participa o sindicato dos trabalhadores rurais, o sindicato dos produtores, a colônia de pescadores. Aí agora solicitamos outros setores, que é a associação de mulheres, a associação multirraça, cooperativas, né, pra serem incluídas também no debate. [G: E do lado do poder público?] Aí a secretaria seria a secretaria de... educação, administração e o gabinete, parece-me que é assim. Aí agora tá vindo mais a SEDET, que é a secretaria de desenvolvimento e me parece que assistência, não sei bem. Eu sei que assim como aumenta do nosso lado, poderá aumentar também do lado deles. [G: Vocês reúnem regularmente?] Sempre a gente reúne, deveria ser uma vez por mês, mas aí a gente reúne dois mês, três meses e assim se precisar, se for necessário a gente reúne às vezes duas vez no mês, mas no geral é dois, três meses. [G: Todo mundo sempre está presente?] Nem todos, né, nem todo mundo vem, tem aqueles um que não vem, mas aí a gente tem que tocar, né. [G: Mesmo assim conseguem aprovar os projetos?] É, consegue, quando é pra aprovar a pessoa sabe que é de suma importância, aí vem o poder público porque tem muito interesse também, inclusive é um dos que mais recebe, né. E tá pautado agora outros projetos pra cá, pro município. Sempre tem entrave, custa muito, demora muito, olha, agora tudo aprovado, mas só vai poder ser despachado a partir de janeiro por causa do ano político, né! (Entrevistado 14, Participante da Associação de Mulheres e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 49 anos, 16 de agosto de 2012).
Cametá	<ul style="list-style-type: none"> • Olha, em partes, muitos estão desarticulados. Podemos dizer assim, tem alguns municípios, como Cametá, nós ainda não conseguimos. Tem o conselho de desenvolvimento da região, de agricultura que na verdade faz esse papel. Eu poderia dizer da seguinte forma, que estruturado como deveria ser, o CONJUS local, municipal, não está. Alguns existem, mas tá faltando ainda participação das outras instituições. Tem muitos conselhos do PDJUS local que não tá tendo esse sentido paritário, poder público, associação e outras instituições. Nós estamos vendo que está acontecendo as discussões nos municípios, estão, mas muito pouco. Então tem alguns municípios que tão. Mocajuba tem um conselho aqui que tá caminhando, tem a participação de algumas instituições, já houve alguns questionamentos a respeito disso. Inclusive eu fiz na última reunião um questionamento sobre isso. Como é que tá os nossos conselhos locais? Eles estão se reunindo realmente? Eles estão preparando as demandas devidas pros municípios? Aí se fica esse questionamento a gente percebe nas entrelinhas que tá faltando se organizar melhor. Aí isso depende muito até mesmo do poder público, das associações, das instituições, que às vezes ficam desarticulados em relação a isso. E acabam às vezes por apresentarem algumas demandas, mas através de alguma secretaria do município. Mas ainda estão desarticulados, eu creio (Entrevistado 08, Representante da Prelazia de Cametá no CONJUS regional, 35 anos, 12 de agosto de 2012).

Fonte: levantamento de campo realizado em agosto de 2012.

Elaboração: Gleice Costa

Sobre os CONJUS municipais, o representante da ELETRONORTE ainda acrescenta:

Olha, eu acho, não só do regional, como alguns municipais, que tem conselho em cada município. Tem conselho municipal que tem uma atuação muito boa! Eu acho fundamental pra poder o processo dá certo e evoluir, a

existência do conselho porque não existindo o conselho você passa a ter um processo de negociação direta, vamos fazer assim, com prefeitura, começa a ser um negócio de prefeitura e empresa. Não é o ideal, a população tem que ser ouvida nisso aí. (...) E tem também o papel importantíssimo que eles executam de fiscalização. Pra você ter uma ideia, nós tivemos obras que o conselho fiscalizou e passou pra gente, a ELETRONORTE, que contratamos a empresa pra construir a escola, as informações: “Olha, os caras não tão fazendo direito!”. Nós mandamos a fiscalização lá, aí o cara refez todinho o serviço (Entrevistado 19, Representante da ELETRONORTE no CONJUS regional, 57 anos, 27 de junho de 2013).

O PPDJUS foi proposto como um arranjo político-institucional, ou seja, apenas instituições participam. Nesse sentido, tanto o CONJUS regional quanto o municipal são paritários, devendo ser composto por instituições do poder público e do movimento social.

No caso dos CONJUS dos municípios, a principal fragilidade consiste nas divergências entre esses dois ramos do institucional. Em geral, os representantes do poder público municipal tendem a priorizar as obras de infraestrutura. Os representantes dos movimentos sociais tendem a priorizar as obras do setor produtivo. A dificuldade então consiste em definir os interesses que sejam prioritários.

Isso quando esse CONJUS municipal existe e é atuante, porque em alguns municípios, como Cametá, ele sequer existe. Neste caso, as prioridades passam a ser definidas por algum outro conselho do município ou por alguma secretaria de governo. Essas desarticulações representam severos limites à participação popular, uma vez que compromete a cadeia de gestão que foi proposta, qual seja, a de que os CONJUS municipais (paritários) definiriam suas prioridades e essas seriam levadas ao CONJUS regional por um representante do município para serem debatidas. Evidencia-se, assim, que um dos maiores problemas está na base do processo de planejamento participativo, que é a desarticulação dos CONJUS municipais.

Outra fragilidade à participação estaria na própria origem do plano. O movimento social não considerou o plano definido pela empresa contratada pela ELETRONORTE, ainda que, segundo o CODESEI, este tivesse sido cunhado em oficinas populares. Daí o movimento se mobilizou e negociou com a ELETRONORTE a realização de novas oficinas para que as demandas populares fossem incorporadas ao plano.

E aí entrou aquele diretor sindicalista, o Dilson Trindade, que desde a juventude foi muito amigo meu, ele era militante político também. O Dilson era uma boa referência pra mim e o Dilson me chamou e disse: “Olha, nós vamos fazer a coisa assim!”. Nomeamos um grupo aí onde estava o Kenzo, tava não sei quem, não sei quem, “então vamos montar um grupo assim que vai fazer umas oficinas”, contratamos uma empresa, “e vamos fazer umas

oficinas com o movimento, tal, tal, tal! E a partir dessas oficinas nós vamos elaborar o Plano Popular de Desenvolvimento à Jusante!”. Eu, durante as primeiras reuniões, me bati sempre, dizendo que isso era uma grandiosíssima bobagem. As minhas posições eram vistas como reacionárias, quer dizer, não existe plano popular, existe plano, pô! E eu dizia sempre: “isso não vai dar certo!”. Porque o movimento popular, você pode contar com ele pra levantar os temas, pra fazer a crítica dos temas, pra fazer propostas temáticas, né, esse tipo de coisa. Mas quando chega na hora de você transformar essas vontades e essas propostas num plano técnico, infelizmente é hora dos técnicos! Não se estuda engenharia a toa, não se estuda sociologia a toa, não se estuda economia a toa! (Entrevistado 18, Representante do CODESEI no CONJUS regional, 10 de junho de 2013).

A despeito de esse trabalho ter sido realizado não apenas nos cinco, mas nos nove municípios, o plano não foi alterado, permanecendo o mesmo desde a sua origem. O que se criou foi um documento denominado “Sistematização das oficinas municipais de construção do PDJUS”, baseado nos mesmos eixos definidos no plano, constituindo assim um rol de demandas.

Não sei como é que foi esse fato, mas o fato é que o movimento social não reconhecia o plano porque dizia que o plano era autoritário. Como de todo o grupo eu era um dos poucos que tinha participado de todas as oficinas populares e eu não estava aqui, foi na época da bendita malária, o que aconteceu? Foi votado que ia-se começar tudo de novo. “Vamos fazer uma série de oficinas participativas nos nove municípios, tá certo, pra gente verificar quais são as demandas reais do pessoal e quais são os impactos que foram gerados”. Nesse momento então, a ELETRONORTE se comprometeu a fazer essas benditas oficinas e, a partir dessas oficinas, constituíram um novo planejamento, um novo plano, que seria então o plano popular, lastreado nas oficinas populares. Se eu estivesse aqui na época, eu iria dizer: “isso é uma grande bobagem porque o PDJUS foi sim lastreado em oficinas populares, eu tenho documentário de cada uma delas!”. E aí prepararam umas equipes, não sei o quê, e saiu município a município, comunidade a comunidade fazendo as oficinas. Porém, à medida que eram feitas essas oficinas foi começando a ficar evidente pra eles que essa atividade, é uma atividade muito complexa, que não iam chegar a um plano. E aí eles começaram a fazer um certo corpo mole, a equipe toda era muito fraca. Eu sei que, sabe, não andou! Quando terminaram as oficinas, eles se limitaram a fazer o quê? A fazer uma sistematização das demandas, relacionaram as demandas por eixo, estabeleceram as prioridades das demandas conforme a vontade da população. Então pegaram isso e pronto “isso é o plano!”. Ora, isso não é um plano! Isso pra falar a verdade não é nada. É um rol de demandas. É outra coisa. Não chega a ser sequer um diagnóstico, né, não é nada! (Entrevistado 18, Representante do CODESEI no CONJUS regional, 10 de junho de 2013).

Reiteramos que os eixos e objetivos definidos no Plano estão afinados à realidade regional, até porque foram cunhados em metodologia participativa, mas o fato de parcela

significativa dos movimentos não o reconhecerem como legítimos compromete as discussões no âmbito da execução dos projetos e a maior adesão à participação popular.

3.4 - Possibilidades à participação popular

A despeito das fragilidades do planejamento participativo definido no CONJUS, o processo de negociação entre os diversos sujeitos sociais que produzem o espaço regional pode representar um amadurecimento na direção da construção de políticas públicas que sejam mais afinadas com as demandas populares.

De avanço eu considero o fato das representações dos trabalhadores, das entidades sociais estarem formatando propostas. Por exemplo, ARCAFAR, associação das casas familiares rurais. Ela formatou uma proposta pra ELETRONORTE, pro conselho, que o conselho aprovou, transformou em convênio e executou (Entrevistado 19, Representante da ELETRONORTE no CONJUS regional, 57 anos, 27 de junho de 2013).

A partir desse debate, o projeto do possível-impossível pode ser construído. Mas esse projeto só pode ser alcançado se os pequenos ganhos de autonomia forem considerados pedagogicamente desde o momento atual. Souza (2006) define a existência da autonomia quando

Uma coletividade se rege por leis que ela própria se deu, no âmbito de discussões públicas e livres (e tão lúcidas, racionais, transparentes e bem informadas quanto for possível), nas quais todo cidadão ou cidadã tem a oportunidade efetiva (e não apenas formalmente garantida por lei) de participar da tomada de decisões sobre os assuntos de interesse coletivo (SOUZA, 2006, p. 25-26).

A autonomia absoluta situa-se idealmente na proposta de uma sociedade radicalmente autônoma, uma utopia do processo social. Mas o fato de essa sociedade se encontrar no plano do possível-impossível não significa que não possamos aproveitar o aprendizado das experiências do presente.

(...) Experiências participativas em escala local, *desde que realmente consistentes*, podem, aqui e agora, não ser uma grande ameaça (a não ser, talvez, para vereadores conservadores ou para alguns interesses de certos grupos da elite), mas podem, *desde que entendidas e aproveitadas dessa maneira*, vir a ter uma extraordinária função *político-pedagógica*, alicerce para a construção de um futuro mais ambicioso (SOUZA, 2006, p. 28, grifos do autor).

Com o intuito de valorizar essas conquistas de autonomia menores, Souza (2006) propõe a distinção entre “autonomia no sentido forte” e “autonomia no sentido fraco”.

Por fim, ainda buscando complementar o legado castoriadiano, tem o autor defendido a conveniência de uma diferenciação entre *autonomia “em sentido forte”* e *autonomia “em sentido fraco”*. Em “sentido forte” a referência à autonomia equivaleria a ater-se a um horizonte de pensamento e ação: o projeto de construção de uma sociedade basicamente autônoma. Já o “sentido fraco” refere-se à necessidade de valorizar conquistas táticas e conjunturais em meio a uma navegação de longo curso, durante a qual, mesmo sem superar os marcos legais heterônomos, avanços menores, localizados, para além do significado positivo que possam ter em si mesmos (redistributivos, político ou outro), podem colaborar, político-pedagogicamente, para abrir caminho para conquistas mais ambiciosas no futuro (...) (SOUZA, 2006, p. 82, grifos do autor).

A experiência de planejamento participativo nas oficinas populares, e posteriormente no CONJUS, e ainda nos encontros regionais de planejamento, como demonstrado nas fotos 13 e 14, pode ser considerada nessa leitura como ganhos de autonomia “em sentido fraco”. Pode servir de experiência como amadurecimento do debate que entenda a priorização sobre os projetos diferenciadores. A institucionalização dos movimentos sociais na região mostra-se um limite a esses projetos, mas tem o mérito de os movimentos sociais exporem as contradições, as desigualdades, de debater sobre aquilo que lhes falta.



FOTO 13 - IV ENCONTRO REGIONAL DE PLANEJAMENTO DO PPDJUS: realizado na cidade de Cametá, contou com a presença dos representantes de todos os CONJUS municipais e do CONJUS regional.
(Foto: Gleice Costa, maio de 2013).



FOTO 14 - IV ENCONTRO REGIONAL DE PLANEJAMENTO DO PPDJUS: realizado na cidade de Cametá, contou com a presença dos representantes de todos os CONJUS municipais e do CONJUS regional. (Foto: Gleice Costa, maio de 2013).

O que se objetiva com a possibilidade de um novo desenvolvimento, entendido no sentido de Souza (2006) como “mudança social positiva”, não é a construção de um projeto consensual em que as diferenças não sejam consideradas, mas é o enfrentamento das diferenças, que pode iluminar a construção de um futuro que seja menos desigual.

A possibilidade de pensar a autonomia também em um “sentido fraco” nada tem a ver com “gradualismo incremental”, como se o peso da instituição da sociedade como um todo fosse ignorado ou subestimado, como se fosse o caso de apostar em uma “política de cupim” no estilo do velho “eurocomunismo” (...) *Porém*, é preciso começar a construir o “depois de amanhã” já “hoje” e, se é para investir em uma estratégia muito diferente da do bolchevismo (“vanguardismo”, “centralismo democrático” etc.), é necessário investir, o máximo possível, no despertar maciço de uma consciência crítica e construtiva/propositiva, de uma consciência de direitos. É necessário, também, criar e apoiar oportunidades para que amplas parcelas da população possam ter acesso a instâncias participativas que sirvam, consistentemente, como “escolas de cidadania crítica”. *Nesse sentido, e desde que práticas participativas em nível local não sejam mero instrumento de manipulação ou domesticação*, vitórias e conquistas táticas (como um orçamento participativo realmente ousado) podem significar muito mais que oportunidades para ganhos “materiais” (ou seja, sua utilidade em matéria de justiça distributiva): podem carregar em seu bojo, uma dimensão político-pedagógica de valor potencialmente *estratégico*, por colaborar para *organizar a sociedade* (e, o mais possível, uma *auto-organização da sociedade civil*, sem desprezar ou descartar o papel não liberticida que o Estado, conquanto seja uma instância heterônoma, pode ter, em certas circunstâncias) (...) (SOUZA, 2006, p. 85-86, grifos do autor).

Nesse sentido, a radicalidade da análise não se apresenta na simples negação do Estado, ou, do contrário, no reforço ao processo de centralização. O peso das instituições está presente em todas as dimensões da vida, é uma realidade com a qual temos que conviver, mas esse “encarar o Estado” deve servir para despertar uma consciência crítica. E essas experiências de planejamento participativo, como a desenvolvida no CONJUS, podem servir, como se refere o autor, não apenas como ganho material (os projetos desenvolvidos a partir dos convênios), mas como estímulo para que as experiências participativas possam crescer em importância.

Em suma, a ideia de aproveitamento de *margens de manobra* (em cada escala de ação: da microlocal à internacional) já aqui e agora, objetivando uma *(auto) organização da sociedade* e conferir um sentido *estratégico* (atualização de um *horizonte de luta* que seja um *projeto político-social ambicioso* fundado sobre uma *leitura radical dos problemas e suas causas*) a vitórias táticas, parece ser a chave para se evitar tanto o “gradualismo incremental” (como se “pequenas doses disso ou daquilo”, *descontextualizadas criticamente*, prometessem ter uma eficácia estrutural no longo prazo) quanto uma interpretação “essencialista” da “revolução”

(como se a “ruptura”, a efetivar-se no longo ou longuíssimo prazo, devesse ser pensada sem qualquer conexões com vitórias táticas, imprescindíveis ao longo do pedregoso caminho da ampliação de consciência de direitos e da mobilização e experimentação político-sociais) (...) (SOUZA, 2006, p. 87, grifos do autor).

Tais ganhos de autonomia, por meio da experiência de planejamento participativo desenvolvida nas instâncias participativas do PPDJUS, também podem contribuir com a superação da cultura política conservadora ainda bastante evidente na região do Baixo Tocantins. O trabalho desenvolvido por Silva (2008) já identificava essas práticas políticas como nocivas à operacionalização dos instrumentos de planejamento e gestão urbana à luz do ideário da reforma urbana e do Estatuto da Cidade para o caso do município de Cametá.

A autora apóia sua análise em Giddens que, além de discutir as ideias de tradição e modernidade, também discorre sobre a modernidade que se refere às instituições públicas, isto é, governo e economia. As manifestações da modernidade institucional incluiria, de acordo com o referido autor, a racionalidade administrativa, considerando a otimização dos custos e tendo como norte o planejamento, que é uma das práticas típicas da modernidade. Tais práticas são mais características das cidades e regiões que se modernizaram e que priorizaram o desenvolvimento econômico. Já as práticas tradicionais voltam-se às necessidades individuais de grupos ou famílias que fazem uso da máquina pública em função de seus próprios interesses.

Assim, o poder local nas cidades e regiões tradicionais da Amazônia, definido em tempos históricos precedentes aos que determinaram a modernização mais recente do território, apresenta uma característica que está distante da modernidade administrativa, abrindo precedência para a proliferação de práticas políticas que dificultam o planejamento e a gestão democráticos, como o paternalismo, o assistencialismo, o clientelismo eleitoral e os favorecimentos políticos.

Neste caso, a democratização do planejamento pode ser o caminho adotado para a superação dessas práticas políticas e, uma vez mais, acreditamos que os ganhos de autonomia conquistados com o planejamento e a gestão desenvolvidos no Baixo Tocantins, por meio das instâncias participativas do PPDJUS, podem contribuir com o futuro projeto de sociedade participativa.

No sentido pedagógico, portanto, a experiência de construção do PPDJUS pode significar um grande avanço. Isso porque os grupos sociais estão sendo levados a pensar sobre

o que é necessário para a construção das mudanças sociais positivas, mesmo imersas em todas as contradições que influenciam a definição de suas prioridades.

Faz-se necessário lembrar que durante muito tempo, os movimentos sociais acreditaram que a transformação da sociedade ocorreria via fortalecimento do Estado, corroborando para isso o processo de institucionalização dos movimentos sociais, que absorveram a ideologia da centralidade.

A criação de partidos políticos de esquerda fortaleceu a luta desses movimentos também no âmbito institucional. Desde então, o carro chefe das conquistas sociais estava relacionado à conquista do poder pela esquerda, que a partir de então construiria o projeto de transformação da sociedade.

No entanto, a natureza do Estado, notadamente sobre o modo de produção capitalista, pressupõe a construção de um projeto central, hegemônico, que tende a absorver os projetos diferenciais construídos pelos grupos sociais. Dessa forma, a autogestão como projeto utópico da sociedade se torna cada vez mais distante.

Mas as resistências dos grupos sociais subsistem, a despeito do peso da sociedade capitalista que tende a anulá-las. O embate entre o possível-impossível, entre a reunião de todas as diferenças, pode contribuir com a construção de um projeto de sociedade que seja autogestionária. Mas essa mudança só será possível com a produção de um novo espaço.

A construção de uma nova espacialidade, assim, deve ser considerada para a democratização do planejamento. Os espaços da centralidade correspondem aos marcos da sociedade heterônoma, e portanto, representam limites para a participação popular.

(...) Uma democratização verdadeiramente profunda do planejamento e da gestão, porém, pressupõe uma outra moldura político-institucional, uma outra matriz social – ou melhor, sócio-espacial. Pressupõe uma sociedade autônoma e uma organização espacial com ela compatível (SOUZA, 2006, p. 94).

A revolução é também uma revolução pelo espaço porque este influencia a dinâmica do social. Nesse sentido, a forma da centralidade precisa ser superada. Apenas com a espacialização dos projetos diferenciais é que poderemos construir uma sociedade radicalmente diferente.

Capítulo 4 – Os desafios do desenvolvimento regional no Baixo Tocantins.

4.1 - Articulação entre as escalas municipais e o rebatimento na gestão à escala regional no âmbito do PPDJUS

Nesta parte do trabalho, apresentaremos as ações decorrentes dos interesses dos sujeitos sociais que produzem o espaço regional no âmbito do PPDJUS. Para isso, a ideia de região como espaço contraditório, atravessada por projetos e vivências diferenciadas é arregimentada como idéia que ilumina a análise das disputas.

Tais disputas são ocultadas pelo império da lógica sobre o espaço. Neste caso, a produção de véus que encobre a prática social dissimula as contradições a ele inerentes. Há, assim, um discurso que oculta o conteúdo social por meio da ilusão da transparência, que seria a materialidade pura do espaço. Logo, o espaço seria o imediatamente perceptível aos sentidos, conformando, assim, uma redução dos conteúdos do espaço à sua forma. Essa relação dialética entre forma e conteúdo ilumina a nossa compreensão sobre o sentido do conceito de região, fortemente impregnado da ideia de diferenciação espacial, o que carrega consigo a materialidade do espaço, confundido com a realidade exposta à percepção (LEFÈBVRE, 2000).

Ocorre que o visível imediatamente dado aos sentidos deve servir apenas de ponto de partida para se chegar ao cerne das contradições que permeiam a produção do espaço social. Para além da materialidade que conforma a região, tornando-a diferencial em relação a outras formações socioeconômicas, devemos analisar o seu conteúdo, no qual se debatem distintos projetos de apropriação, muitas das vezes velados pela ilusão da transparência do visível. É assim, por exemplo, quando a identidade regional torna-se alvo de remodelação, a despeito das vivências reproduzidas socialmente.

(...) O exercício de poder público pode inibir ou estimular identidades regionais, assim como forjá-las. Podemos dizer que a região é modelada pelas imposições objetivas da natureza e da sociedade, e re-definida pelas imposições subjetivas das relações de poder. Porém, a região é um espaço vivido, ou seja, é plasmada pela territorialização das relações sociais. Sendo assim, seu ritmo de transformação é mais lento do que aquele das decisões do poder político. Há, portanto, uma superposição, no território, de escalas de poder: a da região de identidade territorial e a da região definida pela administração política do território (...) Queremos, portanto, sugerir que as regiões políticas, definidas a partir de decisões de um poder centralizado, possuem um significado próprio e articulam novas escalas territoriais de relações sociais (CASTRO, 1992, p. 34-35).

Neste caso, a ação, planejada ou não sobre o espaço (entendido como transparência), justifica-se porque o mesmo passa a ser identificado ao caos, ao violento, ao caótico, que devem ser contidos. Cria-se, assim, uma ideologia apoiada na quebra da dialética entre forma e conteúdo, que justifica, por exemplo, ações de planificação, em geral induzidas pelo Estado, com objetivos econômicos articulados a múltiplas escalas, em direção à lógica da forma, à lógica do hegemônico, à lógica da reprodução das relações de produção, à lógica do espaço abstrato.

Mas os conteúdos dos grupos sociais aí subsistem com seus projetos que podem parecer contraditórios porque contraditórias são as escolhas dos homens que vivem em um mundo de relações orientado pela imbricação entre as múltiplas escalas. Nesse sentido, os interesses que são particulares podem se debater com os interesses que são coletivos, tornado o conteúdo do regional uma complexidade em permanente processo de negociação. Esse processo é evidenciado no Baixo Tocantins, de acordo com os excertos das entrevistas do quadro 17.

Quadro 17: Relação projeto regional e projeto local

MUNICÍPIO	EXCERTOS DAS ENTREVISTAS
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • Pois é, eu inclusive tenho avaliado como positivo, essa estratégia, quer dizer, de pensar o local, mas considerando o regional, considerando o território. Por muito tempo, realmente, quer dizer, se criou uma cultura de competição entre os municípios. E aí, numa primeira fase do CONJUS é, acabou se tornando uma disputa mesmo, quem pegava mais recurso e tal, quem apresentava o projeto e tal, essa coisa. Quer dizer, isso foi, na minha avaliação, negativo no passado. Então hoje, o que é que se discute? Qual é o debate que se faz hoje, né, por dentro do CONJUS? É de você construir projetos que possam realmente impactar a realidade dos municípios todos, embora sejam projetos, quer dizer, que tem um caráter local, mas ele acaba, quer dizer, tipo assim, são questões locais que estão presentes em todos os municípios (...) (Entrevistado 05, Presidente do CONJUS local e Secretário de Agricultura do município de Mocajuba, 43 anos, 09 de agosto de 2012).
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • (...) Mas voltando à questão que tu colocaste, quer dizer, qual era a ideia? Por exemplo, a cada ano a ideia era eleger uma área de prioridade. Então, teve um ano que a prioridade era a educação. E daí a ideia de se construir, olha só, que aí é um padrão. Essa história das escolas-polo, quer dizer elas seguem um padrão. Então a mesma estrutura física que foi feita em Baião, foi feita em Cametá, que foi feita em Igarapé Miri, que tá sendo feita em Mocajuba. Você compreendeu? Então por que isso? Por que se a ideia, né, quer dizer, é você criar uma infraestrutura pra melhorar, quer dizer, a qualidade do ensino, a qualidade da educação, no caso específico do campo. Então quer dizer, tá, essa estrutura aqui serve pra todos? Serve! Então vamos fazer em todos! Então isso de certa forma cria também uma espécie de até de justiça na distribuição de recurso porque o mesmo valor da escola-polo de Baião vai ser o valor da escola-polo de Mocajuba. O mesmo projeto arquitetônico da escola de lá vai ser o projeto arquitetônico da escola de cá (...) (Entrevistado 05, Presidente do CONJUS local e Secretário de Agricultura do município de Mocajuba, 43 anos, 09 de agosto de 2012).
Cametá	<ul style="list-style-type: none"> • Sim, participei. Tivemos algumas dificuldades porque assim surgem muitos eixos, muitos pontos pro desenvolvimento, <u>muitos</u>. E até a gente chegar num determinado consenso, aí surgem muitas discussões, muitas reflexões, justamente por conta da nossa própria realidade de municípios. Cada

	<p>município tem uma realidade, apesar de que a gente tá vivendo uma realidade da região tocantina que aparentemente ou talvez enquanto região ela tem o mesmo sentido, mas cada município tem também as suas particularidades. E por conta disso a gente vai tendo dificuldade às vezes nas discussões, na elaboração dos eixos que vão nortear todo o processo de desenvolvimento da região (Entrevistado 08, Representante da Prelazia de Cametá no CONJUS regional, 35 anos, 12 de agosto de 2012).</p>
Baião	<ul style="list-style-type: none"> • Eu avalio que, eu acho que o movimento social tem que sentar e repensar, vendo o rumo que todos os municípios da nossa região tão seguindo, né. Sabemos que tem município que não é o mesmo do que o outro. Baião tem pelo menos tem algumas diferenças do município de Cametá. Aí, mas se todos os municípios nos sentar e não avaliar município por município ou a região, aí eu acho difícil porque a gente muitas das vezes pensa que o mesmo problema de Cametá é o mesmo de Baião e não é. É uma região muito diferente. Ano passado veio o pessoal aqui de uma empresa é... discutindo a questão do plantio do açaí, e a gente vê que aqui a nossa região, a agricultura de açaí, ela se não for irrigada, a gente não tem condições de plantar, que a área é seca aqui. Quando chega o verão, os açaizais ficam só mesmo. Então, Cametá é diferente, então não dá pra dizer que é a mesma região, o mesmo problema de cada município que seja o mesmo. Tem diferenças! Eu acho que tem que repensar e fazer um novo investimento, que senão acontece o que aconteceu com esses projetos que foram feitos pra Limoeiro do Ajuru e foi feito pra Baião, dos banheiros, né?! E aí, o que aconteceu, que Baião hoje tem pessoas que moram lá na beira do rio, que pegou um projeto desse lá, que é uma base de 30 a 40 metros pra jogar água lá, com aquelas bombinhas. Onde que vai ter condição? Limoeiro não porque as casas são em cima do rio, da água, né?! Então é bem fácil de... E aí, Baião vai ser penalizado porque não concluiu o projeto! (Entrevistado 03, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Baião, 62 anos, 07 de agosto de 2012).
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • Tem a possibilidade, até porque um município aqui tá interligado ao outro. <u>E com essa discussão</u>, do PIRJUS, do PDJUS a gente conseguiu através do governo do estado discutir essa questão do território, que a gente já fazia esse papel de território, discussão de território, que a gente juntava os nossos municípios do Baixo Tocantins. Por exemplo, território do Baixo Tocantins, só que nós éramos os cinco municípios que a gente sempre teve junto. Hoje o território já se expandiu buscando outros município da região, incluiu Mojú, Abaetetuba e tal. Mas essa, município de Baião, Mocajuba, Cametá, Oeiras, Limoeiro do Ajuru, Igarapé Miri a gente sempre teve nessa discussão regional, tanto a nível de atingidos por barragens, a nível sindical, que a gente tem inclusive, criou a FETAGRI regional, tem a FETAGRI a nível de estado, nós criamos a FETAGRI regional. Nós criamos o MODERT que é o movimento de defesa e desenvolvimento da região tocantina, que é o qual é esse movimento que o Roberto Pina representa, que é o nosso coordenador que unia todos os movimentos sociais desses cinco municípios e a gente criou o MODERT, a fundação viver, produzir e preservar, né. E depois de movimento ele passou a ser, a criar uma fundação pra que ele pudesse ter a legalidade, o nosso movimento regional. E através do MODERT a gente realizou audiências com todos os prefeitos da região. A gente juntava, vinha audiência pública com esse prefeito daqui, aí tinha participação dos movimentos sociais de todos os outros municípios. Tinha lá em Cametá, em Igarapé Miri, em Baião. Então a gente conseguiu, a gente sempre teve aqui a região assim sempre unido o movimento social. E esse momento foi puxado mesmo pela organização rural, pelos sindicatos, pelas associações. Depois a gente conseguiu incluir as outras entidades que tinham no município junto nessa discussão do movimento regional. Tanto é que nos Gritos da Terra houve grande participação dessa região. Nós chegamos a levar o navio Rodrigues Alves cheio de gente pra participar do Grito da Terra em Belém. Teve o primeiro Grito da Terra, depois o Grito dos Povos da Amazônia, foi em 92. Em 91 foi o primeiro grito que a gente fez. Em 92 foi o Grito dos Povos da Amazônia. E aí em 94 a gente já mudou pro Grito da Terra Brasil, o Pará já expandiu pro Brasil inteiro fazer um movimento, um grito a nível nacional que até hoje tá o Grito da Terra Brasil, né. Mas começou em 91 aqui no estado do Pará e essa região aqui teve uma grande participação dos movimentos sociais (Entrevistado 06, Ex-participante do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012).
Limoeiro do Ajuru	<ul style="list-style-type: none"> • Deixa eu te falar, assim, bem pelo chão mesmo. É... eu acho que é mais Limoeiro e Igarapé Miri porque o Pina, o coordenador do CONJUS é o prefeito, são os municípios que mais participam. Cametá é um município assim totalmente ausente, sabe, até os segmentos sociais lá é o Padre Ivaldo que sempre participa, um senhor da colônia, mas é assim, nos últimos anos a gente percebeu que os movimentos sociais também eles deram uma quebrada na região assim. Não tem mais aquela força, você já não consegue reunir mais. Quebrou, isso é notório, é claro! E essas outras prefeituras elas não tem isso não, não existe esse poder de articular, a gente não consegue articular, quando a gente faz uma reunião, consegue fazer uma reunião, pra você conseguir quórum no CONJUS é uma história, né?! (Entrevistado 12, Secretário de Administração do município de Limoeiro do Ajuru e

	Membro do CONJUS municipal, 46 anos, 14 de agosto de 2012).
--	---

Fonte: levantamento de campo realizado em agosto de 2012.
Elaboração: Gleice Costa.

Do quadro 17 podemos extrair diversos elementos para pensarmos o sentido do regional. Inicialmente, a relação entre as singularidades de cada município e a particularidade da região evidenciou-se, no âmbito do CONJUS, pela competição entre os municípios em busca de mais investimentos. De acordo com os relatos, assiste-se hoje a um amadurecimento do debate no sentido de pensar mais em projetos que provoquem impactos na região de uma forma geral e que promovam uma justiça na distribuição dos recursos, a exemplo das escolas-polo.

No entanto, as singularidades devem ser consideradas na elaboração do projeto regional no sentido de que tecnicamente os projetos estejam adequados à realidade socioespacial, uma vez que a região não se mostra homogênea, nem na sua forma e nem no seu conteúdo.

É importante ressaltar que, apesar da realidade de região, os convênios são celebrados individualmente com cada município, ora considerando projetos similares, ora considerando a especificidade de cada município, mas seguindo uma diretriz geral estabelecida para a região. Esses convênios com cada município em particular tem a ver com os aspectos institucionais, uma vez que, para receberem investimentos, os municípios não podem estar inadimplentes, especialmente após a promulgação da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal em vigor, Prefeituras e Câmaras Municipais inadimplentes com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS não podem assinar convênios nem tampouco receber verbas públicas, o que tem acarretado muitos transtornos na implementação do PDJUS (...) (BASILE, 2007, p. 145).

Além do fator inadimplência municipal, há outras fragilidades que dificultam o avanço mais acelerado dos projetos: a diminuição das mobilizações pelo descrédito no processo; e divergências no âmbito político-partidário. As prefeituras que não são do PT ou dos partidos políticos da aliança tendem a se afastar do processo, configurando um quadro de falta de vontade política, o que mais uma vez parece evidenciar o reforço ao institucional face às políticas diferenciadoras.

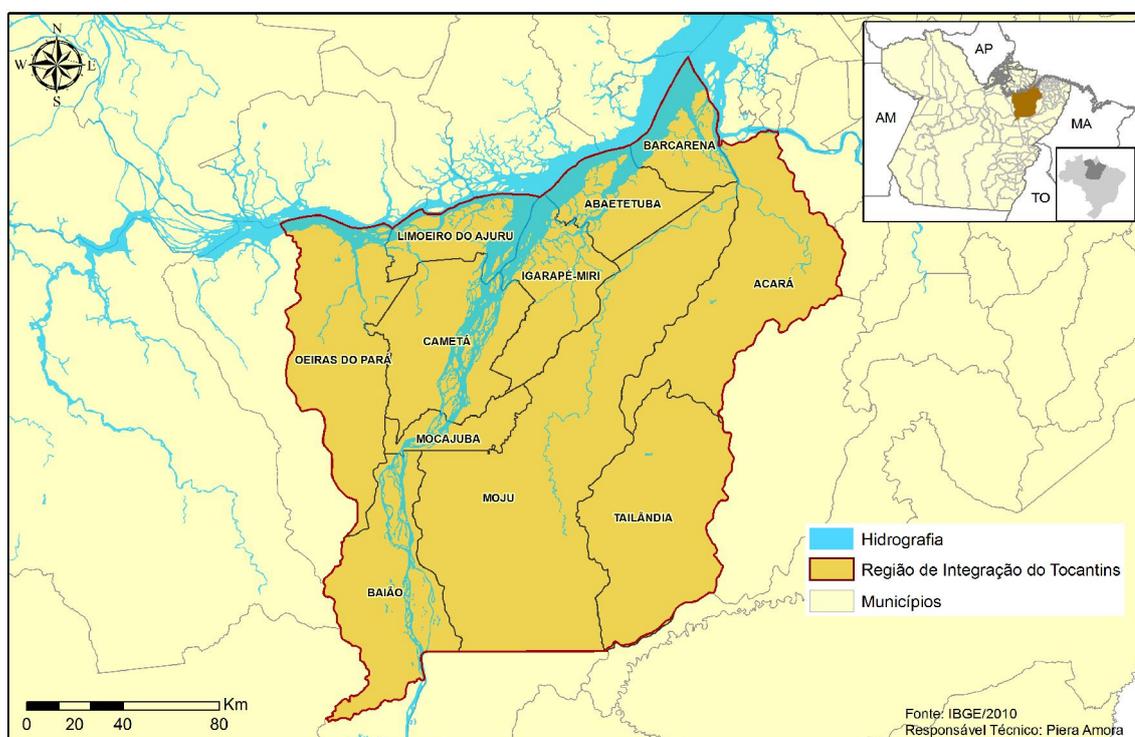
Outro aspecto importante evidenciado nas entrevistas é a existência de uma identidade regional, mobilizada nas articulações no âmbito sindical e no âmbito dos movimentos sociais, por eles denominada de território do Baixo Tocantins. Essa identidade foi construída de forma relacional, uma vez que estas entidades estão articuladas a movimentos atuantes na escala nacional. Nem por isso, as particularidades são desconsideradas, visto que a discussão gira em torno da reprodução das condições objetivas da existência.

A construção do PPDJUS dialoga com as demandas estabelecidas por esses grupos sociais, ainda que a contradição entre o que foi definido como projetos prioritários e a execução das obras via PIRJUS possam, em alguns momentos, estarem desarticulados.

Por fim, o quadro de entrevistas ainda evidencia a sobreposição de regionalizações e de visões sobre a região. Evidencia a Região de Integração do Tocantins, como demonstrado no mapa 02, definida pelo governo do Estado do Pará, para fins de planejamento e que considera os nove municípios definidos no PPDJUS e mais os municípios de Acará e Tailândia.

Tal região foi definida no contexto da Política de Integração Regional do Estado do Pará, que propôs a retomada da questão regional para fins de planejamento do desenvolvimento, considerando a regionalização do Estado do Pará em doze Regiões de Integração a partir do ano de 2008.

Mapa 02: Região de Integração do Tocantins



De acordo com o Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008, a regionalização do Estado do Pará tem como objetivo:

Definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais (PARÁ, 2010, p. 339).

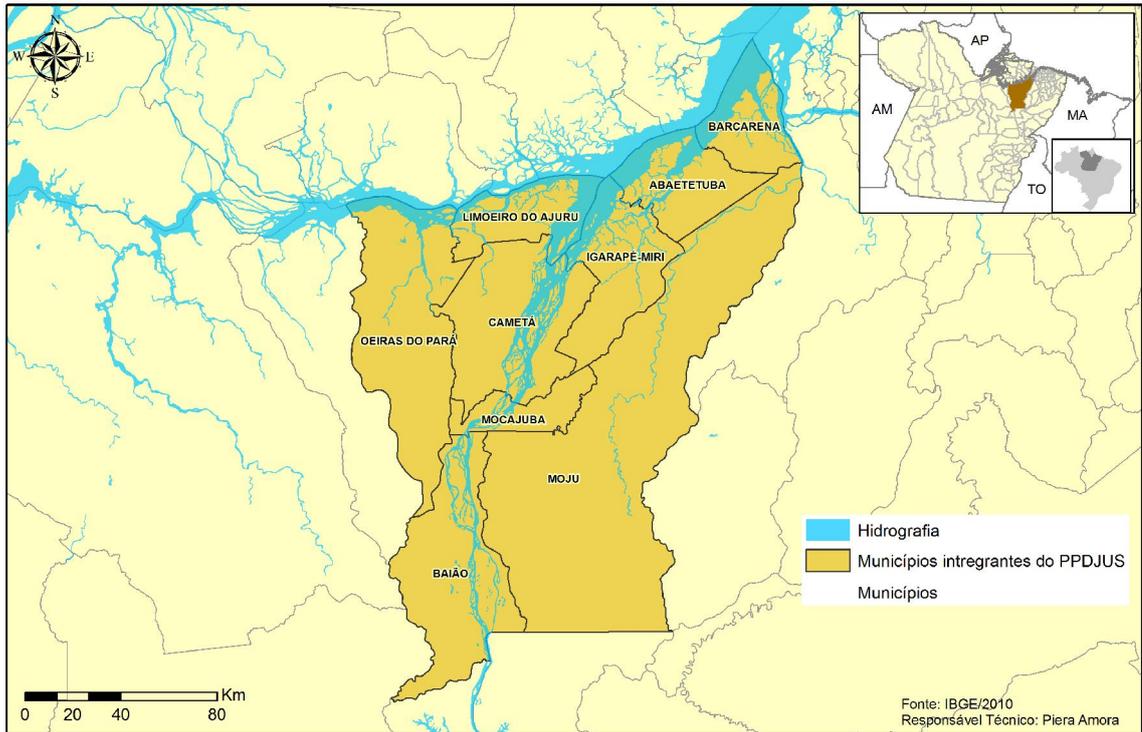
No caso da Região de Integração do Tocantins, as ações daí decorrentes não necessariamente estão articuladas ao plano de desenvolvimento da região, o PPDJUS, ainda que o governo do Estado do Pará possua uma cadeira permanente no CONJUS, e que haja elaborado alguns convênios com a ELETRONORTE e os municípios da região no ano de 2009. Uma facilitação para isso foi o fato de que o governo do PT, comandado pela então governadora Ana Júlia Carepa, estava à frente do governo nesse período.

A desarticulação também se deve ao fato de que a proposição da Política de Integração Regional pressupõe a elaboração de Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS para cada Região de Integração definida. De acordo com Pará (2010), tais planos visam integrar as ações do Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como orientar as ações de iniciativas privadas no Estado do Pará. Assim como o PPDJUS, tais planos também seguem as diretrizes do Plano Amazônia Sustentável.

Pará (2010) ainda evidencia que o PDRS Tocantins, referente à Região de Integração do Tocantins, será desenvolvido por meio de um convênio com ELETRONORTE. Isso significa que o Governo do Estado do Pará definirá investimentos para a região com base em um plano específico de governo, que se diferencia do PPDJUS já em desenvolvimento.

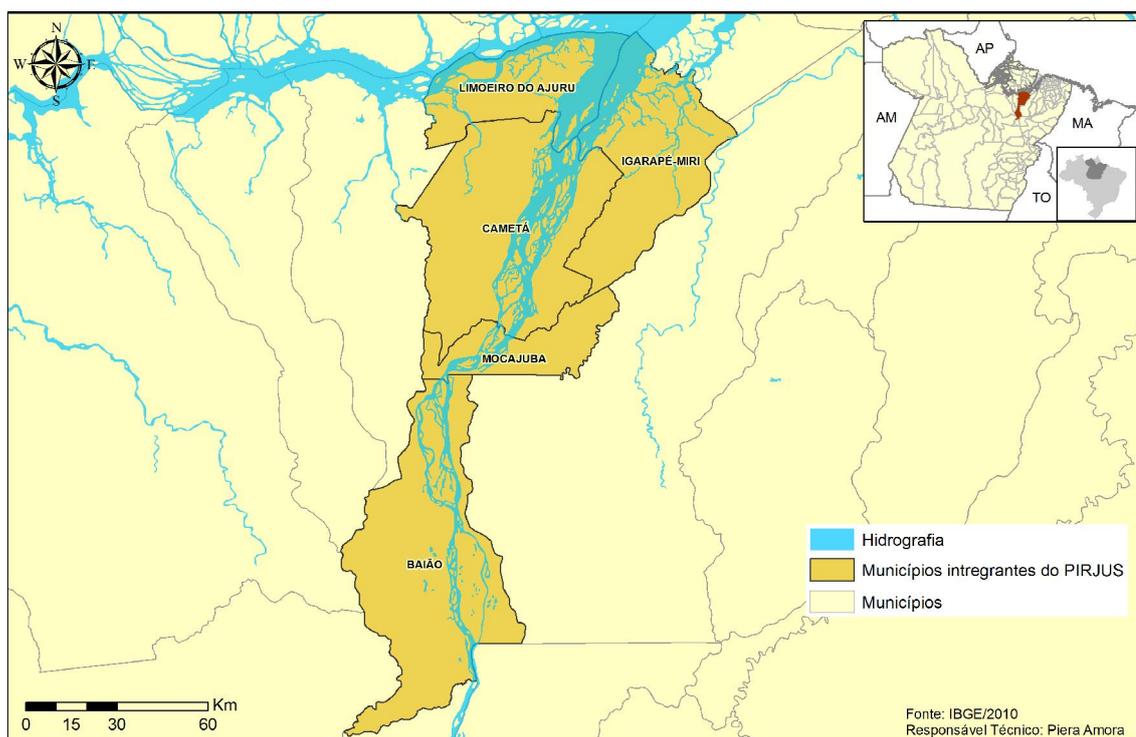
Ainda considerando a sobreposição de regionalizações, é importante destacar a Região do Baixo Tocantins, como demonstrado no mapa 03, definida pelos movimentos sociais e sindicais, além dos representantes do poder público municipal, que consideraram a identidade territorial e os impactos socioambientais provocados pela instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Mapa 03: Municípios integrantes do PPDJUS



Acrescentamos a regionalização definida pela ELETRONORTE, reconhecida institucionalmente como a região impacta em seu PIRJUS, que considera os cinco municípios destacados no mapa 04, e que serviu de referência para a coleta de dados para a composição deste trabalho em virtude do planejamento e da gestão referentes aos PPDJUS estarem mais amadurecidos nos mesmos.

Mapa 04: Municípios integrantes do PIRJUS



Essa sobreposição de regionalizações, a despeito de não desconsiderarem as vivências socioespaciais, tem a ver com projetos políticos para a região do Baixo Tocantins, o que reforça a ideia da região como uma realidade socioespacial de grande complexidade. Ainda na atualidade, as regiões se mantêm como espaços diferenciais, que nem a dinâmica da globalização, com sua tendência à homogeneização, foi capaz de diluir. Nesse sentido, ela se torna atravessada por projetos divergentes, tornando-se um artefato, conforme sugere Haesbaert (2010), uma realidade vivida e ao mesmo tempo concebida.

Castro (1992) reforça essa complexidade quando determina a região como território também político e não apenas físico ou econômico. Tomando-a nesse sentido, as negociações entre os diversos sujeitos sociais que produzem o seu espaço tornam-se inevitáveis. No âmbito específico das regionalizações destacadas, os sujeitos sociais que aparecem com mais evidência são: movimentos sociais e sindicais, prefeituras municipais, ELETRONORTE e governo do Estado do Pará. Destacamos a seguir seus principais interesses.

- **ELETRONORTE:** área de influência; *marketing* do comprometimento social;
- **Prefeituras Municipais:** embora articuladas às demandas dos movimentos sociais, tendem a priorizar obras que repercutam em retornos eleitorais;

- **Governo do Estado do Pará:** em grande medida desarticulado das negociações dentro do CONJUS; definiu uma região de planejamento, a Região de Integração do Tocantins, que não se articula diretamente à regionalização definida no PPDJUS, embora a criação deste plano esteja atrelada à obrigatoriedade definida pela SECTAM, a partir dos impactos socioambientais provocados pela construção da barragem, para a liberação do licenciamento da construção da segunda etapa da UHE – Tucuruí.
- **Movimentos sociais e sindicais:** atravessados por contradições internas, tendem a arregimentar suas vivências e resistências cotidianas como componentes da identidade regional, embora, frequentemente, a neguem como reforço ao processo de institucionalização.

As intencionalidades diferenciadas desses grupos sociais revelam as contradições que permeiam o movimento da sociedade. Neste caso, as contradições devem ser entendidas como internas aos próprios grupos, em uma leitura que avança em relação a das lutas entre classes como pólos opostos nos desníveis da dinâmica socioeconômica. Neste caso, reiteramos a negociação entre os interesses diferenciados desses grupos, que articulam entre si diversas escalas espaciais, tornando a região o espaço em que as diferentes dimensões evidenciam-se, quais sejam, a política, a econômica, a física e a cultural, conforme a leitura de Castro (1992).

Outro desafio que se coloca para o desenvolvimento regional no Baixo Tocantins, e ainda dialogando mais especificamente com o PPDJUS, diz respeito aos trâmites da modernização da gestão. Estes trâmites estão subdivididos entre os de ordem técnica e os de ordem política. Ambos se referem aos projetos desenvolvidos a partir dos convênios PIRJUS. Os excertos organizados no quadro 18 evidenciam esse movimento.

Quadro 18: Dificuldades de elaborar e implantar projetos

MUNICÍPIO	EXCERTOS DAS ENTREVISTAS
Baião	<ul style="list-style-type: none"> • Tem, tem porque assim esses projetos é o que custa, o que nós temos gastado muito é com essa elaboração de projeto porque a gente sempre, a prefeitura, por exemplo, a nossa aqui de Baião, Baião, Mocajuba, as prefeituras aí elas têm dificuldade com essa parte de engenheiros, essa parte técnica. E aí a ELETRONORTE ela exige um projeto que seja muito bem adequado dentro dessa circunstância. Agora, nós temos proposta, nós fizemos proposta que ela mesmo fizesse a doação desses técnicos pra dentro da prefeitura. Graças a Deus, alguns deles eles não vêm fazer o projeto, mas a gente manda fazer o projeto e eles vão readequar junto lá que tem dado certo, né. Mas eu acho que ficaria bom isso quando a gente conseguisse o técnico pra fazer, elaborar o projeto de acordo como a ELETRONORTE pede, como ela quer (...) (Entrevistado 04, Vereador do município de Baião, 41 anos, 08 de agosto de 2012).
	<ul style="list-style-type: none"> • O que tem sido pensado pra fazer é a atuação melhor do movimento social, a articulação melhor do

Igarapé Miri	<p>movimento social, duma acessoria que possa inclusive elaborar projetos pra poder propor pro conselho porque demanda a gente tem muitas, tem muitas demandas na área que o CONJUS tem, do recurso que tem pras áreas que tem, social, questão da educação, o povo ribeirinho. Então tem muitas demandas. Agora é preciso que o movimento social se organize mais e tenha uma acessoria, inclusive de elaboração de projetos que a gente tem deficiência pra poder encaminhar as nossas demandas. Mas acho que o movimento social precisa com urgência de uma acessoria técnica, de elaboração de projetos pra que possa inclusive angariar recursos não só da ELETRONORTE, mas dos outros ministérios que tem aí que é possível a gente buscar recursos (Entrevistado 15, Representante da FETAGRI no CONJUS regional, 43 anos, 17 de agosto de 2012).</p>
Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • Olha, ele é... tem representante da ELETRONORTE no caso, o Frazão, mas não é muito fácil, muito, muito, muito complicado, muito esquisito. Uma entidade pra conseguir tem que ter cinco anos já de criada pra poder conseguir ter acesso. Que a gente não tem nada contra fazer tudo certinho. Então a gente faz, mas não é muito bom assim, custa muito, né. É por isso que tem muita gente que não confia, né. O movimento social se cansa de ficar, pede, pede, vai pro conselho, vai em outro conselho, aí passa o dia todo, aí chega e às vezes nunca chega pra cá. Eu me lembro que o Limoeiro Cacoal, aquela escola do Cacoal, meu Deus, aquilo era uma novela, tudo conselho que tinha regional era aquele apoio, os professores vinham, se movimentavam vereadores, aí prefeito, era uma coisa assim, sabe, sofrimento. Então demora muito, eles têm assim muita burocracia, muita coisa técnica, que eu acho que é necessário, mas também atrapalha, né! (Entrevistado 14, Participante da Associação de Mulheres e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 49 anos, 16 de agosto de 2012).
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • Eu acho inclusive que a experiência de construção de projeto que o PPDJUS tem é realizado tá muito dentro assim porque no Brasil, quer dizer, e isso não é uma análise nossa, muita gente tem feito essa análise, você gasta pouco tempo na construção do projeto, mas em contrapartida você gasta muito tempo na realização da obra. Quer dizer, deveria ser o contrário! Então você deveria construir um bom projeto, mesmo que você leve um tempo maior, quer dizer, mas você vai construir algo muito bem construído. E aí quando tu vai pra execução, aí tu consegue reduzir o tempo da execução porque tu tem um projeto bem elaborado. Então, quer dizer, essa tem sido uma discussão que a gente tem feito internamente e tem inclusive reconhecido que é correto. Aí alguns dizem: “Ah, mas é muita burocracia!” Talvez, né?! O problema é que quando você consegue realmente ajustar isso tudo, você já debateu, discutiu, quer dizer, amadureceu, então é algo muito bem mais construído. Então é uma experiência realmente interessante! (Entrevistado 05, Presidente do CONJUS local e Secretário de Agricultura do município de Mocajuba, 43 anos, 09 de agosto de 2012).
Limoeiro do Ajuru	<ul style="list-style-type: none"> • (...) Então tá assim, hoje, pra ser sincero, o município tá inadimplente. Porque assim, o município foi contemplado com projetos, é... 224 projetos de sistema de esgoto na zona rural. E 212... 220 projetos de sistema de água. São os chamados ETA's e ETE's, é Estação de Tratamento de Esgoto e Estação de Tratamento de Água. E infelizmente o município não concluiu o projeto (...) por causa disso o município tá inadimplente. Não sei se eles têm condição de tirar o município da inadimplência. Isso eu falei que nós temos três escolas pra serem construídas. Nós temos uma que deve ser concluída agora até final do ano, acho que até novembro deve ser inaugurada, deve tá sendo entregue pela ELETRONORTE a escola, mas as outras duas eu não sei se vai sair por conta dessa situação da inadimplência. Se eles conseguirem tirarem, que eu acho muito difícil tirarem porque assim, pra tirarem, eles teriam que concluir o projeto. Parte dos materiais foram desviados, o madeirame, o que não foi desviado já apodreceu. Na verdade quando foi recebido o material pra esse projeto, eles vieram incompletos, mas assim mesmo o município terminou recebendo. Nós já trabalhamos, já discutimos várias vezes isso e a resposta que a ELETRONORTE dá é o seguinte: “Vocês deveriam ter observado na hora de receber, se não estava completo, vocês não teriam recebido. A partir do momento que vocês assinaram o recibo, que vocês de fato estavam recebendo, então vocês estavam achando que tava correto! Daqui pra frente o que faltar é responsabilidade de vocês!” (Entrevistado 11, Coordenador do CONJUS municipal de Limoeiro do Ajuru e Segundo Suplente do MODERT no CONJUS regional, 47 anos, 14 de agosto de 2012).
Mocajuba	<ul style="list-style-type: none"> • Aqui no município de Mocajuba, ele foi efetivado agora nesse governo Rosiel. Por que antes não tinha? Porque antes a prefeitura estava em débito com a previdência social, com o Cadastro Único de Convênios – CAUC. Pra você ver que são 143 municípios do estado. Hoje, parece-me que só tem 26 municípios em dias com o CAUC, com toda documentação. Quer dizer, não entrava nenhum projeto do governo federal ou do governo do estado no município por causa desse débito, porque a documentação na prefeitura não tava em dia. Então nesse governo agora, no governo passado a

	<p>gente sempre levou todas essas propostas de construção de escola-polo, de quite de abastecimento de água, de máquina agrícola, só que o município nunca recebeu porque infelizmente o município estava inadimplente, por causa da inadimplência do município. Então, nesse governo ele priorizou, o que está aí agora, graças a Deus ao menos isso ele fez de bom, né. Priorizou negociar essa dívida e colocar o município, tirar o município da inadimplência. Com isso tem entrado muito projeto. Inclusive esses da ELETRONORTE. São nesses últimos três anos e meio que entraram os projetos pro município de Mocajuba. Essas escolas-polo são reivindicações muito antigas e hoje, apenas hoje, nos últimos dois anos é que tá sendo inserido, né! (Entrevistado 06, Ex-participante do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012).</p>
Igarapé Miri	<ul style="list-style-type: none"> • Até aí tava tudo bem, né, nessa época, mas depois a gente começou a ver que os prefeitos começaram a se articular mais. Aí eles conseguem avançar mais, mas a gente acha que vem contemplar o movimento social, mas não diretamente. Por exemplo aqui, quando chega na prefeitura, aí fica difícil pra gente. O que que eles pedem? Mais asfalto, é... os projetos que tão aprovados agora são escolas. Vai contemplar, mas nem tanto os impactados, né. Vai vir pro município, a gente fazer o debate com os projetos que tavam vindo por conta do movimento social se desarticular e por conta de demorar tanto, então só os prefeitos avançaram agora. Então o que que a gente acha? Mesmo tendo vindo as patrulhas, né, ter vindo combustível, patrulha mecanização pra cada área, a gente não conseguiu fazer com que isso pudesse funcionar pros trabalhadores, pras organizações sociais. Claro que os prefeitos vão direcionar, né, os secretários de obra. Aí quando chega na prefeitura tem toda uma outra condução, né. Mesmo o prefeito sendo, tendo um olhar de esquerda que é de esquerda, mas a gente não consegue, né, ter muito acesso (Entrevistado 14, Participante da Associação de Mulheres e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Igarapé Miri, 49 anos, 16 de agosto de 2012).
Baião	<ul style="list-style-type: none"> • Eu avalio que os projetos pelo menos foram uma questão da ELETRONORTE, uma das coisas que eu vejo que a gente não consegue avançar é porque tem muitas coisas, vamos dizer, todos os projetos eles são é... uma parceria com o município, né, e aí tem algumas coisas, vamos dizer que às vezes o movimento social deixa de participar porque o tamanho da perna da gente não é do tamanho da perna do município. Aí se a gente não teve prefeitos, vereadores que possa puxar essa, aí fica difícil porque todos os projetos vem conveniados com o município, com a prefeitura, né. E aí se a gente não procurar acompanhar, a gente fica a reboque, né. A gente não tem aquele tamanho de perna e mesmo também o entendimento que pelo menos os prefeitos, os vereadores, o pessoal do movimento lá, mas nós aqui no município de Baião, nós temos essa oportunidade, isso porque sempre a gente tem um bom relacionamento com o governo que hoje está (Entrevistado 03, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Baião, 62 anos, 07 de agosto de 2012).

Fonte: levantamento de campo realizado em agosto de 2012.

Elaboração: Gleice Costa.

O representante do CODESEI no CONJUS regional ainda acrescenta:

A ELETRONORTE deu um curso: “Vou dar o curso de formação de pessoal pra elaborar projetos!”. E aí cada município teve que mandar oito pessoas pra Tucuruí, que ficaram lá durante quinze dias, naquele hotel HPA numa boa, aprendendo a fazer projeto, simulando, aprendendo, escrevendo, vendo o que era necessário e no final saiu de lá com uma apostila da ELETRONORTE com o modelo do projeto como a ELETRONORTE quer que faça! (Entrevistado 18, Representante do CODESEI no CONJUS regional, 10 de junho de 2013).

Considerando os encaminhamentos de ordem técnica e burocrática, os relatos evidenciam interpretações diferentes sobre os desdobramentos dos processos burocráticos exigidos pela empresa e pela legislação de uma forma geral.

Para parte do grupo social, torna-se difícil lidar com os projetos porque tanto as prefeituras quanto os movimentos sociais não dispõem de quadro técnico que os assessorem, a fim de transformar suas demandas em projetos objetivos, ainda que, segundo a representação do CODESEI, a ELETRONORTE tenha fornecido um curso de elaboração de projetos para representantes dos cinco municípios.

Outra dificuldade consiste na celebração de convênios com associações. A ELETRONORTE realiza convênios com associações desde que estas possuam no mínimo cinco anos de criação. Para alguns representantes dos movimentos sociais, esse fator representa um grande impedimento na proposição de projetos.

Ainda nas dificuldades de ordem técnica, existe a obrigatoriedade da adimplência das contas públicas dos municípios. A inadimplência possui duas ramificações no contexto regional. A primeira corresponde à não finalização das obras, causada, entre outros fatores, por problemas com materiais, por inadequação técnica dos projetos etc. A segunda diz respeito às contas dos municípios, causada por débitos com a previdência social, por problemas no Cadastro Único de Convênios – CAUC etc.

Outra parte do grupo social possui interpretação diversa sobre a ordem técnica e burocrática. Para eles, esta pode ser vencida com o processo de organização. Nesse sentido, houve um aprendizado em organização das contas públicas, em elaboração de projetos e em planejamento de uma forma geral. Este grupo considera que esse planejamento exigido pode levar a um processo de modernização da gestão pública.

As dificuldades de ordem política correspondem às divergências entre prefeituras e movimentos sociais sobre os projetos (conflitos de interesses). Conflito esse revelado também no âmbito do CONJUS regional, quando os prefeitos objetivam uma participação maior no conselho. Isso ficou claro quando do último seminário regional, em que as três prefeituras recentemente desvinculadas do CODESEI (Baião, Cametá e Mocajuba) exigiram uma mudança na representação institucional para a inserção das mesmas no conselho. Isso reflete um embate, inclusive, no âmbito das próprias prefeituras.

Há uma certa dificuldade no diálogo. Normalmente entre os cinco, eles conseguem se entender. Os cinco prefeitos! Quando você estende para os nove já não tem entendimento. Por que? Porque os cinco beneficiados pela ELETRONORTE, eles não querem que os quatro sejam incluídos nos benefícios. Só que eles não têm coragem de dizer isso: “Nós não queremos vocês aqui!”. Porque eles alegam o seguinte: “Se vocês quatro entrarem, os R\$200.000.000,00 que era pra dividir em cinco, vai se dividir em nove!”. E aí eles colocam a seguinte condição: “Nós aceitamos que entre os quatro desde que a ELETRONORTE dobre o aporte!”. A ELETRONORTE fala:

“Não, nós não dobramos o aporte!” (Entrevistado 18, Representante do CODESEI no CONJUS regional, 10 de junho de 2013).

A despeito de todas as divergências evidenciadas nas discussões na escala regional, a experiência de planejamento e de gestão proposta no PPDJUS e suas instâncias participativas pode contribuir com o processo de modernização da gestão pública, tanto no sentido político quanto no sentido técnico.

Reiteramos que a base dessas mudanças deve ir ao encontro da superação das relações tradicionais ainda enraizadas na região. Como já evidenciado, durante muito tempo se estabeleceram, e ainda hoje se estabelecem, relações baseadas na cultura política conservadora, como o clientelismo, o paternalismo, o assistencialismo e os favorecimentos políticos. Essas relações foram historicamente responsáveis por processos de dominação, em que apenas as oligarquias aí presentes se beneficiavam das atividades desenvolvidas. Dessa forma, a introdução do planejamento, exigindo legalmente tanto a participação da sociedade organizada, quanto o ajuste das contas públicas pode ir ao encontro da reversão dessas relações.

O planejamento aqui é tomado não no sentido de estabelecer uma ordem pré-concebida que seja descolada das realidades sociais, mas no sentido da racionalização, de que a sociedade aprenda a planejar e a organizar aquilo que poderá impactar a sua realidade na forma de projetos. Dessa forma, ganhos de autonomia podem ser conquistados em detrimento de relações baseadas nas trocas de favorecimentos. Assim, a gestão participativa é um tipo de gestão que pode avançar na superação dessas relações conservadoras.

4.2 - Projetos de desenvolvimento articulados à Região do Baixo Tocantins – pensando no desenvolvimento para além do âmbito do PPDJUS

Outras propostas de desenvolvimento articuladas às políticas do governo federal projetam-se hoje na Região do Baixo Tocantins, impactando os nove municípios. Nesta parte do trabalho, evidenciaremos tais propostas, que são a instalação da Hidrovia Araguaia Tocantins, da Ferrovia Norte Sul – FNS e o incentivo à dendeicultura para a produção do óleo de palma a ser aproveitado na fabricação do biodiesel. Tais projetos denotam a ação direta do governo federal em parceria com setores da iniciativa privada. Porém, antes dessa discussão das projeções atuais, achamos importante retomar sinteticamente a discussão dos projetos já consolidados, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e o Complexo Alumínico Albrás-Alunorte,

como propostas que se articulam apenas indiretamente à região, para efeitos de comparação com o momento atual.

A despeito da diferença entre os projetos, o pressuposto é que os mesmos estão mais voltados às demandas dos mercados internacionais, não contribuindo para o desenvolvimento endógeno da região.

4.2.1 – Projetos já consolidados

Usina Hidrelétrica de Tucuruí

Rocha (2008) situa em 1975 o início da execução dos trabalhos básicos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, construída e operada pela ELETRONORTE efetivamente a partir de 1977. A usina está situada sobre o curso médio do rio Tocantins, no Estado do Pará, a 7 km da cidade de Tucuruí, a 250 km a Sudeste da cidade de Belém e possui extensão total de 7,5 km. Entrou em operação em 1985, quando concluída a sua primeira fase, com capacidade instalada de 4.000 MW. Posteriormente teve sua capacidade instalada ampliada até 1992, quando entrou em operação a 12ª turbina, totalizando 7.960 MW.

Tavares (1999) discute alguns antecedentes ao aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas, apresentando os planos do setor elétrico que, associando energia com desenvolvimento, foram elaborados segundo os planos e metas do planejamento econômico brasileiro, visando ao suprimento de energia elétrica das regiões brasileiras.

O primeiro, o Plano 70, seguiu as diretrizes do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek e visava à implantação do parque industrial no País. Sua ação era restrita à região Sudeste que necessitava da energia como insumo principal. Para levantar o potencial hidrelétrico das regiões Sudeste e Sul do Brasil, foi elaborado o Plano 80, na década de 1960, durante o período denominado de Milagre Brasileiro. Durante o I e II PND, na década de 1970, foi elaborado o Plano 90, que considerou as usinas hidrelétricas como fontes geradoras de energia potenciais para o Brasil. Esse plano acrescentou, além das regiões Sudeste e Sul, a região Centro-Oeste. É somente a partir do Plano 95 que se consolidaram todos os sistemas de energia elétrica existentes no País, abrangendo todas as regiões brasileiras (TAVARES, 1999).

Tavares (1999) ainda acrescenta o Plano 2000, que realizou um estudo detalhado do potencial das fontes de energia no País e o Plano 2010 que tratou a hidreletricidade como

fator de desenvolvimento social e regional e que destaca os impactos sociais da implantação de usinas hidrelétricas na Amazônia.

Por fim, a autora destaca o último plano elaborado, o Plano 2015, que expõe questões socioambientais, enfatizando questões da esfera regional, estadual e federal, mas sem referência à esfera local e municipal.

No período de 1968 a 1971, o Comitê de Estudos Energéticos da Amazônia – ENERAM, criado em 1968, realizou estudos sobre a viabilidade da construção de usinas hidrelétricas na região. Tais estudos confirmaram que a Amazônia possuía um grande potencial energético (TAVARES, 1999).

A ELETRONORTE foi criada em 1973, definida como subsidiária da ELETROBRÁS, empresa estatal decorrente da federalização parcial do setor elétrico e criada em 1962. Tinha por finalidade assumir a responsabilidade de viabilizar o aproveitamento do potencial de geração de energia da região, sendo que a distribuição era de competência das concessionárias estaduais.

Assim, consolidou-se o projeto de criação da UHE Tucuruí, projetada inicialmente para atender a interesses que não estavam articulados a uma estratégia de desenvolvimento para o local.

No que concerne à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, a sua construção se associou ao Projeto Ferro-Carajás, já que a energia elétrica era fundamental para a operacionalização deste, e, posteriormente, aos projetos metalúrgicos do Complexo Albrás-Alunorte (...) (ROCHA, 2008, p. 74).

Diversos trabalhos já apontaram as contradições vinculadas ao processo de construção da usina, particularmente no que se refere aos impactos de ordem socioambiental, agravados pelo fato de a legislação ambiental consolidar-se posteriormente ao início da construção da hidrelétrica, ainda que o Relatório da Comissão Mundial de Barragens¹⁴ (2000) *apud* Basile (2007, p. 45), evidencie que

já havia dispositivos legais pré-existentes não considerados pelas autoridades e pelo empreendedor, como aqueles incluídos no Código de Águas, determinando que o aproveitamento para energia hidráulica não

¹⁴ COMISSÃO Mundial de Barragens. **Estudo de Caso da Comissão Mundial de Barragens (CMB): Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil) – Relatório Final da Fase de Escopo.** África do Sul: Secretariado da Comissão Mundial de Barragens, 2000.

comprometesse a alimentação e necessidades das populações ribeirinhas, da salubridade pública, da navegação, da conservação e livre circulação dos peixes, dentre outros.

Hoje a ELETRONORTE, com a obrigatoriedade da criação do PPDJUS, já se insere na região à jusante via PIRJUS, destinando obras e equipamentos aos cinco municípios considerados impactados. Nesse contexto, grupos sociais da Região do Baixo Tocantins são articulados ao debate com o objetivo de pensar nos rumos do desenvolvimento da região.

Complexo Alumínico Albrás-Alunorte

O Complexo Alumínico Albrás-Alunorte foi viabilizado no contexto da implantação, em 1974, do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA que previu a implantação de diversos pólos de desenvolvimento na Amazônia brasileira, com destaque para a produção mineral (COELHO *et alii*, 2003).

A necessidade do projeto está relacionada ao contexto da economia global vivida na década se 1970, com destaque para a crise do petróleo. O segundo choque do petróleo constituiu um golpe para a indústria japonesa de alumínio primário. Os japoneses passaram então a incentivar diversos projetos nos países periféricos. Nesse sentido, implementou-se a transferência de plantas industriais produtoras de alumínio primário, gerenciadas por empresas japonesas, para territórios que oferecessem vantagens competitivas, como energia abundante e barata, presentes no Estado do Pará. Esse fator implicou em um reordenamento da divisão do trabalho em nível global.

No ano de 1976 foi estabelecido um acordo entre empresas japonesas e o Estado brasileiro, constituindo-se os projetos Albrás e Alunorte. O objetivo do acordo, negociado para o município de Barcarena, seria a produção de alumina (pela Alunorte) e alumínio primário (pela Albrás), utilizando as reservas de bauxita do Projeto Trombetas, também viabilizado no âmbito do POLAMAZÔNIA, no oeste do Pará, e o potencial hidrelétrico da UHE de Tucuruí. A infraestrutura instalada em Barcarena também contou com o núcleo urbano de Vila dos Cabanos, uma subestação da ELETRONORTE e um distrito industrial e portuário em Vila do Conde. Nesse sentido, o complexo alumínico consolidou-se pela forte intervenção do Estado e da iniciativa privada, desarticulando-se, assim, das demandas localizadas e constituindo-se como um enclave econômico na região.

4.2.2 – Projetos em vias de consolidação

Ferrovias Norte Sul

A ideia da construção da FNS surgiu na década de 1980 com o objetivo de promover a integração nacional, além de reduzir os custos de transporte e interligar as diferentes regiões do país por meio das suas conexões com as ferrovias novas e as já existentes. Dessa forma, o projeto propõe-se a interligar o Norte e o Sul do País. A extensão total da FNS será de 4.206 km e conectará o município de Barcarena, no Estado do Pará, ao município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Os objetivos do projeto, segundo Brasil (2013b) são:

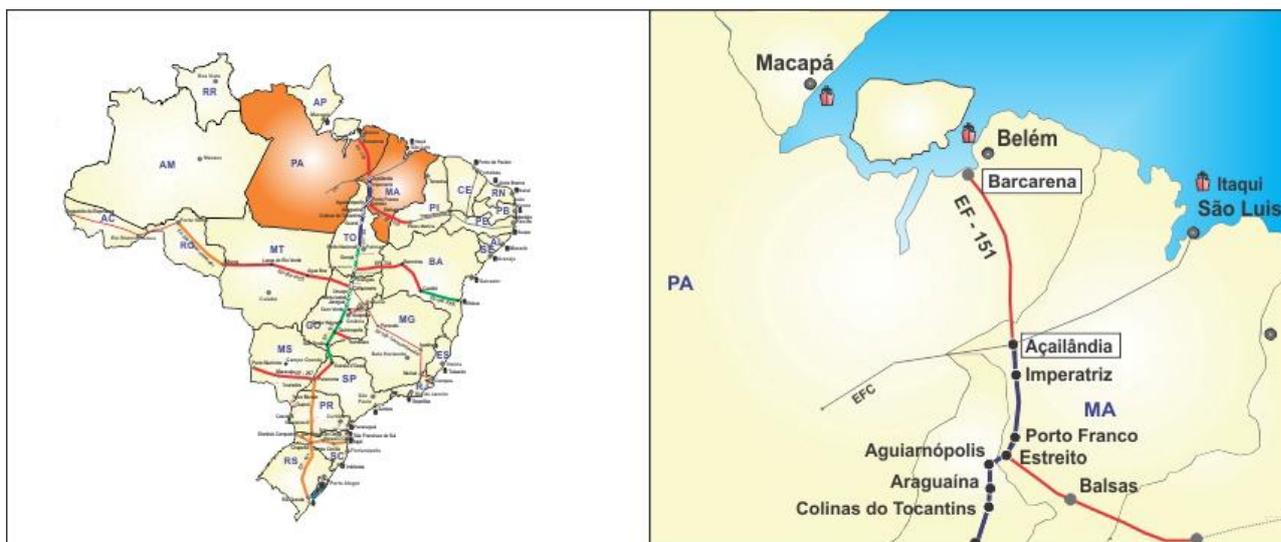
- Estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga para o mercado consumidor;
- Induzir a ocupação econômica do cerrado brasileiro;
- Favorecer a multimodalidade;
- Conectar a malha ferroviária brasileira;
- Promover uma logística exportadora competitiva, de modo a possibilitar o acesso a portos de grande capacidade;
- Incentivar investimentos, que irão incrementar a produção, induzir processos produtivos modernos e promover a industrialização.

Os benefícios do projeto, segundo Brasil (2013b) são:

- Reduzir os custos de comercialização no mercado interno;
- Melhorar o desempenho econômico de toda a malha ferroviária;
- Aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior;
- Incentivar os investimentos, a modernização e a produção agrícola;
- Melhorar a renda e a distribuição da riqueza nacional.

A figura 01 ilustra a dimensão da ferrovia de norte a sul do país, com enfoque para o trecho entre Barcarena, no Pará e Açailândia, no Maranhão.

Figura 01: Trecho da FNS entre os municípios de Barcarena – PA e Açailândia – MA



Fonte: BRASIL, 2013b.

De acordo com o definido na Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, do município de Açailândia, no Maranhão, a FNS prosseguirá em direção a Barcarena, no Estado do Pará. Esse trecho corresponde a uma extensão de 480 km, concebido para ampliar e integrar o sistema ferroviário nacional e para estabelecer a sua interligação com o complexo portuário de Vila do Conde, em Barcarena. Assim, o projeto apresenta-se como uma alternativa de ligação com o exterior, por meio desse porto, estrategicamente posicionado em relação aos portos da Europa e da costa leste da América do Norte (BRASIL, 2013b).

A instalação da FNS justifica-se pela necessidade logística do transporte de minério de ferro, e de outros minerais que poderão ser explorados no futuro, além do escoamento da produção de açúcar, milho, etanol, soja e seus subprodutos, como farelo e óleo (BRASIL, 2013b).

Dendeicultura

Os representantes das instituições públicas e dos movimentos sociais e sindicais dos municípios do Baixo Tocantins discutem a expansão da dendeicultura, já consolidada em outros municípios do nordeste paraense, como analisam Nahum e Malcher (2012) para o caso da microrregião de Tomé Açu, seja na forma de monocultura, seja na forma de consórcio com outras culturas. O incentivo à atividade, segundo os autores, provém das políticas do governo federal, incentivando grupos empresariais a desenvolverem suas atividades nesta região do

Estado do Pará, principalmente com o estabelecimento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB, em 2004, e do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, em 2010.

Bastos *et alii* (2010) definem que o objetivo do governo federal, principalmente com o PNPB, é transformar o País autosuficiente na produção do óleo de palma. Para isso, o governo tem apostado no crescimento da produção do biodiesel, a partir de dois projetos da Petrobrás Biocombustível no Estado, que, segundo os autores, deve instalar pelo menos três usinas esmagadoras de dendê nos municípios de Tomé-Açu, Baião e Igarapé-Miri, além do escritório da empresa em Mocajuba.

Tal amplitude tornou-se possível com o apoio do Banco da Amazônia, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e do governo do estado do Pará a este segmento produtivo. A ação estatal, por meio de planos, programas e políticas viabiliza o território para a dendeicultura, seja na configuração territorial por meio da criação, manutenção e extensão de sistemas de transporte, energia e comunicação, seja na densidade normativa, por meio de linhas de crédito e políticas de incentivos fiscais (NAHUM; MALCHER, 2012, p. 3).

Entre as empresas de biocombustível que atuam na região, destacam-se as brasileiras BIOVALE e Petrobrás biocombustível, a portuguesa GALP Energia, a multinacional Archer Daniels Midland Company – ADM. Bastos *et alii* (2010) destacam os recursos que serão destinados a esse setor, principalmente os providos da PETROBRÁS.

Os investimentos previstos com a instalação das plantas industriais e área agrícola no Estado são de R\$ 330 milhões. O valor total a ser investido é de R\$ 1,017 bilhão pela empresa federal. Destes, R\$ 530 milhões serão no Brasil e R\$ 463 milhões em uma unidade industrial de produção de biodiesel em Portugal, projeto que terá parceria com a portuguesa Galp Energia. Grande parte dos recursos virá da própria Petrobras Biocombustível, mas a expectativa é de que pelo menos R\$ 1 bilhão seja investido em infraestrutura para fomentar a cadeia do óleo de palma no Pará (BASTOS *et alii*, 2010, p. 23).

Os autores destacam ainda os investimentos em obras de infraestrutura com o intuito de facilitar o escoamento da produção provinda da cadeia do dendê e que terão impactos diretos sobre a região do Baixo Tocantins. Essas obras incluem portos, pontes, rodovias e hidrovias.

Serão construídos seis portos para escoamento da produção e há a previsão de construção de três pontes sobre os rios Igarapé-Miri, Meruu e Acará. A logística para fazer o óleo de palma vingar no Estado deve ainda incluir a interligação viária entre Mocajuba e Baião (48 Km), que significa o

prolongamento da rodovia estadual PA-151, podendo chegar até a Breu Branco e Tucuruí. Também será feita a ligação da PA-252 com a PA-151 através da Vila Soledade, em Moju, além da conclusão da chamada Perna Sul (60 Km), que vai interligar o Acará à Alça Viária (BASTOS *et alii*, 2010, p. 23).

Um dos maiores trunfos para a produção do óleo de palma e biodiesel no Pará deve ser a hidrovía Araguaia-Tocantins. A navegabilidade do rio Tocantins, com a conclusão das eclusas de Tucuruí pode assegurar um escoamento mais barato e a consequente redução nos custos de produção (BASTOS *et alii*, 2010, p. 23).

Dos municípios por nós estudados a partir das políticas de desenvolvimento regional, quatro estão diretamente envolvidos com a produção da dendeicultura: Igarapé Miri, Cametá, Mocajuba e Baião.

Segundo o presidente da Petrobras Biocombustível, Miguel Rosseto, a empresa vai atuar em Igarapé-Miri, Cametá, Mocajuba e Baião. Já há um milhão de mudas produzidas de dendê apenas para plantio no Estado. A Embrapa vai investir R\$ 38 milhões em assistência técnica e pesquisa. E já há uma discussão para criação da Universidade Federal do Guamá e Tocantins, reunindo os campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Abaetetuba, Igarapé-Miri e Cametá (BASTOS *et alii*, 2010, p. 23).

As expectativas em relação à expansão da dendeicultura no Baixo Tocantins são grandes. Nahum e Malcher (2012) evidenciam a mobilização dos grupos sociais que objetivam se inserir nessa atividade, entre eles, as organizações representativas de classes, bem como movimentos sociais, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, FETAFRI, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Via Campesina (FABRINI¹⁵, 2010 *apud* NAHUM; MALCHER, 2012).

Finalmente, os autores começam a analisar as contradições postas a partir do desenvolvimento dessa atividade. Em primeiro lugar, o camponês, a partir da monopolização do território pela dendeicultura, transforma-se em trabalhador do capital, uma vez que a renda da terra lhe escapa. No caso da região de Tomé-Açu, os autores ainda analisam outros fatores a partir do movimento do capital no espaço agrário.

Esse movimento define a empresa Biopalma ampliando o seu território, seja na forma de compra de terras, seja por meio de parceria com os camponeses, segundo os autores, para a

¹⁵ FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: _____. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão popular, 2010. p. 55-88.

obtenção do selo combustível social. Dessa forma, evidenciam-se grandes áreas monocultoras de dendê sob domínio da empresa, que reproduz relações de produção capitalistas, sujeitando o camponês aos desígnios do agronegócio. Essas consequências socioespaciais poderão reproduzir-se também na região do Baixo Tocantins, com o evidente domínio da empresa PETROBRÁS.

Nesta parte da Amazônia vive-se o ciclo ou *boom* do dendê, por meio do qual se reproduz um aspecto marcante da formação regional amazônica, isto é, sua dinâmica econômica é determinada pelo papel subalterno que ocupa na divisão territorial do trabalho; sendo impulsionada por demandas exógenas ao lugar, que elegem um produto ou processo produtivo para comandar a economia regional (NAHUM; MALCHER, p. 11).

Os representantes dos movimentos sociais e sindicais entrevistados para o desenvolvimento deste trabalho também se posicionaram sobre a relação entre dendeicultura e desenvolvimento, revelando, uma vez mais, reflexões contraditórias sobre esse processo, como veremos posteriormente.

Hidrovia Araguaia Tocantins

A hidrovia Araguaia-Tocantins, que perpassa os Estados do Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso e Goiás, é um dos eixos que estão previstos no Programa Avançar Brasil, com os Eixos de Integração Nacional, que preveem a construção de novas estradas, hidrovias e hidrelétricas. Representa, assim, mais um grande projeto em via de consolidação na Amazônia. Como corredor de exportação, conecta o Centro-Oeste ao Norte do País em direção aos principais portos, como os de Belém e de Vila do Conde no Pará, bem como os de Itaquí e Ponta da Madeira, no Maranhão, por meio da Estrada de Ferro Carajás – EFC (BRASIL, 2013c).

Nas últimas décadas, especialmente no final da década de 1990, os maiores complexos agroindustriais do país, procedentes do sudeste e do sul, deslocaram-se para a região do Cerrado brasileiro em busca de maior proximidade à matéria-prima, pois os custos de transportes seriam reduzidos mediante agregação de valor na fonte produtora. Objetivando satisfazer essa nova demanda, uma onda de investimentos em infraestrutura deve se fazer presente, criando vias para a redução das heterogeneidades regionais de renda (BRASIL, 2013c, p. 13).

Articulando-se a outras formas de transporte para viabilizar o sistema multimodal, a hidrovia tem como objetivo facilitar a exportação de grãos e minérios ao hemisfério norte, onde os principais consumidores se localizam (BRASIL, 2013c).

Mas, para alcançar o objetivo de integração modal, foi necessário transpor alguns desafios que inviabilizavam a utilização da Hidrovia Tocantins-Araguaia, como, por exemplo, a construção das eclusas de Tucuruí no Rio Tocantins, hoje uma realidade. (...) A conclusão do projeto foi peça fundamental para o aproveitamento econômico do grande potencial agropecuário, florestal e mineral já identificado no Vale do Tocantins Araguaia, tendo em vista a vinculação a modais de baixo custo e consumo face ao pequeno valor unitário das cargas a serem geradas e às grandes distâncias a se percorrer (BRASIL, 2013c, p. 13-14).

Gerido pela Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia – AHITAR, o rio Tocantins possui uma extensão navegável de 712 quilômetros divididos em três trechos. O primeiro, da foz em Abaetetuba até a barragem de Tucuruí, na cidade de Tucuruí, no Pará, possui 254 quilômetros. Desse local até a cidade de Marabá, a distância de 244 quilômetros caracteriza o segundo trecho viável à navegação, percurso sujeito à variação dos níveis do reservatório de Tucuruí. O terceiro trecho, de 214 quilômetros, parte de Marabá, no Pará, até a cidade de Imperatriz no Maranhão (BRASIL, 2013c).

O estirão que parte da foz até a barragem tem seu regime determinado pela variabilidade das marés e pelas vazões efluentes da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Tal área possui excelentes condições de navegação durante todo o ano, com calado das embarcações podendo variar de 1,50 metros até 2,50 metros. Da foz até a cidade Cametá (PA), pode ser frequentada por embarcações marítimas. O trecho dispõe de cartas de navegação. O comboio-tipo para o Tocantins possui comprimento de 200 metros, boca de 24 metros e calado de 2,5 metros (BRASIL, 2013c, p. 15).

A fim de possibilitar o sistema multimodal de transporte, elegeram-se alguns portos e terminais portuários de importância, como os portos de Vila do Conde e de Belém, além dos terminais de uso privativo Ponta da Montanha, Murucupí, Bertolini Belém, Agropalma e J. F. de Oliveira Belém, todos esses no Pará. Os não autorizados encontram-se em Imperatriz, no Maranhão, Marabá e Tucuruí, no Pará. No sistema rodoviário estão a BR-010 e a BR-316, ambas partindo de Belém. E, por fim, há a possibilidade de articulação ao sistema ferroviário, com a FNS e a EFC (BRASIL, 2013c).

Mesmo com diversas obras de infraestrutura concorrentes, como a Ferrovia de Integração Centro-Oeste, a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Tapajós-Teles Pires, a Hidrovia Tocantins-Araguaia ainda se mostra viável. Segundo as simulações realizadas, há um significativo fluxo potencial de carga geral, granel sólido e granel sólido agrícola a ser transportado pela hidrovia. Soja,

milho, carvão mineral e carga geral são os principais produtos representados neste grupo (BRASIL, 2013c, p. 29).

No entanto, os grupos sociais organizados contestam a viabilidade da implantação da hidrovia, uma vez que os estudos de impacto ambiental, segundo os mesmos, revelam inclusive a inviabilidade econômica em face desses outros projetos previstos na região.

O Estudo de Impactos Ambientais (EIA) relativo à hidrovia Araguaia-Tocantins, entregue pelo empreendedor ao IBAMA, não atende às mínimas exigências legais e éticas e apresenta metodologias questionáveis sob ponto de vista científico e técnico. Na avaliação desse EIA, realizada pelo Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural/CEBRAC-DF, chega-se à conclusão que esse projeto de hidrovia industrial não tem a menor capacidade de competição frente às ferrovias Norte-Sul e Ferronorte, tomando como base os dados da Ahitar/Fadesp, da Valec/Ferrovia Norte-Sul e da Ferronorte, além de informações adicionais do BNDES. Além disso, o projeto da hidrovia terá grande impacto ambiental com a modificação dos leitos do rio, sob à fauna aquática e à vida das populações ribeirinhas, indígenas e agricultores, face aos processos de drenagem, alagamento e assoreamento, com grande ameaça de atingir, inclusive, a cidade de Marabá (CARTA DE MARABÁ¹⁶, 2001).

Como descrito no trecho da carta acima, os grupos sociais, uma vez mais, reiteram o fato de que a hidrovia Araguaia-Tocantins, como um grande projeto, trará impactos socioambientais à região, além de consolidar-se como enclave econômico.

Destacamos nesta parte do trabalho os projetos articulados à região do Baixo Tocantins que estão na linha do desenvolvimento. Dividimo-los em dois grupos, os projetos já devidamente consolidados e os que estão em fase de implantação.

No que se refere aos primeiros, foram implantados no contexto dos grandes projetos desenvolvimentista instalados na Amazônia, principalmente durante o regime militar. Os impactos deles decorrentes sugerem a não articulação a uma estratégia de desenvolvimento para o local, a fragilidade da legislação ambiental, ao menos no contexto em que foram implantados, e, como decorrência desse processo, a consolidação dos mesmos como enclaves econômicos na região.

Já os projetos mais recentes refletem as contradições das políticas do governo federal. Por um lado, os de infraestrutura, como a FNS e a Hidrovia Araguaia-Tocantins, voltados para atender precipuamente as demandas do comércio internacional. Por outro, a

¹⁶ Carta intitulada “Uma alerta sobre a hidrovia Araguaia Tocantins”, apresentada no seminário “Grandes Projetos na Amazônia: hidrovia do Araguaia Tocantins” desenvolvido nos dias 27 e 28 de março de 2001, no campus de Marabá da UFPA e coordenado pelas instituições: FETAGRI regional Sudeste do Pará, CPT, Centro de Prevenção, Apoio Social e Pastoral - CEPASP E FASE.

dendeicultura, articulada mais diretamente às atividades produtivas nas áreas rurais dos municípios da região, levantando a bandeira do desenvolvimento sustentável, mas questionável sob o ponto de vista de que tende a promover a expansão das relações capitalistas no campo.

O fato é que mais uma vez evidenciamos as políticas contraditórias do governo federal estabelecidas na Amazônia, de acordo com as interpretações de Becker (2001 e 2007). Hoje percebemos essas políticas contraditórias estabelecidas na região do Baixo Tocantins. Por um lado, o PPDJUS, articulado às diretrizes da política ambiental do governo federal, erguendo a bandeira do desenvolvimento sustentável, ou, de acordo com a teorização de Becker (2001), a do “desenvolvimento endógeno”. Por outro, as políticas de infraestrutura, ligadas aos corredores de transporte promovendo um “desenvolvimento exógeno”.

O que fica evidente é que todos esses projetos destoam das particularidades regionais, salvo os avanços considerados no PPDJUS, com as resistências ao pensamento dominante, veiculadas nos debates e mobilizações promovidos pelos grupos sociais em nível regional, principalmente no âmbito do CONJUS, mesmo com todas as suas contradições.

Imaginários contraditórios dentro dos grupos sociais (a absorção dos ideários da modernização com suas possíveis consequências positivas e a negação desse processo) podem ser observados nos relatos de alguns entrevistados quando se referem a esses projetos instalados na região.

A preocupação em relação às consequências socioambientais em uma região que possui um histórico de impactos provindos de grandes projetos torna-se mais uma vez evidente. Neste caso, os relatos evidenciam a inclinação da Hidrovia Araguaia-Tocantins como um projeto que pode contribuir definitivamente com a diminuição do pescado, o desaparecimento das ilhas, deteriorando ainda mais as condições de vida das populações tradicionais da Amazônia.

Outro problema que tá próximo a acontecer aqui pra nós é a nossa fauna que vai acabar, que vão bombardear o nosso rio, vão fazer o canal de transporte de minério aqui, né, aí vão dragar o rio. Eu tô preocupado com isso também! Isso já tá articulando aí, mas parece que o PAC esse ano, agora no mês de julho tirou do plano deles, o plano de desenvolvimento, saiu de lá. E parece que tem uma outra entidade que vai bancar isso, né. Aí eu não sei ainda até que ponto tá, ia começar esse ano aqui a dragagem... Começou essa dragagem aqui, pronto, acabou o peixe. E não vai ser só daqui, Cametá, todos esses municípios aqui pra baixo vão acabar. Até Conde, esse canal vai ser aberto até Conde. Aqui muitas ilhas vai desaparecer porque assim que eles começarem a fazer o canal, a vazante da água vai ser muito maior, muita velocidade, aí as ilhas menores vão sumir (Entrevistado 01, Presidente da

Colônia de Pescadores do município de Baião, 47 anos, 06 de agosto de 2012).

Vão implantar a hidrovía aqui, né. Um projeto pra implantar a siderúrgica lá de Marabá, né. Aí já foi, aí a reclusa já tá pronta, e agora eu não sei se este ano ou pra outro ano vai ter que funcionar isso porque tem que funcionar, né, porque nós tava vendendo pros estrangeiros o nosso aço daqui a preço de banana, né, aí o presidente Lula achou que devia ser beneficiado aqui e já ir pra lá (...) mas todo isso, quando tem essa dragagem aqui, que provavelmente vai ser 30 metros de fundura com uns 40 de largura, aí que vai ser o tiro de misericórdia (risos) onde nós vamos pescar? E pela constituição da barragem, a modo que a jusante não tem direito em nada, com essa hidrovía pronta agora vai ser o tiro de misericórdia pra nós (Entrevistado 02, Vereador do município de Baião, 68 anos, 07 de agosto de 2012).

Os relatos também evidenciam as expectativas criadas em relação aos investimentos da dendeicultura na região. Ficou evidente que os movimentos sociais e sindicais estão buscando se inserir na atividade com o intuito de fortalecer o pequeno produtor e o consorciamento com a agricultura familiar. Neste caso, a PETROBRÁS é a empresa que está negociando esse processo na região.

Na verdade, tem uma, assim, quando o programa foi lançado ele vem em parceria na verdade com a agricultura familiar. Na verdade não veio. (...). Então uma parte vai ser investido na agricultura familiar. Agora a agricultura familiar daquele produtor que se enquadrar até 10 hectares de área disponível pro projeto. A realidade de Mocajuba, a realidade de Mocajuba é de pequenas propriedades, propriedades de 10, 15, 20, até no máximo 25 hectares. Então com isso, na verdade, a maioria das pessoas que se cadastraram, que têm interesse em aderir ao projeto, ele não vai se beneficiar porque não tem como, ele não se enquadra na ideia de hectares. Nós começamos um pensamento aqui em discutir isso e tentar convencer a PETROBRÁS pra que fosse implantado 6 hectares. Ali eles colocaram nas conversas que a gente têm feito: “Não, vamos primeiro ver, contar quem tem 10, daí a gente volta discutindo, botar 6 e continua!”. Então é isso! Então o que tá colocado hoje da empresa, da PETROBRÁS, da empresa, do projeto daqui é que é 10 hectares pro pequeno, agricultor familiar, e 50 pro médio e grande, grande produtor. Então essa que é a questão do projeto! Então não vai haver aqui uma concentração. Por exemplo, o empresário vai pegar aqui e vai plantar 100, 200, 300 hectares. Não! Ele pode plantar até 100 no máximo o grande e pro pequeno 10 hectares. Mas já tem uma discussão aí da Biovale deve vir pra cá e aí vai ser um negócio mais assim, mais empresário mesmo que devem fazer grandes projetos aí. Mas que essa é a discussão da PETROBRÁS, é discutido através da agricultura familiar e dos produtores que já têm propriedade no município (Entrevistado 07, Vereador do município de Mocajuba, 42 anos, 11 de agosto de 2012).

Essa discussão em nível regional revela o amadurecimento do processo de negociação dos movimentos sociais e sindicais com as instituições dominantes, como Estado e empresas,

reiterando, uma vez mais, “o novo imaginário dos camponeses e seus aliados naquela região” (SOUSA, 2002). Imaginário esse que não vê as instituições hegemônicas apenas como a negação, mas como possíveis parceiras na promoção do desenvolvimento regional.

Hoje nós temos já com uma discussão também a nível de região com relação aí à PETROBRAS, né, que tá aqui no nosso município, que é um projeto que eu acho que vai ser além do PDJUS, e também surgiu e nasceu dentro desses debates. A gente entende que esses municípios que vai fazer parte do projeto aí do biodiesel, ele também é um projeto que tá ligado ao da ELETRONORTE, né, um projeto que a gente tá resgatando ali coisas que nós perdemos no passado. E pro futuro nós temos aí um grande desafio que a gente tá tentando ver se consegue nos organizar pra pensar cada vez mais melhor pro nosso município (Entrevistado 04, Vereador do município de Baião, 41 anos, 08 de agosto de 2012).

O imaginário do trabalho também está presente nos discursos. Está presente na maior parte dos projetos de infraestrutura instalados na Amazônia, que promovem grandes transformações nos espaços onde se localizam. Dessa forma, esse discurso é o da segurança, promovendo o trabalho e a renda como facilitadores do desenvolvimento.

Olha, nós temos já trabalhando em vários desenvolvimentos, né, em vários projetos, né. Por exemplo, um primeiro projeto que já tá em curso que é no caso PETROBRÁS, entendeu. O biodiesel pra nós ele vai interligar o nosso município na maior empresa mundial, na maior empresa mundial do Brasil, na oitava maior do mundo, que é a PETROBRÁS, e isso pra nós é um grande avanço. (...) O projeto que nós precisamos é desenvolver, até porque aqui na nossa cidade nós vamos ter a oportunidade de fazer a esmagadora, que vai ser implantada a esmagadora aqui eu acho nesse ano, e aí a gente tá contando de estabilizar todo mundo com relação a funcionalismo. A preocupação nossa aqui é a sobrevivência porque quem tem um salário de salário mínimo pra frente já vive bem aqui nessa cidade, que nós não temos perseguição de bandidos, essas questões tudinho. Aqui a gente vive muito bem, vive pra família da gente, tranquilo com relação a essas perseguições que tem nessas outras cidades. Então é muito diferente Baião dos outros municípios. [G: Esse projeto do biodiesel é a partir do dendê?] Dendê. Já tem em Barcarena, já tem em Abaetetuba, Igarapé Miri. Ele é um projeto que ele vai abranger todo esse núcleo, né. Estamos investindo maciçamente na plantação e seleção de produtores. [G: É uma grande produção ou é uma produção familiar?] É uma produção familiar. A gente é produção familiar a partir de 10 hectares, 10 hectares pra frente. Eu falo muito assim nessa questão do dendê porque eu entendo que é um projeto que ele vai, queira ou não a pessoa plantar ou não plantar, mas o desenvolvimento vai chegar nele de qualquer forma. Ou ele vai plantar ou então ele vai colher, ou se ele não for colher ele vai, ele vai participar do projeto. O projeto ele vai ser um projeto que vai atender todo o nosso município. Nós, com uma esmagadora aqui nós vamos ter a nível de 200 funcionários. E 200 funcionários num município que nem Baião vai abranger 200 famílias, que é muita família. Eu vejo muito próximo isso de acontecer (Entrevistado 04, Vereador do município de Baião, 41 anos, 08 de agosto de 2012).

No entanto, esse pensamento não é consensual, há também uma discussão sobre os possíveis impactos à segurança alimentar que poderão ser provocados pela monocultura do dendê, uma vez que a produção de grãos tem sido preterida. Esse processo se evidencia porque a renda obtida com a plantação do dendê promove a segurança da renda fixa, nem sempre possível com as atividades desenvolvidas na agricultura familiar.

Hoje tá sendo implantado aqui na região o Pará Biodiesel, mas eu, tudo bem que plantar dendê daqui a um tempo vai dar dinheiro e tal essas coisas, mas precisa ser investido recurso na plantação de grãos porque senão nós vamos ter sérios problemas daqui pra frente se a gente não plantar mandioca, milho, arroz, feijão, o próprio reflorestamento das áreas degradadas porque aqui a grande produção era de pimenta do reino. Hoje ela foi praticamente devastada a pimenta do reino por conta de doenças, da filariose e outras. Então a agricultura ela teve uma queda muito grande no município e também na região (Entrevistado 06, Ex-participante do MAB e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Mocajuba, 45 anos, 11 de agosto de 2012).

Outra discussão em nível regional consiste na desarticulação entre os projetos desenvolvidos na região e sua contribuição ao desenvolvimento. Neste caso, debate-se principalmente a existência de um plano de desenvolvimento regional, o PPDJUS, e a ELETRONORTE como a única investidora com o PIRJUS. Neste caso, os grupos sociais evidenciam a necessidade de as outras empresas e os outros projetos instalados na região também contribuíssem com investimentos no âmbito do PPDJUS. Esse processo facilitaria os investimentos em projetos que tivessem rebatimentos na escala da região e que tivessem impactos decisivos sobre o seu desenvolvimento.

E nós temos que ver que esse plano também, a ELETRONORTE é apenas uma parceira e nós nunca conseguimos buscar outros parceiros. Nós nunca conseguimos avançar pra buscar outros parceiros. A ELETRONORTE sempre ela era o parceiro único, parece ali que ela tava responsável por tudo. Então eu acho que a gente ficou devendo esse debate mais consistente com relação à região. E era exatamente desse debate que a gente deveria tá tirando essas discussões assim dessa coisa mais focada. É assim: eu tô discutindo a região, mas eu tô olhando mais pro meu município. Sempre foi assim! O cara não consegue se despir disso. Houve assim, desenvolvimento houve por quê? Houve pros municípios e queria pra região, mas não que a coisa viesse assim “Não, isso aí vai mexer com a região!” Um das coisas que poderia sim tá mexendo com a região e muito, desenvolvimento muito exatamente essa questão da energia, que não chegou nas comunidades ribeirinhas. Se a gente tivesse trabalhado isso em paralelo aí, no luz para todos, a ELETRONORTE pudesse entrar em parceria, não pra dar energia, não pra executar o projeto, mas se ela fosse uma parceira, uma intermediária pra que isso avançasse, acho que a gente conseguiria desenvolver muito mais a região. Quando a gente tem energia a coisa, de alguma forma muda a qualidade de vida das pessoas (Entrevistado 12, Secretário de Administração

do município de Limoeiro do Ajuru e Membro do CONJUS municipal, 46 anos, 14 de agosto de 2012, grifos nossos).

Concluimos essa parte do trabalho chamando atenção para o fato de que hoje a região do Baixo Tocantins é alvo direto dos investimentos do governo federal, ao contrário do que se observou nas décadas anteriores em que a região esteve em grande medida afastada desse processo. Agora, o embate entre o que permanece e o que muda está muito mais evidente, uma vez que a ideologia da modernização está cada vez mais presente, tanto na materialidade do espaço quanto no imaginário do desenvolvimento construído na região. Nesse sentido, as resistências que aí subsistem atuam tanto no sentido de afirmar esse processo quanto no sentido de negá-lo. A contradição, nesse caso, está instalada dentro do próprio imaginário, entre o modernizar-se e o resistir como potência.

O embate entre essas percepções corresponde também a um embate entre um espaço que se moderniza e a preservação de relações baseadas na estrutura econômica anterior, com relações baseada no clientelismo, nos favorecimentos políticos, que perpetuam as contradições que não serão sanadas com a modernização do espaço. As reflexões que Castro (1992) desenvolveu para a região Nordeste vão ao encontro do que observamos no Baixo Tocantins.

O conjunto de indicadores econômicos permite afirmar que a região acompanhou o processo de modernização do país, e mesmo que se beneficiou dele, ressaltando-se, porém, que as transformações foram setorialmente seletivas. Nesse ponto reside o que poderíamos chamar de “enigma nordestino”, pois à expansão e modernização dos recursos materiais corresponde a preservação das relações sociais forjadas na estrutura econômica anterior. Ou seja, assiste-se na região a convivência entre dinâmicas de transformação do econômico e do social muito diferentes, o que resulta na superposição de condições materiais que se modernizam e condições sociais que se deterioram. Embora esta seja uma situação que de algum modo ocorre no país, a especificidade do Nordeste está nas suas proporções bem maiores (CASTRO, 1992, p. 101-102).

Uma vez mais, reiteramos o fato de que a experiência de planejamento desenvolvida no PPDJUS poderá contribuir para a superação dessas relações. Para isso, a discussão, que por ora limita-se apenas a alguns representantes dos movimentos sociais, teria que penetrar na sociedade, promovendo grandes debates sobre os rumos do desenvolvimento da região, possibilitando, assim, ganhos de autonomia.

Considerações finais

O PPDJUS, estabelecido com o propósito de nortear os rumos do desenvolvimento da Região do Baixo Tocantins, apresenta em suas diretrizes a variável ambiental, revelando a sua consonância com a tendência atual dos planos de desenvolvimento ao considerarem as questões de ordem ambiental. Defendendo a promoção do desenvolvimento sustentável, chama a atenção para dois aspectos.

O primeiro deles é a presença de atividades econômicas tradicionais na Região do Baixo Tocantins, que tem suas atividades produtivas voltadas ao extrativismo, à pesca artesanal e à agricultura familiar. Neste caso, o incremento das cadeias produtivas voltadas aos produtos dessas atividades, idealizadas no Plano, aproxima a proposição do desenvolvimento sustentável com a ideia de “desenvolvimento endógeno” (BECKER, 2001) pela valorização das particularidades regionais.

O segundo aspecto é que tal leitura não se afasta da variável econômica, uma vez que tais cadeias produtivas deverão articular-se às tendências do mercado, mas definindo como protagonistas do processo os pequenos produtores. É fato notório que a ideia de desenvolvimento sustentável é utilizada na maior parte das políticas de forma discursiva, revelando a continuidade dos propósitos do desenvolvimento econômico. No entanto, no PPDJUS, há um esforço de aproximar essa noção das demandas da região.

O desafio colocado está em desenvolver uma estratégia de ação que possa materializar essas aspirações em conformidade com as especificidades amazônicas, ou seja: implementar um modelo de desenvolvimento regional acoplado com as premissas de sustentabilidade (BRASIL, 2003a, p.46).

No entanto, colocar em prática tais projeções não constitui tarefa simples. A prática objetiva da gestão nem sempre se encaminha no sentido de implementar exatamente o que foi definido no planejamento. Esse movimento, que pode representar um processo de descontinuidade, torna-se compreensível, uma vez que o PPDJUS deve ser entendido como um esforço inicial, levando à interpretação do planejamento como um processo constante. Assim, novos desafios e novas necessidades podem ser evidenciados de acordo com as mudanças na dinâmica social e política, exigindo uma constante observação da realidade.

O que importa considerar é que, a despeito de parte das representações sociais considerarem os projetos desenvolvidos durante esses dez anos limitados para a promoção do desenvolvimento regional, os ganhos pedagógicos devem ser considerados. Nesse sentido, o amadurecimento na concepção e implementação de propostas pode ser evidenciado no âmbito das discussões dos representantes das instituições e a eleição de prioridades daí decorrentes.

Essas discussões revelam, ao mesmo tempo, os embates de pensamentos, interesses e projetos na relação local-regional. Apesar da realidade de região, os convênios são celebrados individualmente com cada município, ora considerando projetos similares, ora considerando a especificidade de cada município como um amadurecimento recente. Tais projetos, desenvolvidos a partir do repasse de recursos públicos, principalmente do governo federal, por meio da ELETRONORTE, só podem ser implementados se as prefeituras estiverem em dia com a prestação das contas públicas. Assim considerando, pouco se observa todos os municípios celebrando convênio ao mesmo tempo, o que denota uma fragilidade ao projeto do desenvolvimento regional.

Esse projeto também se compromete porque, mesmo depois de dez anos de desenvolvimento do PPDJUS na região, a ELETRONORTE ainda não reconhece os municípios de Oeiras do Pará, Abaetetuba, Mojú e Barcarena como impactados e, portanto, não destina investimento aos mesmos por meio de seu PIRJUS. Ou seja, há um plano de desenvolvimento voltado à Região do Baixo Tocantins que considera nove municípios, mas destes apenas cinco recebem investimentos porque a maior investidora na região, a ELETRONORTE, só considera cinco municípios como área impactada. Esse quadro suscita desconfiâncias em relação à proposta de desenvolvimento da região.

Ao mesmo tempo, a Região do Baixo Tocantins mostra-se uma realidade em permanente processo de negociação, atravessada por projetos e vivências diferenciadas. Nesse sentido, a dimensão política da sociedade ganha relevo, o que não pode ser desconsiderado no debate regional. Essa dimensão assume, algumas vezes, a forma de disputas, seja no nível político-partidário, quando os representantes das organizações públicas que não pertencem à esquerda se afastam do processo ou com as alianças mais fortalecidas da esquerda que valorizam o institucional; seja no nível das disputas entre os representantes dos movimentos sindicais e sociais e os representantes do poder público municipal com seus pensamentos diferentes sobre os projetos que devem ser desenvolvidos na região.

É importante evidenciar também os interesses principais das instituições que compõem o CONJUS regional. A ELETRONORTE com sua área de influência e o *marketing* do comprometimento social; o Governo do Estado do Pará ausente do processo, embora tenha celebrado alguns convênios, mas com interesses voltados à região por meio de sua Política de Integração Regional; os movimentos sindicais e sociais com suas demandas voltadas ao “homem do campo”, às vezes arrefecidas pela institucionalização desses movimentos; e as

prefeituras municipais com vistas aos interesses de cada município em particular, voltando algumas conquistas a partir do Plano a seus interesses políticos.

Esses interesses diferenciados, que ora se articulam e ora se repelem, imbricam múltiplas escalas espaciais que implicam em sobreposições de regionalizações do Baixo Tocantins. Estas consideram os limites administrativos dos municípios e articulam, ao mesmo tempo, as vivências e as projeções sobre o espaço. A regionalização da Região do Baixo Tocantins que considera nove municípios e as vivências fortalecidas pela organização política no nível regional. A regionalização da ELETRONORTE, que propõe, por meio de seu PIRJUS, a ação em cinco municípios definidos como impactados pela empresa. Tais municípios constituem a sua “área de influência”; e a regionalização do Governo do Estado do Pará, que definiu a Região de Integração do Tocantins a partir de onze municípios para fins de planejamento do desenvolvimento, considerando diversas escalas institucionais públicas e privadas.

A complexidade do espaço regional também é reforçada com a ação direta do governo federal mais recentemente na região. Ao contrário do observado em décadas anteriores, em que apenas indiretamente a região foi articulada às políticas de desenvolvimento da esfera federal. Neste caso, essa articulação indireta se deu muito mais pelos impactos de ordem socioambiental da instalação dos projetos: Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no médio Tocantins, e Albrás-Alunorte, no município de Barcarena.

Os projetos mais recentes, como já destacado ao longo deste trabalho, são a Ferrovia Norte Sul, a Hidrovia Araguaia-Tocantins, e o incentivo à dendeicultura. Os dois primeiros, projetos de infraestrutura, articulam-se às demandas do mercado internacional, uma vez que objetivam ligar-se aos portos do Norte e Nordeste do País para o transporte de grãos e minérios. Uma vez mais, a lógica do desenvolvimento econômico promovida pelo Estado e por setores da iniciativa privada evidenciam-se, articulando-se a uma proposta de desenvolvimento externa ao regional.

O projeto do incentivo à dendeicultura, seja na forma da atuação de grandes empresas, seja na forma de articulação das mesmas com pequenos produtores rurais, propõe o desenvolvimento sustentável pela relação menos predatória com a natureza fonte de recursos, ao menos no plano discursivo, e pela geração de renda aos trabalhadores do campo. Com o intuito da produção de óleo de palma a ser aproveitado na fabricação do biodiesel, o projeto apresenta fragilidades pela tendência à expansão de relações capitalistas no campo.

Assim, analisar a proposta de planejamento participativo desenvolvida na região do Baixo Tocantins, levou-nos para muito além do PPDJUS. Esse ponto de partida revelou a complexidade posta para o debate sobre a região, um espaço socialmente produzido que se afirma na dinâmica da globalização e que agrega para si conteúdos ainda mais complexos. Pudemos identificar, assim, uma plêiade de agentes institucionais que contribuem com seus projetos diferenciados para essa complexidade.

Esses agentes articulam múltiplas escalas que têm seus rebatimentos nas vivências imediatas dos sujeitos sociais que lá se reproduzem; sujeitos esses que resistem como “homens do campo”, identidade territorial construída relacionalmente no confronto com a alteridade. O desenvolvimento almejado para eles, portanto, é aquele que deva valorizar essa identidade, que é a do agricultor, a do pescador, a do ribeirinho, a do quilombola. Mas essa resistência é acompanhada do processo de organização da sociedade, transformando-se em potência. Esta é mobilizada também nas discussões no âmbito do CONJUS. Aí estão as maiores possibilidades postas para a participação da população, precipuamente para a discussão de políticas que tenham rebatimento na escala regional.

Chamamos atenção para três aspectos que abrem possibilidades ao planejamento participativo na escala regional: a organização da sociedade, a existência de uma identidade regional que possibilita maior coesão e a forte articulação institucional no nível regional.

A organização da sociedade é notória desde a década de 1980, principalmente com a formação do movimento de oposição sindical, apoiado pela Prelazia de Cametá e pelas ong's. Além dos movimentos sindicais, há também uma plêiade de entidades como associações, cooperativas, comunidades, pastorais, clubes e centros sociais que se associam às atividades desenvolvidas na região, além dos movimentos sociais como o MODERT e o Movimento Tocantins que primam pelo debate sobre as grandes questões da região. A identidade regional, por eles também referenciada no território do Baixo Tocantins, foi construída pelo enraizamento, em que predomina uma população de origem local e também pela espacialidade construída ligada à relação com as dinâmicas do rio e da floresta. Essa identidade foi fortalecida e arregimentada na construção dos movimentos sociais e nas grandes mobilizações promovidas por esses grupos na escala regional. A forte articulação institucional na região se revela pela existência de associações de prefeituras, de vereadores, MAB, MODERT, MT, FETAGRI, que contribuem com o fortalecimento político nessa escala espacial.

Dentre os limites para o planejamento participativo, identificamos o peso do fator institucional e a existência de relações tradicionais (paternalismo, assistencialismo, clientelismo e favorecimentos políticos), decorrentes da cultura política conservadora. No primeiro caso, como já debatido, entendemos a institucionalização dos movimentos sociais que se fortaleceu com a chegada do PT ao governo nos diferentes níveis da política instituída. Neste caso, a primazia dos projetos debatidos tende a fortalecer o institucional em face dos projetos diferenciadores, que não estão dissociados da realidade vivenciada na região, mas que dificultam os avanços no âmbito da coletividade. Implementar propostas de planejamento participativo pressupõe o encontro com as diferenças, que pode contribuir com o amadurecimento do debate, desde que a negociação entre propostas diferenciadas caminhem no sentido de tornar as instituições mediadoras e as estruturas espaciais as mais abertas possíveis.

As relações tradicionais pressupõem favorecimentos que diminuem o processo de tomada de decisão em face das coletividades. É evidente que a tomada de decisão no âmbito do CONJUS limita-se a alguns poucos representantes das organizações sociais e que a coletividade ainda não é alcançada, limitando assim o próprio alcance popular do plano. Mas acreditamos que o processo de tomada de decisão, ainda que limitado, pode servir pedagogicamente para amadurecer o debate em relação a experiências futuras, em que a sociedade possa responsabilizar-se por suas escolhas. Esse processo pode reverter os favorecimentos políticos das relações tradicionais.

Para isso, pode contribuir o próprio processo de planejamento adotado no PPDJUS, que força indiretamente o debate sobre a modernização da gestão pública, requerida inclusive para implementação de planos diretores municipais. Medidas como planejamento participativo, organização das contas públicas, elaboração de projetos etc podem incentivar o arrefecimento das relações tradicionais.

Estamos inferindo com essas questões certo grau de racionalização do processo de tomada de decisão, mas não o fechamento absoluto. É preciso estabelecer uma dialética entre a forma e o conteúdo. Os projetos diferenciadores para serem efetivados precisam apoiar-se em formas sociais que garantam o seu desenvolvimento. No entanto, essas formas devem ser as mais abertas possíveis, permitindo sempre um refazer-se a depender das contingências.

Essa argumentação evidencia o embate entre distintas trajetórias na região, entre o que busca modernizar-se e o que permanece como cimento social de relações pretéritas. Mas esse encontro pode abrir possibilidades ao futuro, levando ao que Harvey (2004) propõe como

utopismo dialético. Nessa leitura, o autor propõe a construção de uma nova ordem socioecológica, compondo uma trajetória diferente para os desenvolvimentos geográficos desiguais. Esse utopismo dialético só pode ser alcançado com a universalização do processo. Nesse sentido, o autor propõe a refeitura da concepção da “comunidade” no sentido de vincular-se a uma política rebelde mais generalizada. Mas essa política não pode desconsiderar as particularidades. A negociação entre trajetórias distintas constitui a mediação entre as particularidades e a construção de um projeto universal, compondo uma revolução histórico-geográfica permanente.

Essa forma de compreensão deve permitir-nos enxergar as possibilidades ao futuro para além das contradições vivenciadas na região. O peso do estatal é evidente em todos os seus aspectos, mas é preciso encontrar nas fissuras do estatal as possibilidades de negociações que contribuam para a valorização dos projetos que são diferenciais. Nesse sentido, para além das desigualdades, das marginalizações, das contradições vivenciadas pelos grupos sociais na região, é necessário encontrar a potência criativa das vivências que abrem tantas possibilidades aos espaços de esperança.

Referências

ACSELRAD, H. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 128-138.

ARNAUD, M. J. C. **Gestão ambiental no Baixo Tocantins**: dos movimentos ambientalistas à elaboração do PPDJUS. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BASILE, C. G. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião à Jusante da UHE Tucuruí**: a emergência de uma luta histórica. 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

BASTOS, A. P. V. *et alii*. Economia e sociedade na região do Tocantins. **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 259, p. 1-28, 2010.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

_____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. *et alii* (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/1541964/pg-4-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-23-12-1996> Acesso em: 15 jun. 2013.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí – PDJUS (versão preliminar)**. Brasília: ELETROBRÁS-ELETRONORTE, 2003a.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Sistematização das oficinas municipais de construção do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região à Jusante da UHE Tucuruí – PPDJUS**. Brasília: ELETROBRÁS-ELETRONORTE, 2003b.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Relatório Socioambiental do Programa PIRJUS**. Tucuruí: Gerência de implementação de ações socioambientais, 2013a.

_____. Valec – Engenharia, construções e ferrovias S.A. **EF-151- Ferrovia Norte-Sul – FNS**. Disponível em: <http://www.valec.gov.br/acoes_projetos/> Acesso: 28 jul. 2013b.

_____. Ministério dos Transportes. **Relatório executivo do estudo da Bacia do Tocantins**. Brasília: Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Laboratório de transporte e logística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013c.

BREITBACH, A. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, n. 13, ago. 1988. (Caderno Teses.)

CARDOSO, A. C. D. *et alii*. Concepção integrada de Planos Diretores Municipais e Plano de Desenvolvimento Regional: o caso do Baixo Tocantins/PA. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, XI, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR, 2005. 1 CD-rom.

CARTA de Marabá - Um alerta sobre a Hidrovia Araguaia-Tocantins, 2001. Disponível em: <<http://www.riosvivos.org.br/Noticia/Carta+de+Maraba+++Um+alerta+sobre+a+Hidrovia+Araguaia+Tocantins/42>> Acesso em: 17 ago. 2013.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

COELHO, M. C. *et alii*. Estratégias de modernização na Amazônia e a (re)estruturação de municípios: o caso da implantação de empresas minero-metalúrgicas e de energia elétrica. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP, 2003. p. 657-694.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 03, p. 39-68, jul./set. 1987.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2002. (Série Princípios).

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et alii* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CRUZ, V. C. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JR., S. C.; TAVARES, M. G. C. (Orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 93-107.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B. (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.43-77.

FERREIRA, K. J. Sustentabilidade e participação social ante mega-dams na Amazônia: o caso PPDJUS a Jusante da UHE Tucuruí e o Setor Elétrico Nacional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, IV, 2008, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: ANPPAS, 2008. Disponível em:<<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT4-462-2820080515234447.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2012.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.64-89.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai-ago 2006.

HAESBAERT, R. **Regional-Global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, D. **Nature, justice and geography of difference**. New York: Blackwell, 1996.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFEBVRE, H. **Posição**: contra os tecnocratas. São Paulo: Nova Crítica, 1969.

_____. **La Production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 2001.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, M. M. **Baião: mudanças e permanências em uma cidade ribeirinha à jusante do rio Tocantins-PA**. 2010. 90 f. Monografia (Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LOURAU, R. **El Estado y el inconsciente**. Ensayo de sociología política. Barcelona: Editorial Kairós, 1980.

MALHEIRO, B. C. P; TRINDADE JR., S. C. Entre rios, rodovias e grandes projetos: mudanças e permanências em realidades urbanas do Baixo Tocantins (PA). In: TRINDADE JR., S. C. *et alii* (Orgs.). **Pequenas e médias cidades na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2009. p. 59-92.

MARTINS, J. S. As temporalidades da história na dialética de Lefebvre. In: _____. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13-23.

_____. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 17-49.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINDLIN, B. **Planejamento no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

MOCAJUBA. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto de Intervenção Pedagógica para a implantação do projeto de nucleação participativa das escolas pólos do território de Nova Aliança e do território de Bom Futuro**. Mocajuba, 2013.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Desenvolvimento: novas e velhas (in)certezas. **Papers do NAEA**, Belém, n. 281, p. 1-109, 2011.

MORAES, A. C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: MELLO, N. A.; OLIVEIRA JR., R. (Orgs.). **Para pensar uma política**

nacional de ordenamento territorial. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. p. 43-47.

NAHUM, J. S.; MALCHER, A. T. C. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Revista Confins [Online]**, n. 16, p. 1-20, nov. 2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7947>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

NASSER, A. A.; FUMAGALLI, M. A opressão da equivalência, as diferenças. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 25-37.

PARÁ. Secretaria de Estado de Integração Regional – SEIR. Diretoria de Integração Territorial. **Atlas de Integração Regional do Estado do Pará**. Belém: SEIR, 2010.

POMPEU, J. D. P. **Evolução territorial e urbana do Município de Cametá**. Cametá: Novo Tempo, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ROCHA, G. M. **Todos convergem para o lago**: hidrelétrica de Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

SANTOS, M. **Espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E; MAIA, M. L. S. (Orgs.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCOTTO, G; CARVALHO, I. C. M; GUIMARÃES, L. B. **Desenvolvimento Sustentável**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEABRA, O. C. L. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71-86.

SILVA, L. S. **O seringal caboclo no Município de Breves no período anterior à expansão da economia da borracha**. Belém: Amazônia Grão Pará, 2009. Disponível em:

<http://amazoniagraopara.ufpa.br/publicacoes/seringal_caboclo_breves.pdf> Acesso: 19 dez. 2010.

SILVA, M. A. P.; MALHEIRO, B. C. P. A face ribeirinha da orla fluvial de Belém: espaços de (sobre)vivência na diferença. In: TRINDADE JR., S. C.; SILVA, M. A. P. (Orgs.). **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p. 145-169.

SILVA, M. J. V. **Dilemas do planejamento e da gestão municipal na Amazônia ribeirinha**: uma análise do caso de Cametá à luz do ideário da reforma urbana e do estatuto da cidade. 2008.174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SOUSA, R. V. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém: NAEA, 2002.

SOUZA, M. L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGEG/UFRJ/Garamond, ano II, n. 3, p. 13-35, jul./dez. 1997.

_____. **A Prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, J. F. **Virando as costas para o rio? Mocajuba, natureza e dinâmica de uma cidade ribeirinha na Amazônia**. 2011.83 f. Monografia (Graduação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TAVARES, M. G. C. **A dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará (1966-1996)**. 1999. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

TRINDADE JR, S. C. **A cidade e o rio na Amazônia**: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. Projeto de pesquisa submetido ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ. Belém: 2008.

_____. Diferenciação espacial e formação de sub-região: o Baixo Tocantins na Amazônia oriental. In: SILVEIRA, M. R; LAMOSO, L. P; MOURÃO, P. F. C. (Orgs.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. v. 1. p. 313-329.

VAINER, C. B. Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Revista Estudos Avançados da USP**, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 119-139, jan./abr. 2007.

Apêndices

APÊNDICE I
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Projeto de pesquisa: A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí - PPDJUS

Mestranda: Gleice Kelly Gonçalves da Costa

Orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada junto aos representantes dos movimentos sociais

1 - Identificação do entrevistado:

a) Nome: _____

b) Idade: _____

c) Organização: _____

d) Tempo de atuação: _____

e) Área de atuação: _____

2 - Quando e por que surgiu a organização?

3 - Quais os pontos positivos e negativos da construção da UHE Tucuruí para o município?

4 - Como esta organização contribuiu no processo de elaboração do PPDJUS?

5 - Esta organização considera as diretrizes do PPDJUS viáveis para a sua realidade? Por quê?

6 - Esta organização considera os projetos e convênios PIRJUS viáveis à sua realidade? Por quê?

7 - Durante a revisão do PPDJUS, houve dificuldade na definição das prioridades de ações a serem implementadas?

8 - Como se estabelece o diálogo da organização com os agentes públicos (ELETRONORTE e prefeitura)?

9 - As demandas de sua organização são levadas em consideração nas decisões deliberadas pelos Conselhos Gestores regional e local?

10 - Quais as principais demandas da organização em relação ao PPDJUS?

11 - Que fatores devem ser considerados para a efetivação do desenvolvimento regional do Baixo Tocantins?

12 - Qual a avaliação que a organização faz das iniciativas populares para se pensar no desenvolvimento regional?

APÊNDICE II
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Projeto de pesquisa: A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí - PPDJUS

Mestranda: Gleice Kelly Gonçalves da Costa

Orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada junto aos representantes do poder público municipal

1 - Identificação do entrevistado:

a) Nome: _____

b) Idade: _____

c) Instituição: _____

d) Função: _____

2 - Quais os pontos positivos e negativos da construção da UHE Tucuruí para o município?

3 - Como o poder público municipal se insere no PPDJUS?

4 - Como se estabelece o diálogo entre os cinco níveis municipais contempladas no PPDJUS (Baião, Cametá, Mocajuba, Igarapé Miri e Limoeiro do Ajuru)?

5 - Há dificuldades para o desenvolvimento dos projetos advindos do PPDJUS em nível municipal e regional?

6 - Como se estabelece o diálogo com a ELETRONORTE?

7 - Qual a importância dos Conselhos Gestores regional e local?

8 - Qual a avaliação que o poder público municipal faz desses 10 anos de desenvolvimento do PPDJUS?

9 - Em sua opinião, que fatores devem ser considerados para a efetivação do desenvolvimento regional do Baixo Tocantins?

10 - Qual a avaliação que o poder público municipal faz das iniciativas populares para se pensar no desenvolvimento regional?

APÊNDICE III
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Projeto de pesquisa: A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí - PPDJUS

Mestranda: Gleice Kelly Gonçalves da Costa

Orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

**Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada junto aos representantes da
ELETRONORTE**

1 - Identificação do entrevistado?

a) Nome: _____

b) Idade: _____

d) Função: _____

2 – Faça uma breve explanação sobre a experiência da ELETRONORTE no pioneirismo da inserção de regiões à jusante.

3-Quais os critérios para um município à jusante ser considerado impactado pela barragem?

4-Como se estabelece o diálogo da ELETRONORTE com os movimentos sociais dos municípios à jusante?

5- Como se estabelece o diálogo da ELETRONORTE com os representantes do poder público municipal à jusante?

6-Quais os avanços e os limites de uma proposta popular de desenvolvimento regional como o PPDJUS?

7-Descreva a atuação da ELETRONORTE no PPDJUS.

8-Qual a sua avaliação da atuação do Conselho Gestor?

9-Qual a avaliação da ELETRONORTE desses dez anos de efetivação do PPDJUS?

APÊNDICE IV
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Projeto de pesquisa: A Amazônia ribeirinha e as políticas de desenvolvimento regional: o Baixo Tocantins no contexto da concepção e gestão do Plano Popular de Desenvolvimento Sustentável da Região a Jusante da UHE Tucuruí - PPDJUS

Mestranda: Gleice Kelly Gonçalves da Costa

Orientador: Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Roteiro de entrevista semiestruturada aplicada junto aos representantes das instituições de pesquisa

1 - Identificação do entrevistado:

a) Nome: _____

b) Idade: _____

c) Instituição: _____

d) Função: _____

2-Faça uma breve explanação sobre a sua experiência na discussão e concepção do PPDJUS.

3-Você considera as diretrizes do PPDJUS adequadas à realidade da sub-região do Baixo Tocantins? Por quê?

4-Quais os avanços e os limites da proposta de um plano popular de desenvolvimento, como o PPDJUS, para a promoção do desenvolvimento regional?

5-Qual a sua avaliação da atuação do Conselho Gestor?

6-Em sua opinião, que fatores devem ser levados em consideração para se pensar o desenvolvimento de uma região ribeirinha como o Baixo Tocantins?